



# **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**

**RELATIVO A 2007**

# ÍNDICE

1. Preâmbulo.....	4
2. Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão .....	5
2.1 Projectos de Investimento .....	5
2.2 Departamento de Informática.....	5
2.3 Recursos Humanos.....	7
2.4 Recursos Financeiros .....	28
3. Direcção de Serviços de Protecção Veterinária .....	30
3.1.1 Rastreio Sorológico em Espécies Pecuárias.....	33
3.1.2 Brucelose Bovina e dos Pequenos Ruminantes .....	34
3.1.3 Leucose Bovina Enzoótica.....	34
3.1.4 Peripneumonia Contagiosa Bovina .....	34
3.1.5 Doença de Aujeszky.....	35
3.1.6 Rastreio de Tuberculose.....	35
3.1.7 Rastreio de Salmoneloses.....	36
3.1.8 Acções de Profilaxia Médica .....	36
3.1.9 Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis .....	37
3.1.10 Controlos .....	38
3.1.11 Pareceres Técnicos .....	39
3.1.12 Visitas Técnicas .....	40
3.1.13 Gripe Aviária.....	40
3.1.14 Perspectivas para 2008.....	41
3.2 Divisão de Identificação Animal e Registo de Explorações .....	55
3.2.1 Actividades Relevantes .....	55
3.2.2 Sistema Nacional de Identificação e Registo de Animais - Bovinos .....	58
3.2.3 Controlos SNIRB/SNIRA – Oficiais .....	60
3.2.4 Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal – SNIRA .....	62
3.2.5 Serviço de Identificação Animal e Inseminação Artificial – SERVIA.....	64
3.2.6 Controlos de Bem Estar .....	65
3.2.7 Conclusões .....	68
3.3 Divisão de Higiene Pública Veterinária.....	69
3.3.1 Licenciamento e Registo de Estabelecimentos .....	71
3.3.2 Atribuição de Número de Controlo Veterinário.....	75
3.3.3 Registo dos Operadores Económicos para Trocas Intracomunitárias.....	76
3.3.4 Controlos Veterinários .....	77
3.3.5 Plano Nacional de Controlo de Resíduos.....	97
3.3.6 Plano Estratégico Sectorial dos Resíduos Hospitalares .....	100
3.3.7 Emissão de Certificados de Origem e Salubridade de Produtos de Origem Animal .....	101
3.3.8 Conclusões .....	103
3.4 Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo .....	107
3.4.1 Programa de Vigilância e Controlo da Brucelose, Leucose, Peripneumonia e Tuberculose Bovina .....	108
3.4.2. Monitorização da Encefalopatia Espongiforme Bovina e Tremor Epizoótico .....	109
3.4.3 Assistência clínica a espécies pecuárias.....	109
3.4.4 Controlo de Entradas e Saídas de Animais de Espécie Pecuária na Região .....	112
3.4.5 Plano de Prevenção da Gripe Aviária .....	113
3.4.6 Plano de Controlo das Carraças na Ilha do Porto Santo .....	114
3.4.7 Inspeção Veterinária.....	115

3.4.8	Matérias de Risco Especificadas / Subprodutos de Origem Animal/Subprodutos Hígidos .....	116
3.4.9	Abates de Bovinos de Idade Superior a Trinta Meses e Ovinos/Caprinos com Idade Superior a 18 Meses .....	116
3.5	Centro de Atendimento Veterinário do Funchal .....	120
4	Direcção de Serviços de Inspeção Veterinária .....	126
4.1.1	Inspeção Hígio-Sanitária dos Animais de Talho .....	130
4.1.2	Encefalopatia Espongiforme Bovina.....	143
4.1.3	Triquinelose – Controlo Oficial de Detecção de Triquinas na Carne de Suínos Abatidos para Consumo Humano.....	146
4.1.4	Subprodutos de Origem Animal.....	147
4.1.5	Classificação de Carcaças de Bovinos Aprovados.....	149
4.1.6	Inspeção Hígio-Sanitária de Aves .....	153
4.1.7	Inspeção Hígio-Sanitária de Pescado .....	157
4.1.8	Classificação de Ovos e Produção Regional.....	159
4.1.9	Controlos Oficiais a Nível de Sala de Desmancha.....	161
4.1.10	Controlo de Remoção da Coluna Vertebral em Carcaças de Bovino com Idade Superior a 24 Meses.....	163
4.1.11	Controlos com Lista de Verificação a Salas de Desmancha de Ungulados Domésticos e Aves .....	164
4.1.12	Outros Controlos .....	165
4.2	Divisão de Fiscalização Veterinária.....	167
4.2.1	Processos de Contra-ordenação .....	167
4.2.2	Acções de Fiscalização .....	169
4.2.2.1	Controlos de Rastreabilidade/Rotulagem Obrigatória de Carne de Bovino .....	169
4.2.2.2	Controlos de Rastreabilidade dos Produtos da Pesca e da Aquicultura.....	170
4.2.2.3	Controlos de Comercialização de Ovos .....	170
4.2.2.4	Controlos no Transporte de Produtos de Origem Animal/Operações Stop .....	171
5	LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA .....	172
5.1	Divisão de Bromatologia.....	174
5.1.1	Departamento de Química Alimentar .....	179
5.2	Divisão de Patologia .....	181
5.2.1	Departamento de Microbiologia Clínica.....	182
5.2.2	Departamento de Parasitologia .....	187
5.2.3	Departamento de Serologia.....	189
5.2.4	Unidade Laboratorial da BSE .....	190
5.2.5	Departamento de Anatomopatologia.....	191
5.3	Divisão de Gestão e Qualidade .....	195
ANEXOS	.....	197
ANEXO I	.....	198
Inspeções nos Centros de Abate da RAM	.....	198
ANEXO II	.....	202
Rejeições Totais e Parciais.....	.....	202

## **1. Preâmbulo**

A Direcção Regional de Veterinária, de acordo com o Decreto Regulamentar Regional n.º 31/2005/M, de 9 de Novembro, é o serviço da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais que exerce as competências de autoridade veterinária na Região Autónoma da Madeira.

Em 2007, registou-se o pedido de demissão do Director de Serviços de Planeamento e Gestão, pelo que a partir de Maio estas funções foram avocadas e assumidas pelo Director Regional.

Salienta-se, ainda, o facto de Sua Excelência o Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais ter dado conhecimento ao Director Regional ser sua decisão extinguir a Direcção Regional de Veterinária, integrando estes Serviços na Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, facto que só veio a concretizar-se em Setembro de 2008.

Assim e uma vez ser este o último relatório anual de actividades da Direcção Regional de Veterinária, recorda-se e saúda-se com admiração e respeito os médicos veterinários que antecederam na chefia dos serviços veterinários oficiais desta Região Autónoma, pela qualidade do seu trabalho, que desde o século XIX desenvolveram em prol da coisa pública e do desenvolvimento económico-social da Madeira.

De igual modo, muito agradeço àqueles que comigo colaboraram e apoiaram no desempenho das minhas funções, quer os dirigentes, quer os demais funcionários, pelo seu empenho, dedicação e lealdade, desejando-lhes as maiores felicidades para o novo ciclo de organização e desempenho.

O Director Regional de Veterinária,

**João Carlos Dória**  
(Médico Veterinário)

## **2. Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão**

### **2.1 Projectos de Investimento**

#### **Projectos de Investimento incluídos no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional (PIDDAR)**

A Direcção Regional de Veterinária continua a realizar os investimentos propostos nos projectos inscritos no PIDDAR, os quais se encontram devidamente enquadrados nos objectivos definidos no Programa de Governo, a saber:

- **Tipificação, Controlo de Qualidade e Promoção de Produtos Regionais de Origem Animal (10.50.08.11);**
- **Centros de Atendimento Veterinário (10.50.12.09);**
- **Acções de Desenvolvimento e Divulgação da Actividade Veterinária (10.50.25.16);**
- **Unidade Laboratorial para Rastreio da BSE (10.50.37.03);**
- **PIF – Posto de Inspeção Fronteiriço do Porto do Funchal (10.50.37.05);**
- **Programa Laboratorial – Saúde e Segurança Veterinária (10.50.37.05);**
- **Epidemiovigilância de Zoonoses na RAM (10.50.37.06);**
- **Apoio e Desenvolvimento das Acções de Inspeção Veterinária e Segurança Alimentar (10.50.37.07).**

### **2.2 Departamento de Informática**

Durante 2007, o Departamento de Informática (DINF) desenvolveu as seguintes actividades:

#### **Bases de dados locais**

A DRV possui na sua infra-estrutura tecnológica de armazenamento e gestão de dados, duas bases de dados de alojamento específico de informação, nomeadamente o SERVIA (Serviço de

Identificação Animal e Inseminação Artificial) e o SIRA (Serviço de Identificação e Registo Animal), cujo acesso e utilização é feito ao nível da rede local.

Em 2006, não se realizaram actualizações ou melhoramentos nestas aplicações mas, num futuro próximo, pretende-se efectuar a migração dos dados destas aplicações para o sistema de gestão de bases de dados SQL Server ou, então, integrá-las no novo sistema informático de informação Balcão Verde.

Manteve-se em funcionamento a base de dados de gestão de requisições denominada por Controlo de Requisições (CR) utilizando a tecnologia ASP e disponível na intranet através de um servidor local, executando Web Services.

Em estreita colaboração com a Direcção de Serviços de Sistemas de Informação, Organização e Documentação (DSSIOD), foi implementada uma base de dados de gestão de contabilidade (CAFEBS), armazenada naquela direcção de serviços, acedendo-se pela rede do Governo Regional, através de Terminal Services, tal como a aplicação de gestão de pessoal (PES).

Também se implementou o Programa Informático de Saúde e Bem-Estar Animal (PISAWINS), tendo sido instalado em três postos de trabalho distintos: na sede da Direcção Regional de Veterinária, no Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar e no Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo.

### **Gestão e Manutenção dos Equipamentos e Sistemas**

Durante o ano de 2007, efectuaram-se diversas acções ao nível da gestão e manutenção dos equipamentos informáticos afectos à DRV, nomeadamente:






- Diagnósticos e solução de avarias de hardware;
- Instalação e configuração de sistemas operativos Microsoft Windows®;
- Instalação e configuração de sistemas de produção Microsoft Office®;
- Instalação e configuração de sistema de cliente de correio electrónico Microsoft Outlook®;
- Diagnóstico e aplicação de software correcção de erros e falhas de segurança nos sistemas Microsoft Windows®;
- Diagnóstico e aplicação de software correcção de erros e falhas de segurança nos sistemas Microsoft Office®;
- Apoio técnico à base de dados SIRA-RAM.

## Apoio ao Utilizador

Relativamente ao apoio dado aos utilizadores, foram esclarecidas dúvidas em matéria de software de produção, nomeadamente às ferramentas do Microsoft Office®, nas suas diversas versões, e outras dúvidas sobre a utilização dos computadores.







A organização da informação em pastas e ficheiros, em função dos temas e respectivos conteúdos, foi também uma prioridade.






## 2.3 Recursos Humanos

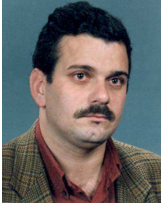

Funcionário ou Agente	Categoria	Posse ou Nomeação	Antiguidade na Categoria					Ingresso na Função Pública	Foto
			31-12-2007						
			N.º de Dias	Dias a Descontar	Anos	Meses	Dias		
João Carlos dos Santos de França Dória	<b>DIRECTOR REGIONAL</b> Assessor Principal	18-08-1993	5248	0	14	4	18	16-10-1978	
Victor Carlos Torres de Almeida	Assessor Principal	19-08-1998	3421	0	9	4	16	25-11-1983	
Isabel Maria de Jesus de Matos	<b>Técnico Superior de 1ª classe</b>	31-10-2003	1522	0	4	2	2	01-09-1993	
Odília Maria Freitas Vasconcelos	<b>Secretária do DR</b> Chefe de Secção	10-02-2004	1420	0	3	10	25	12-06-1989	
Cidália Valéria Silva Gomes Gouveia	<b>Secretária do DR</b> Chefe de Secção	10-02-2004	1420	0	3	10	25	14-08-1990	









<b>Fátima Espírito Santo Figueira Faria Silva</b>	<b>Auxiliar Administrativo</b>	01-07-1991	6025	2	16	6	5	09-06-1988	
<b>Gilberto da Silva Vieira</b>	<b>Motorista de Ligeiros (Aposentado)</b>	01-02-1979	10560	0	28	11	10	01-02-1979	
<b>Aldo da Conceição Jardim dos Santos</b>	<b>Motorista de Ligeiros</b>	18-12-1984	8413	0	23	0	18	18-12-1984	
<b>José Manuel Correia Fernandes da Fonseca</b>	<b>DIRECTOR DE SERVIÇOS Assessor Principal</b>	30-11-1989	6605	0	18	1	5	02-05-1975	
<b>Maria Celeste da Costa Bento</b>	<b>CHEFE DE DIVISÃO Assessor Principal</b>	14-01-2004	4248	0	11	7	23	18-09-1995	
<b>António Carlos Gomes Aguiar</b>	<b>Assessor Principal</b>	23-10-2006	434	0	1	2	9	05-09-1975	
<b>Maria Gabriela Pita Faria</b>	<b>Assessor</b>	15-07-2003	1630	0	4	5	20	12-06-1992	
<b>Carla Marisa Matos Nóbrega Moniz</b>	<b>Técnico Superior de 1ª classe</b>	31-10-2005	791	0	2	2	1	02-05-2002	






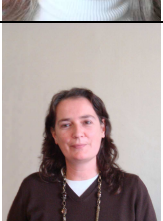

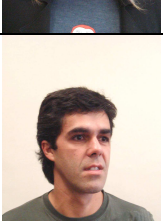


<b>Mariana Boaventura Vela de Ornelas Afonso</b>	<b>Técnico Superior de 1ª classe</b>	31-10-2005	791	0	2	2	1	03-06-2002	
<b>Patrícia Romana Sena Santos Neves</b>	<b>Técnico Superior de 1ª classe</b>	13-10-2006	444	0	1	2	19	10-02-2003	
<b>Joana Boaventura Santos de Ornelas Afonso</b>	<b>Técnico Superior de 1ª classe</b>	23-10-2006	434	0	1	2	9	24-02-2003	
<b>Maria Elizabete Caldeira de Deus</b>	<b>Estagiário</b>	01-09-2006	486	0	1	4	1	01-09-2006	
<b>Nuno Alexandre Freitas Timóteo</b>	<b>Estagiário</b>	01-09-2006	486	0	1	4	1	01-09-2006	
<b>Rui Inácio Batista Vieira</b>	<b>Técnico Profissional Especialista</b>	18-02-2005	1046	0	2	10	16	25-03-1992	
<b>Ana do Carmo Vieira Escórcio</b>	<b>Chefe de Secção (Assistente Administrativo Especialista)</b>	01-09-1999	3043	0	8	4	3	08-06-1990	
<b>Teresa de Abreu Gonçalves</b>	<b>Assistente Administrativo Especialista</b>	27-11-2001	2225	0	6	1	5	13-01-1992	

<b>Pedro Manuel Fontes Teles de Sampaio</b>	<b>Assessor</b>	14-10-2002	1904	0	5	2	19	27-01-1992	
<b>Paula Luísa Sousa Silva</b>	<b>Técnico Superior de 1ª classe</b>	10-02-2004	1420	0	3	10	25	15-12-1989	
<b>João Carlos Figueira Luís Vieira</b>	<b>Chefe de Departamento</b>	04-12-1999	2949	0	8	0	29	09-01-1978	
<b>Maria Lina Fernandes Gonçalves Ferreira</b>	<b>Coordenador</b>	13-12-2006	383	0	1	0	18	02-01-1989	
<b>Marisa Rodrigues Jardim</b>	<b>Chefe de Secção</b>	03-08-1995	4533	0	12	5	3	15-03-1979	
<b>Adelaide Freitas Barcelos Ferreira</b>	<b>Chefe de Secção</b>	03-08-1995	4533	0	12	5	3	19-11-1979	
<b>Iolanda Jesus Cunha Pereira</b>	<b>Chefe de Secção</b>	18-09-1998	3391	0	9	3	16	14-03-1984	
<b>Helena Sousa Camacho Vieira</b>	<b>Chefe de Secção (Assistente Administrativo Especialista)</b>	01-09-1999	3043	0	8	4	3	20-12-1989	

<b>Maria Brígida Pita Baeta</b>	<b>Assistente Administrativo Especialista</b>	01-09-1999	3043	0	8	4	3	04-07-1989	
<b>Miguel Daciano de Sousa Rodrigues</b>	<b>Assistente Administrativo Especialista</b>	01-09-1999	3043	0	8	4	3	08-06-1990	
<b>Ana Maria Costa Sardinha Fernandes</b>	<b>Assistente Administrativo Especialista</b>	27-11-2001	2225	0	6	1	5	09-12-1981	<b>Foto</b>
<b>Carla Susana Correia Ferreira Soares</b>	<b>Assistente Administrativo Especialista</b>	27-11-2001	2225	0	6	1	5	15-12-1989	
<b>Maria Carmo Rodrigues Correia</b>	<b>Assistente Administrativo Especialista</b>	27-11-2001	2225	0	6	1	5	25-02-1992	
<b>Cecília Baptista Fernandes</b>	<b>Assistente Administrativo Principal</b>	02-06-2006	577	0	1	7	2	29-07-2002	
<b>Nuno Miguel Valentim Vieira</b>	<b>Técnico Informática -adjunto Nível 2 (Transferido)</b>	19-03-2004	1382	0	3	9	17	06-05-2003	
<b>Celeste de Gouveia Fernandes</b>	<b>Telefonista</b>	19-03-1992	5765	0	15	9	20	01-08-1978	






<b>Ana Bela de Freitas Abreu</b>	<b>Telefonista</b>	23-03-1993	5396	0	14	9	16	30-04-1990	
<b>João de Sousa</b>	<b>Auxiliar Administrativo (Aposentado)</b>	02-01-1980	10135	90	27	9	10	02-01-1980	
<b>Marco Paulo Nunes da Côrte</b>	<b>Auxiliar Administrativo</b>	04-09-1990	6327	0	17	4	2	22-09-1989	
<b>José Manuel das Neves Correia</b>	<b>Auxiliar Administrativo</b>	13-09-1994	4857	0	13	3	22	01-08-1979	
<b>Maria Perpétua Gouveia Alves</b>	<b>Auxiliar Administrativo</b>	06-12-1996	4042	0	11	0	27	06-10-1989	
<b>Inês Susana Gomes Santo Côrte</b>	<b>Auxiliar Administrativo</b>	02-03-1998	3590	1	9	10	5	02-03-1998	
<b>Jacinta Fátima Freitas Silva</b>	<b>Auxiliar de Limpeza</b>	28-08-1989	5501	1198	15	0	26	01-08-1985	
<b>Maria Sizaltina de Freitas Baptista</b>	<b>Auxiliar de Limpeza</b>	10-02-1993	5437	0	14	10	27	22-05-1992	

<b>Maria Isabel Dias Mendes</b>	<b>Auxiliar de Limpeza</b>	10-02-1993	5437	0	14	10	27	25-05-1992	
<b>Maria Elizabete Gomes Nuna</b>	<b>Auxiliar de Limpeza</b>	02-12-1996	4046	0	11	1	1	01-04-1996	
<b>Maria Alexandra Pestana Gomes</b>	<b>Auxiliar de Limpeza</b>	02-12-1996	4046	0	11	1	1	01-04-1996	
<b>Fátima Maria Drumond Freitas Sousa</b>	<b>DIRECTORA DE SERVIÇOS Assessor Principal</b>	30-07-2001	2345	0	6	5	5	15-10-1986	
<b>Teresa Maria Correia Spínola Rodrigues</b>	<b>CHEFE DE DIVISÃO Assessor</b>	15-07-2003	1630	0	4	5	20	02-12-1992	
<b>Maria Graça de Freitas C. da Silva Lemos Gomes</b>	<b>Técnico Superior Principal</b>	26-04-2005	979	0	2	8	9	02-01-1998	
<b>Florinda Rosa Coelho Perestrelo dos Santos</b>	<b>Técnico Superior Principal</b>	16-01-2006	714	0	1	11	19	22-07-1997	
<b>Ricardo Jorge Freitas Melim</b>	<b>Técnico Superior Principal</b>	03-01-2005	1092	0	2	12	2	22-07-1997	

<b>Maria Paz Jardim de Gouveia</b>	<b>Técnico Superior Principal</b>	23-10-2006	434	0	1	2	9	02-03-1999	
<b>Sara Maria Malheiro Pinto da Silva</b>	<b>Técnico Superior Principal</b>	23-10-2006	434	0	1	2	9	12-07-1999	
<b>Ana Sofia Jardim Caetano</b>	<b>Técnico Superior de 1ª classe</b>	06-09-2004	1211	0	3	3	26	20-02-2001	
<b>Maria João Pontes Sousa da Silva</b>	<b>Técnico Superior de 1ª classe</b>	13-10-2006	444	0	1	2	19	01-04-2003	
<b>Daniel Alexandre Maia Bravo da Mata</b>	<b>Técnico Superior de 1ª classe</b>	23-10-2006	434	0	1	2	9	24-02-2003	
<b>Rubina Andreia Silva Abreu</b>	<b>Técnico Superior de 2ª classe</b>	16-08-2005	867	0	2	4	17	18-04-2005	
<b>Filipa Isabel Freitas Correia Delgado</b>	<b>Técnico Superior de 2ª classe</b>	16-08-2005	867	0	2	4	17	18-04-2005	
<b>Dalila da Conceição Teixeira Baltazar Gomes</b>	<b>CHEFE DE DIVISÃO Técnico de 1ª classe</b>	03-09-2002	1945	0	5	4	0	02-03-1999	







<b>António Martinho Freitas Rodrigues</b>	<b>Técnico Profissional Especialista Principal</b>	29-11-2001	2223	0	6	1	3	02-08-1982	
<b>Manuel Freitas Sousa</b>	<b>Técnico Profissional Especialista Principal</b>	18-01-2002	2173	0	5	11	18	27-07-1981	<b>Foto</b>
<b>José Manuel Abreu Apolinário</b>	<b>Técnico Profissional Especialista Principal</b>	03-12-2003	1489	0	4	0	29	01-01-1969	<b>Foto</b>
<b>Fernando Figueira Faria Júnior</b>	<b>Técnico Profissional Especialista (Aposentado)</b>	16-09-2005	836	0	2	3	16	24-04-1965	
<b>João Manuel Jardim Fernandes</b>	<b>Técnico Profissional Especialista</b>	16-09-2005	836	0	2	3	16	12-04-1983	
<b>João Luís de Góis</b>	<b>Técnico Profissional Principal</b>	27-11-2001	2225	0	6	1	5	16-10-1973	<b>Foto</b>
<b>António Oliveira Vieira Coelho</b>	<b>Técnico Profissional Principal</b>	27-11-2001	2225	0	6	1	5	01-10-1979	<b>Foto</b>
<b>Sara Maria da Câmara Babau</b>	<b>Técnico Profissional Principal</b>	24-08-2004	1224	0	3	4	9	09-09-1996	

<b>Yolanda de Gouveia Pestana Nunes</b>	<b>Técnico Profissional Principal</b>	01-09-2004	1216	0	3	4	1	09-09-1996	
<b>Élvio Duarte Silva Fernandes</b>	<b>Assistente Administrativo Especialista (Exerce Funções de Técnico-Profissional)</b>	22-02-1999	3233	1	8	10	13	01-05-1988	
<b>Maria Graça Costa Figueira Jesus</b>	<b>Chefe de Secção Assistente Administrativo Especialista</b>	01-09-1999	3043	0	8	4	3	14-07-1989	
<b>Clotilde Iolanda da Luz Gonçalves Faria</b>	<b>Assistente Administrativo Especialista</b>	27-11-2001	2225	0	6	1	5	05-02-1991	
<b>Magna Justa Silvino Gaspar Vasconcelos</b>	<b>Assistente Administrativo Especialista</b>	27-11-2001	2225	0	6	1	5	05-02-1991	
<b>Maria Lúcia Alves Ornelas Gonçalves</b>	<b>Assistente Administrativo Especialista</b>	24-08-2004	1224	0	3	4	9	27-09-1996	
<b>Ana Paula da Silva Rodrigues Gomes</b>	<b>Assistente Administrativo Especialista</b>	24-08-2004	1224	0	3	4	9	27-09-1996	
<b>Fernanda José de Melim Silva</b>	<b>Assistente Administrativo Principal</b>	08-03-2004	1393	0	3	9	28	01-04-1987	<b>Foto</b>



<b>Cláudia Esther Araújo Gonçalves</b>	<b>Assistente Administrativo Principal</b>	25-10-2006	432	0	1	2	7	12-09-2002	
<b>José dos Reis Rodrigues Figueira</b>	<b>Motorista de Ligeiros</b>	03-02-1992	5810	0	15	11	5	11-08-1989	
<b>José Almerindo Castro Cafôfo</b>	<b>Motorista de Ligeiros</b>	24-11-2000	2592	1	7	1	7	01-10-1997	
<b>Maria Félix Melim Oliveira</b>	<b>Tratadora de Animais</b>	26-07-1985	8193	0	22	5	13	01-05-1980	<b>Foto</b>
<b>Margarida Maria Abrantes Tavares Neves da Costa</b>	<b>DIRECTORA DE SERVIÇOS Assessor Principal</b>	30-07-2001	2344	1	6	5	4	15-10-1986	
<b>Rita Maria Gouveia de Abreu Temtem</b>	<b>CHEFE DE DIVISÃO Técnico Superior de 1ª classe</b>	29-11-2001	2223	0	6	1	3	01-01-1983	
<b>Violante dos Reis Saramago Matos</b>	<b>Assessor Principal</b>	27-11-1998	3321	0	9	1	6	05-01-1975	<b>Foto</b>
<b>Maria Paula Correia da Cruz e Silva</b>	<b>Assessor Principal (1)</b>	24-02-2003	826	945	2	3	6	13-12-1980	

<b>Marta Isabel Marreiros Santa Ana Viegas Gouveia</b>	<b>Técnico Superior Principal (2)</b>	12-12-2003	1480	0	4	0	20	02-01-1996	
<b>Carmen Sílvia Sousa Ferreira</b>	<b>Técnico Superior de 2ª classe</b>	09-11-2004	1147	0	3	1	22	02-07-2004	
<b>Sílvia Martinha Vasconcelos</b>	<b>Técnico Superior de 1ª classe</b>	06-09-2004	1211	0	3	3	26	20-02-2001	
<b>Maria Luísa Gomes Ferreira Abreu</b>	<b>Técnico Profissional Coordenador</b>	19-05-2003	1687	0	4	7	17	10-10-1977	
<b>Luís Alberto Sousa Pinto</b>	<b>Técnico Especialista</b>	19-09-2006	468	0	1	3	13	07-08-1969	
<b>Manuel Vieira de Freitas</b>	<b>Técnico Especialista</b>	19-09-2006	468	0	1	3	13	01-11-1977	<b>Falecido em Fev. 2007</b>
<b>Ana Maria Vieira Gaspar dos Santos Oliveira</b>	<b>Técnico Profissional Especialista Principal</b>	29-11-2001	2223	0	6	1	3	09-09-1969	
<b>Richard Hermenegildo Andrade de Freitas</b>	<b>Técnico Profissional Especialista</b>	06-09-2004	1211	0	3	3	26	31-05-1996	

<b>António Catarino Gonçalves dos Reis</b>	<b>Técnico Profissional Especialista Principal</b>	05-04-2002	2096	0	5	9	1	01-03-1986	
<b>Carla Patrícia Pereira Camacho</b>	<b>Técnico Profissional Especialista</b>	06-09-2004	1211	0	3	3	26	31-05-1996	
<b>António Faustino Figueira Araújo</b>	<b>Técnico Profissional Especialista Principal (Aposentado)</b>	15-04-2005	990	0	2	8	20	01-03-1971	<b>Foto</b>
<b>João Carlos Martins Nóbrega</b>	<b>Técnico Profissional Especialista</b>	15-04-2005	990	0	2	8	20	13-01-1971	<b>Foto</b>
<b>Carlos Mané</b>	<b>Técnico Profissional Especialista Principal</b>	19-09-2006	468	0	1	3	13	31-10-1985	<b>Foto</b>
<b>Orlanda Freitas Vieira Gomes</b>	<b>Técnico Profissional Especialista</b>	15-04-2005	990	0	2	8	20	01-01-1977	
<b>João Albino Rodrigues Fernandes</b>	<b>Técnico Profissional Especialista</b>	15-04-2005	990	0	2	8	20	01-11-1977	
<b>Maria Lurdes Gomes Dória</b>	<b>Técnico Profissional Especialista</b>	15-04-2005	990	0	2	8	20	01-02-1979	

<b>Maria Helena Mendes Dias do Nascimento</b>	<b>Técnico Profissional Especialista</b>	02-06-2006	577	0	1	7	2	01-09-1982	
<b>José Nolasco Fernandes</b>	<b>Chefe de Secção</b>	03-08-1995	4533	0	12	5	3	01-06-1979	
<b>Ligia Maria Gonçalves Correia</b>	<b>Assistente Administrativo Especialista</b>	01-09-1999	3043	0	8	4	3	15-09-1980	
<b>Ivo João Castro Vieira</b>	<b>Auxiliar Administrativo</b>	02-03-1998	3591	0	9	10	6	02-03-1998	
<b>Isabel de Gouveia Fernandes</b>	<b>Telefonista</b>	23-07-2001	2352	0	6	5	12	01-09-1976	
<b>Elsa Maria Costa Sardinha Gomes</b>	<b>Auxiliar de Limpeza</b>	31-10-1991	5905	0	16	2	5	02-05-1989	
<b>Maria Anjos Santos Barreto</b>	<b>Auxiliar de Limpeza</b>	31-10-1991	5905	0	16	2	5	27-08-1990	<b>Foto</b>

- (1) - Destacada na Direcção Regional das Pescas - Centro de Maricultura da Calheta  
(2) - Destacada na Universidade da Madeira

## Relação dos Funcionários

Grupo de Pessoal	N.º Funcionários em 31-12-2006	2007		
		Admissões	Saídas	Total*
Dirigente	9		1	8
Técnico Superior	26	1		27
Técnico	2		1	1
Técnico de Informática	1		1	0
Técnico Profissional	23		2	21
Chefia	8			8
Administrativo	20			20
Auxiliar	22	1	2	21
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>106</b>

### Estrutura Etária em 31 de Dezembro de 2007

Homens			Mulheres			Total*
Idade	Quantidade	%	Idade	Quantidade	%	
18-24	0	0%	18-24	0	0%	0
25-29	1	1%	25-29	3	3%	4
30-34	3	3%	30-34	10	9%	13
35-39	4	4%	35-39	18	17%	22
40-44	6	6%	40-44	13	12%	19
45-49	4	4%	45-49	12	11%	16
50-54	4	4%	50-54	5	5%	9
55-59	10	9%	55-59	2	2%	12
60-64	2	2%	60-64	7	7%	9
65-69	0	0%	65-69	2	2%	2
70 e +	0	0%	70 e +	0	0%	0
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>32%</b>	<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>68%</b>	<b>106</b>

### Estrutura por Antiguidade em 31 de Dezembro de 2007

Homens			Mulheres			Total*
Antiguidade	Quantidade	%	Antiguidade	Quantidade	%	
- 5	2	2%	- 5	6	6%	8
5-9	3	3%	5-9	16	15%	19
10-14	4	4%	10-14	11	10%	15
15-19	6	6%	15-19	19	18%	25
20-24	4	4%	20-24	4	4%	8
25-29	7	7%	25-29	10	9%	17
30-35	4	4%	30-35	4	4%	8
Mais de 36	4	4%	Mais de 36	2	2%	6
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>32%</b>	<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>68%</b>	<b>106</b>

### Estrutura Habilitacional em 31 de Dezembro de 2007

Homens			Mulheres			Total*
Escolaridade	Quantidade	%	Escolaridade	Quantidade	%	
-4 Anos	0	0%	-4 Anos	1	1%	1
4 Anos	5	5%	4 Anos	8	8%	13
6 Anos	5	5%	6 Anos	8	8%	13
9 Anos	10	9%	9 Anos	10	9%	20
11 Anos	3	3%	11 Anos	6	6%	9
12 Anos	3	3%	12 Anos	11	10%	14
Bacharelato	1	1%	Bacharelato	1	1%	2
Licenciatura	6	6%	Licenciatura	25	24%	31
Mestrado	0	0%	Mestrado	1	1%	1
Doutoramento	1	1%	Doutoramento	1	1%	2
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>32%</b>	<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>65%</b>	<b>106</b>

\* Estão incluídos 4 funcionários que se encontram na situação de licença sem vencimento, sendo 1 pertencente ao grupo técnico profissional, 2 administrativos e 1 auxiliar.

### Estrutura Remuneratória em 31 de Dezembro de 2007

Maior Remuneração Base	Menor Remuneração Base	Média
€ 3.554,18	€ 434,58	€ 1.237,38

### Promoções na Categoria através de Concurso Interno de Acesso Geral e Reclassificações

Grupo de Pessoal	Técnico Superior	Técnico	Informática	Técnico Profissional	Chefia	Administrativo	Auxiliar	Operário	Total
Promoções	1	0	0	0	3	0	0	0	4
Reclassificações	0	0	0	0	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>5</b>

## Evolução dos Funcionários da Direcção Regional de Veterinária

Grupo Profissional	Admissões (Funcionários e Agentes)		Reclassificações		Saídas								Efectivos em 31 de Dezembro a)	
	2006	2007	2006	2007	Aposentação		Falecimento		Exoneração		Outras		2006	2007
					2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007		
Dirigente													9	8
Técnico Superior	2												26	27
Técnico								1					2	1
Informática												1	1	0
Técnico profissional					2	2	1						23	21
Administrativo													28	28
Operário qualificado													0	0
<b>Sub-total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>89</b>	<b>85</b>
Cond. de máquinas pesadas													0	0
Tratador de animais													1	0
Motorista de ligeiros		1				1							4	4
Tractorista													0	0
Telefonista													3	3
Auxiliar Administrativo			1			1							7	7
Trabalhador rural													0	0
Auxiliar de limpeza													7	7
<b>Subtotal .....</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>22</b>	<b>21</b>
<b>Total .....</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>111</b>	<b>106</b>

**OBS:**

a) Em 2006 e 2007, encontravam-se 4 funcionários de licença sem vencimento, sendo 1 técnico profissional (Carlos Pimenta), 2 administrativos (Fernanda Dias e Alírio Paulo Silva) e 1 motorista (Fernando Sousa)

**Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros comuns a toda a Direcção Regional de Veterinária**

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do Funcionário</b>	<b>N.º de Funcionários</b>
Acção de Formação O Conselho de Coordenação da Avaliação do Desempenho	Funchal	Director Regional	1
XLVI Reunião Luso-Espanhola de Higiene, Sanidade e Produção Animal	Espanha	Director Regional	1
Técnicas de Entrevista de Avaliação de Desempenho	Funchal	Director de Serviços	1
Sessão Debate sobre a aplicação do “Plano de Vigilância e Controlo de Salmonela”	Coimbra	Director de Serviços	1
Reunião de Director de Serviços Veterinário	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião Para Apresentação do Plano de Bem Estar dos Animais de Companhia	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião relativa ao Controlo Oficial da Alimentação Animal – Plano 2007	Lisboa	Director de Serviços	1
XIII Encontro da Sociedade Portuguesa de Patologia Animal	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião sobre, “Estudos de Base Sobre a Prevalência de Salmonelas – Programas Nacionais de Controlo de Salmonelas	Lisboa	Director de Serviços	1
Reuniões CPSIPA e CEAPZ	Lisboa	Director de Serviços	1
Acção de Formação Direito das Contra-Ordenações	Funchal	Chefe de Divisão	1
Acção de Formação Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública	Funchal	Chefe de Divisão	1
SIADAP	Funchal	Chefe de Divisão	1
Acção de Formação Desenvolvimento de Competências em Gestão Estratégica para Reforço dos Processos de Mudança e Inovação	Funchal	Chefe de Divisão	1
Acção de Formação Estratégias da Qualidade em Serviços Públicos	Funchal	Chefe de Divisão	1
Acção de Formação Controlos Veterinários nos PIF’s	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Acção de Formação DGV	Lisboa	Chefe de Divisão	2
Acção de Formação Controlos de Condicionalidade	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Reunião no âmbito dos Planos de Acção de Controlo Oficial Para 2007	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Seminário sobre Os Novos Regulamentos	Lisboa	Chefe de Divisão	2
Reunião da Comissão de Acompanhamento Permanente do Controlo da Condicionalidade	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Reunião da CPSINS	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Reunião no âmbito das Competências da Comissão de Acompanhamento Permanente da Condicionalidade	Lisboa	Assessor Principal	1
Acção de Formação Direito das Contra-Ordenações	Funchal	Técnico superior principal	1
Acção de Formação Protecção dos Animais de Companhia	Lisboa	Técnico superior principal	1
Acção de Formação Da Gestão Estratégica à Gestão de Competências	Funchal	Assessor	1
Acção de Formação Bem Estar Animal Aplicado a Transporte Novo Regime de Protecção dos Animais Vivos em Transporte	Lisboa	Técnico superior de 2ª classe	1
Acção de Formação Como Redigir um Relatório	Funchal	Técnico superior de 1ª. Classe	1
Acção de Formação de Triquinela	Lisboa	Técnico superior de 1ª. Classe	1
Acção de Formação A Arte de Motivar	Funchal	Técnico superior de 1ª. Classe	1
6º Reunião Nacional do Programa de Avaliação Externa da Qualidade na Área da Microbiologia dos Alimentos	Lisboa	Técnico superior de 2ª classe	1



<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do Funcionário</b>	<b>N.º de Funcionários</b>
Acção de Formação MicroStation	Funchal	Técnico de informática-adjunto Nível 2	1
Acção de Formação Microsoft Project	Funchal	Técnico de informática-adjunto Nível 2	1
Cursos de Métodos Alternativos em Microbiologia de Alimentos	Lisboa	Técnico Profissional Coordenador	1
Estágio no Departamento BSE	Lisboa	Técnico Profissional Especialista Principal	1
Balanced Scorecard – Traduzir a Estratégia em Acção	Funchal	Técnico Especialista	1
Acção de Formação Novas Perspectivas na Gestão de Recursos Humanos	Funchal	Coordenador	1
Acção de Formação Word XP - Iniciação	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação O Estatuto Disciplinar na Administração Pública	Funchal	Chefe de Secção	2
Acção de Formação Noções Básicas de Windows, Word, Excel e Internet	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação MicroStation	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação Técnicas de Arquivo e Classificação de Documentos	Funchal	Chefe de Secção	2
Acção de Formação Introdução ao Sistema Contabilístico - Nível	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação Contabilidade Digráfica – Aplicação das Técnicas Contabilísticas – Nível II	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação Power Point Avançado	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação Word Avançado	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação processamento de Abonos e Regalias Sociais	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
Acção de Formação Contabilidade Pública - QA	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
Acção de Formação Organizações e Técnicas de Arquivo	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
Acção de Formação O Estatuto Disciplinar na Administração Pública	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
Atendimento Telefone e Marketing Pessoal	Funchal	Auxiliar Administrativo	1
Atendimento Público, telefónico e Imagem da Organização	Funchal	Auxiliar Administrativo	2
Atendimento Telefone e Marketing Pessoal	Funchal	Telefonista	1
Atendimento Público, telefónico e Imagem da Organização	Funchal	Telefonista	2
<b>Total</b>			<b>60</b>

### **Gabinete do Director Regional**

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do Funcionário</b>	<b>N.º de Funcionários</b>
Acção de Formação O Conselho de Coordenação da Avaliação do Desempenho	Funchal	Director Regional	1
XLVI Reunião Luso-Espanhola de Higiene, Sanidade e Produção Animal	Espanha	Director Regional	1
Acção de Formação A Arte de Motivar	Funchal	Técnico superior de 1ª. classe	1
Acção de Formação MicroStation	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação PowerPoint Avançado	Funchal	Chefe de Secção	1
<b>Total</b>			<b>5</b>

### Direcção de Serviços de Inspecção Veterinária

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do Funcionário</b>	<b>N.º Funcionários</b>
Acção de Formação Direito das Contra-Ordenações	Funchal	Chefe de Divisão	1
Acção de Formação DGV	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Seminário sobre Os Novos Regulamentos	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Acção de Formação Da Gestão Estratégica à Gestão de Competências	Funchal	Assessor	1
Acção de Formação de Triquinela	Lisboa	Técnico superior de 1ª classe	1
Acção de Formação Como Redigir um Relatório	Funchal	Técnico superior de 1ª classe	1
<b>Total</b>			<b>6</b>

### Direcção de Serviços de Protecção Veterinária

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do Funcionário</b>	<b>N.º Funcionários</b>
Técnicas de Entrevista de Avaliação de Desempenho	Funchal	Director de Serviços	1
Sessão Debate sobre a aplicação do “Plano de Vigilância e Controlo de Salmonela”	Coimbra	Director de Serviços	1
Reunião de Director de Serviços Veterinário	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião Para Apresentação do Plano de Bem Estar dos Animais de Companhia	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião relativa ao Controlo Oficial da Alimentação Animal – Plano 2007	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião sobre, “Estudos de Base Sobre a Prevalência de Salmonelas – Programas Nacionais de Controlo de Salmonelas	Lisboa	Director de Serviços	1
Reuniões CPSIPA e CEAPZ	Lisboa	Director de Serviços	1
Acção de Formação Estratégias da Qualidade em Serviços Públicos	Funchal	Chefe de Divisão	1
Acção de Formação Controlos Veterinários nos PIF’s	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Acção de Formação DGV	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Acção de Formação Controlos de Condicionalidade	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Reunião no âmbito dos Planos de Acção de Controlo Oficial Para 2007	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Seminário sobre Os Novos Regulamentos	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Reunião da Comissão de Acompanhamento Permanente do Controlo da Condicionalidade	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Reunião da CPSINS	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Reunião no âmbito das Competências da Comissão de Acompanhamento Permanente da Condicionalidade	Lisboa	Assessor Principal	1
Acção de Formação Direito das Contra-Ordenações	Funchal	Técnico superior principal	1
Acção de Formação Protecção dos Animais de Companhia	Lisboa	Técnico superior principal	1
Acção de Formação Bem Estar Animal Aplicado a Transporte Novo Regime de Protecção dos Animais Vivos em Transporte	Lisboa	Técnico superior de 2ª classe	1
<b>Total</b>			<b>19</b>

## Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões e Encontros</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do Funcionário</b>	<b>N.º Funcionários</b>
Acção de Formação MicroStation	Funchal	Técnico de informática-adjunto Nível 2	1
Acção de Formação Microsoft Project	Funchal	Técnico de informática-adjunto Nível 2	1
Acção de Formação Novas Perspectivas na Gestão de Recursos Humanos	Funchal	Coordenador	1
Acção de Formação Word XP - Iniciação	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação O Estatuto Disciplinar na Administração Pública	Funchal	Chefe de Secção	2
Acção de Formação Noções Básicas de Windows, Word, Excel e Internet	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação Técnicas de Arquivo e Classificação de Documentos	Funchal	Chefe de Secção	2
Acção de Formação Introdução ao Sistema Contabilístico - Nível	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação Contabilidade Digráfica – Aplicação das Técnicas Contabilísticas – Nível II	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação Word Avançado	Funchal	Chefe de Secção	1
Acção de Formação processamento de Abonos e Regalias Sociais	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
Acção de Formação Contabilidade Pública - QA	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
Acção de Formação Organizações e Técnicas de Arquivo	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
Acção de Formação O Estatuto Disciplinar na Administração Pública	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
Atendimento Telefone e Marketing Pessoal	Funchal	Auxiliar Administrativo	1
Atendimento Público, telefónico e Imagem da Organização	Funchal	Auxiliar Administrativo	1
Atendimento Telefone e Marketing Pessoal	Funchal	Telefonista	1
Atendimento Público, telefónico e Imagem da Organização	Funchal	Telefonista	1
<b>Total</b>			<b>20</b>

## Direcção de Serviços do Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do Funcionário</b>	<b>N.º Funcionários</b>
XIII Encontro da Sociedade Portuguesa de Patologia Animal	Lisboa	Director de Serviços	1
Acção de Formação Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública	Funchal	Chefe de Divisão	1
SIADAP	Funchal	Chefe de Divisão	1
Acção de Formação Desenvolvimento de Competências em Gestão Estratégica para Reforço dos Processos de Mudança e Inovação	Funchal	Chefe de Divisão	1
6º Reunião Nacional do Programa de Avaliação Externa da Qualidade na Área da Microbiologia dos Alimentos	Lisboa	Técnico superior de 2ª classe	1
Cursos de Métodos Alternativos em Microbiologia de Alimentos	Lisboa	Técnico Profissional Coordenador	1
Estágio no Departamento BSE	Lisboa	Técnico Profissional Especialista Principal	1
Balanced Scorecard – Traduzir a Estratégia em Acção	Funchal	Técnico Especialista	1
Atendimento Público, telefónico e Imagem da Organização	Funchal	Auxiliar Administrativo	1
Atendimento Telefone e Marketing Pessoal	Funchal	Telefonista	1
<b>Total</b>			<b>10</b>

### Estágios Profissionais

Grupo de Pessoal	Categoria	N.º de Estagiários	Local do Estágio	Início	Fim
Técnico superior	Estagiário	1	DSPV	15-02-2007	14-11-2007
Técnico superior	Estagiário	1	DSPV	01-10-2006	30-06-2007
<b>Total</b>		<b>2</b>			

### Saída de Funcionários do Quadro de Pessoal da DRVeterinária

Grupo de Pessoal	Categoria	N.º de Funcionários	Motivo de Saída
Técnico	Técnico Especialista	1	Falecimento
Técnico Profissional	Técnico Prof. Especialista Principal	2	Aposentação
Técnico Informática	Técnico Informática Adjunto Nível 1	1	Transferência
Auxiliar	Auxiliar administrativo	1	Aposentação
Auxiliar	Motorista de Ligeiros	1	Aposentação
<b>Total</b>		<b>6</b>	

## 2.4 Recursos Financeiros

### Orçamento de Funcionamento

2007	Total	Despesas Pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Outras Despesas Correntes	Despesas Capital
Orçamento inicial	2.203.000,00	2.150.000,00	53.000,00	0,00	0,00
Orçamento corrigido	2.230.000,00	2.174.600,00	54.871,00	0,00	729,00
Despesa cabimentada	2.222.314,79	2.172.748,58	48.837,45	0,00	728,76
Despesa paga	2.205.966,92	2.172.166,08	33.072,08	0,00	728,76
Taxa Exec. (cab/corr.)	99,65%	99,92%	89,01%	0,00%	99,97%
Taxa Exec. (paga/corr.)	100,14%	99,89%	60,28%	0,00%	99,97%

### Investimentos Incluídos no PIDDAR

Class.	Descrição	Orçam.	Orçam.	Despesa	Despesa	Taxa Exec.	Taxa Exec.
Orçam.		Inicial	Corrigido	Cabim.	Paga	(cab/corr)	(paga/corr)
10.50.40.02	Tip., Cont.Qual. Prom. Prod. Reg. Orig. Animal	10.000,00	113,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10.50.41.01	Centros de Atendimento Veterinário	115.000,00	79.301,00	55.417,23	52.617,09	69,89%	55,66%
10.50.41.02	Ações de Divulgação da Actividade Veterinária	10.000,00	8.450,00	4.781,65	4.781,65	56,59%	56,59%
10.50.41.03	Unidade Laboratorial para Rastreo da BSE	27.500,00	45.000,00	43.022,75	42.605,78	95,61%	94,68%
10.50.41.04	Posto de Inspeção Fronteiriço Porto Caniçal	250.000,00	275.412,00	238.601,97	238.601,97	86,63%	86,63%
10.50.41.05	Programa Laboratorial - Saúde e Segurança Veter.	65.750,00	83.748,00	74.815,13	73.739,30	89,34%	88,05%
10.50.41.06	Epidemiovigilância de Zoonoses na RAM	30.000,00	43.818,00	26.649,66	21.676,22	60,82%	49,47%
10.50.41.07	Apoio Desen. Ações Insp. Vet. e Seg. Alimentar	20.000,00	13.428,00	11.183,87	10.984,57	83,29%	81,81%
<b>Total Projectos</b>		<b>528.250,00</b>	<b>549.270,00</b>	<b>454.472,26</b>	<b>445.006,58</b>	<b>82,75%</b>	<b>81,02%</b>

### Receitas da DRVeterinária

Em 2007, as receitas arrecadadas pela Direcção Regional de Veterinária atingiram o montante 50.956,18 € (cinquenta mil, novecentos e cinquenta e seis euros e dezoito cêntimos) distribuídos da seguinte forma:

Receitas	Valor (€)
Emolumentos (Médicos Veterinários)	1.415,00
Licenças Ambientais	10.000,00
Coimas e penalidades por contra-ordenação	1.533,75
Publicações e Impressos	1.074,00
Laboratório Regional de Veterinária (análises)	17.917,46
Substituição de Brincos Sanitários	2.150,85
Assistência Clínica – Medicamentosa	4.785,44
Certificados Sanitários	74,00
Vacinação de Coelho	1.847,38
Reposições Abatidas nos Pagamentos	18,00
Contratos	10,00
Testes Rápidos (BSE)	10.130,30
<b>Total</b>	<b>50.956,18</b>

### **3. Direcção de Serviços de Protecção Veterinária**

Mais um ano passado, e esta Direcção de Serviços regozija-se em afirmar que, durante o ano em curso e no âmbito das suas competências, tudo fez para desenvolver o melhor trabalho, com a melhor qualidade possível, denunciando assim um sentimento de “dever cumprido”.

De ano para ano o conteúdo das plataformas onde assenta o desempenho desta Direcção de Serviços, na sua essência, não mudou, no entanto cada ano se inicia com objectivos díspares do ano transacto, apoiados em pilares que visam sobretudo a protecção, senso lato, do consumidor final (saúde pública), da produção regional e ainda dos nossos efectivos animais (saúde animal).

De uma forma isolada, ou até mesmo com interacção de desempenhos, a DSPV tem sempre como objectivo ultimo satisfazer as solicitações de terceiros, mantendo-se contudo atenta ao desenrolar das situações e transmitindo a imagem de um serviço cuidadoso e actuante face ao que a rodeia.

Este enquadramento levou pois a DSPV a desenvolver múltiplos contactos, nomeadamente com a Autoridade Veterinária Nacional, no sentido de se criarem critérios homogéneos não só no desenvolvimento de Planos Nacionais, como também no cumprimento de programas comunitários. Tentou-se igualmente ser uma presença assídua nas reuniões dos Planos Nacionais, não só numa tentativa de enquadramento da realidade regional, como também no intuito de gerar avaliações de resultados consonantes, a maior parte deles para posterior comunicação à Comunidade Europeia.

A Higiene e Segurança Alimentar nos últimos anos assumiu, de uma forma acutilante, um papel relevante na produção dos géneros alimentícios na sua generalidade, impondo regras muito específicas a todos os níveis de produção do produto, até à fase final da comercialização. Estes conceitos revestem-se de grande notoriedade quando aplicados a produtos perecíveis ou altamente perecíveis, como sejam os produtos de origem animal.

Neste âmbito, estes Serviços, com um sentido profundo de responsabilidade, levou a cabo numerosas acções de controlo a diferentes níveis de produção e comercialização, no sentido de fortalecer a nossa missão e o nosso papel no desenvolver do conceito – “Segurança Alimentar”. As acções foram diversas. Procederam-se a acções de controlo e inspecção nas mercadorias provenientes quer do mercado interno quer de países terceiros, pesquisou-se resíduos nos produtos de origem animal através da execução do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos, e manteve-se ainda uma vigilância atenta aos Sistema de Redes de Alerta.

Ainda no âmbito da segurança alimentar e com especial dedicação à produção regional de produtos de origem animal, adoptámos uma postura de entreajuda, alertando e facultando aos empresários todo o tipo de informação de modo a sensibilizar e promover os quesitos higiénicos de

laboração e o incremento cada vez mais exigente das regras e padrões de qualidade no que concerne ao produto acabado. Não deixamos no entanto de estar seriamente preocupados com a produção regional de leite cru, que carece de transformações profundas junto da produção, para que possa vir a apresentar um produto de reconhecida qualidade. Julgamos que esta metodologia, embora lentamente, tem vindo a dar alguns frutos, avaliando-se pela gradual adequação dos estabelecimentos aos requisitos legalmente estipulados.

Neste âmbito é de salientar que os procedimentos adoptados por estes serviços foram alvo de uma auditoria por parte da Autoridade Veterinária Nacional (DGV), a qual na sua globalidade apresentou resultados satisfatórios. Ficou no entanto patente a necessidade urgente da adequação dos agentes económicos à nova legislação alimentar.

Nesta sequência, aguardamos expectantes a finalização do novo laboratório, pois é imperioso facultar ao agente económico um serviço laboratorial de qualidade, com respostas atempadas, de modo a satisfazer a procura, não só ao nível da segurança alimentar mas também no apoio à saúde animal e produção animal.

Intimamente ligado ao conceito “segurança alimentar” surgem todas as intervenções sanitárias aliadas à produção primária. O nosso desempenho nesta faixa produtiva é relevante, através da execução de vários planos de controlo e vigilância de agentes zoonóticos, com especial relevância para a vigilância da Gripe Aviária, das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis e do controlo das Salmonelas. Um factor altamente condicionante da efectivação destes planos é a grande carência de meios humanos, sobretudo ao nível de médicos veterinários e pessoal dos quadros auxiliares, que dificultam e por vezes limitam o adequado e atempado desempenho destes Serviços. Continuamos cientes que algumas acções deveriam ser intensificadas, com especial relevância para o rastreio da Tuberculose, problema que tem vindo a ser apresentado ultimamente como um problema crescente de saúde pública.

Uma outra questão que recai igualmente na alçada das competências desta Direcção de Serviços, relaciona-se com o conceito de “Bem Estar Animal”, que cada vez mais marca e sensibiliza a opinião pública, não só ao nível dos animais de companhia como também ao nível dos animais de produção. O trabalho nesta área sofreu um incremento significativo, tendo-se promovido uma sensibilização para estes valores, e correcção de muitas situações, quase de forma individualizada. As denúncias foram muitas e tentámos sempre corresponder às solicitações, muitas vezes em parcerias com a autoridade regional de saúde, já que muitas delas envolviam também problemas de saúde pública. Neste contexto não podemos deixar de fazer referência à inexistência de estruturas municipais (canis) que muitas vezes inviabilizam a determinação e cumprimento de certos procedimentos legais.

O registo e identificação de animais, instrumento de trabalho indispensável para a epidemiovigilância de qualquer região, continua a ser assegurado por estes Serviços, numa parceria estreita e de inter ajuda com o nossos produtores, pois o conjunto de procedimentos obrigatórios a eles imputados afiguram-se por vezes demasiado complexos. Muito embora o esforço desenvolvido nesta área seja notório, nem sempre estes serviços conseguiram satisfazer atempadamente todas as solicitações. É de considerar o incremento de trabalho durante o ano em apreço, decorrente da obrigatoriedade de identificação e registo de todos os pequenos ruminantes e suínos, independentemente do tipo de produção. A permanência desta simbiose entre os serviços e o produtor poderá sofrer grave revés se não for equacionado um reforço dos meios humanos, já que de ano para ano se regista uma diminuição de funcionários. É importante realçar que o sistema de identificação e registo de animais concorre igualmente para a segurança dos produtos de origem animal, já que assegura a rastreabilidade dos mesmos, assim como desempenha um papel importante nos controlos da condicionalidade.

Os Centros de Atendimento Veterinário continuaram a desenvolver um trabalho marcante ao nível do acompanhamento clínico da nossa população animal, sendo de destacar o desempenho registado no centro de atendimento do Porto Santo, com uma contribuição inequívoca não só à lavoura daquela região, como também à sua população de animais de companhia. Não será demais aqui realçar o papel importantíssimo, desempenhado pelos técnicos destas unidades, ao nível da sensibilização e aconselhamento dos nossos produtores para novos conceitos e procedimentos relacionados sobretudo com o bem estar e identificação animal.

Para finalizar aprez-nos contudo afirmar, que apesar de todas as vicissitudes, os objectivos desta Direcção de Serviços nunca foram postos em causa, para isso contribuindo de forma inequívoca o esforço e empenho de todos os funcionários a ela adstritos a quem desde já anuncio o meu grato reconhecimento. O ano que se aproxima poderá apresentar algumas “nuances” a nível organizacional, no entanto estamos crentes que com a participação de todos continuaremos a prosseguir na construção e desenvolvimento da nobre missão imputada, neste momento, a esta Direcção de Serviços de Protecção Veterinária.

Directora de Serviços de Protecção Veterinária

**Fátima Drumond Sousa**  
(Médica Veterinária)



## **3.1 Divisão de Saúde e Bem-Estar Animal**

O produtor madeirense inserto desde 1986 na, então denominada, C. E. E., passou a beneficiar de fundos comunitários que visam a modernização da economia e melhorias nos mais variados sectores, incluindo o sector agro-pecuário. Com os novos fundos, o produtor madeirense, apanhado na complexa teia da Política Agrícola Comum, sente cada vez mais os efeitos de um mercado que se apresenta mais exigente e competitivo, sobretudo a nível da produção primária.

A exploração pecuária madeirense apresenta-se com características muito próprias condicionadas principalmente pela orografia da Região. As unidades produtivas apresentam na sua grande maioria apenas um ou dois animais, o que lhes imprime um carácter essencialmente doméstico. O produtor madeirense continua a desenvolver a sua actividade pecuária como um complemento à sua subsistência.

É assim, neste ambiente, por vezes desanimador, que se inserem as actividades desenvolvidas por esta divisão, que se esforça por ir ao encontro das necessidades prementes dos produtores pecuários, ultrapassando múltiplos obstáculos que a todo o momento tenta ultrapassar.

Assim, a DSBA executou ao longo do ano de 2007 uma panóplia de intervenções, tendo sempre como objectivo primordial auxiliar e orientar toda a cadeia humana interveniente desde o produtor ao consumidor final.

Paralelamente ao efectivo animal de cariz produtivo, e tendo a componente Saúde Pública na mira a todo o tempo, surge o desenvolvimento de um conjunto de acções incidentes sobre os animais de companhia, que vislumbra, a cada dia que passa, a atenção mais cuidada dos detentores de animais de companhia.

### **3.1.1 Rastreio Sorológico em Espécies Pecuárias**

As doenças naturalmente transmitidas pelos animais ao homem, comumente designadas por zoonoses, revestem-se de importância capital para a saúde pública. Os custos para os sistemas de saúde atingem valores avultados, a que há que acrescentar as repercussões a nível pessoal e as quebras na produção, o que só por isso justifica procurar formas de identificar e prevenir a propagação das diferentes patologias zoonóticas.

Assim, o rastreio sorológico das diversas doenças efectuado pela DSBA surge como o alicerce da vigilância epidemiológica na Região.

### **3.1.2 Brucelose Bovina e dos Pequenos Ruminantes**

Uma das zoonoses mais conhecida entre os produtores é a Brucelose que se reveste de grande importância epidemiológica na medida em que constitui um grave problema ao nível da saúde pública, além das prejuízos económicos que acarreta à produção.

A DSBA tem apostado ao longo dos tempos na sensibilização dos produtores para esta problemática que os rodeia, de modo a proporcionar e facilitar a execução do nosso trabalho, que nem sempre é visto de bom grado.

A par desta dificuldade, para já minimizada, surgem outros impedimentos por vezes inultrapassáveis, que se prendem sobretudo com a carência de meios humanos e materiais que nos impedem de desenvolver esta acção numa forma programada e eficiente, tendo em conta os critérios elementares de qualquer rastreio. Apesar de todos os obstáculos, durante o ano de 2007 procedeu-se ao rastreio de 385 bovinos em 126 explorações (quadro n.º 1) e de 1.627 pequenos ruminantes em 61 explorações (quadro n.º 2).

O aumento abrupto do número de explorações e de animais rastreados, relativamente a anos transactos, prende-se com a maior disponibilização de meios humanos e materiais, que apesar dos resultados alcançados continuam a limitar notoriamente a realização do rastreio cujos resultados se traduzem negativos na sua totalidade.

### **3.1.3 Leucose Bovina Enzoótica**

À semelhança dos anos transactos, continuou-se a realizar o rastreio desta patologia uma vez que o desenvolvimento desta acção é feito simultaneamente com outras e representa uma mais valia no que diz respeito ao conhecimento do estatuto sanitário dos nossos efectivos.

Apesar da nossa Região não se encontrar abrangida pelo plano de erradicação da Leucose Bovina, esta divisão procedeu ao controlo de 367 animais distribuídos por 119 explorações (quadro n.º 3). Atingiu-se, pelo nono ano consecutivo, resultados na ordem dos 100% de negatividade, que nos levam a continuar a acreditar que esta patologia não tem expressão nos nossos efectivos. Apesar dos esforços envidados pela divisão, temos consciência que a abrangência do rastreio ao nível dos efectivos da Região ficou aquém do desejado.

### **3.1.4 Peripneumonia Contagiosa Bovina**

A peripneumonia contagiosa bovina é uma doença micoplásmica contagiosa do gado bovino, que é alvo de vigilância epidemiológica. Tendo em consideração o conceito de vigilância, é imperioso ter conhecimento do estatuto sanitário dos nossos efectivos, sob pena de a qualquer

momento podermos ser surpreendidos pela negativa. Assim, e tendo em conta que o rastreio desta patologia pode ser posto em acção, paralelamente com a execução de outros rastreios, desenvolvemos esta acção em todo o efectivo bovino intervencionado, tendo-se procedido ao rastreio de 128 animais num total de 119 explorações bovinas. Os resultados obtidos demonstram uma negatividade na ordem dos 100% (quadro n.º 4).

### **3.1.5 Doença de Aujeszky**

Muito embora a Doença de Aujeszky não seja uma zoonose, é uma doença altamente penalizadora da produção, de declaração obrigatória, e condicionadora do comércio intracomunitário do porco. Nesta base, foi criado a nível nacional o Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky (PCEDA), no qual estamos inseridos, e que ao abrigo de legislação específica delinea todo um conjunto de procedimentos a serem desenvolvidos de forma a atingir os propósitos deste plano. Assim, e de acordo com um conjunto de directrizes emanadas pela Direcção Geral de Veterinária deu-se início ao seu desenvolvimento em finais de 2003. A sua prossecução foi animadora no ano de 2004, mas durante estes últimos dois anos e atendendo aos grandes condicionalismos impostos, quer de origem material, quer de origem humana, não foi possível executar o desejável, ficando-se apenas pela intervenção a nível de apenas uma exploração suinícola, num universo de 33 seleccionadas, totalizando 11 animais rastreados, englobando reprodutores e animais de engorda (quadro n.º 5). Alertamos para o facto da prossecução deste trabalho só ser possível se houver disponibilidade de meios humanos e materiais de suporte ao desenvolvimento do mesmo.

### **3.1.6 Rastreio de Tuberculose**

A Tuberculose é uma zoonose que assume particular importância em saúde pública, até porque cada vez mais são relatados casos de tuberculose humana. Os esforços envidados pelo Sistema Nacional de Saúde no combate a esta patologia são do conhecimento geral. Assim será fácil de compreender a importância deste rastreio nos nossos animais, sobretudo em bovinos, em que é possível fazer o diagnóstico em vida. Sendo uma patologia normalmente de carácter insidioso, com uma evolução quase sempre crónica, seria de todo pertinente intensificar o seu rastreio. Durante 2007 foram apenas rastreados 77 bovinos divididos por 8 explorações (quadro n.º 6) não se tendo realizado mais provas na Região por manifesta falta de meios materiais e recursos humanos. Este rastreio exige uma coordenação atempada e perfeitamente sincronizada no tempo, pois os animais têm de ser visitados impreterivelmente com 72 horas de intervalo, o que devido à escassez de meios materiais e humanos, inviabiliza a concretização deste objectivo.

### **3.1.7 Rastreio de Salmoneloses**

A segurança alimentar é tida, hoje em dia, como elemento de afirmação dos mercados e, conseqüente e inevitavelmente, da produção animal. Assim, é indispensável que a vigilância não se circunscreva a um número limitado de zoonoses, mas que todas sejam registadas e identificadas. O rastreio deve abranger todos os elementos da cadeia alimentar, em conformidade com os princípios de Segurança dos Alimentos. Quanto mais cedo, na cadeia alimentar, for possível impedir uma zoonose, mais eficaz e menos oneroso isso será, razão pela qual se reveste de grande importância a vigilância ao nível da produção animal. Neste âmbito, e seguindo as indicações da Direcção Geral de Veterinária por forma a dar cumprimento ao Regulamento n.º 2160/2003, de 17 de Novembro, procedeu-se à execução do Plano Controlo das Salmonelas em Bandos de *Gallus gallus* de Reprodução, no aviário da nossa Região que se dedica à multiplicação e à incubação de ovos. O estudo revelou 50% de amostras positivas (quadro n.º 7) o que obrigou ao operador reforçar as medidas de bio-segurança na exploração e ao abate controlado dos bandos infectados.

### **3.1.8 Acções de Profilaxia Médica**

A profilaxia médica, em muitas patologias infecciosas, passa pela vacinação, que tem por objectivo primordial proteger o estado de saúde dos animais em geral, conferindo-lhe um grau de imunidade capaz de resistir às doenças, quando na presença de agentes infecciosos.

O uso de vacinas no controlo das doenças reveste-se efectivamente da maior importância quando lidamos com patologias de grupo, ou quando as prevalências de doenças infecto-contagiosas são normalmente elevadas. Contudo, nenhum destes panoramas são identificáveis na nossa Região, tanto mais que os sistemas de produção existentes dificultam por si só a eventual progressão de doenças infecto-contagiosas. É pois neste ambiente, que o nosso produtor desenvolve a sua acção, não sentindo grande necessidade de recorrer a este tipo de intervenção.

É de frisar que, sempre que possível, os técnicos desta divisão tentam incentivar os produtores a procederem à vacinação dos animais deste arquipélago, e de forma muito particular tentam persuadir os produtores que são detentores de explorações com um número de animais considerável. Paulatinamente, sentimos que a mensagem está a surtir efeito, no entanto as nossas restrições materiais e humanas condicionaram muito o desenvolvimento deste nosso objectivo.

No âmbito da cunicultura, prosseguiu-se com as vacinações nas pequenas explorações domésticas de leporídeos, que confrontando-se sistematicamente com patologias de elevada mortalidade solicitam a nossa intervenção. É de referir que o número de explorações intervencionadas e o número de coelhos vacinados é superior aos anos transactos (quadro n.º 8).

Continuamos a colaborar com a Direcção Regional de Florestas com o intuito de assegurar a vacinação dos coelhos silvestres, e protegê-los, subsequentemente, da doença hemorrágica viral e principalmente da Mixomatose que, mais do que nunca, tem dizimado o efectivo de coelhos das serras da nossa ilha. O número de coelhos vacinados no Paúl da Serra foi substancialmente inferior aos últimos anos, representando apenas cerca de 25% em relação a 2006.

### **3.1.9 Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis**

Um conjunto de diplomas nacionais e comunitários regem os procedimentos a desenvolver de forma a que a vigilância das encefalopatias espongiformes transmissíveis (EET) seja eficiente. Estas especificações em vigor, constituem os pilares fundamentais no controlo destas patologias que apresentam graves repercussões para a saúde pública.

As medidas de prevenção e erradicação das encefalopatias espongiformes transmissíveis (EET) ganham, desta forma, cada vez maior expressão no que se refere à salvaguarda da saúde pública e à saúde dos animais mantidos, engordados ou criados para a produção de géneros alimentícios.

Assim, e considerando os animais alvo de monitorização, procedeu-se à recolha e análise de 96 troncos cerebrais de bovinos com mais de 24 meses, mortos na exploração, e de 34 troncos cerebrais de ovinos (quadro n.º 9). O resultado de todas estas amostras mostrou, mais uma vez, negatividade na ordem dos 100%.

Como medida complementar de epidemiovigilância das EET, estipulada no Decreto Legislativo Regional n.º 3/99/M, de 13 de Fevereiro, os auto-produtores, armazenistas e auto-consumidores procedem à comunicação sistemática aos nossos Serviços, da entrada na RAM de alimentos para animais de exploração ou para aquicultura (quadros n.ºs 10 e 11).

Como medida adicional de vigilância das encefalopatias espongiformes transmissíveis, a Divisão executou o Plano de Controlo de Alimentação Animal (CAA). O CAA visa a comprovação da correcta aplicação da legislação vigente no âmbito da utilização, aquisição e, ou, produção de matérias-primas, de pré-misturas e de alimentos compostos para animais, com a qualidade e salubridade adequadas, tendo como objectivo primordial a defesa da saúde pública. Assim, e de forma a dar cumprimento ao CAA procedeu-se à recolha de amostras ao nível da fábrica de alimentos para animais e explorações bovinas, suinícolas e avícolas (quadro n.º 12) aguardando-se os respectivos resultados.

### **3.1.10 Controlos**

#### **Controlos Sanitários**

Desde sempre que a Região Autónoma da Madeira depende do “mercado externo” para satisfazer a procura tanto de animais vivos e de produtos animais, como também de produtos para animais. Deste modo e com base no consignado nos diversos diplomas nacionais e nos que regem o trânsito intracomunitário de animais e de produtos animais, a DSBA efectuou numa base aleatória um conjunto de controlos veterinários, quer de natureza documental e de identidade, quer de carácter físico, com o intuito de corroborar a natureza, os quantitativos e a certificação sanitária dos animais de produção que dão entrada na Região (quadro n.º 13).

À semelhança dos anos transactos, a entrada de gado bovino proveniente da Região Autónoma dos Açores (quadro n.º 14) é a que revela maior expressão. Para nossa maior satisfação, e embora em menor quantidade, voltamos a assistir à chegada de bovinos de alto valor genético provenientes da UE (quadro n.º 14). A entrada de novos “pools” genéticos representam uma melhoria genética dos nossos efectivos e, subsidiariamente, das performances de produção dos mesmos.

No âmbito da avicultura, a actividade da Divisão em termos de controlos processou-se de modo idêntico aos anos anteriores, já que a entrada do número de pintos oriundos do continente português e da UE foi muito similar ao dos últimos anos (quadro n.º 15).

Analogamente à produção pecuária, surge a produção de peixes em aquacultura. O desenvolvimento desta actividade na nossa Região continua a nos apresentar um grande potencial no mercado económico, encontrando-se em franco crescimento, que se traduz no notório aumento do número de entrada de alevins na RAM, em relação a 2006, em que os valores se duplicaram (quadro n.º 16).

A cultura do tomate em estufa, à semelhança de todas as outras culturas, apresenta as suas dificuldades, nomeadamente ao nível da polinização, devido à insuficiente produção de pólen ou à sua fraca mobilidade. Uma forma de garantir e aumentar a produção do tomate consiste na introdução de insectos, nomeadamente, de abelhões, cujo objectivo é assegurar a polinização das culturas. O uso de abelhões com o propósito de ultrapassar os contratempos da baixa percentagem de polinização e dos efeitos nefastos de alguns inimigos das culturas, tem feito com que o número de entrada de abelhões na RAM tenha vindo gradualmente a subir, tendo-se verificando a introdução de um total de 3.140 abelhões em estufas de culturas de tomate na RAM.

A procura dos animais de companhia no mercado regional encontra-se numa fase de crescimento exponencial. Assim, a entrada de animais de companhia começa a ganhar expressão

considerável no universo das entradas de mercadorias na Região. Os animais de companhia que dão entrada na RAM (quadro n.º 18) destinam-se ao comércio em estabelecimentos licenciados para o efeito e, posteriormente, a consumidores que reconhecem que os animais de companhia contribuem para a qualidade de vida do Homem e que são uma mais valia para a sociedade.

### **Controlos de Bem-Estar**

Conscientes de que nem tudo corre da forma desejada no âmbito do bem estar animal, 2007 foi um ano durante o qual intensificamos ainda mais a nossa acção neste campo (quadro n.º 19).

A sociedade portuguesa desperta progressivamente para a valorização do bem estar dos animais, assim como o seu próprio bem estar. Constatamos que o conceito de bem estar apresenta-se mais interiorizado pelos cidadãos mais jovens que cada vez mais exigem que se faça cumprir as normas de protecção dos animais, para assegurar, subsequentemente a componente saúde pública. A par do bem estar animal, surge no sector da produção o conceito de qualidade que se reveste, cada vez mais, de carácter primordial para os produtores da região. Apesar de constatarmos uma melhoria considerável na forma como os detentores encaram os animais, continua a surgir pessoas, menos informadas ou inconscientes, que resistem à mudança de mentalidade e de hábitos, desrespeitando as condições de salubridade e as normas mínimas para o bem estar dos animais, dando consequentemente, azo a reclamações contra detentores de animais, quer de produção, quer de companhia, que desencadearam a nossa intervenção (quadro n.º 20).

#### **3.1.11 Pareceres Técnicos**

A emissão de pareceres por parte da Divisão é sempre apoiada num suporte legal e orientada por normas higio-técnico-sanitárias aplicadas ao projecto em apreço. Uma das competências desta divisão passa pela emissão de pareceres de projectos de estabelecimentos de comércio de produtos para animais e de animais vivos. As dificuldades sentidas pela Divisão nesta área, reportaram-se novamente ao desrespeito pelos trâmites processuais por parte dos municípios, que continuam a sentir dificuldade em implementar procedimentos de acordo com o consignado na Lei.

Ineditamente analisou-se o primeiro projecto sobre um centro de recolha de animais. Procedemos igualmente a vistorias a estabelecimentos que prestam cuidados a animais, por forma a emitir o nosso parecer técnico (quadro n.º 21). Constatamos de forma particular que, numa tentativa de satisfazer a procura deste género de serviços, surge no mercado um número crescente deste tipo de estabelecimentos.

Ainda dentro das nossas competências foram avaliados alguns projectos de unidades de produção pecuária, tendo sempre em consideração os parâmetros higio-técnico-sanitários específicos para a produção em causa.

### **3.1.12 Visitas Técnicas**

A DSBA, dentro do âmbito das suas funções, desencadeou várias acções de âmbito técnico orientadas essencialmente para a identificação de situações incorrectas e, ou, deficientes ao nível dos vários alojamentos de várias espécies animais (quadro n.º 22). A natureza desta intervenção motivou o levantamento de alguns autos de notícia e a emissão de vários ofícios às entidades intervencionadas, no sentido de corrigirem as situações identificadas num período que lhe é fixado, findo o qual voltamos a vistoriar.

### **3.1.13 Gripe Aviária**

O decréscimo da ocorrência de focos de Gripe Aviária ao longo de 2007 e a própria localização mundial dos novos casos desta patologia, trouxeram alguma tranquilidade aos nossos cidadãos, restabelecendo a confiança dos consumidores relativamente ao comércio de frango. O próprio facto de ter sido detectado a presença do vírus da Gripe Aviária de baixa patogenicidade do subtipo H5, não N1, em duas explorações avícolas dos concelhos da Lourinhã e de Mafra, parece não ter assustado a nação nem ter provocado qualquer decréscimo na procura da carne de aves.

O plano de vigilância epidemiológico visa detectar a circulação precoce do vírus e fornecer, concomitantemente, alertas precisos e oportunos tendentes a contrariar qualquer tipo de disseminação indesejável e planos de contingência que compreendem as directrizes de actuação em situações de emergência.

Desde 2005 que o Plano de Vigilância de Gripe Aviária foi implementado na RAM, e revela-se cada vez mais abrangente à medida que a comunidade científica avança nos seus estudos e nas suas conseqüentes descobertas. Assim, foi lançado no terreno o Plano Regional – Plano de Vigilância da Gripe Aviária 2007 - que abrangeu o rastreio de aves das lojas de animais (quadro n.º 23) dos parques zoológicos (quadro n.º 24) explorações cinegéticas (mapa n.º 25) assim como de aves abatidas em matadouro (quadro n.º 26).

Os cadáveres de aves que foram encaminhados para o Laboratório Regional de Veterinária perfizeram um total de 7 exemplares, tendo-se efectuado a pesquisa do vírus apenas naqueles cujas lesões eram suspeitas (5 animais). O facto dos quantitativos serem notoriamente inferiores aos dos últimos dois anos prende-se com a população se ter mentalizado e interiorizado que a pior ameaça



da Gripe Aviária reside nas aves migradoras e nas espécies de aves selvagens não endémicas à nossa Região.

### **3.1.14 Perspectivas para 2008**

Terminada a exposição das actividades desenvolvidas pela DSBA ao longo de 2007, urge perspectivar as diversas acções que a divisão pretender levar a cabo durante o período de 2008. Os objectivos delineados para a divisão revestem-se de clareza e de objectividade. No entanto, os meios para executá-los apresentam um carácter de incerteza crescente, uma vez que os meios para atingi-los não vêm ao encontro das necessidades da Divisão.

Conscientes das dificuldades que a DSBA enfrentará, quer de ordem material e burocrática, quer de natureza humana pretende-se, de forma geral, continuar a trabalhar no sentido de igualar os quantitativos alcançados nos diversos sectores de actuação da Divisão aos do ano transacto.

No que concerne ao trânsito nacional e intracomunitário de animais e com o sentido único de uma vigilância considerada imprescindível num comércio sem fronteiras, objectiva-se a intensificação dos controlos sanitários e documentais/identidade/físico.

Relativamente aos controlos de bem estar visa-se dar cumprimento à execução da parte do Plano Nacional de Bem Estar Animal (PNBEA) que nos for incumbida. Paralelamente ao PNBEA ambicionamos intensificar os controlos aleatórios nos diversos campos de acção, e continuar a apostar na componente didáctica dado que o assunto envolve cada vez mais os cidadãos que se preocupam em defender o bem estar dos animais.

Na área da sanidade animal ambiciona-se reforçar as campanhas de tuberculização, que se revestem de importância primordial na medida em que a tuberculose continua a ser uma patologia temida por todos e com grande impacto para a saúde pública.

No sector da prevenção, e no âmbito do actual contexto da Gripe Aviária, temos como objectivo desenvolver o Plano de Vigilância para esta doença na nossa Região.

No campo da produção pecuária, mais precisamente, ao nível da bovinicultura almeja-se dar continuidade, à classificação das explorações bovinas, à análise dos projectos das explorações, assim como, à atribuição das respectivas licenças.

A DSBA, ciente das carências e limitações com que se deparará e das proporções que estas podem tomar, pretende executar todas as suas actividades com o rigor necessário ao desenvolvimento das mesmas.

**Quadro n.º 1 - Rastreio de Brucelose Bovina**

Concelho	Número de Explorações		Número de Animais		
	Rastreadas	Infectadas	Rastreados	Negativos	Positivos
Calheta	49	0	117	117	0
Porto Moniz	27	0	91	91	0
Santana	22	0	29	29	0
Machico	6	0	7	7	0
Santa Cruz	8	0	109	109	0
Funchal	2	0	2	2	0
Ribeira Brava	3	0	4	4	0
Ponta do Sol	1	0	1	1	0
Porto Santo	8	0	25	25	0
<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>0</b>	<b>385</b>	<b>385</b>	<b>0</b>
			<b>Percentagem</b>	100%	0%

**Quadro n.º 2 - Rastreio de Brucelose dos Pequenos Ruminantes**

Concelho	Número de Explorações		Número de Animais		
	Rastreadas	Infectadas	Rastreados	Negativos	Positivos
Funchal	8	0	234	234	0
Câmara de Lobos	12	0	44	44	0
Ribeira Brava	6	0	17	17	0
Ponta do Sol	3	0	7	7	0
Calheta	1	0	1	1	0
Santana	1	0	175	175	0
Machico	5	0	207	207	0
Santa Cruz	21	0	809	809	0
Porto Santo	4	0	133	133	0
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>0</b>	<b>1.627</b>	<b>1.627</b>	<b>0</b>
			<b>Percentagem</b>	100%	0%

**Quadro n.º 3 - Rastreio de Leucose Bovina Enzoótica**

Concelho	Número de Explorações		Número de Animais		
	Rastreadas	Infectadas	Rastreados	Negativos	Positivos
Calheta	49	0	117	114 (*)	(*)
Porto Moniz	20	0	73	73	0
Santana	22	0	29	29	0
Machico	6	0	7	6 (*)	0 (*)
Santa Cruz	8	0	109	91 (*)	0 (*)
Funchal	2	0	2	1 (*)	0 (*)
Ribeira Brava	3	0	4	2 (*)	0 (*)
Ponta do Sol	1	0	1	(*)	0 (*)
Porto Santo	8	0	25	21	0
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>0</b>	<b>367</b>	<b>(*)</b>	<b>(*)</b>
(*) Aguarda-se resultados			<b>Percentagem</b>	(*)	(*)

**Quadro n.º 4 - Rastreio da Peripneumonia Contagiosa dos Bovinos**

Concelho	Número de Explorações		Número de Animais		
	Rastreadas	Infectadas	Rastreados	Negativos	Positivos
Calheta	49	0	49	46 (*)	0 (*)
Porto Moniz	20	0	22	22	0
Santana	22	0	22	22	0
Machico	6	0	6	1 (*)	0 (*)
Santa Cruz	8	0	15	13 (*)	0 (*)
Funchal	2	0	2	1 (*)	0 (*)
Ribeira Brava	3	0	3	2 (*)	0 (*)
Ponta do Sol	1	0	1	(*)	(*)
Porto Santo	8	0	8	7 (*)	0 (*)
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>0</b>	<b>128</b>	<b>(*)</b>	<b>0(*)</b>
(*) Aguarda-se resultados			<b>Percentagem</b>	(*)	(*)

**Quadro n.º 5 - Rastreio da Doença de Aujeszky**

Concelho	Número de Explorações		Número de Animais		
	Rastreadas	Infectadas	Rastreadas	Negativos	Positivos
Santana	1	0	11	11	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>0</b>
			<b>Percentagem</b>	100%	0%

**Quadro n.º 6 - Rastreio de Tuberculose Bovina**

Concelho	Número de Explorações		Número de Animais		
	Rastreadas	Infectadas	Rastreadas	Negativos	Positivos
Porto Santo	4	0	11	11	0
Santa Cruz	1	0	43	43	0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	<b>0</b>
			<b>Percentagem</b>	100%	0%

**Quadro n.º 7 - Rastreio de Salmonelas em Aviários de Multiplicação**

Concelho	N.º de Aviários	N.º Bandos Rastreados	N.º Bandos Infectados	N.º de Amostras Colhidas	N.º Amostras Negativas	N.º Amostras Positivas	
Santa Cruz	1	4	2	6	3	3	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	
					<b>Percentagem</b>	50%	50%

**Quadro n.º 8 - Vacinação de Leporídeos****Coelhos Domésticos**

Concelhos	N.º de Explorações	N.º de Animais	
		Doença Hemorrágica Viral	Mixomatose
Calheta	3	15	15
Câmara de Lobos	9	141	141
Funchal	20	254	254
Machico	12	222	222
Ponta de Sol	37	550	550
Porto Moniz	6	89	89
Ribeira Brava	21	368	368
Santa Cruz	12	254	254
Santana	1	4	4
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>1.897</b>	<b>1.897</b>

## Coelhos Silvestres

Concelhos	Zonas	Doença Hemorrágica Viral	Mixomatose
Ponta de Sol	1	33	33
Santa Cruz	1	25	25
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>58</b>	<b>58</b>

## Vigilância das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis

### Quadro n.º 9 - Monitorizações

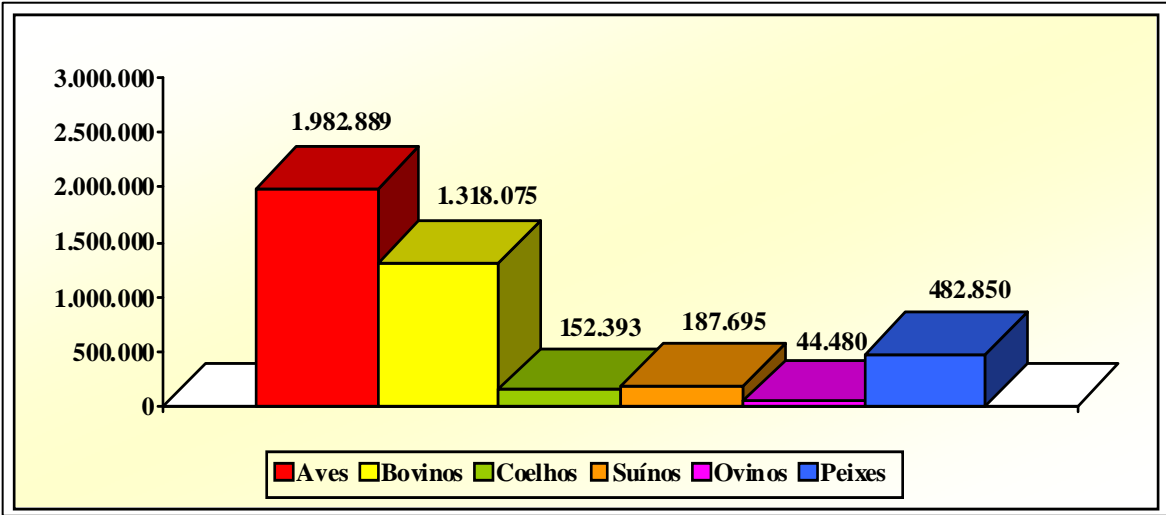
Meses	Número de Bovinos	Número de Pequenos Ruminantes	Resultados
Janeiro	9	4	Negativo
Fevereiro	10	3	Negativo
Março	13	5	Negativo
Abril	8	1	Negativo
Maió	14	2	Negativo
Junho	7	2	Negativo
Julho	5	0	Negativo
Agosto	4	2	Negativo
Setembro	7	0	Negativo
Outubro	7	2	Negativo
Novembro	7	1	Negativo
Dezembro	5	12	Negativo
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>34</b>	

**Quadro n.º 10 - Entrada de Alimentos Compostos (Kg) para Animais de Produção**

Destinatário	Alimento Composto para Aves	Alimento Composto para Bovinos	Alimento Composto para Leporídeos	Alimento Composto para Ovinos	Alimento Composto para Suínos	Alimento Composto para Peixes	Alimento Simples	Aditivos
Aquaiilha	0	0	0	0	0	342.500	0	0
Aviário Gonçalves & Pereira	511.820	65.720	0	1.560	26.160	0	42.655	0
Bovimadeira	0	600.000	0	0	0	0	71.000	0
Carnes Ramos		214.820	0	0	0	0	57.030	0
Célia Huber	2.440	0	0	0	0	0	0	0
Charles Jeremy Zino	1.760	0	0	280	0	0	0	0
Coop. Agrícola do Funchal	540.569	20.760	119.773	33.120	7.800	0	660	0
Eugénio de Caires	709.120	0	0	0	0	0	0	0
Esmoitada	0	43.000	0	0	0	0	0	0
Fernandes & Gomes	90.000	0	0	0	0	0	0	0
Gama & Gama	0	99.240	0	0	0	0	0	0
Ilha Peixe	0	0	0	0	0	140.350	0	0
Ilha Rações	0	0	0	0	40.000	0	0	0
João E. C. Evangelista	113.855	0	32.570	0	0	0	10.790	0
Pecuária Dias	0	80.200	0	0	0	0	0	0
Rações Paulinas	7.200	32.975	0	8.680	5.000	0	0	0
Rama	0	0	0	0	3.750	0	0	1.090.640
Santos & Góis	0	0	0	0	104.985	0	0	0
Sim	0	0	0	0	0	0	3.567.150	0
Semilha	6.125	1.140	50	840	0	0	0	0
Vieira Gados	0	160.220	0	0	0	0	22.300	0
<b>Total</b>	<b>1.982.889</b>	<b>1.318.075</b>	<b>152.393</b>	<b>44.480</b>	<b>187.695</b>	<b>482.850</b>	<b>3.771.585</b>	<b>1.090.640</b>

**Quadro n.º 11 - Entrada de Alimentos para Animais por Espécie**

Origem	Aves/Kg	Bovinos/Kg	Coelhos/Kg	Suínos/Kg	Ovinos/Kg	Peixes/Kg
Portugal Continental	1.982.889	1.318.075	152.393	187.695	44.480	482.850



**Quadro n.º 12 - Plano de Controlo de Alimentação Animal (CAA)**

Natureza da Amostra	Fabricantes									Explorações Pecuárias			Total	
	Vacas Leiteiras	Bovinos Engorda	Suínos Iniciação	Suínos Crescimento/ Acabamento	Galinhas Poedeiras	Frangos Crescimento	Coelhos Crescimento	Ovinos Engorda/ Acabamento	Equinos Trabalho/ Desporto	Suínos Crescimento/ Engorda	Bovinos Acabamento	Frangos Crescimento		
N.º de Amostras	Alimento Composto	1	1	1	2	2	2	1	1	1	5	5	2	24
	Água	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	2	12
<b>Total de Amostras</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>36</b>

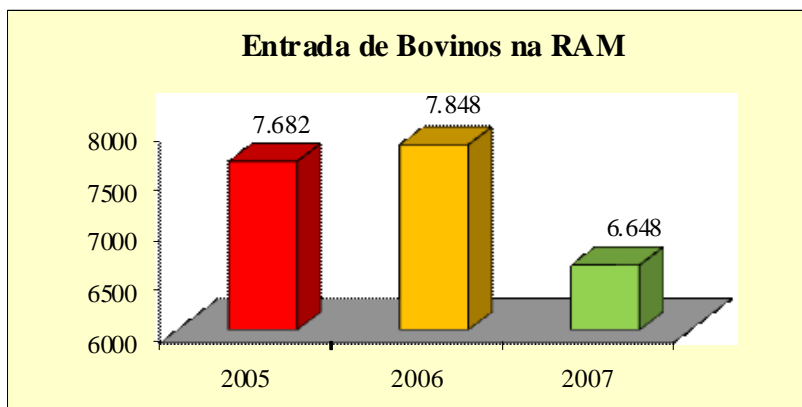


**Quadro n.º 13 - Controlos Documentais/Identidade**

<b>Tipo de Controlos</b>	<b>N.º de Controlos Efectuados</b>	<b>Incidência dos Controlos</b>	<b>Resultado</b>	<b>Observações</b>
<b>Controlos Documentais</b>	28	Bovinos	Satisfatório	Foram detectadas incorrecções, rectificadas posteriormente pela origem
	1	Suínos	Satisfatório	-
	1	Caprinos	Satisfatório	-
	1	Pombos Correio	Satisfatório	-
<b>Controlos Documentais/ Identidade/ Físico</b>	3	Pintos do Dia	Satisfatório	-
	3	Suínos	Satisfatório	-
	1	Aves Exóticas (Animais de companhia)	Satisfatório	-
	1	Peixes e Crustáceos (Animais de companhia)	Satisfatório	-
	1	Animais de Circo	Satisfatório	-

**Quadro n.º 14 - Entrada de Espécies Pecuárias na RAM**

<b>Importador</b>	<b>Suínos</b>	<b>Bovinos</b>	
	<b>Continente Português</b>	<b>R.A.Açores</b>	<b>U.E.</b>
Bovimadeira	0	2.350	55
Carnes Ramos	0	1.495	0
Esmoitada	0	121	0
Gama & Gama	0	1.063	0
João Batista Ornelas	0	356	0
Vieira Gados, Ld. <sup>a</sup>	0	1.263	0
Santagro	89	0	0
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>6.648</b>	<b>55</b>



**Quadro n.º 15 - Entrada de Aves de Capoeira na RAM**

	Portugal	Espanha	Total
Pintos do Dia	521.820	22.350*	<b>544.170</b>

\* Aves de multiplicação

**Quadro n.º 16 - Entrada de Alevins na RAM**

	Provenientes de Espanha	Total
Alevins	2.240.000	<b>2.240.000</b>

**Quadro n.º 17 - Entrada de Abelhões na RAM**

	Provenientes de Portugal	Total
Abelhões	3.140	<b>3.140</b>

**Quadro n.º 18 - Entrada de Animais de Companhia na Região Autónoma da Madeira**

<b>Destinatário</b> <b>Espécies</b>	<b>A Bicha- rada</b>	<b>A Selva</b>	<b>Jardim dos Barreiros</b>	<b>Canário da Madeira</b>	<b>Nemo &amp; Compa- nhia</b>	<b>Loro Parque</b>	<b>Sousa &amp; Gomes</b>	<b>Miau Miau</b>	<b>Pássaros Stº Antº</b>	<b>Ilhazoo</b>	<b>Diversos</b>	<b>Total</b>
Pássaros	0	465	0	0	21	332	136	117	157	0	12	<b>1.240</b>
Peixes	1.500	23.330	1.251	1.454	8.638	9.161	14.941	5.430	871	2.793	0	<b>69.369</b>
Cães	0	0	0	0	0	40	0	0	0	0	0	<b>40</b>
Hamsters	0	0	0	55	12	100	0	0	0	0	0	<b>167</b>
Tartarugas	70	370	100	155	150	309	0	0	10	40	0	<b>1.204</b>
Gatos	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	<b>12</b>
Pombos Correios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.403	<b>1.403</b>
Equídeos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	<b>6</b>
Coelhos Anões	0	0	0	4	3	105	0	0	0	0	0	<b>112</b>
Porcos da Índia	0	4	0	0	0	28	0	0	0	0	0	<b>32</b>
Pavões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	<b>2</b>
Faisões/Perdizes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	316	<b>316</b>
Animais de Circo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	<b>13</b>
Cisnes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	<b>12</b>
Patos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	<b>5</b>

**Quadro n.º 19 - Controlos de Bem-Estar**

<b>Tipo de Controlos</b>	<b>N.º de Controlos Efectuados</b>	<b>Incidência dos Controlos</b>	<b>Resultado</b>	<b>Observações</b>
Controlo de Bem Estar no Abate e Occisão	1	Aves	Satisfatório	-
	1	Bovinos	Não Satisfatório	O CARAM foi oficiado no sentido de proceder à correcção das irregularidades constatadas.
Controlos de Bem Estar em Estabelecimentos Comerciais	11	Animais de Companhia	7 Não Satisfatório	Operadores oficiados no sentido de procederem à correcção das irregularidades observadas, tendo-lhes sido concedido um prazo de tempo para esse fim.
Bem Estar em Alojamento de Animais	2	Canil Municipal	1 Não Satisfatório	Motivou o levantamento de 1 auto de notícia. Na 2ª vistoria o canil estava inactivado.
Controlos de Bem Estar no Transporte Marítimo	1	Suínos	Não Satisfatório	Motivou o levantamento de 1 auto de notícia.
	13	Bovinos	1 Não Satisfatórios	Motivou o levantamento de 1 auto de noticia e foram alertados os Serviços Agrários da Região Autónoma dos Açores por irregularidades detectadas.
	1	Equídeos	Satisfatório	
Controlos de Bem Estar no Transporte Rodoviário	12	Bovinos	Não Satisfatório	Transportadores oficiados no sentido de colmatarem as lacunas observadas.
	1	Suínos	Satisfatório	-
	4	Aves	Satisfatório	-
Controlos de Bem Estar em Explorações Pecuárias	32	Pequenos Ruminantes	32 Não Satisfatório	Motivou envio de ofício no sentido dos detentores procederem a algumas alterações com o propósito de melhorar as condições de Bem Estar Animal
	4	Bovinos	3 Não Satisfatório	
	3	Equídeos	1 Não Satisfatório	
	1	Galinhas Poedeiras	Não Satisfatório	
	111	Suínos	111 Não Satisfatório	
	11	Suínos	11 Não Satisfatório	

**Quadro n.º 20 - Controlos Subsequentes a Denúncias**

<b>Tipo de Controlos</b>	<b>N.º de Controlos Efectuados</b>	<b>Incidência dos Controlos</b>	<b>Resultado</b>	<b>Observações</b>
Falta de condições de salubridade	2	Alojamento de aves de capoeira	Satisfatório	-
	1	Alojamento de pombos	Não Satisfatório	A DRPSP recomendou a remoção das aves do local.
	15	Alojamento de canídeos	10 Não Satisfatório	Motivou o levantamento de 10 autos de notícia por falta de vacinação anti-rábica e de licença de detenção de canídeos.
	4	Alojamento de suínos	2 Não Satisfatório	A CMF foi inteirada do resultado das vistorias. Motivou levantamento de 1 auto de notícia.
	4	Alojamento de bovinos	2 Não Satisfatório	Motivou levantamento de 1 auto de notícia e denúncia à CMF e à DRAmb.
	1	Alojamento de ovinos	Satisfatório	-
	3	Alojamento de várias espécies no mesmo local	Não Satisfatório	Recomendou-se remoção dos animais. Motivou o levantamento de 1 auto de notícia
Desrespeito pelas normas de Bem Estar Animal	1	Loja de Animais	Satisfatório	-
Maus Tratos a Animais	1	Alojamento de Canídeos	Satisfatório	Reclamação sem fundamento

**Quadro n.º 21 - Pareceres Técnicos**

<b>Âmbito</b>	<b>Incidência</b>	<b>N.º de Pareceres</b>
Estabelecimentos	Consultório Veterinário	2
	Loja de Animais	2
Unidades de Produção	Avicultura	6
	Exploração de Bovinos Leiteiros	1
Alojamento de Manutenção de Animais de Companhia	Centro de recolha de animais	1

### Quadro n.º 22 - Visitas Técnicas

Visitas Técnicas	N.º de Visitas Efectuadas	Incidência	Resultado	Observações
Centro de Atendimento Veterinário	1	Consultório Veterinário	Satisfatório	-
Estabelecimentos de Comércio de Produtos Agrícolas e de Alimentos para Animais	3	Produtos para Espécies Pecuárias e de Companhia	1 Não Satisfatório	Motivou o envio de ofício no sentido de proceder a melhoramentos
Explorações Pecuárias Industriais	2	Aves	Satisfatório	-
Explorações Pecuárias Domésticas	3	Aves	1 Não Satisfatório	Produtores oficiados no sentido de corrigirem as irregularidades detectadas e assegurarem as condições mínimas de bem estar aos animais
	9	Pequenos Ruminantes	9 Não Satisfatório	
	42	Suínos	42 Não Satisfatório	
	1	Javalis	Satisfatório	-

### Plano de Vigilância da Gripe Aviária

#### Quadro n.º 23 - Rastreio de Aves nas Lojas de Animais

Concelho	Loja de Animais	Espécie Alvo	Tipo de Amostra	N.º de Amostras
Funchal	A Selva	Aves de Várias Espécies	Fezes	34
	Pássaros de St.º Ant.º			12
	Loro Park			18
	Miau Miau (R. da Carreira)			10
	Miau Miau (Oudinot)			28
	IlhaZoo			21
	Jardim dos Barreiros			26
Câmara de Lobos	Canário da Madeira	Aves de Várias Espécies	Fezes	17
Machico	A Bicharada	Aves de Várias Espécies	Fezes	10
Santa Cruz	Mundo dos Animais	Aves de Várias Espécies	Fezes	23
	Nemo & Comp.			19
			<b>Total</b>	<b>218</b>

**Quadro n.º 24 - Rastreio de Aves nos Parques Zoológicos**

Concelho	Espécie Alvo	Tipo de Amostra	N.º de Amostras
Calheta (Prazeres)	Aves de Capoeira	Fezes	8
		Zaragatoa Cloacal	12
Funchal (Jardim Botânico da Madeira)	Psitacídeos	Fezes	13
	Aves de Capoeira	Zaragatoa Cloacal	7
Porto Santo (Quinta das Palmeiras)	Aves de Capoeira	Zaragatoa Cloacal	20
<b>Total</b>			<b>60</b>

**Quadro n.º 25 - Rastreio de Aves em Explorações Cinegéticas**

Concelho	Espécie Alvo	Tipo de Amostra	N.º de Amostras
Santa Cruz	Perdizes	Zaragatoa Cloacal	8

**Quadro n.º 26 - Rastreio de Aves em Matadouro**

Concelho	Espécie Alvo	Tipo de Amostra	N.º de Amostras
Santa Cruz	Aves de Capoeira	Sangue	60

## **3.2 Divisão de Identificação Animal e Registo de Explorações**

Com o presente relatório pretende-se informar sobre as actividades desenvolvidas pela Divisão de Identificação Animal e Registo de Explorações durante o ano de 2007, tendo por base o cumprimento e adopção de medidas no âmbito das actividades e atribuições da DSPV e a colaboração com o Director de Serviços no delinear da estratégia de desenvolvimento no âmbito das suas competências.

### **3.2.1 Actividades Relevantes**

Esta Direcção Regional fez deslocar um técnico ao IFAP/INGA no dia 20 de Março, onde foram abordados os seguintes temas:

Os Controlos 2005/2006

1. A Não existência de normas e procedimentos aprovados superiormente para todos os actos, em 2006;

2. O facto das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, não possuírem os indicadores de gestão publicados para 2006;
3. A não validação dos controlos de 2006;
4. Existência de controlos de 2006 por executar a nível nacional.

Na RAM executou-se o último controlo de 2006 dia 2007/03/08, com autorização do INGA.

#### O Controlo 2007

O Presidente da Comissão de Acompanhamento Permanente do Controlo da Condicionalidade, Eng.º Fernando Mouzinho, propôs discutir, numa próxima reunião, a unificação dos controlos de condicionalidade 2007, SNIRB, Modelo N, Pab, Ovinos e Caprinos. Como as equipas controladoras são as mesmas os ninhas a controlar são os mesmos, assim como, os indicadores de selecção (animais, brincos passaportes e Red).

Deste modo, pretende-se evitar repetições inúteis de deslocações a uma mesma exploração, consumo desnecessário de papel, encargos evitáveis nas diversas deslocações, vários controlos para diferentes bases de dados com o mesmo objectivo poupança de tempo e recursos humanos.

No 3.º trimestre do corrente ano, a implementação na obrigatoriedade da identificação dos pequenos ruminantes e dos suínos na admissão ao abate foi especialmente relevante. Neste contexto foram elaborados dois posters divulgativos, um para os pequenos ruminantes e outro para os suínos, ilustrando a obrigatoriedade da identificação das espécies para admissão ao abate a partir de Agosto. Estes posters foram divulgados pelas Juntas de Freguesias da RAM, através do Presidente da ANAFRE, pelas Câmara Municipais da RAM, pelas 48 Paróquias da RAM, pela Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, através dos Técnicos Concelhios e dos Centros de Abastecimento da RAM e pelo Centro de Abate da RAM.

O desempenho dos técnicos afectos à Direcção Regional, foi determinante na divulgação e sensibilização dos detentores para a necessidade da identificação dos pequenos ruminantes e suínos, aquando da identificação dos bovinos, no âmbito do controlo de doenças, através dos tratamentos sanitários, etc.

Relativamente às explorações de suínos e de forma a não dificultar o negócio das empresas de suínos existentes na Região, ficou acordado que:

- ✓ Sempre que um produtor sem código de exploração adquirir um suíno a uma empresa, o código é atribuído, provisoriamente, mediante contacto telefónico. Posteriormente um técnico desta Divisão visita a exploração, a fim de verificar as condições de bem estar



animal em que os animais são explorados e proceder ao restante processo de identificação, nomeadamente entrega de documentos.

No âmbito da identificação de suínos, foi notório o desagrado dos detentores, especialmente detentores de 1 a 5 suínos, na necessidade do preenchimento mensal de toda a documentação, pelo facto de existir analfabetismo entre os produtores. Perante este realismo, as entidades competentes deveriam adaptar legislação adequada à identificação de suínos na RAM.

Verificamos ainda, alguma resistência por parte dos detentores de suínos em relação à colocação da marca auricular, havendo situações de recusa.

Na sequência das acções de controlo físico realizadas aos produtores de animais (bovinos, ovinos, caprinos e suínos) candidatos a pagamentos directos, objecto de condicionalidade para cada uma das Directivas Comunitárias, procedeu-se à inserção dos registos constantes dos relatórios da condicionalidade na base de dados iSINGA. No total efectuaram-se 109 controlos referentes ao ano de 2006, tendo-se cumprido os prazos definidos pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP).

A este nível realizou-se naquele Instituto, no mês de Julho, uma reunião na qual foram abordados os seguintes assuntos:

1. Ponto da situação relativamente aos controlos de condicionalidade 2006;
2. Normas e procedimentos de controlo – 2007;
3. Critérios de análise de risco – 2007;
4. Universo de selecção da amostra – 2007;
5. Consolidação da estrutura do relatório de controlo – 2007.

No 4.º trimestre o Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal – SNIRA, entrou em produção em todos os seus domínios, significando a quase inoperacionalidade do SNIRB.

Realizou-se no dia 6 de Novembro na Direcção Geral de Veterinária, uma acção de formação no âmbito da condicionalidade 2007, Domínio Saúde Pública, Saúde Animal e Identificação e Registo de Animais.

Na sequência da obrigatoriedade da identificação dos suínos para a admissão ao abate, esta Divisão incentivou todos os produtores de suínos com mais de quatro reprodutoras a adquirirem o seu próprio material de identificação, quer sejam os brincos e/ou o tatuador.

No mês de Dezembro, esta Divisão deu uma acção de formação as equipas controladoras da condicionalidade, com o objectivo de efectuarem os controlos físicos aos produtores de animais

(bovinos, ovinos, caprinos e suínos) candidatos a pagamentos directos, objecto de condicionalidade para cada uma das Directivas Comunitárias.

Nos controlos da condicionalidade de 2006 efectuados aos produtores de animais, detectaram-se irregularidades, na identificação, registo e circulação e animais, tendo como consequência um aumento significativo do número de controlos a serem realizados em 2007, de 109 controlos em 2006 para 335 controlos em 2007.

Um dos PC afectos ao PA/PI com o Código D90300, avariou em Dezembro sem possibilidade de recuperação não tendo sido substituído. A técnica que utilizava este computador como utilizadora das bases de dados, realiza as suas tarefas quando um utilizador de outro PC, do mesmo PA/PI, realiza trabalho externo.

### 3.2.2 Sistema Nacional de Identificação e Registo de Animais - Bovinos

**Quadro n.º 1 - Caracterização do Efectivo de Bovinos**

Concelhos	Explorações Com Animais (*)	Efectivo (*)	Nasc.	Mortes	Abates	Transf. em Vida RAM	Transf. em Vida Açores	Desap.	Quedas Brinco
Funchal	40	151	21	12	143	43	0	0	18
Câmara Lobos	46	126	0	15	1.696	23	1.144	0	72
Ribeira Brava	146	380	69	39	87	69	0	0	10
Ponta Sol	172	603	87	97	301	128	258	1	26
Calheta	452	1.523	435	91	238	259	0	3	80
Porto Moniz	132	418	101	19	118	184	0	2	47
São Vicente	73	168	9	29	137	63	65	0	3
Santana	233	463	49	30	175	53	0	0	39
Machico	114	312	45	40	1.312	124	829	0	79
Santa Cruz	107	1.162	99	135	2.746	613	1.769	0	218
Porto Santo	9	49	14	0	36	0	659	0	7
<b>Total</b>	<b>1.524</b>	<b>5.355</b>	<b>929</b>	<b>507</b>	<b>6.989</b>	<b>1.559</b>	<b>4.724</b>	<b>6</b>	<b>599</b>

(\*) Valores enviados pela DGV

Foi no concelho da Calheta, onde verificamos o maior número de explorações com bovinos por concelho (452 explorações 1.523 bovinos), sendo o Porto Santo, o concelho com menor número de explorações com animais (9 explorações 49 bovinos).

Ao relacionar o número de bovinos com o número de explorações por concelho, concluímos que a média de bovinos por exploração mais elevada aconteceu no concelho de Santa Cruz (aprox.11 bovinos/explorações), e a mais baixa no concelho de Santana (2 bovinos/explorações).

O número mais elevado de nascimentos por mês ocorridos no ano de 2007, pertenceu ao concelho da Calheta (435 nascimento), e número mais baixo aconteceu no concelho do Porto Santo com 14 nascimento.

No concelho de Santa Cruz registamos o número mais elevado de animais mortos 135. No concelho do Porto Santo não aconteceram mortes no ano de 2007.

Foi no concelho de Santa Cruz que se registou o maior número de animais abatidos (2746 abates). No Porto Santo registamos 36 abates.

A média mais elevada de abates por exploração pertenceu ao concelho de Câmara de Lobos (aproximadamente 37 abates/explorações) e a média mais baixa pertenceu aos concelhos do Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz e Santana (aprox.1 abate/explorações).

Foi no concelho de Santa Cruz, onde verificamos o maior número de transferências em vida ou movimentos de animais entre explorações (613 movimentos), no entanto, no Porto Santo não se verificaram movimentos de animais entre explorações.

O concelho de Santa Cruz foi o que apresentou o maior número de animais provenientes da Região Autónoma dos Açores, 1.769 animais.

No 4.º trimestre de 2007, em Dezembro, entraram nesta Região Autónoma 55 bovinos da raça Fleckvie provenientes da República Checa ao abrigo do Poseima – Raças Puras.

Foi o concelho de Santa Cruz que apresentou maior número de quedas de brinco por animal (218 pedidos de brinco). Por outro lado, os concelhos de São Vicente e Porto Santo registaram 3 e 7 pedidos de queda de brincos, respectivamente.

#### **Quadro n.º 2 - Identificações Fora do Prazo Definido por Lei**

<b>Concelhos</b>	<b>Identificação Fora do Prazo</b>
Ribeira Brava	8
Ponta do Sol	18
Calheta	17
Machico	1
Santa Cruz	3
<b>Total</b>	<b>47</b>

O maior número de identificações fora de prazo registou-se no concelho da Ponta do Sol, com 18 identificações, seguido do concelho da Calheta com 17 identificações, pelo facto dos animais se encontrarem na serra.

As identificações fora de prazo verificadas nos concelhos de Machico e Santa Cruz são consequência dos produtores estarem ausentes.

Estes pedidos de identificação fora de prazo, não é da responsabilidade dos produtores, dado a estes não serem agentes identificadores. Logo a identificação do bovino e a data da comunicação à base de dados é a mesma.

Note-se que, uma vez ultrapassado o prazo previsto por Lei para registar os animais na base de dados SNIRA, o seu registo só é possível no *form* Recenseamento Especial.

Das 929 identificações efectuadas no ano 2007, 5 % das identificações foram realizadas fora do prazo.

### **3.2.3 Controlos SNIRB/SNIRA – Oficiais**

Os controlos têm como objectivo inspeccionar todos os aspectos relativos á identificação, registo e circulação de bovinos, nomeadamente, no que concerne a:

Marcas auriculares;

Passaportes;

Livro de Registo da Exploração;

Número do efectivo;

Toda a documentação relacionada com a base de dados.

### **Número de Explorações Controladas**

O número de explorações a controlar deve ser igual ou superior a 5% das explorações registadas no território nacional.

Geralmente é a Direcção Geral de Veterinária que marca as explorações a inspeccionar. Em 2007 foi-nos dada a possibilidade de marcarmos os controlos, fazendo-os coincidir sempre que possível com os controlos da condicionalidade e com as necessidades desta Divisão.

Os controlos são marcados de acordo com os seguintes critérios de análise:

**A** – Número de Animais;

**B** – Saúde Pública;

**C** – Prémios Pagos;

**D** – Alterações Significativas;

**E** – Resultados das Inspeções Efectuadas em Anos Anteriores;

**F** – Comunicação à Base de dados;

**G** – Transgressões Sanitárias;

**H** – Outras.

Os controlos decorreram, durante a ano de 2007 e abrangeram todos os animais das explorações.

Os critérios de selecção para os 138 controlos foram: A – 32; B – 2; C – 12; E – 27 e F – 65.

**Quadro n.º 3**

<b>Concelhos</b>	<b>Controlos</b>	<b>Total de Animais</b>	<b>Animais Controlados</b>	<b>Animais Não Controlados</b>
Funchal	4	36	30	14
Câmara de Lobos	1	0	0	0
Ribeira Brava	11	31	22	6
Ponta do Sol	11	87	31	51
Calheta	25	91	66	19
Porto Moniz	30	99	60	38
São Vicente	2	46	29	13
Santana	20	44	31	1
Machico	10	61	40	1
Santa Cruz	22	409	300	109
Porto Santo	2	7	10	0
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>911</b>	<b>619</b>	<b>252</b>

No ano de 2007 controlaram-se 5% das explorações existentes na RAM (registos do início do ano).

Dos 138 controlos efectuados 22% pertenceu ao concelho de Porto Moniz, sendo o concelho de Câmara de lobos o que apresentou a percentagem mais baixa de controlos, 1%.

Em média controlaram-se 56 animais por concelho.

### **Controlos SNIRB/SNIRA – RAM**

Para além dos controlos Nacionais, esta Divisão também realiza controlos as explorações de bovinos, aquando da identificação dos animais. No quadro n.º 4 figuram o número de explorações e de animais controlados durante o ano de 2007.

#### Quadro n.º 4 – Explorações e Animais Controlados

Concelhos	Explorações	Animais Controlados
Funchal	2	21
Câmara de Lobos	1	70
Ribeira Brava	7	16
Ponta do Sol	4	16
Calheta	38	86
Porto Moniz	6	39
Santana	5	6
Machico	1	1
Santa Cruz	7	39
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>294</b>

Em média controlaram-se aproximadamente 8 explorações e 20 animais por concelho.

Destes 70 controlos resultaram 2 autos de notícia, um no concelho de Câmara de Lobos e outro no concelho da Calheta, como consequência da movimentação de animais sem marcas auriculares e da ausência de comunicação do movimento destes à base de dados.

#### 3.2.4 Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal – SNIRA

No Quadro n.º 5, apresentamos os valores registados no SNIRA – Ovinos/Caprinos do ano de 2007.

#### Quadro n.º 5 – Registos de SNIRA por Concelhos

Concelhos	Entidades	Explorações	Número de Animais
Funchal	11	11	40
Câmara de Lobos	16	16	44
Ribeira Brava	15	15	54
Ponta do Sol	4	4	114
Calheta	8	8	7
Porto Moniz	2	2	7
São Vicente	5	5	10
Santana	5	5	26
Machico	4	4	48
Santa Cruz	18	18	753
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>88</b>	<b>1.103</b>

Das 88 explorações de pequenos ruminantes inscritas no Modelo 528/DGV (SNIRA Registo de entidades/detentores/Registo de exploração/estabelecimento), 34 foram registadas na base de dados SNIRA e 54 aguardam os respectivos parcelários, ou seja, existem apenas em suporte documental.

No concelho de Santa Cruz, aconteceu o número mais elevado de SNIRA's efectuados e animais identificados, 18 explorações e 753 animais.

No Quadro n.º 6, apresentamos os valores registados no SNIRA – Suínos do ano de 2007.

**Quadro n.º 6 – Registos de SNIRA por Concelhos**

<b>Concelhos</b>	<b>Entidades</b>	<b>Explorações</b>	<b>Número de Animais</b>
Funchal	21	21	341
Câmara de Lobos	19	19	63
Ribeira Brava	33	33	122
Ponta do Sol	36	36	62
Calheta	54	54	90
Porto Moniz	49	49	57
São Vicente	29	29	53
Santana	6	6	62
Machico	17	17	26
Santa Cruz	30	30	17.260
Porto Santo	14	14	41
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>308</b>	<b>18.177</b>

Das 308 explorações de suínos inscritas no Modelo 528/DGV (SNIRA Registo de entidades/detentores/Registo de exploração/estabelecimento), 222 foram registadas na base de dados SNIRA e 86 aguardam os respectivos parcelários, ou seja, existem apenas em suporte documental.

Da análise do quadro, concluímos que o concelho da Calheta apresentou maior número de SNIRA com 54 registos, no entanto foi o concelho de Santa Cruz o que apresentou o maior número de animais, 17.260.

### 3.2.5 Serviço de Identificação Animal e Inseminação Artificial – SERVIA

**Quadro n.º 7 - Caracterização do Efectivo de Pequenos Ruminantes**

<b>Concelhos</b>	<b>Explorações</b>	<b>Efectivo</b>	<b>Nascimentos</b>	<b>Mortes</b>	<b>Abates</b>	<b>Tranf Vida</b>	<b>Desap</b>
Funchal	39	805	98	48	36	36	0
Câmara de Lobos	31	84	23	11	27	3	0
Ribeira Brava	19	66	43	4	3	0	0
Ponta Sol	33	20	17	2	2	14	0
Calheta	12	25	3	0	0	0	0
Porto Moniz	7	21	7	0	0	0	0
São Vicente	7	15	33	4	0	0	0
Santana	33	1.299	214	18	0	36	0
Machico	30	116	69	1	0	0	0
Santa Cruz	52	1.476	477	26	10	31	0
Porto Santo	26	487	104	48	153	12	15
<b>Total</b>	<b>289</b>	<b>4.414</b>	<b>1.088</b>	<b>162</b>	<b>231</b>	<b>132</b>	<b>15</b>

O maior número de pequenos ruminantes identificados existentes na RAM pertenceu ao concelho de Santa Cruz, com uma média de aprox.28 animais por exploração. Pelo contrário, foi no concelho de Ponta do Sol onde ocorreu a média mais baixa de pequenos ruminantes identificados por exploração aprox.1 animal.

O maior número de nascimentos de pequenos ruminantes, ocorreu no concelho de Santa Cruz (477 nascimentos), com uma média de 9 nascimentos por exploração.

Porto Santo, foi o concelho onde verificamos o maior número de pequenos ruminantes mortos (48 animais mortos).

Dos seis concelhos onde ocorreram transferências em vida, (Funchal, Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Santana Santa Cruz e Porto Santo), os do Funchal e de Santana é que apresentaram o maior número de animais transferidos para outras explorações, 36 animais movimentados.



### Quadro n.º 8 - Caracterização do Efectivo de Suínos

Concelhos	Explorações	Efectivo	Nascimentos	Mortes	Transf. Vida	Transf. Abate
Funchal	61	361	618	47	50	169
Câmara de Lobos	80	177	63	4	36	4
Ribeira Brava	176	133	169	26	3	0
Ponta do Sol	122	43	93	4	0	7
Calheta	157	85	91	0	0	0
Porto Moniz	244	115	134	0	6	0
São Vicente	186	151	45	1	0	0
Santana	491	103	70	2	1	0
Machico	192	22	30	1	0	0
Santa Cruz	106	420	475	14	295	13.830
Porto Santo	14	8	42	38	7	1
<b>Total</b>	<b>1.829</b>	<b>1.618</b>	<b>1.830</b>	<b>137</b>	<b>398</b>	<b>14.011</b>

O maior número de suínos identificados, pertenceu aos concelhos de Santa Cruz (420 suínos) e Funchal (361 suínos). O concelho da Porto Santo apresentou apenas 8 suínos identificados.

O registo mais elevado de nascimentos de suínos aconteceu no concelho do Funchal com 618, seguido do concelho de Santa Cruz com 475 nascimentos.

Foi no concelho de Santa Cruz onde se efectuaram mais transferências em vida, 295 movimentos de suínos para outras explorações.

Em 2007 abateram-se 14.011 suínos, sendo que 13.830 destes pertencem ao concelho de Santa Cruz.

De acordo com o Decreto-lei 142/2006 de 27 de Julho, a identificação dos suínos é da responsabilidade do detentor e não é obrigatório a comunicação dos nascimentos a base de dados, esta Divisão incentivou os detentores de mais de 4 reprodutoras a adquirirem o seu material de identificação, isto é, alicate tatuador e/ou brincos com a marca de exploração impressa.

Este procedimento implica menos custos para esta Direcção Regional, e autonomia para o detentor.

#### 3.2.6 Controlos de Bem Estar

Estes controlos foram efectuados como consequência das visitas às explorações que solicitaram a abertura ou activação de códigos de exploração e adição de segundos detentores.

O quadro seguinte refere-se ao número de controlos de bem estar animal efectuados por concelho e por espécie pecuária, durante o ano 2007.

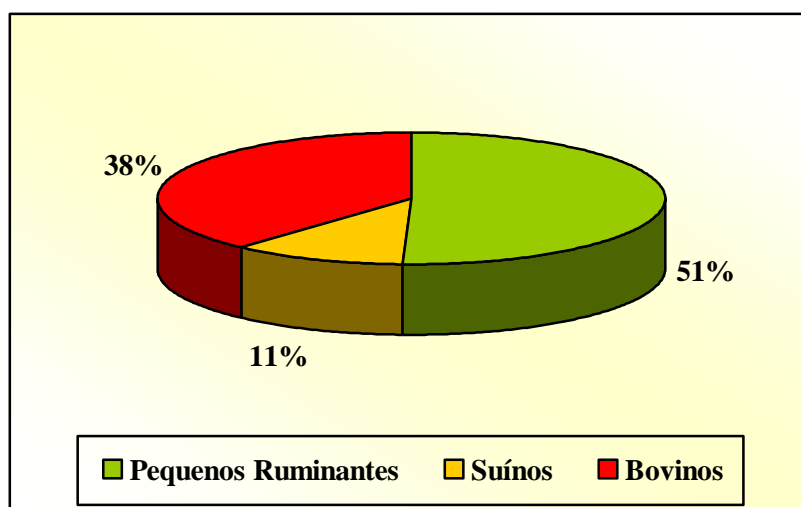
**Quadro n.º 9 – Número de Controlos de Bem-Estar Animal**

Concelho	Espécie Pecuária		
	P	S	B
Funchal	13	2	1
Câmara de Lobos	5	1	0
Ribeira Brava	6	0	2
Ponta do Sol	6	0	1
Calheta	1	0	5
Porto do Moniz	1	0	3
São Vicente	1	0	0
Santana	2	1	11
Machico	3	0	4
Santa Cruz	3	1	4
Porto Santo	0	4	0
<b>Sub – totais</b>	<b>41</b>	<b>9</b>	<b>31</b>
<b>Totais</b>	<b>81</b>		

**P** – pequenos ruminantes; **S** – suínos; **B** – bovinos

No gráfico seguinte podemos observar o número de explorações visitadas por espécie pecuária. De um total de 81 explorações, 51% foram de pequenos ruminantes, 38% de bovinos e 11% de suínos.

**Gráfico n.º 1 – Explorações Visitadas**



Relativamente às explorações bovinas, de um total de 31 explorações visitadas, 35.4 % dos pedidos ocorreram por solicitação dos produtores para adicionar um segundo detentor à exploração e para a activação da exploração, os restantes 29% referiram-se a pedidos para licenciamentos de explorações.

### Controlos da Condicionalidade

Estes controlos são efectuados aos agricultor que beneficie de pagamentos directos que deve respeitar os requisitos legais de gestão nos seguintes domínios:

- Saúde pública, saúde animal e fitossanidade;
- Ambiente;
- Bem-estar dos animais.

**Quadro n.º 10 - Controlos Condicionalidade - 2006**

Concelhos	Controlos Efectuados	Número de Animais Controlados	
		Bovinos	Ovinos/Caprilinos
Funchal	4	8	54
Câmara de Lobos	1	0	0
Ribeira Brava	2	20	0
Ponta do Sol	1	46	0
Calheta	7	29	0
Porto Moniz	2	67	0
São Vicente	2	46	0
Santana	3	22	125
Machico	2	2	0
Santa Cruz	8	496	0
Porto Santo	2	7	59
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>743</b>	<b>238</b>

Em Janeiro e Fevereiro de 2007, efectuaram-se os restantes controlos de Condicionalidade de 2006 na RAM.

Foram controlados 10.77% do total de bovinos existentes na RAM, verificando-se em Santa Cruz o maior número de animais controlados (496 bovinos controlados).

Relativamente ao número de pequenos ruminantes controlados, verifica-se que a maior percentagem acontece no concelho do Porto Santo (0,47 %), e a mais baixa pertence ao concelho do Funchal com apenas 0,08 %.

### Controlos Condicionalidade 2007

Iniciaram-se em Dezembro os controlos da condicionalidade referentes ao ano de 2007. Os prazos inicialmente previstos para o seu término, Dezembro de 2007, foram alterados sem data prevista.

Formaram-se duas equipas de controladores, cada uma constituída por dois elementos, com saídas alternadas, uma vez que, estas equipas são constituídas apenas por elementos desta Divisão.

Por motivos de logística e recursos humanos, esta Divisão optou, em 2007, por realizar todos os controlos seleccionados para um concelho, para só depois realizar noutra concelho.

Durante o mês de Dezembro, realizaram-se os controlos da condicionalidade no Concelho de Santana, quadro n.º 11.

**Quadro n.º 11 - Controlos da Condicionalidade - 2007**

Total de Controlos RAM	Controlos emitidos	Controlos Efectuados	N.º Controlos/Concelho	% Controlos Efectuados	Animais Controlados	Explorações Desactivadas	Observações
335	46	40	40/Santana	11,9	23	19	4 Detentores falecidos 1 Detentor emigrado

**Nota:** O Controlo pertencente à Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, não se encontra concluído, pelo que não foi indicado como tendo sido efectuado.

Dos 40 controlos realizados no concelho de Santana, 47.5% correspondem a explorações desactivadas.

Nos controlos efectuados às explorações desactivadas, é frequente os detentores demonstrarem desagrado quanto a realização dos mesmos. Na sua maioria, estes detentores, não possuem gado a mais de 4 anos e alguns já faleceram. À equipa de controladores é por vezes, difícil fazer perceber aos detentores a razão do controlo.

### 3.2.7 Conclusões

1. No que concerne às identificação dos animais efectuadas fora do prazo definido por lei, sugerimos que às cooperativas de criadoras de gado existente na Região, lhes seja

conferida a possibilidade de serem agentes identificadores, visto que as identificações fora de prazo, devem-se ao facto dos animais permanecerem na serra

2. Que se faça uma alteração do Decreto-Lei 142/2006 de 27 de Julho adaptada a realidade da pecuária Regional no que se refere à identificação dos suínos e pequenos ruminantes, nomeadamente à obrigatoriedade do RED;
3. Na ausência do incentivo à produção de ovinos existente até 2006, seria de todo o interesse para a RAM, nomeadamente à identificação animal, incluir os pequenos ruminantes no apoio pecuário;
4. Relativamente aos recursos humanos disponíveis actualmente nesta Divisão, nota-se um desgaste físico nos agentes identificadores que estão a tempo inteiro em trabalho de campo;
5. Seria benéfico para a Divisão o recrutamento de funcionários, nomeadamente administrativos, para utilizadores das bases de dados e colocar os técnicos profissionais, utilizadores das bases de dados, em “full time” como agentes identificadores e controladores.

Chefe de Divisão de Identificação Animal e Registo e Explorações

**Dalila Gomes**  
(Eng.<sup>a</sup> Zootécnica)

### **3.3 Divisão de Higiene Pública Veterinária**

A Divisão de Higiene Pública Veterinária (DHPV), tem a seu cargo promover e assegurar acções que visam a salvaguarda da genuinidade e salubridade das matérias-primas e demais produtos alimentares de origem animal, incluindo os da pesca e da aquicultura.

Assim, tem no âmbito das suas competências as seguintes actividades:

- Registo e licenciamento dos estabelecimentos que laboram produtos de origem animal, e de subprodutos animais;
- Emissão de pareceres técnicos sobre projectos de instalação e funcionamento de estabelecimentos, equipamentos e actividades no âmbito do abate, inspecção, recolha,

laboração, manipulação, armazenagem, distribuição e comercialização de matérias primas, produtos de origem animal, e respectivos subprodutos, incluindo os da pesca, aquicultura e apicultura;

- Atribuição do número de controlo veterinário aos estabelecimentos que laboram produtos de origem animal e de subprodutos de origem animal, em articulação com a Direcção Geral de Veterinária;
- Registo dos operadores económicos para trocas intracomunitárias de produtos de origem animal, com atribuição do número operador/receptor;
- Controlar as condições higio-técnico-sanitárias dos estabelecimentos acima referidos, através de auditorias para verificar se as empresas têm instituído as boas práticas de higiene e fabrico e implementados os processos baseados nos princípios HACCP (Hazard Analysis of Critical Control Point), traduzido por sistema de análise de perigos e controlo dos pontos críticos;
- Controlo analítico do leite cru;
- Controlar os normativos legais relativos às marcas de salubridade, identificação, rotulagem dos produtos de origem animal, documentos de acompanhamento das remessas e guias de acompanhamento dos subprodutos de origem animal.
- Controlos veterinários aos produtos de origem animal provenientes de trocas intracomunitárias e do espaço nacional;
- Controlos veterinários de animais vivos, produtos animais e produtos de origem animal provenientes de países terceiros, ao nível dos postos de inspecção fronteiriços (PIF);
- No âmbito dos PIF, assegurar o Sistema de Alerta Rápido - RASFF (Rapid Alert System for Food and Feed), bem como o funcionamento do sistema TRACES (Trade Control Expert System);
- Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos (PNPR), nos animais vivos, no leite, no matadouro e nos postos de inspecção fronteiriços;
- Plano Estratégico Sectorial dos Resíduos Hospitalares;
- Emissão de certificados para exportação de produtos de origem animal;
- Promover uma eficiente articulação com as demais Entidades Regionais, no âmbito da Higiene Pública Veterinária;
- Manter actualizada toda a informação estatística da Divisão.

### **3.3.1 Licenciamento e Registo de Estabelecimentos**

#### **Licenciamento Industrial**

De acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 69/2003, de 10 de Abril, que estabelece as normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial, alterado pelo Decreto-lei n.º 183/2007, de 9 de Maio, é definido como um estabelecimento industrial, a totalidade de área coberta ou não coberta sob a responsabilidade do industrial, onde seja exercida uma ou mais actividades industriais, independentemente da sua dimensão, do n.º de trabalhadores, do equipamento ou de outros factores de produção.

O licenciamento industrial, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2003, de 11 de Abril, posteriormente alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 61/2007, de 9 de Maio, tem como objectivos a prevenção de riscos e inconvenientes resultantes da laboração destes estabelecimentos, visando a salvaguarda da saúde pública e dos trabalhadores, segurança das pessoas e bens, higiene e segurança nos locais de trabalho e correcto ordenamento do território e qualidade do ambiente.

A actividade industrial consiste em qualquer actividade incluída na Classificação Portuguesa das Actividades Económicas nos termos do disposto no Decreto-lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro.

Para efeitos de definição do regime de licenciamento, de acordo com a Portaria n.º 464/2003 de 6 de Junho, os estabelecimentos estão classificados em quatro tipos, de 1 a 4, em sentido decrescente relativamente ao grau de risco potencial para o Homem e ao ambiente inerente ao seu exercício. Além destes poderá ser considerada a potência eléctrica e térmica, e o número de trabalhadores.

O Decreto Legislativo Regional n.º 9/2004/M, de 15 de Junho, define na Região as entidades que exercem as competências de entidade coordenadora atribuídas pelos diplomas atrás mencionados. Este diploma atribui, a nível regional, competências de entidade licenciadora dos estabelecimentos industriais às direcções regionais que tenham a seu cargo os sectores da veterinária, pescas, agricultura, indústria e energia.

Assim, esta Direcção Regional, através da DHPV, exerce funções de entidade coordenadora, em processos de licenciamento de estabelecimentos tais como: matadouros de ungulados domésticos, matadouros de aves, salas de desmancha, estabelecimentos de produção de produtos à base de carne

De realçar que os estabelecimentos industriais de tipo 4, licenciados no continente pelas câmaras municipais, são na RAM da competência desta Direcção Regional, particularmente da DHPV.

Compete à entidade coordenadora, após apresentação do pedido de licenciamento de instalação ou alteração de estabelecimento industrial, efectuar a devida instrução do processo e solicitar pareceres às entidades a consultar.

No ano de 2007 foram iniciados dois processos de licenciamento industrial:

- Um estabelecimento tipo 2 – unidade de abate de ungulados domésticos com sala de desmancha;
- Um estabelecimento tipo 3 – unidade de abate de ungulados domésticos.

De referir ainda, que no ano de 2007 procedeu-se à vistoria e atribuição de número de controlo veterinário, a três estabelecimentos cujos processos de licenciamento industrial, haviam sido iniciados em anos transactos:

- Um estabelecimento tipo 2 - unidade de abate de aves, desmancha de carne aves e armazenagem de carne de aves refrigeradas e congeladas;
- Um estabelecimento tipo 2 - entreposto frigorífico com zona de congelação de produtos da pesca frescos e acondicionamento e conservação de produtos da pesca frescos e congelados;
- Um estabelecimento tipo 3 – entreposto frigorífico com sala de desmancha e acondicionamento de carne de reses e aves e uma secção de preparados de carne.

### **Emissão de Pareceres Técnicos sobre Estabelecimentos Licenciados por Outras Entidades**

É uma atribuição desta Divisão, a emissão de pareceres técnicos e participação em vistorias, decorrentes do processo de licenciamento, coordenados por outras Entidades.

Dependendo do tipo de estabelecimento, somos consultados pelas seguintes Entidades Coordenadoras:

- Câmaras Municipais - licenciamento de estabelecimentos de armazenagem e comercialização de produtos de origem animal, tais como, armazéns frigoríficos, talhos, peixarias, entre outros), segundo Decreto-lei n.º 370/99, de 18 de Setembro, e Portaria n.º 33/2000, de 28 de Janeiro, revogados pelo Decreto-lei n.º 259/2007, de 17 de Julho. A Portaria n.º 791/2007, de 23 de Julho, identifica os tipos de estabelecimentos abrangidos pelo decreto acima mencionado. De referir que, até a publicação de legislação nacional



específica, e relativamente aos estabelecimentos grossistas, continua a ser aplicável o regime de licenciamento previsto no Decreto-lei n.º 370/99, de 18 de Setembro.

O Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/M, de 4 de Março, adapta à Região o Decreto-lei n.º 259/2007, de 17 de Julho, no sentido de definir as entidades que no âmbito da administração regional autónoma têm as competências previstas no citado diploma.

- Direcção Regional de Planeamento e de Saúde Pública – licenciamento de instalações de incineração, segundo o Decreto-lei n.º 85/2005, de 28 de Abril;
- Direcção Regional das Pescas – licenciamento de estabelecimentos de preparação e de transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, segundo Decreto-lei n.º 375/98, de 24 de Novembro, e Decreto Legislativo Regional n.º 9/2004/M, de 15 de Junho, e sua alteração;
- Direcção Regional de Comércio, Indústria e Energia – estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço, e instalação dos conjuntos comerciais, conforme Decreto Legislativo Regional n.º 1/2006/M, de 3 de Janeiro.

Foram emitidos, no ano de 2007, 12 pareceres técnicos, dos quais foi solicitada a nossa participação em três vistorias, como é possível observar no quadro seguinte.

**Quadro n.º 1 - Emissão de Pareceres Técnicos**

<b>Entidade Coordenadora do Processo de Licenciamento</b>	<b>Tipo de Estabelecimento</b>	<b>N.º Pareceres</b>	<b>Vistorias</b>
Câmaras Municipais	Estabelecimento de Comercialização Não Especializado de Produtos de Origem Animal	7	2
	Estabelecimento de Comércio a Retalho de Carne e Produtos à Base de Carne - Talho	1	
	Estabelecimento de Comércio a Retalho de Peixe e Produtos à Base de Peixe - Peixaria	1	-
<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>2</b>

**Quadro n.º 2 - Emissão de Pareceres Técnicos**

<b>Entidade Coordenadora do Processo de Licenciamento</b>	<b>Tipo de Estabelecimento</b>	<b>N.º Pareceres</b>	<b>Vistorias</b>
Direcção Regional de Pescas	Estabelecimento de Armazenagem de Pescado Fresco e Congelado, Acondicionamento de Pescado, Congelação de Pescado.	1	1
Direcção Regional de Planeamento e de Saúde Pública	Instalação de Incineração de Resíduos Hospitalares e de Matadouro	1	-
Direcção Regional de Comércio e Indústria	Unidades Comerciais de Dimensão Relevante	1	-
<b>Total</b>		<b>3</b>	<b>1</b>

### **Emissão de Licenças Sanitárias de Funcionamento de Estabelecimentos e de Unidades Móveis**

No ano de 2007 foram solicitadas 19 licenças sanitárias de funcionamento por estabelecimentos que manipulam produtos de origem animal. Estes estabelecimentos são de forma aleatória sujeitos a visitas técnicas de forma a verificar o cumprimento dos requisitos higio-técnico-sanitários impostos pela legislação vigente.

Esta Divisão, sempre que solicitado procede à emissão de licença sanitária a unidades móveis de transporte e comercialização de produtos alimentares de origem animal e unidades móveis de venda de produtos alimentares.

A inspecção das viaturas tem como objectivo verificar se dispõem de meios que permitam o transporte dos géneros alimentícios à temperatura adequada e em condições de higiene, a fim de proteger os géneros alimentícios de contaminações. As caixas das viaturas devem ser concebidas de forma a permitir uma limpeza e desinfecção adequadas, bem como, sempre que necessário, permitir que as temperaturas sejam controladas.

Foram emitidas 5 licenças a unidades móveis de transporte e/ou comercialização de produtos de origem animal, com carácter definitivo. Estas só serão alteradas em caso de mudança de proprietário ou viatura ou ainda alteração da caixa do veículo.

### Quadro n.º 3 - Emissão de Licenças Sanitárias de Funcionamento de Estabelecimentos

<b>Tipo de Estabelecimento</b>	<b>N.º de Licenças Emitidas</b>
Entrepósitos Frigoríficos com Sala de Desmancha	1
Entrepósitos Frigoríficos com Sala de Reacondicionamento	1
Estabelecimento de Produção de Produtos à Base de Leite	5
Centros de Inspeção e Classificação de Ovos	2
Entrepósitos Frigoríficos de Produtos de Alimentares	10
<b>Total</b>	<b>19</b>

### Quadro n.º 4 - Emissão de Licenças Sanitárias de Unidades Móveis

<b>Tipo de Actividade da Unidade Móvel</b>	<b>N.º de Licenças Emitidas</b>
Transporte e Comercialização de Pescado	5
<b>Total</b>	<b>5</b>

#### Registo de Operadores do Sector Leiteiro

Segundo a Portaria n.º 47/2004, de 3 de Março, os operadores que pretendam exercer as actividades de leiteiro devem ser autorizados anualmente pela Direcção Regional de Veterinária, devendo cumprir com a legislação aplicável na matéria de higiene, segurança e qualidade alimentar. No ano transacto, foi solicitada a actividade de leiteiro por sete operadores.

#### 3.3.2 Atribuição de Número de Controlo Veterinário

A atribuição de número de controlo veterinário, subsequente à aprovação de um estabelecimento ou alteração de actividade, apenas pode ser concedida após vistoria formal de licenciamento e desde que se verifique o cumprimento dos requisitos legais pertinentes.

Esta atribuição é efectuada pela Direcção Geral de Veterinária por solicitação desta Divisão, após a conclusão do processo de licenciamento.

No ano transacto foram atribuídos três números de controlo veterinário, perfazendo na Região um total de 18 estabelecimentos aprovados.

O quadro seguinte ilustra a actividade desenvolvida pelos estabelecimentos sediados na Região.

**Quadro n.º 5 - Estabelecimentos Detentores de N.º Controlo Veterinário (NCV)**

<b>Secção</b>	<b>Categoria/Actividade</b>	<b>N.º</b>
Actividade Geral	Entrepósitos Frigoríficos	2
	Entrepósitos Frigoríficos c/ sala de reacondicionamento	1
Carne de Ungulados Domésticos	Sala de Desmancha com Entrepósito Frigorífico (Espécies:B;O;C;P;A)	1
	Sala de Desmancha com Entrepósito Frigorífico e Unidades de Carne Picada e Preparados de Carne (Espécies:B;O;C;P;A)	1
	Sala de Desmancha com Entrepósito Frigorífico e Unidade de Preparados de Carne (Espécies:B;O;C;P;A)	1
Carne de Aves e de Lagomorfos	Matadouro de Aves com Sala de Desmancha	1
Leite e Produtos Lácteos	Unidade de Produtos Lácteos com Sala de Reacondicionamento	1
Produtos da Pesca	Unidades de Processamento	9
	Lotas	1
<b>Total</b>		<b>18</b>

**3.3.3 Registo dos Operadores Económicos para Trocas Intracomunitárias****Atribuição do Número de Operador/ Receptor**

Os operadores económicos que pretendam comercializar no território nacional, produtos de origem animal oriundos de um Estado-membro da União Europeia, necessitam de efectuar um registo de operador/receptor, segundo a Portaria n.º 576/93, de 4 de Junho, que aprova o Regulamento dos Controlos Veterinários Aplicáveis ao Comércio Intracomunitário de Produtos de Origem Animal.

Assim, é solicitado por esta Divisão à Direcção Geral de Veterinária, a atribuição de número de operador /receptor para trocas intracomunitárias, sendo da responsabilidade dos operadores a comunicação prévia de chegada dos produtos de origem animal à Região, com uma antecedência mínima de 48 horas.

No ano transacto não foi solicitada a atribuição de qualquer número de operador/receptor, mantendo-se assim um total de 46 empresas regionais registadas para efectuar trocas intracomunitárias.

### **3.3.4 Controlos Veterinários**

#### **Controlo Higio-Técnico-Funcional de Estabelecimentos**

Os Serviços Oficiais efectuam controlos para verificar o cumprimento pelos operadores das empresas do sector alimentar, dos requisitos dos Regulamentos (CE) n.º 852/2004, n.º 853/2004, relativos à higiene geral e específica dos géneros alimentícios, e do Regulamento (CE) n.º 1774/2002, que estabelece as regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano.

Os controlos oficiais compreendem:

- Auditorias de boas práticas de higiene, para verificar se estão a ser aplicados procedimentos de forma constante e correcta em matéria de verificação das informações relativas à cadeia alimentar, concepção e manutenção das instalações e do equipamento do estabelecimento, higiene das operações, antes, durante e após a sua realização, higiene do pessoal, formação em matéria de higiene e métodos de trabalho, luta contra pragas, qualidade da água, controlo da temperatura e controlo dos alimentos que entram e saem dos estabelecimentos e de toda a documentação que os acompanha;
- Auditorias aos procedimentos baseados no sistema de análise de perigos e controlo dos pontos críticos (HACCP), para determinar se os produtos de origem animal cumprem com os critérios microbiológicos previstos no Regulamento (CE) n.º 2073/2005, com a legislação comunitária sobre os resíduos, contaminantes e substâncias proibidas e que não têm perigos físicos, como corpos estranhos;
- Verificação da observância em matéria da aplicação de marcas de salubridade e de identificação;
- Observância dos requisitos de rastreabilidade dos produtos.

Sendo os operadores do sector alimentar os principais responsáveis pela colocação no mercado dos produtos de origem animal, a aplicação geral dos procedimentos baseados nos princípios HACCP, associadas à observância de Boas Práticas de Higiene, constituem ferramentas que os auxiliam a alcançar padrões elevados de segurança dos géneros alimentícios.

A metodologia do sistema HACCP é suficientemente flexível para ser aplicável em todas as situações, mesmo em empresas de pequena dimensão, como algumas existentes na Região, sendo que as Boas Práticas de Higiene podem por vezes substituir a monitorização dos pontos críticos de controlo.

A rastreabilidade dos géneros alimentícios ao longo da cadeia alimentar constitui um elemento essencial na segurança dos mesmos.

No âmbito das competências desta Divisão, procedemos no ano de 2007, de forma aleatória, a 28 controlos a estabelecimentos com actividade agro-alimentar. Nestes controlos, incluem-se outros estabelecimentos nomeadamente, restaurantes e estabelecimentos de comercialização de produtos biológicos.

Estes controlos oficiais, permitiram constatar que alguns dos operadores económicos não têm ainda instituído os pré-requisitos e o plano HACCP.

Assim, reveste-se de extrema importância as acções desenvolvidas pelos serviços oficiais, não só com o intuito de verificar o cumprimento dos requisitos acima mencionados, mas sobretudo, alertar os operadores económicos da obrigatoriedade legal de criar e aplicar programas de segurança dos géneros alimentícios e processos baseados nos princípios HACCP.

Constatamos ainda falta de formação quer dos operadores das empresas, bem como do pessoal responsável pela produção, qualidade e demais funcionários, havendo mesmo nalguns casos desconhecimento quanto à legislação nesta matéria.

A nível regional, verificaram-se ainda algumas anomalias relacionadas com deficiências estruturais dos estabelecimentos.

Foram elaborados relatórios dos controlos, tendo os resultados dos mesmos sido enviados aos operadores das empresas, de forma a procederem às devidas medidas correctivas, de acordo com as deficiências verificadas.

Procedemos também ao acompanhamento de algumas empresas regionais, com produção própria, de forma a verificar o processo de fabrico e a implementação de boas práticas de higiene e de fabrico.

Na sua globalidade, não foram detectadas anomalias que pusessem em risco a segurança alimentar, no entanto, em casos de deficiências a Divisão procedeu a controlos regulares, até à sua resolução. Num caso em particular, e por não terem sido respeitadas as medidas impostas por esta Divisão, foi proposto o encerramento de um estabelecimento de preparação de pescado.

O quadro n.º 6 é relativo às visitas técnicas efectuadas por tipo de estabelecimento.

### Quadro n.º 6 - Visitas Técnicas a Estabelecimentos

Tipo de Estabelecimento	N.º Visitas
Estabelecimento de Produção e Transformação de Produtos à Base de Carne	3
Centro de Inspeção e Classificação de Ovos	4
Matadouro de Aves com Sala de Desmancha	1
Entrepasto Frigorífico	5
Entrepasto Frigorífico com Sala de Desmancha	2
Unidade de Preparação e Conservação de Pescado Fresco e Congelado	4
Unidade de Preparação, Cozedura, Congelação e Conservação de Pescado Congelado	2
Peixarias	3
Estabelecimentos de Restauração	1
Estabelecimento de Comercialização de Produtos Biológicos	1
Armazém de Peles (Unidade Intermédia)	2
<b>Total</b>	<b>28</b>

No decurso do ano de 2007, a Divisão de Higiene Pública Veterinária, foi alvo de uma auditoria, realizada pela Direcção Geral de Veterinária, cujo âmbito foi:

- Aprovação e controlos oficiais de estabelecimentos de: carne de ungulados domésticos, carne de aves de capoeira e lagomorfos, carne picada, preparados de carne, produtos à base de carne, ovos e ovoprodutos;
- Certificação, Postos de Inspeção Fronteiriços, Taxas de Inspeção Sanitária.

Na sua globalidade os resultados obtidos foram satisfatórios, tendo no entanto ficado patente a necessidade urgente da adequação dos operadores económicos à nova legislação alimentar, sob risco da retirada do número de controlo veterinário e suspensão da laboração do estabelecimento.

A mudança de localização do Posto de Inspeção Fronteiriço do Funchal para o Porto do Caniçal e a aplicação das taxas de inspeção na Região, foram aspectos mencionados no relatório da auditoria e para os quais é imperiosa a sua aplicação.

Muito embora a implementação destas medidas seja alheia a esta Divisão, por estarmos a aguardar a aprovação do PIF pela DGV e Comissão Europeia, relativamente à alteração da sua localização, e a publicação do despacho que irá efectuar a aplicação das taxas de inspeção a nível regional, prevemos a sua plena execução no decurso do primeiro trimestre de 2008.

## **Controlo de Subprodutos**

O Regulamento (CE) n.º 1774/2002, de 3 de Outubro, que estabelece regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano, prevê uma nova forma de classificação dos subprodutos animais definindo muito claramente quais os subprodutos que se inserem em cada uma das três categorias, bem como os métodos autorizados para a sua eliminação ou utilização.

Durante o transporte até ao local de eliminação, os subprodutos devem ser acompanhados pela Guia de Acompanhamento de Subprodutos de Origem Animal, para além de outra documentação exigível no âmbito comercial, conforme o Decreto-Lei n.º 387/98, de 4 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2006, de 10 de Fevereiro.

A Divisão de Higiene Pública Veterinária, em cumprimento do acima exposto, procedeu no decurso do ano de 2007, e à semelhança de anos anteriores, à divulgação e distribuição dos livros de guias de subprodutos junto dos vários operadores regionais.

No que concerne ao controlo dos subprodutos de origem animal oriundos de transportes internacionais, foram ainda oficiadas diversas entidades nomeadamente, ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A., a APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira e todas as marinas da Região, no sentido de serem cumpridas as disposições da legislação vigente.

Foram ainda oficiados e estabelecidos contactos, com todos os municípios da Região, no intuito de difundir as regras aplicáveis aos subprodutos de origem animal oriundos de estabelecimentos de venda a retalho, por grosso, restauração, instalações de fornecimento de refeições, cozinhas centrais e particulares.

De salientar, que em todas as intervenções desta Divisão, quer ao nível dos estabelecimentos detentores de número de controlo veterinário, aquando dos controlos oficiais anteriormente referidos, quer nas visitas efectuadas a talhos, peixarias, mini-mercados, estabelecimentos de catering, foram verificados os registos relativos ao Plano de Subprodutos.

O Decreto-lei n.º 244/2003, de 7 de Outubro, que estabelece o regime a que ficam sujeitas as entidades geradoras de subprodutos animais relativamente à sua recolha, transporte, armazenagem, manuseamento, transformação e utilização ou eliminação, estipula que os estabelecimentos de abate, salas de desmancha, centros de incubação e indústrias de ovoprodutos, devem promover a recolha, transporte, armazenagem, manuseamento, transformação e destruição das matérias das categorias 1, 2, e 3, geradas na própria unidade. De acordo com este diploma, os operadores devem ainda submeter à aprovação destes Serviços um plano que contemple todas as operações necessárias à



eliminação das matérias de categoria 1 e 2, e à destruição ou aproveitamento dos materiais de categoria 3.

Neste âmbito foram efectuados 9 controlos de subprodutos de origem animal ao nível dos estabelecimentos da Região, designadamente matadouro de aves, salas de corte e desossa, estabelecimentos de produção de produtos à base de carne com sala de desmancha anexa. Os controlos realizados foram na sua generalidade satisfatórios.

De referir ainda, que esta Divisão procedeu à análise e aprovação dos Planos de Encaminhamento e Eliminação de Subprodutos destes estabelecimentos, os quais, cumpriam na sua generalidade com os requisitos aplicáveis à identificação, recolha, transporte e eliminação de subprodutos animais constantes do anexo II do Regulamento n.º 1774/2002, de 3 de Outubro.

Em conclusão, ao longo do ano manteve-se um contacto permanente com todos os intervenientes nas operações de identificação, recolha, transporte e eliminação de subprodutos animais, efectuando desta forma as competências desta Divisão relativamente a esta matéria.

## **Controlo Analítico da Produção Regional**

### **Controlo do Leite Cru na RAM**

À semelhança dos anos anteriores, esta Divisão, procedeu em acção conjunta com as centrais leiteiras e leiteiros, ao controlo microbiológico, físico-químico e pesquisa de inibidores no leite cru, perfazendo um total de 883 colheitas de amostras nos vários concelhos da Região.

Comparativamente ao ano anterior, podemos verificar que o número de colheitas aumentou em 32 amostras e que incidiram sobre um número menor de produtores, o que dá uma média de 6,7 colheitas de amostras por produtor.

Foram ainda efectuadas 10 colheitas de amostras de leite pasteurizado e de leite antes de pasteurizar para a realização da prova da fosfatase alcalina, com resultados satisfatórios.

A totalidade do leite produzido na Região é entregue em unidades de transformação para produção de “requeijão madeirense”, e de algum queijo fresco, sendo ainda vendida directamente ao consumidor, através dos leiteiros, uma porção irrelevante.

Os quadros seguintes apresentam os dados relativos aos controlos efectuados.

**Quadro n.º 7 - Controlo do Leite Cru na RAM**

Concelhos	N.º de Produtores com Controlo Analítico			N.º de Colheitas de Amostras		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Santa Cruz	32	32	23	96	125	184
Santana	45	55	36	204	246	258
Machico	26	15	13	66	114	92
Ribeira Brava	38	45	42	151	227	221
Porto Moniz	19	13	8	84	71	60
Ponta do Sol	12	7	4	40	32	36
Calheta	15	8	15	47	31	20
Funchal	0	2	1	0	5	12
<b>Total</b>	<b>187</b>	<b>177</b>	<b>142</b>	<b>688</b>	<b>851</b>	<b>883</b>

As colheitas de leite são efectuadas pelas próprias centrais leiteiras e leiteiros, aquando da sua recolha diária, em sistema de rotatividade entre eles, e aleatoriamente, com base nas respectivas listas de produtores.

Podemos constatar uma diferença entre o número de colheitas efectuadas e o número de análises realizadas, que fica a dever-se ao facto de algumas amostras terem chegado ao laboratório coaguladas, e por alguns frascos de colheita se terem danificado no transporte, não tendo sido possível a realização da análise.

**Quadro n.º 8 - Controlo do Leite Crú na RAM**

Parâmetros		N.º Análises Realizadas	Resultados		
			Satisfatório	Não Satisfatório	
			N.º	N.º	%
<b>Microbiológicos</b>	Teor de Germes a 30° C	<b>883</b>	52	831	94,11
	Teor de Células Somáticas		153	714 a)c)d)	80,86
<b>Físico-químicos</b>	Matéria Gorda		284	584 a)b)	66,14
	Matéria Proteica		34	834 a)b)	94,45
	Lactose		23	845 a)b)	95,70
	Extracto Seco		13	855 a)b)	96,83
	Extracto Seco Total		49	819 a)b)	92,75
	Índice Crioscópico		371	508 a)b)	57,53
	% DFB		371	508 a)b)	57,53
<b>Pesquisa de Inibidores</b>				883	0

- a. Amostra Coagulada (11 produtores)
- b. O aparelho não efectuou a leitura, provavelmente devido a um elevado teor de gordura (4 produtores)
- c. Incontável (4 produtores)
- d. Frasco partido (1 produtor)

Das análises efectuadas podemos constatar que os resultados obtidos foram maioritariamente não satisfatórios, tanto para os parâmetros microbiológicos, como para os parâmetros físico-químicos.

Relativamente à pesquisa de inibidores os resultados foram na sua totalidade satisfatórios.

Neste sector e pela análise dos resultados obtidos ao leite cru produzido na Região, destacamos as deficientes condições de higiene durante a ordenha, recolha e transporte, com falta de equipamentos adequados à ordenha e à refrigeração do leite, que associadas à falta de formação do pessoal, bem como à existência de pequenas explorações, com baixas capacidades de produção de leite, distribuídas pelos vários concelhos da ilha, constituem factores que contribuem para a má qualidade higiénica do mesmo.

Assim e face às graves carências verificadas neste sector, chamamos à atenção para que sejam tomadas decisões capazes, com vista à implementação de medidas urgentes nesta matéria.

### **Controlos Veterinários Aplicáveis ao Comércio Intracomunitário de Produtos Animais e de Origem Animal**

A Portaria n.º 576/93, de 4 de Junho, aprova o regulamento dos controlos veterinários aplicáveis ao comércio intracomunitário de produtos de origem animal.

Os estabelecimentos dos Estados Membros devem cumprir com o estipulado nos Regulamentos (CE) n.º 852/2004 e 853/2004, de 29 de Abril, relativos à higiene geral e específica dos géneros alimentícios, devendo a autoridade competente do país de origem efectuar controlos regulares aos estabelecimentos, para verificar se os produtos estão em conformidade com os quesitos exigidos para as trocas comunitárias.

Por conseguinte, os controlos veterinários têm início no país membro de origem, só podendo ser comercializados produtos obtidos, controlados, marcados e rotulados em conformidade com a regulamentação comunitária.

Os operadores a quem sejam fornecidos produtos provenientes de outro Estado-membro ficam sujeitos a um registo prévio junto da entidade competente, devendo comunicar a chegada dos produtos, em tempo útil, de modo a permitir-lhes a realização dos controlos.

Assim, no destino a autoridade competente procede através de controlos por sondagem e de carácter não discriminatório, à verificação dos produtos, dos certificados ou documentação de acompanhamento.

Deve o Estado-membro de origem ser avisado sempre que os controlos no destino revelarem que a mercadoria não satisfaz às condições estabelecidas pela legislação comunitária, ou sempre que se registe incumprimento relativamente ao certificado ou aos documentos.

Assim, no ano 2007, foram vistoriados 47 dos 3.937 contentores (1,19%) chegados à Região Autónoma da Madeira, provenientes de países pertencentes à União Europeia e de Portugal (Quadro n.º 9). Nos controlos efectuados não foram detectadas anomalias dignas de registo.

Também se procedeu em 2007, a 29 acções de controlo a produtos de origem animal provenientes da União Europeia e de Portugal, contabilizando 1,69% das 1.711 remessas de mercadorias que deram entrada na Região por via aérea.

Ainda em 2007, e nos termos do Regulamento (CE) n.º 3846/87, de 17 de Dezembro, que estabelece a nomenclatura dos produtos agrícolas para as restituições à exportação, foram realizados 2 controlos a contentores de carne de suíno.

**Quadro n.º 9 - Controlo de Mercadorias Provenientes da Comunidade Europeia, Portugal Continental e da Região Autónoma dos Açores**

**Via marítima e aérea**

Meses	Contentores	Verificações	Voos	Verificações	Total de Verificações	Mercadoria
Janeiro	288	0	128	0	0	-
Fevereiro	341	2	120	0	2	Preparados de carne e peixe
Março	341	6	153	3	9	Pescado; preparados de carne e peixe; carnes (suíno, frango, coelho, pato, miudezas de bovino)
Abril	322	9	133	5	14	Pescado; preparados de peixe e carne; produtos lácteos; carnes (bovino e miudezas, frango, peru, codorniz, coelho, suíno)
Maió	326	6	161	5	11	Pescado; preparados de carne; carnes (suíno, bovino e miudezas); produtos lácteos
Junho	299	3	142	4	7	Pescado; preparados de carne; carne (frango, peru, pato)
Julho	348	4	163	1	5	Carnes (suíno, frango, codorniz, bovino); pescado; miudezas de bovino
Agosto	356	4	159	1	5	Carnes (bovino, suíno, frango, peru); miudezas de bovino; pescado; queijo
Setembro	201	4	131	2	6	Miudezas de suíno; carnes (suíno, borrego); pescado
Outubro	361	3	146	3	6	Carnes (frango, codorniz; bovino; peru; mistas); pescado; preparados de carne
Novembro	365	6	128	0	6	Carnes (frango, suíno, borrego, peru); pescado; preparados de peixe e carne, miudezas de bovino e suíno, produtos lácteos
Dezembro	389	0	147	5	5	Pescado; produtos lácteos, preparados de carne
<b>Total</b>	<b>3.937</b>	<b>47</b>	<b>1.711</b>	<b>29</b>	<b>76</b>	

No quadro abaixo e numa retrospectiva desde 2005, podemos verificar um aumento significativo de entradas na Região de produtos de origem animal, desde a Comunidade Europeia e Portugal, incluindo R. A. Açores.

Contudo é facilmente observável que este aumento ocorreu sobretudo entre os anos de 2005 e 2006, no que concerne ao número de remessas e consequentemente de produtos e quilogramas. Relativamente ao ano de 2007 constata-se que este acréscimo é pouco expressivo.

É de realçar que as estatísticas apresentadas têm como base as comunicações prévias de chegada dos produtos de origem animal à Região, efectuadas quer de forma obrigatória ou facultativa pelos operadores económicos.

**Quadro nº. 10 – Entrada da comunidade Europeia, Portugal Continental e RAAçores**

Ano	Entradas da Comunidade Europeia, Portugal Continental e RAAçores Total/ Quilogramas
2005	34.379.210,68
2006	49.198.696,80
2007	49.985.725,14

Provenientes de outros Estados Membros deram entrada em 2007 uma grande diversidade de produtos, num total de 11.602.221,44 quilogramas, sendo na sua maioria pescado e carnes de bovino, suíno e de frango.

De Portugal Continental e da Região Autónoma dos Açores chegaram à Região 38.383.503,70 quilogramas de produtos de origem animal.

Mais especificamente dos Açores deram entrada 790.789,39 kg. de produtos lácteos, 176.840,94 kg. de pescado, 43.709,70 kg. de carne de bovino e 2.438,3 kg. de preparados de carne totalizando 1.013.778,33 quilogramas.

Oriundas de Portugal Continental foram diversas as mercadorias chegadas à Região, no entanto, destacam-se os produtos lácteos que apresentam um valor considerável, seguindo-se o pescado, os preparados de carne e as carnes de frango e de suíno.

No quadro n.º 11 estão representados os vários tipos de produtos de origem animal que deram entrada na Região no ano transacto, provenientes de trocas intracomunitárias, de Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores, bem como de países terceiros.

**Quadro n.º 11 – Entrada na RAM de Produtos de Origem Animal**  
 Provenientes de Portugal Continental, RAA, da Comunidade Europeia e Países Terceiros

<b>Produtos</b>	<b>Portugal Continental e R. A. Açores</b>	<b>C. E.</b>	<b>P. T.</b>	<b>TOTAL</b>
Carne de Bovino	201.045,46	2.946.041,37	2.580.700,91	5.727.787,74
Carne de Caça	655,44	433,05	-	1.088,49
Carne de Caprino	6.959,30	4.606,00	12.918,49	24.483,79
Carne de Codorniz	11.951,46	1.558,60	-	13.510,06
Carne de Frango	1.864.640,08	1.353.260,02	-	3.217.900,10
Carne de Leporídeo	11.724,51	33.086,17	-	44.810,68
Carne de Ovino	66.576,04	7.255,15	86.834,45	160.665,64
Carne de Pato	16.044,98	80.281,96	-	96.326,94
Carne de Peru	146.974,32	78.945,86	-	225.920,18
Carne de Rã	43,38	2,00	-	45,38
Carne de Suíno	2.392.323,34	1.984.361,78	-	4.376.685,12
Carne de Veado	652,47	23,66	-	676,13
Leite e Produtos Lácteos (manteiga, iogurtes, queijo, requeijão e outros)	25.217.721,44	999.235,43	-	26.216.956,87
Leite em Pó	290.000,00	472.625,00	-	762.625,00
Miudezas de Bovino	96.335,51	161.165,51	67.202,89	324.703,91
Miudezas de Suíno	203.757,82	257.841,30	-	461.599,12
Ovos	5.450,00	-	-	5.450,00
Pescado	3.920.368,91	3.165.906,35	166.930,00	7.253.205,26
Preparados de Carne/Produtos à Base de Carne	3.846.718,56	40.415,77	-	3.887.134,33
Preparados de Peixe	83.560,68	15.176,46	-	98.737,14
<b>Total</b>	<b>38.383.503,70</b>	<b>11.602.221,44</b>	<b>2.914.586,74</b>	<b>52.900.311,88</b>

**Controlos Veterinários Aplicáveis aos Animais Vivos, Produtos Animais e Produtos de Origem Animal Importados de Países Terceiros**

Após 1 de Janeiro de 1993 foi instituído, pelos Estados-Membros da União Europeia, um sistema comum de controlo veterinário de produtos animais ou de origem animal e animais vivos importados de Países Terceiros, cujos princípios base são:

- 1- Cada lote de produtos introduzidos na União Europeia a partir de Países Terceiros deve, qualquer que seja o seu destino aduaneiro, ser submetido a um controlo veterinário.

- 2- O controlo veterinário deve efectuar-se aquando da introdução do lote de produtos na União Europeia.
- 3- Esse controlo veterinário não pode efectuar-se senão em locais especialmente designados e autorizados pela União Europeia para o efeito e equipados em conformidade, que são os Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF's).

O interessado no carregamento deve notificar o PIF da chegada da mercadoria, através do envio de uma mensagem do sistema TRACES (Trade Control Expert System), com a primeira parte do Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE) devidamente preenchida.

Um controlo veterinário comporta várias etapas, que são executadas de acordo com os diferentes destinos aduaneiros dos produtos animais ou de origem animal:

- 1- **O Controlo Documental** – consiste na verificação da forma e do conteúdo dos certificados ou documentos veterinários que acompanham a produto.
- 2- **O Controlo de Identidade** – consiste na verificação por inspeção visual da concordância entre os certificados ou documentos veterinários e os produtos animais que constituem o lote.
- 3- **O Controlo Físico** – consiste na verificação se o produto corresponde às especificações da legislação comunitária. Pode incluir controlos de embalagem e de temperatura, bem como a colheita de amostras e ensaios laboratoriais.

Após a realização dos controlos veterinários necessários, o Veterinário Oficial, através do sistema TRACES, emite por remessa de produtos verificados, o respectivo DVCE onde atesta os resultados desses controlos.

Os Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF's) são instalações que são aprovadas pela União Europeia, de acordo com o artigo 9º e o Anexo II da Directiva 90/675/CEE, com a Decisão 93/352/CEE, com a Directiva 97/78/CE e com a Decisão da Comissão 2001/812/CE.

Estas instalações estão sob a responsabilidade de um Veterinário Oficial, que assume efectivamente a execução dos controlos veterinários.

Na Região Autónoma da Madeira existem dois Postos de Inspeção Fronteiriços autorizados:

- PIF Porto do Funchal, que está autorizado para a recepção de produtos de origem animal para consumo humano (congelados/refrigerados);
- PIF Aeroporto da Madeira, que está autorizado para a recepção de animais vivos, designadamente outros animais, definidos de acordo com a Decisão 2001/881/CE.



Este PIF está a partir de 20 de Novembro de 2003, de acordo com a Decisão 2003/831/CE, igualmente autorizado para a recepção de produtos de origem animal para consumo humano e de outros produtos.

Em 2002, procedemos à abertura de concurso para a construção do novo PIF do Porto do Funchal, dando assim cumprimento ao determinado pela Comissão Europeia, na sequência da visita dos Peritos da Comissão, efectuada de 13 a 24 de Novembro de 2000, aos PIF's de Portugal. No entanto, em finais de 2003 houve uma proposta de transferência do PIF do porto do Funchal para o porto do Caniçal, futuro porto comercial da Região.

Assim, e somente no decurso do ano de 2006 foi possível a construção do novo posto de inspecção, localizado no Caniçal, não sendo contudo possível ainda no decurso do ano de 2007 a transferência destes Serviços para as referidas instalações, uma vez que a entrega do projecto por parte da empresa construtora, foi efectuada em Novembro de 2007, condicionando o envio do mesmo para parecer e aprovação junto da Direcção Geral de Veterinária e Comissão Europeia.

No ano de 2007, a Região Autónoma da Madeira recebeu, provenientes de Países Terceiros, 159 contentores, num total de 2.914.586,74 kg (quadros n.º 12 a n.º 14), com produtos de origem animal para consumo humano, dos quais 144 (2.687.835,85 kg.) foram inspeccionados no PIF do Porto do Funchal e 15 (226.750,89 kg.) foram inspeccionados noutros PIF's da União Europeia.

O somatório dos controlos (DVCE) efectuados nos PIF's difere do número de contentores entrados na RAM. Tal facto fica a dever-se nalguns casos, à presença no mesmo contentor de mais do que um produto, sendo por isso necessário emitir mais do que um DVCE. Com efeito, a cada certificado sanitário de produtos de origem animal correspondente a emissão do respectivo DVCE.

**Quadro n.º 12 - Entrada de Mercadorias Provenientes de Países Terceiros**

Produto	Origem	N.º de contentores	Peso (Kg.)		N.º Controlos (DVCE)		
					Ref.	Cong.	Total
Carne de Bovino	Brasil	102	1.884.882,64	2.360.470,72	87	31	145
	Nova Zelândia	7	110.186,38		4	4	
	Uruguai	19	365.401,70		8	11	
Carne de Ovino	Nova Zelândia	4	81.814,65	81.814,65	1	3	4
Carne de Caprino			11.417,59	11.417,59			
Estômago de Bovino	Brasil	1	26.174,45	67.202,89	-	2	4
	Nova Zelândia	1	16.008,00		-	1	
	Uruguai	1	25.020,44		-	1	
Pescado (Filete de perca, perca, polvo, camarão, amêijoas, miolo de amêijoas)	China	1	21.696,00	166.930,00	-	1	14
	Moçambique	1	10.920,00		-	2	
	Quênia	2	19.440,00		-	2	
	Tanzânia	4	92.000,00		-	6	
	Vietname	1	22.874,00		-	3	
		<b>144</b>	<b>2.687.835,85</b>	<b>2.687.835,85</b>	<b>100</b>	<b>67</b>	<b>167</b>

Os quadros seguintes permitem tirar elações quanto às entradas de produtos introduzidos na Região a partir de Países Terceiros, pois podemos verificar quais os tipos de produtos que predominam, sua proveniência, tipo de conservação e peso, bem como o número de contentores e de controlos veterinários realizados.

Estes revelam, sobretudo entradas de carne de bovino da América do Sul, na sua maioria refrigerada e do Brasil, seguido do Uruguai, e ainda a entrada de carne de bovino, ovino e caprino, na maioria congelada e da Nova Zelândia. Quanto ao pescado, constata-se que é todo congelado, sendo a grande maioria proveniente do continente africano, seguido do asiático.

**Quadro n.º 13 - Controlos Efectuados no PIF Funchal – Porto**

**Via marítima**

Meses	N.º Total Contentores	N.º Contentores PIF Funchal	N.º Contentores Noutros PIF'S
Janeiro	8	7	1
Fevereiro	11	11	0
Março	5	4	1
Abril	17	12	5
Maió	15	14	1
Junho	11	11	0
Julho	14	14	0
Agosto	23	23	0
Setembro	10	10	0
Outubro	16	14	2
Novembro	16	12	4
Dezembro	13	12	1
<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>144</b>	<b>15</b>

**Quadro n.º 14 - Controlos Efectuados Noutros PIF's da Comunidade Europeia**

Produto	Origem	N.º de contentores	Peso (Kg)		N.º Controlos (DVCE)		
					Ref.	Cong.	Total
Carne de Bovino	Brasil	12	196.223,34	220.230,19	16	10	31
	Argentina	2	12.432,85		1	1	
	Uruguai	-	11.574,00		-	3	
Carne de Ovino	Nova Zelândia	1	5.019,80	5.019,80	-	1	1
Carne de Caprino			1.500,90	1.500,90	-		
		<b>15</b>	<b>226.750,89</b>	<b>226.750,89</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>32</b>

No quadro n.º 15 é possível observar de uma forma global o total de contentores e o número de controlos veterinários realizados por Posto de Inspeção, bem como os tipos e quilogramas de produtos entrados na Região provenientes de Países Terceiros.

**Quadro n.º 15 - Entrada de Produtos de Origem Animal na RAM Provenientes de Países Terceiros**

<b>Produto</b>	<b>PIF Funchal - Porto</b>	<b>Outros PIF's</b>	<b>Total</b>
Carne de Bovino	2.360.470,72	220.230,19	2.580.700,91
Carne de Ovino	81.814,65	5.019,80	86.834,45
Carne de Caprino	11.417,59	1.500,90	12.918,49
Estômagos de Bovino	67.202,89	-	67.202,89
Pescado	166.930,00	-	166.930,00
<b>Total em Kg.</b>	<b>2.687.835,85</b>	<b>226.750,89</b>	<b>2.914.586,74</b>
N.º de Contentores	144	15	159
N.º de Controlos (DVCE)	167	32	199

Dos 144 contentores que deram entrada directamente na Região Autónoma da Madeira, através do PIF do Funchal – Porto, oriundos de Países Terceiros, 10 foram submetidos a análises laboratoriais, tendo totalizado 6,94% das entradas. Dependendo da mercadoria e das pesquisas a efectuar as amostras foram colhidas e enviadas para o Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar e/ou laboratórios do Continente, nomeadamente ao Laboratório Nacional de Investigação Veterinária de Lisboa e do Porto.

As colheitas de amostras efectuadas em 2007 foram realizadas, quer aleatoriamente (8 colheitas) no âmbito do plano nacional de pesquisa de resíduos (quadro n.º 20), quer por suspeita (2 colheitas), tendo estas últimas como base os registos da Rede de Alerta, recebidos através de mensagens de alerta ou notificações de informação (quadro n.º 16). Assim, e quando efectuadas por suspeita, as mercadorias ficam retidas até à obtenção dos resultados das análises. Todos os resultados foram satisfatórios, pelo que foi dada a livre prática às referidas mercadorias.

O Sistema de Alerta Rápido – RASFF (Rapid Alert System for Food and Feed) visa restringir a colocação no mercado ou impor a retirada do mercado de géneros alimentícios ou alimentos para animais, que veiculem um risco grave, directo ou indirecto para a Saúde Humana.

As colheitas efectuadas ao abrigo do PNPR encontram-se esquematizadas no quadro n.º 20.

**Quadro n.º 16 - Análises Efectuadas na Entrada de Mercadorias de Países Terceiros**

<b>PIF Funchal- Porto</b>	<b>Produto</b>	<b>Cong.</b>	<b>Ref.</b>	<b>Origem</b>	<b>Motivo</b>	<b>Análises Realizadas</b>	<b>Resultados</b>
	Carne de Bovino	-	x	Brasil	Suspeita	Cloranfenicol	Satisfatórios

Uma mercadoria será não apta para o mercado interno, sempre que os controlos evidenciarem que o produto não satisfaz as condições de importação ou quando revelarem uma irregularidade, sendo determinada a sua reexpedição, destruição (quadro n.º 17), ou transformação.

Assim, no ano de 2007 foi determinada a rejeição de um contentor, por se ter verificado, no decurso dos controlos, que o mesmo havia sofrido uma quebra no circuito de frio, pelo que o mesmo, foi enviado para destruição (incineração) na Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra.

**Quadro n.º 17 - Destruição de Produtos de Origem Animal**  
Provenientes de Países Terceiros

Via marítima

N.º de contentores	Produto	Origem	Motivo de Destruição
1	Carne de Bovino	Brasil	Higiene Física Insuficiente (Temperatura)

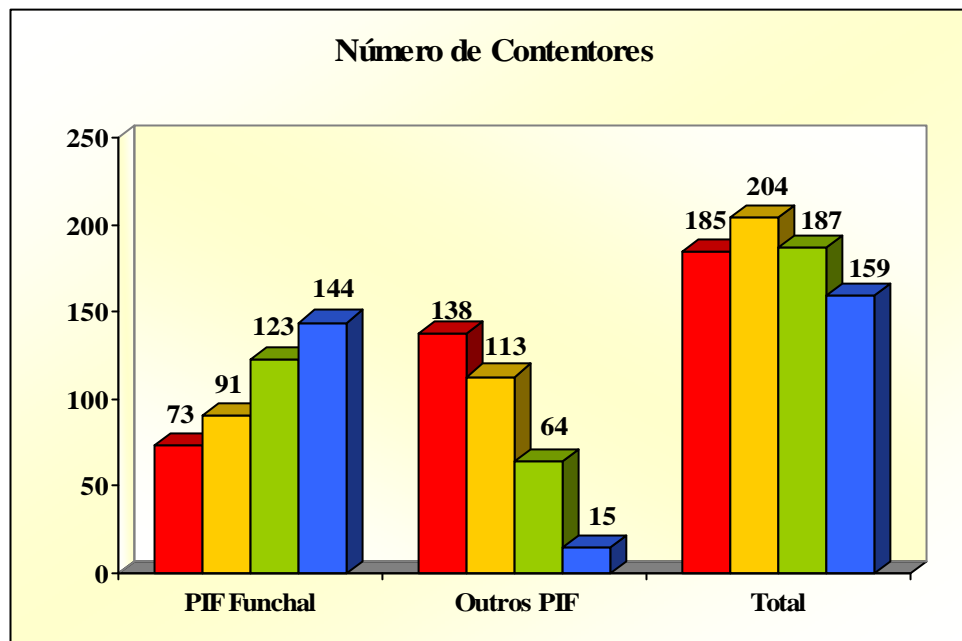
**Retrospectiva das Entradas de Mercadorias na RAM - 2004 a 2007**

Como é possível verificar nos gráficos abaixo, as entradas no PIF Funchal têm registado um aumento em relação aos anos anteriores, designadamente de 25 e de 21 contentores, respectivamente, aos anos de 2006 e de 2007. Este acréscimo reflecte-se ainda na tonelagem de produtos de origem animal sujeitos a controlos veterinários no PIF.

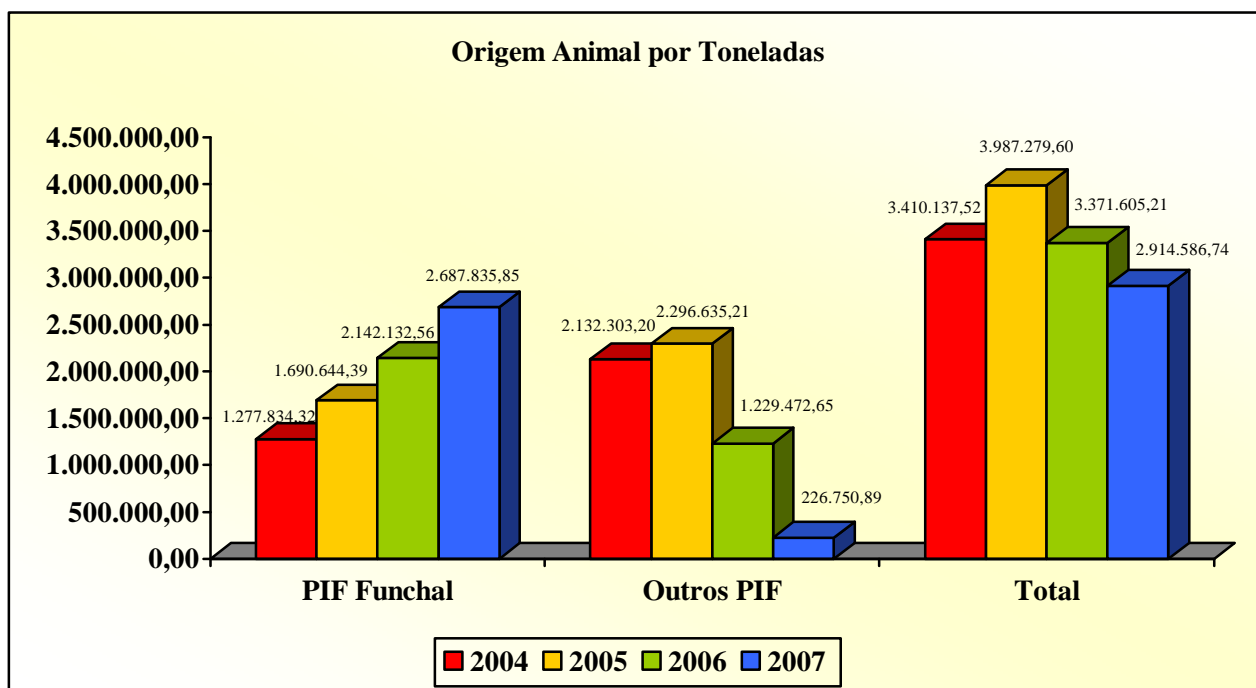
Contudo denota-se um decréscimo acentuado nas mercadorias oriundas de países terceiros mas despachadas sanitariamente noutros PIF's.

Assim, comparativamente ao ano de 2006, e muito embora na sua globalidade o número total de contentores e de tonelagem tenham decrescido, constatámos um aumento de 21 contentores (545.703,29 Kg.) no que se refere às entradas directamente pelo PIF do Funchal – Porto.

**Gráfico n.º 1 – Retrospectiva das Entradas de Mercadorias na RAM**  
2004 a 2007



**Gráfico n.º 2 - Retrospectiva das Entradas de Mercadorias na RAM**



### **Importação de Produtos de Origem Animal para Consumo Pessoal**

No âmbito do Regulamento n.º 745/2004 de 16 de Abril de 2004, que estabelece medidas relativamente à importação de produtos de origem animal para consumo pessoal, foram apreendidas

e destruídas remessas da bagagem pessoal dos passageiros no PIF Funchal - Aeroporto da Madeira, em colaboração com a respectiva Delegação Aduaneira (quadro n.º 18).

Os controlos veterinários rigorosos visam evitar a introdução de doenças infecciosas dos animais na União Europeia, por produtos de origem animal que podem ser portadores dos agentes patogénicos responsáveis por essas doenças nos animais.

**Quadro n.º 18 - Apreensão de Produtos de Origem Animal na Bagagem  
Pessoal dos Passageiros**

**Regulamento n.º 745/2004, de 16 de Abril**

<b>Produto</b>	<b>Peso (Kgs)</b>	<b>País</b>	<b>Destino</b>
Carne de Suíno	0,90	Canadá	ETRS - Estação de Tratamentos de Resíduos da Meia Serra / IIRHM - Instalação de Incineração de Resíduos Hospitalares e de Matadouro
	5,00	Brasil	
	3,50	Ucrânia	
	16,60	Venezuela	
Carne de Ovino	8,30	Venezuela	
Carne de Bovino	20,98	África do Sul	
	19,54	Brasil	
	16,80	Venezuela	
	8,10	Canadá	
Produtos Lácteos (queijo)	0,70	Ucrânia	
	5,03	África do Sul	
	21,80	Brasil	
	145,37	Venezuela	
	3,50	República Moldava	
Carne de Frango	1,70	África do Sul	
	9,20	Venezuela	
	0,90	Ucrânia	
Pescado	6,20	Ucrânia	
	2,00	EUA	
	10,00	Austrália	
	3,80	Canadá	
	4,50	África do Sul	
Carne de Aves	10,40	EUA	
	5,60	Canadá	
Produtos à Base de Carne de Suíno (carne fumada; enchidos; salsichas; diablitos)	13,26	África do Sul	
	9,10	Canadá	
	13,97	Brasil	
	4,20	Jersey	
	7,10	Ucrânia	
	1,60	República Moldava	
<b>Total</b>	<b>465.32</b>		

Os produtos apreendidos em colaboração com a Delegação Aduaneira do Aeroporto da Madeira foram inutilizados com hipoclorito de sódio concentrado e enviados para incineração em contentores de biossegurança.

### **Entrada de Animais de Companhia sem Carácter Comercial Provenientes de Países Terceiros**

A circulação de cães e gatos como animais de companhia, sem carácter comercial, provenientes ou reintroduzidos após estadia em Países Terceiros está sujeita a novas regras, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 998/2003, de 26 de Maio, relativo às condições de polícia sanitária aplicáveis à circulação sem carácter comercial de animais de companhia.

No ano de 2007, deram entrada na Região, sem passar por qualquer outro posto de inspecção, 42 animais provenientes de Países Terceiros, os quais foram sujeitos a controlo no PIF Funchal - Aeroporto da Madeira, conforme é possível visualizar no quadro n.º 19.

Estes controlos são efectuados conjuntamente com a Delegação Aduaneira do Aeroporto da Madeira.

Na sua globalidade os controlos têm revelado algumas anomalias à chegada dos animais à Região, designadamente no que concerne à falta de titulação de anticorpos da raiva, ao tempo que medeia entre a vacinação anti-rábica e a titulação e entre esta e o período de circulação dos animais, e ainda no que se refere ao modelo de certificado sanitário apresentado.

Nesses casos os controlos têm resultado na implementação de quarentena domiciliária aos animais, até à referida colheita de sangue para titulação de anticorpos neutralizantes da raiva, não podendo os mesmos circular por um período de três meses após a mesma.

Todos os resultados das referidas análises foram satisfatórios.

A colheita de sangue é efectuada no Laboratório Regional de Veterinária e de Segurança Alimentar, sendo de seguida o mesmo enviado para o laboratório de referência nacional, Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, em Lisboa.

Constatamos que na sua grande maioria estas irregularidades ocorrem sobretudo em animais provenientes da Venezuela, pelo que, temos ao longo dos anos, e também no ano de 2007, efectuado diligências no sentido de alertar para as novas regras sobre a circulação destes animais, nomeadamente através do contacto com outras entidades envolvidas, tais como consulado desse país na Região, as companhias aéreas que efectuem os voos directos, bem como pela divulgação de panfletos junto de passageiros e de algumas agências de viagens daquele país.



**Quadro n.º 19 - Entrada de Animais de Companhia de Países Terceiros**

Via aérea

Meses	N.º Controlos PIF Funchal	Espécie	Origem
Janeiro	-	-	-
Fevereiro	-	-	-
Março	2	Canídeo	Venezuela
Abril	2	Canídeo	África do Sul
Maio	1	Canídeo	Venezuela
Junho	1	Canídeo	Venezuela
Julho	3	Canídeo	Antilhas Holandesas (1) Brasil (1), Venezuela (1)
Agosto	6	Canídeo	EUA (1) Venezuela (5)
	1	Felídeo	Venezuela
Setembro	6	Canídeo	Suíça (3) Venezuela (3)
	5	Felídeo	Suíça
Outubro	1	Canídeo	Canadá
	2	Felídeo	Suíça
Novembro	1	Canídeo	EUA
Dezembro	8	Canídeo	Venezuela (3) Brasil (3) Suíça (1) EUA (1)
	3	Felídeo	EUA
<b>Total</b>	<b>42</b>		

**3.3.5 Plano Nacional de Controlo de Resíduos**

Em cumprimento do estipulado no Decreto-lei n.º 148/99, de 4 de Maio, relativo às medidas de controlo a aplicar a certas substâncias e aos seus resíduos em animais vivos e respectivos produtos, e no Decreto-lei n.º 185/05, de 4 de Novembro, relativo à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias  $\beta$ -agonistas em produção animal, e em coordenação com a Direcção Geral de Veterinária, foi levado a efeito pela DHPV, o plano de colheita de amostras para pesquisa de resíduos.

No âmbito deste plano, foram efectuadas 8 colheitas nos postos de inspecção fronteiriços, 88 em matadouro, 43 em animais vivos e 26 em leite cru, com todos os resultados obtidos até à data satisfatórios. (Quadros n.ºs 20 a 23)

**Quadro n.º 20 - Plano de Pesquisa de Resíduos nos PIFS**

Grupo de Substâncias	Compostos	Espécie	Matriz	N.º Colheitas
1 Estilbenos	Vários	Bovinos	Músculo	1
A2 Tireostáticos	Vários	Bovinos	Músculo	1
A3 Esteroides	Vários	Bovinos	Músculo	1
A4 RAL	Vários	Bovinos	Músculo	1
A5 Betagonistas	Vários	Bovinos	Músculo	1
A6 Substâncias Inscritas no Anexo IV do Reg.2377	Cloranfenicol	Bovinos	Músculo	1
B1 Inibidores Microbianos	Nitrofuranos	Bovinos	Músculo	1
B1 Inibidores Microbianos	Vários	Bovinos	Músculo	1
<b>Total</b>				<b>8</b>

**Quadro n.º 21 - Plano de Pesquisa de Resíduos em Matadouro**

<b>Grupo de Substâncias</b>	<b>Compostos</b>	<b>Espécie</b>	<b>Matriz</b>	<b>N.º Colheitas</b>
A1 Estilbenos	Vários	Bovinos	Fígado	1
		Suínos	Fígado	1
A2 Antitiroídianos	Vários	Bovinos	Tiróide	1
		Bovinos	Urina	1
		Suínos	Urina	1
Esteróides	Vários	Bovinos	Fígado	1
		Suínos	Fígado	1
A3 Esteroides Gestagénicos	Vários	Bovinos	Gordura Peri-renal	1
		Suínos	Gordura Peri-renal	1
A4 RAL	Vários	Bovinos	Fígado	1
		Suínos	Fígado	1
A5 Betagonistas	Vários	Bovinos	Fígado	15
		Suínos	Fígado	5
		Ovinos	Fígado + Músculo	2
A6 Substâncias inscritas no Anexo IV do Reg. 2377	Cloranfenicol	Bovinos	Músculo	1
		Suínos	Músculo	1
	Nitrofuranos	Bovinos	Músculo	1
		Suínos	Músculo	1
B2a Inibidores microbianos	Vários	Bovinos	Músculo	7
		Suínos	Músculo	5
		Ovinos	Músculo	2
B2a Anti-helmínticos	Benzimidazóis	Bovinos	Fígado	1
		Suínos	Fígado	1
	Levamisol	Bovinos	Fígado	1
		Suínos	Fígado	2
	Avermectinas	Bovinos	Fígado	1
		Suínos	Fígado	2
B2b Anti-coccídeos	Vários	Bovinos	Músculo	1
		Ovinos	Músculo	1
B2c Carbamatos e Piretroídes	Vários	Bovinos	Músculo	5
		Suínos	Músculo	1
		Ovinos	Músculo	1
B2d Tranquilizantes	Vários	Bovinos	Rim	2
		Suínos	Rim	5
B2f Corticosteróides	Vários	Bovinos	Músculo	1
		Suínos	Urina	1
B3a Organoclorados	Vários	Bovinos	Gordura	1
		Suínos	Gordura	1
B3b Organofosforados	Vários	Bovinos	Fígado	2
		Suínos	Fígado	1
B3c Elementos Químicos	Cádmio/Chumbo	Bovinos	Fígado	1
		Suínos	Fígado	1
	Mercúrio	Bovinos	Fígado	1
		Suínos	Fígado	1
B3d Micotoxinas	Vários	Bovinos	Fígado	1
		Suínos	Fígado	1
<b>Total</b>				<b>88</b>

**Quadro n.º 22 - Plano de Pesquisa de Resíduos em Animais Vivos**

<b>Grupo de Substâncias</b>	<b>Compostos</b>	<b>Espécie</b>	<b>Matriz</b>	<b>Totais</b>		
A1 Estilbenos	Vários	Bovinos	Urina	2		
A2 Antitiroideanos	Vários	Bovinos	Urina	2		
A3 Esteroides	Vários	Bovinos	Urina	2		
A4 RAL	Vários	Bovinos	Urina	2		
Betagonistas	Vários	Bovinos	Urina	15		
			Alimento	3		
			Água	3		
		Suínos	Urina	0		
			Alimento	4		
			Água	4		
		Ovinos Caprinos	Alimento	0		
			Água	0		
		Frangos	Alimento	0		
			Água	0		
		Substâncias Inscritas no Anexo IV do Reg.2377	Cloranfenicol	Bovinos	Urina	0
			Nitrofuranos	Bovinos	Alimento	1
Água	1					
Suínos	Alimento			2		
	Água			2		
Ovinos Caprinos	Alimento			0		
	Água			0		
Frangos	Alimento			0		
	Água			0		
Perus	Alimento			0		
	Água			0		
Codornizes	Alimento			0		
	Água			0		
Patos	Alimento			0		
	Água			0		
Coelhos	Alimento			0		
	Água			0		
<b>Total</b>				<b>43</b>		

**Quadro n.º 23 - Plano de Pesquisa de Resíduos em Leite**

<b>Grupo de Substâncias</b>	<b>Compostos</b>	<b>Espécie</b>	<b>Matriz</b>	<b>N.º Colheitas</b>
A6 Substâncias Inscritas no Anexo IV do Reg. 2377	Cloranfenicol	Vaca	Leite	5
B1 Inibidores Microbianos	Vários	Vaca	Leite	5
B2a Anti-helmínticos	Ivermectina	Vaca	Leite	3
	Benzimidazóis	Vaca	Leite	1
		Vaca	Leite	1
B2e AINE	Vários	Vaca	Leite	5
B2f Corticosteróides	Vários	Vaca	Leite	2
B3a Organoclorados	Vários	Vaca	Leite	1
B3b Organofosforados	Vários	Vaca	Leite	1
B3c Elementos Químicos	Cádmio/Chumbo	Vaca	Leite	1
B3d Micotoxinas	Vários	Vaca	Leite	1
<b>Total</b>				<b>26</b>

### **3.3.6 Plano Estratégico Sectorial dos Resíduos Hospitalares**

Com a publicação do Decreto-lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, foi aprovado o Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER), que visa disponibilizar, por via electrónica, um mecanismo uniforme de registo e acesso a dados sobre todos os tipos de resíduos, substituindo os anteriores sistemas e mapas de registo. O Regulamento de Funcionamento do SIRER foi aprovado pela Portaria n.º 1408/2006, de 18 de Dezembro.

O acesso ao Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER) carece de prévia inscrição, a qual confere às entidades, a qualidade de utilizador do SIRER, habilitando-o a aceder ao Sistema com vista ao preenchimento dos respectivos mapas de registo.

No entanto, e segundo informação da Direcção Regional do Ambiente este sistema não se encontra ainda em pleno funcionamento na Região, pelo que, os procedimentos de controlo adoptados em anos anteriores foram mantidos ainda no ano transacto, para salvaguarda dos referidos dados.

Em virtude do atrás exposto, e como fase transitória, foi solicitado pela Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública, o envio dos dados relativos aos resíduos hospitalares produzidos, no ano transacto, pelas Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde a Animais ou de Investigação, nos mesmos moldes dos anos anteriores.

No quadro seguinte estão representados os dados relativos ao ano 2007.

**Quadro n.º 24 - Registo Anual de Resíduos Hospitalares**

<b>Estabelecimentos de Saúde</b>	<b>Resíduos do Grupo I e II</b>	<b>Resíduos do Grupo III</b>	<b>Resíduos do Grupo IV</b>
Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo	2.200 lts	2.000 lts	200 lts
Consultório Veterinário - AUQMIA	258 kg	200 lts	100 lts
ECOVET - Consultório Veterinário	28 kg/semana	13 kg/ semana	2 kg/semana
Laboratório Regional de Veterinária	1.500 kg	1.000 kg	3.000 kg
PET VET - Consultório Médico Veterinário de São Jorge	2 kg	0,3 kg	0,2 kg
Sena & Bento - Consultório Veterinário	60 kg	30 lts	60 lts
SPAD - Sociedade Protectora dos Animais	29.767,5 kg	7.166,25 kg	28.350 kg
VETCONSULTING - Clínica Veterinária, Unipessoal, Lda.	1.080 kg	27,20 kg	52,80 kg
VETFUNCHAL - Centro Médico Veterinário, Lda.	3.600 kg	18.600 lts	5.600 lts
VETMÉDIS - Sociedade Veterinária, Lda. - Funchal	30 kg	65 kg	120 lts
VETMÉDIS - Sociedade Veterinária, Lda. - Machico	31 kg	85 kg	65 lts

### **3.3.7 Emissão de Certificados de Origem e Salubridade de Produtos de Origem Animal**

De acordo com a legislação nacional e comunitária em vigor, a emissão, por parte dos Serviços Oficiais, de certificados de origem e salubridade para produtos de origem animal só é efectuada para determinados produtos sujeitos a requisitos específicos ou, quando o país ou operador de destino o exige.

Assim, e uma vez que todas as empresas exportadoras possuem, ou utilizam, instalações possuidoras do número de controlo veterinário, só foram emitidos certificados de origem e salubridade nas situações acima mencionadas.

Neste contexto, os valores apresentados não reflectem totalmente o volume de produtos de origem animal exportados pela Região Autónoma da Madeira. No quadro n.º. 25 estão representadas as saídas de pescado, por espécie e por país de destino, para as quais foi solicitado a emissão de um certificado sanitário.

Numa retrospectiva, podemos verificar que têm sucessivamente ao longo dos anos sido emitidos um menor número de certificados de origem e salubridade para o pescado e produtos da pesca. (quadro n.º 26 e gráfico n.º 3).

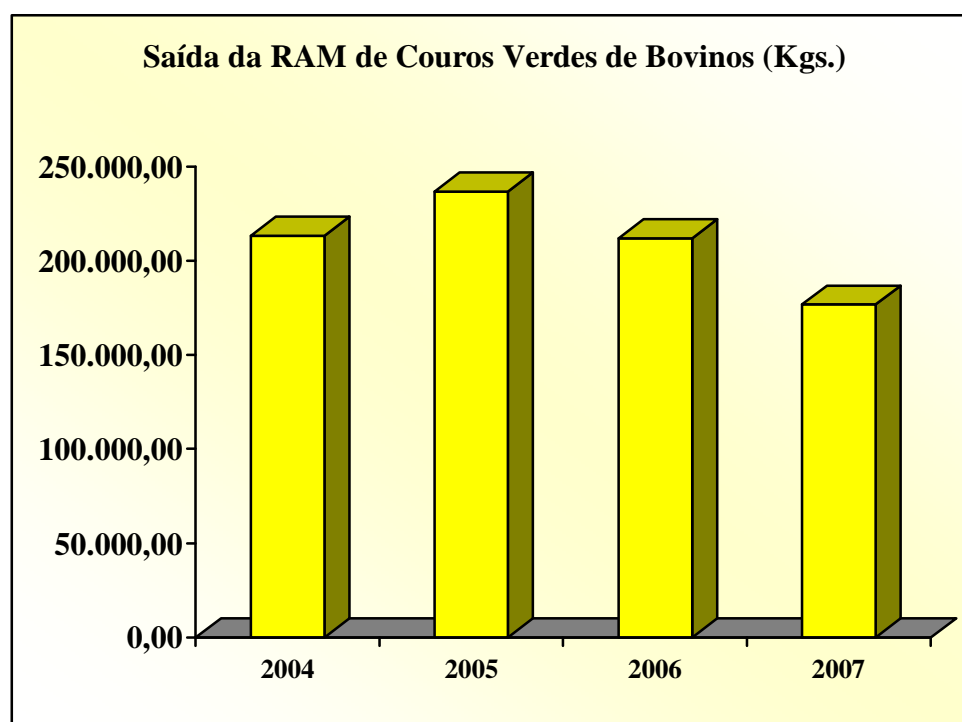
**Quadro n.º 25 - Saída da RAM de Pescado e Produtos da Pesca**

Designação do Produto	Peso em Kgs.	Modo de Conservação		Destino
		Congelados	Refrigerados	
Lapa ( <i>Patella spp.</i> )	80,00	X	-	Espanha
	210,00			Austrália
Peixe Espada Preto ( <i>Aphanopus carbo</i> )	105,00	X	-	Espanha
	9.600,00			Austrália
<b>Total</b>	<b>9.995,00</b>			

**Quadro n.º 26 - Saída da RAM de Pescado e Produtos da Pesca (kgs.)**

Designação do Produto	2003	2004	2005	2006	2007
Atum ( <i>Thunnus thynnus</i> )	35.500,00	15,00	-	48,00	-
Cavala ( <i>Scomber scombrus</i> )	21.000,00	47.000,00	47.000,00	-	-
Gaiado ( <i>Katsuwonus pelantis</i> )	-	122.330,00	-	4,00	-
Peixe Espada Preto ( <i>Aphanopus carbo</i> )	37.589,00	23.012,00	70,00	90,50	9.705,00
Outras Espécies	-	-	13,72	118,50	290,00
<b>Total</b>	<b>94.089,00</b>	<b>192.357,00</b>	<b>47.083,72</b>	<b>261,00</b>	<b>9.995,00</b>

**Gráfico n.º 3 – Saída da RAM de Couros Verdes de Bovinos (Kgs.)**



Registou-se ainda a saída de couros verdes de bovino para Portugal Continental. No gráfico n.º 3 estão expressos os dados relativos ao ano de 2007, no quadro n.º 27 é feita uma retrospectiva em relação aos últimos quatro anos.

**Quadro n.º 27 - Saída da RAM de Couros (kg.)**

Designação do Produto	2004	2005	2006	2007
Couros Verdes Salgados de Bovino	213.400,00	236.800,00	212.100,00	176.820,00

### 3.3.8 Conclusões

- ◆ A livre circulação de géneros alimentícios seguros e sãos constitui um aspecto essencial no mercado interno e contribui para a saúde e bem-estar dos cidadãos, sendo que compete ao operador, assegurar que não coloca no mercado géneros alimentícios que possam conter perigos para a saúde, e aos Serviços Oficiais realizar auditorias para verificação do cumprimento dos requisitos legais;
- ◆ No decurso do ano de 2007 a Divisão de Higiene Pública Veterinária efectuou controlos, em todas as fases da produção, transformação e distribuição dos géneros alimentícios, para auditar o grau de conformidade dos processos, no âmbito da legislação alimentar, tendo sido constatado que alguns operadores económicos não têm ainda instituído os pré-requisitos e o plano HACCP;
- ◆ Sendo os requisitos do sistema HACCP suficientemente flexíveis para serem aplicáveis em todas as situações, mesmo em empresas de pequena dimensão, como nalgumas existentes na Região, verifica-se a necessidade dos operadores económicos investirem nestas metodologias, até porque, como já foi anteriormente referido, têm a responsabilidade primária sobre a colocação dos produtos no mercado;
- ◆ Das visitas efectuadas denota-se igualmente alguma falta de formação dos operadores regionais para o adequado desempenho das suas funções, no que respeita às boas práticas de higiene e de fabrico e dos princípios do sistema de HACCP, verificando-se nalguns casos desconhecimento quanto à legislação nesta área, o que demonstra a necessidade de reforçar as acções de controlo aos estabelecimentos;
- ◆ É ainda da competência dos operadores económicos dar garantias quanto à rastreabilidade dos géneros alimentícios, elemento essencial para garantir a segurança

dos mesmos, permitindo ainda fornecer ao consumidor uma base de escolha quanto aos géneros alimentícios que consome;

- ◆ No decurso do ano de 2007, esta Divisão foi alvo de uma auditoria por parte da Direcção Geral de Veterinária, que na sua globalidade obteve resultados satisfatórios, tendo no entanto ficado patente a necessidade urgente da adequação dos operadores económicos à nova legislação alimentar, sob risco da retirada do número de controlo veterinário e suspensão da laboração do estabelecimento;
- ◆ A mudança de localização do Posto de Inspeção Fronteiriço do Funchal para o Porto do Caniçal e a aplicação das taxas de inspecção na Região, foram aspectos mencionados no relatório da auditoria e para os quais é imperiosa a sua aplicação;
- ◆ Muito embora a implementação destas medidas seja alheia a esta Divisão, por estarmos a aguardar a aprovação do PIF pela DGV e Comissão Europeia, relativamente à alteração da sua localização, e a publicação do despacho que irá efectuar a aplicação das taxas de inspecção a nível regional, prevemos a sua plena execução no decurso do primeiro trimestre de 2008;
- ◆ Esta Divisão participou em vistorias com diversas Entidades no âmbito da aprovação de estabelecimentos e procedeu à atribuição do número de controlo veterinário aos estabelecimentos que laboram produtos de origem animal;
- ◆ Ao longo do ano foram emitidos pareceres, quer no âmbito do licenciamento industrial de estabelecimentos, quer na apreciação técnica de projectos de estabelecimentos de comercialização de géneros alimentícios de origem animal;
- ◆ Procedeu-se ainda à análise de projectos de legislação nacional em matérias da nossa competência;
- ◆ Realçamos os resultados satisfatórios obtidos a nível do plano nacional de pesquisa de resíduos;
- ◆ Ao longo do ano de 2007, foram desenvolvidas várias acções de divulgação e controlo, bem como mantido contacto permanente com todos os intervenientes nas operações de identificação, recolha, transporte e eliminação de subprodutos animais, efectivando desta forma as competências desta Divisão relativamente a esta matéria.
- ◆ Relativamente ao controlo analítico do leite cru verifica-se a necessidade de uma abordagem urgente quanto ao futuro deste sector a nível regional, uma vez que conforme já tem sido verificado em anos anteriores, os resultados obtidos reflectem uma má qualidade higiénica do mesmo, embora sem presença de resíduos de antibióticos;



- ◆ De referir que nos anos de 2006 e 2007, não se registaram entradas de mercadorias com carácter comercial pelo PIF- Aeroporto da Madeira, embora esteja autorizado à recepção de produtos de origem animal para consumo humano e de outros produtos, assim como de outros animais vivos, conforme definido na Decisão 2001/881/CE, e demais alterações;
- ◆ O PIF- Aeroporto da Madeira, apesar de não ter registado quaisquer entradas de produtos e animais vivos com carácter comercial no último biénio, continua a ser uma alternativa válida à entrada de mercadorias e animais provenientes de países terceiros, muito embora, em nossa opinião, os elevados custos inerentes ao transporte por via aérea possam constituir para os operadores económicos um factor limitativo;
- ◆ Ao nível do Aeroporto da Madeira, e em acção conjunta com a respectiva Delegação Aduaneira, os controlos veterinários restringiram-se à entrada sem carácter comercial, de animais de companhia, cães e gatos, que acompanham os seus proprietários, não havendo obrigatoriedade de aviso prévio de chegada. Dado ser imprevisível a sua chegada, e por se verificar que na maioria das vezes estas situações ocorrem aos fins-de-semana e feriados, salientamos a importância de um serviço de prevenção a funcionar nesses dias;
- ◆ Dado o elevado risco de introdução da raiva na Comunidade Europeia, por animais provenientes de países ou partes de países que não dão garantias quanto a esta zoonose, torna-se também imprescindível dotar a Região de uma quarentena oficial para os animais de companhia, provenientes destes países terceiros, que não satisfaçam as exigências estabelecidas pelo Regulamento (CE) n.º 998/2003, de 26 de Maio;
- ◆ Constatamos, relativamente aos anos transactos, e no que se refere à circulação de animais de companhia sem carácter comercial, que o número de não conformidades foi menor, o que poderá ficar a dever-se às acções de sensibilização e informação desenvolvidas por esta Divisão, junto de várias entidades, nomeadamente consulados, clínicas veterinárias, transportadoras aéreas, agências de viagens e proprietários de animais;
- ◆ Ainda em colaboração com a referida Delegação Aduaneira e no âmbito do Regulamento n.º 745/2004 de 16 de Abril de 2004, foram apreendidas e destruídas remessas da bagagem pessoal dos passageiros no Aeroporto da Madeira, com o objectivo de evitar a introdução de doenças infecciosas dos animais na União Europeia, por produtos de origem animal que podem ser portadores dos agentes patogénicos responsáveis por essas doenças nos animais;

- ◆ É de realçar o acréscimo verificado nos quantitativos de produtos apreendidos, neste âmbito, o que vem demonstrar o reforço nos controlos efectuados por ambas entidades e ainda evidenciar o desconhecimento, por parte dos passageiros, das normas legais estabelecidas para o transporte de géneros alimentícios na bagagem pessoal;
- ◆ Dada a transferência da localização do porto comercial da Região, do Porto do Funchal para o Porto do Caniçal, a entrada de mercadorias por via marítima, passou a efectuar-se por este último;
- ◆ Assim, desde o ano de 2006 foram mantidos os procedimentos e actuações até então efectuados ao nível do posto de inspecção do Porto do Funchal, estando por isso garantidos os controlos veterinários efectuados às mercadorias provenientes de países terceiros e assegurada a articulação com as demais entidades envolvidas na importação destas mercadorias;
- ◆ Embora em finais de 2006, tenha sido concluída a construção do novo Posto de Inspeção Fronteiriço, localizado no Caniçal, não foi ainda possível no decurso do ano de 2007 a transferência destes Serviços para as referidas instalações, uma vez que a entrega do projecto por parte da empresa construtora, foi efectuada em Novembro de 2007, condicionando o envio do mesmo para parecer e aprovação junto da Direcção Geral de Veterinária e Comissão Europeia;
- ◆ Após a referida aprovação, julgamos ter reunidas as condições estruturais e funcionais, para que no ano de 2008, se dê a transferência destes Serviços para as novas instalações, por forma a que os procedimentos se façam de acordo com as determinações comunitárias e nacionais em vigor nesta matéria;
- ◆ No PIF- Porto e em relação aos anos transactos é de salientar o aumento registado no número de contentores, tonelagem e tipo de produtos de origem animal provenientes de Países Terceiros e sujeitos a controlos veterinários à entrada na Região;
- ◆ Por outro lado, denota-se um decréscimo acentuado nas mercadorias oriundas de países terceiros, que chegam à Região sob supervisão aduaneira mas que foram já despachadas sanitariamente noutros PIF's;
- ◆ Com vista a garantir a protecção da Saúde Pública, torna-se necessário dotar a Região de um laboratório capaz de fazer face à nova legislação alimentar e às exigências dos controlos oficiais, incluindo os controlos veterinários aplicáveis aos produtos de origem animal, oriundos da União Europeia e de Países Terceiros;

- ◆ Face às competências atribuídas aos Serviços Oficiais pelos novos regulamentos, em matéria de segurança alimentar, torna-se imprescindível os Serviços garantirem formação adequada e actualizada ao pessoal encarregue de efectuar os controlos oficiais, por forma a que lhes permita exercer as suas funções com competência;
- ◆ Para além da formação, e com vista à execução plena de todos os controlos oficiais no âmbito das competências desta Divisão, é imprescindível uma maior disponibilidade de meios humanos e materiais, nomeadamente, viaturas.

Chefe de Divisão de Higiene Pública Veterinária

**Teresa Spínola**

(Médica Veterinária)

### **3.4 Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo**

O Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo constitui uma unidade orgânica e funcional da Direcção Regional de Veterinária no Porto Santo que desenvolve actividades no âmbito da saúde e bem-estar animal, higiene pública veterinária, inspecção veterinária, identificação animal e registo de explorações e clínica de animais de companhia.

Em exercício desde Outubro de 2000 tem vindo a definir e a implementar os planos, programas e as medidas adoptadas pela Direcção Regional de Veterinária na região do Porto Santo.

Este relatório pretende apresentar as actividades desenvolvidas pelo Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo, adiante designado por CAVPS.

Saúde e bem-estar animal

No campo de acção da saúde e bem-estar animal o CAVPS desenvolveu diversas actividades ao longo do ano, nomeadamente:

- 1) Programa de vigilância e controlo de Brucelose, Leucose e Peripneumonia Bovina;
- 2) Programa de vigilância e controlo de Brucelose de Pequenos Ruminantes;
- 3) Monitorizações de Encefalopatia Espongiforme Bovina e Tremor Epizóotico;
- 4) Assistência Clínica a Espécies Pecuárias;
- 5) Assistência Clínica a Fauna Silvestre;
- 6) Controlo de entradas e saídas de animais na região;
- 7) Controlo de bem-estar animal;

- 8) Controlo de entrada de alimentos de origem nacional;

Segue-se uma breve descrição das actividades desenvolvidas.

### 3.4.1 Programa de Vigilância e Controlo da Brucelose, Leucose, Peripneumonia e Tuberculose Bovina

Durante o ano de 2007 o CAVPS assegurou o controlo sanitário periódico e permanente ás explorações pecuárias da região mediante a aplicação de programas de vigilância, controle e erradicação das doenças infecciosas e parasitárias dos animais, dos quais destacamos os programas referentes à Brucelose, Leucose, Peripneumonia e Tuberculose.

No quadro n.º 1 é possível observar o número de animais e explorações sujeitas ao rastreio de Brucelose, Leucose, Peripneumonia e Tuberculose no ano de 2007.

**Quadro n.º 1 - Rastreio de Doenças nos Bovinos**

	<b>Brucelose</b>	<b>Leucose</b>	<b>Peripneumonia</b>	<b>Tuberculose</b>
<b>Explorações</b>	8	8	8	7
<b>Animais</b>	25	25	11	34

### Programa de Vigilância e Controlo da Brucelose em Pequenos Ruminantes

No ano de 2007 foi efectuado na região do Porto Santo o programa de controlo da brucelose ovina/caprina, no quadro n.º 2 é demonstrado o número de animais e de explorações sujeitas ao programa.

**Quadro n.º 2 - Rastreio de Brucelose nos Pequenos Ruminantes**

	<b>Brucelose</b>
<b>Explorações</b>	3
<b>Animais</b>	133

Pretende-se no ano de 2008 efectuar o rastreio da Rinotraquite Infecciosa dos Bovinos á totalidade do efectivo Bovino assim como de Brucelose à totalidade do efectivo ovino e caprino na região. A existência de pequenas explorações muito dispersas e a falta de cooperação dos produtores têm condicionado as colheitas.

### **3.4.2. Monitorização da Encefalopatia Espongiforme Bovina e Tremor Epizoótico**

De acordo com a legislação em vigor os bovinos com idade superior a 24 meses e ovinos/caprinos com idade superior a 18 meses com morte na exploração, ou submetidos a abate especial de urgência devem ser sujeitos ao teste de detecção rápida da EEB ou TE.

O quadro n.º 3 demonstra o número de mortes na exploração para o ano de 2007 na região do Porto Santo e o número de animais sujeitos a monitorização da encefalopatia espongiforme bovina e tremor epizoótico.

**Quadro n.º 3**

	<b>N.º Mortes na Exploração na Região Porto Santo</b>	<b>N.º de Animais Sujeitos a Monitorização</b>
Bovinos com Mais de 24 meses	0	0
Ovinos/Caprinos com Mais de 18 meses	15	15

### **3.4.3 Assistência clínica a espécies pecuárias**

O CAVPS mediante a solicitação dos produtores de animais de criação ministra cuidados médico veterinários, promovendo também acções de profilaxia e controlo de doenças infecto-contagiosas e parasitárias dos animais. Sempre na salvaguarda da saúde e bem-estar animal, implementa as acções contra as doenças transmissíveis aos animais e ao ser humano e em simultâneo efectua acções de educação sanitária.

O quadro n.º 4 ilustra o número de animais assistidos clinicamente e o carácter das intervenções efectuadas. No quadro n.º 5 é possível avaliar a incidência de patologias na região.

**Quadro n.º 4 - Assistência Clínica**

<b>Assistência Clínica 2007 Região Porto Santo</b>		
N.º de Consultas de Diagnóstico	Bovinos	8
	Ovinos	9
	Caprinos	36
	Suínos	72
	Asininos	0
	Aves	0
	<b>Total</b>	<b>125</b>
N.º de Tratamentos	Bovinos	6
	Ovinos	2
	Caprinos	60
	Suínos	30
	Asininos	0
	<b>Total</b>	<b>98</b>
Desparasitações	Bovinos	360
	Ovinos	98
	Caprinos	249
	Suínos	30
	<b>Total</b>	<b>737</b>
Aplicação Ferro	Suínos	42
Castrações	Caprinos	6

**Quadro n.º 5 - Distribuição da Incidência de Patologias por Espécie**

Patologia	Espécie	Bovinos	Ovinos	Caprinos	Suínos	Asininos
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Abcessos		2	0	2	2	0
Assistência ao Parto		1	0	1	0	0
Problema Dermatológico		0	0	0	16	0
Enterite		0	0	2	0	0
Feridas		0	0	1	0	0
Indigestão		0	5	1	0	0
Luxação		1	0	0	0	0
Mamite		0	0	1	0	0
MMA		0	0	0	1	0
Parasitismo Interno		1	0	5	15	0
Processos Articulares		0	0	13	0	0
Processos Bronco Pulmonares		0	0	1	17	0
Retenção Secundinas		1	0	1	0	0
S/ Diagnostico Definido		0	1	1	2	0
Toxemia de Gestação		0	2	0	0	0
Problema Reprodutivo		0	0	1	0	0
Traumatismo		3	0	5	2	0
<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>8</b>	<b>35</b>	<b>55</b>	<b>0</b>

### **Assistência Clínica a Fauna Silvestre**

Durante o ano de 2007 o CAVPS proporcionou assistência a espécies silvestres que foram apresentadas para consulta por particulares. Os animais recolhidos, foram sujeitos aos cuidados médico veterinários primários no centro, que posteriormente fez a sua reintrodução no ambiente ou os encaminhou ao Parque Natural da Madeira para subsequente tratamento.

O quadro n.º 6 demonstra o número de animais assistidos clinicamente no Centro durante o ano de 2007.

**Quadro n.º 6 - Assistência Clínica 2007 Região Porto Santo**

 Total de Animais Assistidos	Aves de Rapina	2
	Aves Marinhas	4
	<b>Total</b>	<b>6</b>

### **3.4.4 Controlo de Entradas e Saídas de Animais de Espécie Pecuária na Região**

O CAVPS de acordo com a portaria n.º 54/93 que regulamenta a circulação de animais da espécie bovina, suína, ovina e caprina na região da Madeira, executa o controlo dos animais destas espécies que circulam entre a região do Porto Santo e a região da Madeira assim como emite e controla os certificados e outros documentos sanitários de acordo com a legislação em vigor.

O quadro n.º 7 testemunha o número de animais controlados na região.

**Quadro n.º 7 – Número de Animais Controlados**

<b>Espécie</b>	<b>Funchal → Porto Santo</b>	<b>Continente → Porto Santo</b>	<b>Porto Santo → Funchal ou Continente</b>
Bovinos	31	0	0
Suínos	111	0	0
Caprinos	0	0	10
Ovinos	0	0	30
Pintos	2.140	0	0
Equinos	0	0	7
Asininos	2	0	0
Outras Aves	4	0	0
<b>Total</b>	<b>2.288</b>	<b>0</b>	<b>47</b>

### **Controlo de Bem-Estar Animal**

No âmbito do bem-estar animal o centro promove, controla e fiscaliza o cumprimento das normas legais que regulamentam a protecção e bem-estar animal, habitat, alojamento, maneo, utilização, transporte e abate ou occisão.

O quadro n.º 8 certifica o número de animais e de explorações controladas no ano de 2007.



### Quadro n.º 8 - Número de Animais e de Explorações Controladas

Espécie Controlada	N.º de Animais Controlados	N.º de Explorações Controladas
Galinhas Poedeiras em Bateria	2.600	1
Canídeos	45	1
Caprinos	81	1
Ovinos	8	1
Equinos	7	3
Suínos	18	1
<b>Total</b>	<b>2.759</b>	<b>8</b>

Durante o ano de 2007 foram também promovidas acções de educação de bem-estar animal junto dos detentores de animais das espécies caprina, bovina, equina e suína aquando da sua solicitação no âmbito da assistência clínica.

#### 3.4.5 Plano de Prevenção da Gripe Aviária

No âmbito do plano de prevenção da gripe aviária foram efectuadas colheitas em animais vivos para despiste do Vírus H5N1 que são apresentados no quadro n.º 9.

Espécie Controlada	N.º de Animais Controlados	N.º de Explorações Controladas
Pombo	8	1
Peru	5	
Galinhas	7	
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>1</b>

Foram também recolhidas aves apresentadas por particulares e entidades públicas que apresentamos no quadro n.º 10.

Espécie Controlada	N.º de Animais Controlados
Galinha	1
Pombo	2
<b>Total</b>	<b>3</b>

### 3.4.6 Plano de Controlo das Carrças na Ilha do Porto Santo

#### Projecto PIIDAR Controlo das Carrças na Ilha do Porto Santo

No ano de 2007 as acções efectuadas no âmbito do projecto compreenderam a avaliação periódica dos níveis de parasitismo no gado bovino, ovino e caprino, a avaliação da população de Ixodídeos no solo em áreas da região vocacionadas para o turismo e a aplicação de um ectoparasiticida a deltametrina a 0,75% formulada em solução para unção contínua “pour on”.

Ao longo dos anos tem sido assinalado um decréscimo na População de ixodídeos, situação que julgamos ser condicionada pelo controlo efectuado no gado bovino, ovino e caprino assim como pela limitação das áreas de pasto imposta na região e pelo decréscimo do número de cabeças de gado que tem sido registado.

O quadro n.º 11 e o quadro n.º 12 demonstram o número de bovinos e pequenos ruminantes respectivamente sujeitos ao controlo pela aplicação de Butox Pour on.

**Quadro n.º 11**

Meses	N.º de Animais	Explorações
Janeiro	64	10
Fevereiro	53	8
Março	58	8
Abril	23	5
Mai	54	10
Junho	50	10
Julho	88	10
Agosto	144	9
Setembro	41	8
Outubro	36	7
Novembro	33	8
Dezembro	0	0
<b>Total</b>	<b>644</b>	<b>93</b>

**Quadro n.º 12**

Meses	N.º de Animais	Explorações
Janeiro	111	1
Março	18	1
Junho	13	1
Julho	95	3
<b>Total</b>	<b>237</b>	<b>6</b>

### 3.4.7 Inspeção Veterinária

È competência do CAVPS assegurar as acções de Inspeção hígio-sanitária dos animais, carnes e outros produtos de origem animal destinados ao consumo público. Neste âmbito, o Médico Veterinário do CAVPS efectua a inspeção hígio-sanitária, a classificação de carcaças e assegura a rotulagem das carnes destinadas ao consumo público, dos animais abatidos no Matadouro do Porto Santo.

Inspeção Sanitária Matadouro do Porto Santo 2007, Total de Animais Abatidos e Aprovados por Espécie no Matadouro do Porto Santo 2007

No quadro n.º 13 é possível observar o número de animais abatidos na região e os totais de quilogramas aprovados.

**Quadro n.º 13 - Número de Animais Abatidos e os Totais de Quilogramas Aprovados**

Espécie	Entrada de Animais	Rejeições Ante-Morten		Animais Abatidos		Rejeições Totais Post-Mortem		Carcaças Aprovados	
	N.º	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Bovinos	36	0	0	36	11.156	0	0	36	11.156
Suínos	7	0	0	7	582	0	0	7	582
Ovinos	10	0	0	10	206	0	0	10	206
Caprinos	61	0	0	61	825	0	0	61	825
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>114</b>	<b>12.769</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>114</b>	<b>12.769</b>

## Rejeições Parciais por Espécie

**Quadro n.º 14 - Número de Rejeições Parciais por Espécie**

Espécies	N.º de Carcaças	Órgãos									
		Pulmão		Fígado		Rim		Coração		Partes de Carcaça	
		N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Bovinos	36	36	108	35	40	29	116	0	0	1	24
Suínos	7	7	5,6	6	6	6	4,8	2	1,2	0	0
Ovinos	10	10	4	10	10	3	2,4	0	0	0	0
Caprinos	61	61	24,4	49	49	21	16,8	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>114</b>	<b>142</b>	<b>100</b>	<b>105</b>	<b>59</b>	<b>140</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>1</b>	<b>24</b>

### 3.4.8 Matérias de Risco Especificadas / Subprodutos de Origem Animal/Subprodutos Hígidos

O matadouro do Porto Santo possui uma incineradora anexa às instalações do mesmo que permite uma eliminação eficaz das matérias de risco especificadas (MRE) e de subprodutos de origem animal/subprodutos hígidos recolhidos no abate de bovinos e dos pequenos ruminantes.

O quadro n.º 15 ilustra os totais de quilogramas de MRES/material hígido produzidos na região cuja totalidade foi incinerada.

**Quadro n.º 15**

Matadouro do Porto Santo MRE/ HIG	Bovinos		Pequenos Ruminantes	
	M3	M1+M2	M3	M1+M2
	2.607	1782	350	347

### 3.4.9 Abates de Bovinos de Idade Superior a Trinta Meses e Ovinos/Caprinos com Idade Superior a 18 Meses

O CAVPS colabora nas medidas complementares às acções de inspecção higio sanitária integradas nos programas de vigilância de doenças de carácter zoonótico. O matadouro do Porto Santo está autorizado para efectuar o abate de bovinos com mais de 30 meses e de ovinos/caprinos

com mais de 18 meses, após o abate é efectuada uma colheita do tronco cerebral que é subsequentemente enviada ao Laboratório Regional de Veterinária para execução do teste de detecção rápida da encefalopatia espongiforme bovina ou tremor epizoótico.

No quadro n.º 16 é demonstrado o número de bovinos com mais de trinta meses e pequenos ruminantes mais de dezoito meses abatidos na região do Porto Santo e os resultados dos testes de detecção rápida de EEB/TE aos quais os mesmos animais foram submetidos. Salientamos a inexistência de casos positivos.

<b>Espécie</b>	<b>N.º de Animais</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º de Positivos</b>	<b>N.º de Negativos</b>
Bovinos	2	605	0	2
Caprinos	42	501	0	42
Ovinos	2	68	0	2
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>1.174</b>	<b>0</b>	<b>46</b>

### **Identificação Animal**

No campo de acção da identificação animal o CAVPS é responsável pela identificação dos animais da região, emite a documentação de identificação e circulação animal, actualiza informaticamente o Sistema Nacional de Identificação e Registo Bovino e fornece acompanhamento técnico do apoio financeiro aos riscos inerentes ao exercício da actividade agrícola no ramo pecuário.

**Quadro n.º 17 - Apresenta o Número de Animais Identificados na Região do Porto Santo em 2007**

<b>Espécie</b>	<b>N.º de Animais Identificados</b>
Bovinos	15
Pequenos ruminantes	149
Suínos	9
<b>Total</b>	<b>173</b>

**Quadro n.º 18 - Representa o Número de Códigos de Exploração Atribuídos**

<b>Espécie</b>	<b>N.º de Códigos Exploração Atribuídos</b>
Bovinos	0
Pequenos ruminantes	3
Suínos	5
<b>Total</b>	<b>8</b>

## Higiene Pública Veterinária

O CAVPS intervém no controlo das condições hígio técnico sanitárias de funcionamento dos estabelecimentos e equipamentos destinados ao abate, inspecção, laboração, manipulação, armazenagem, distribuição e venda produtos de origem animal e respectivos subprodutos.

### Quadro n.º 19 - Refere os Estabelecimentos aos Quais Foram Efectuadas Visitas Técnicas

Estabelecimentos	Visitas Técnicas
Centro de inspecção e classificação de ovos	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

Colabora também com a brigada de fiscalização das actividades económicas deslocada na região do Porto Santo para verificação de mercadoria.

### Quadro n.º 20 - Demonstra as Actividades Efectuadas

Estabelecimento	Mercadoria	Quantidade
Armazém Zarco	<i>Sparisoma cretense</i>	20 exemplares

## Clínica de Pequenos Animais

O CAVPS possui um consultório cuja finalidade é facultar assistência clínica a todos os animais de companhia com excepção das espécies silvestres e economicamente exploradas para produção. As instalações e equipamentos são propriedade da Direcção Regional de Veterinária sendo a sua utilização da responsabilidade do Médico Veterinário que aí pratica a sua actividade clínica em regime de profissão liberal.

## Meios Auxiliares de Diagnóstico e Profilaxia

Entre as actividades desenvolvidas pelo consultório do CAVPS destacam-se as acções de profilaxia e a realização de exames complementares de diagnóstico. O Consultório tem capacidade para efectuar consultas de clínica geral, pequena cirurgia, profilaxia, radiologia, ecografia e análises clínicas (citologia, hematologia, dermatologia, coprologia e parasitologia).

**Quadro n.º 21 - Número de Animais de Companhia Assistidos Clinicamente  
no Ano de 2007**

<b>Intervenção</b>	<b>Número</b>
Consultas diagnóstico	358
Vacinações	400-200
Testes diagnóstico rápido	76
Exames auxiliares de diagnóstico (radiologia/ecografia)	42
Animais identificados	53
Pequenas cirurgias	18
Tratamentos dirofilariose	15
<b>Total</b>	<b>962</b>

Técnico Superior Principal

**Sara Silva**

(Médica Veterinária)

## 3.5 Centro de Atendimento Veterinário do Funchal

### Assistência Clínica de Suínos

Concelhos Patologias	Calheta	Câmara de Lobos	Funchal	Machico	Ponta do Sol	Porto Moniz	Porto Santo	Ribeira Brava	Santa Cruz	Santana	São Vicente	Total Trimestral
Intoxicação Alimentar	1	3	1	1	6	1	1	4	3	9	13	43
Enterite	32	11	4	9	11	1	0	5	41	3	1	118
Processos Bronco-Pulmonares	64	24	7	10	27	16	14	24	27	11	21	245
Parasitismo	10	7	2	5	16	1	0	4	4	0	6	55
Assistência ao Parto	2	3	1	0	2	0	0	1	1	0	0	10
Mamite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prolapso Vaginal	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Prolapso Uterino	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Síndrome MMA	2	1	2	0	5	0	1	0	4	0	0	15
Metrite	1	1	0	0	5	0	0	3	0	0	0	10
Fracturas ósseas	1	1	2	0	1	0	0	0	1	0	0	6
Processos Articulares/Luxações	5	11	7	3	11	0	2	7	4	2	0	52
Dematoses/Poder matite	12	7	4	5	19	0	9	5	20	5	8	94
Feridas/Abcessos	2	4	2	1	2	0	3	2	3	0	0	19
Prolapso rectal	0	3	0	0	0	0	0	2	0	0	0	5
Doença dos edemas	5	14	7	5	16	0	0	3	12	1	0	63
Indução do Parto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Síndrome Stress Pós Parto	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Mal Rubro	9	12	3	11	27	0	0	15	9	6	11	103
Infecção Urinária	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	4
Infecção pós castração	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Intoxicação por produto químico	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Hernia abdominal	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	3
Patologias sem Diagnóstico Definido	10	6	5	9	13	0	1	16	4	6	18	88
<b>Totais</b>	<b>156</b>	<b>112</b>	<b>48</b>	<b>60</b>	<b>165</b>	<b>19</b>	<b>31</b>	<b>93</b>	<b>135</b>	<b>43</b>	<b>79</b>	<b>941</b>
<b>N.º de Animais Doentes</b>	<b>139</b>	<b>103</b>	<b>46</b>	<b>55</b>	<b>149</b>	<b>18</b>	<b>32</b>	<b>88</b>	<b>128</b>	<b>39</b>	<b>72</b>	<b>869</b>



## Assistência Clínica de Bovinos

Concelhos Patologias	Calheta	Câmara de Lobos	Funchal	Machico	Ponta do Sol	Porto Moniz	Porto Santo	Ribeira Brava	Santa Cruz	Santana	São Vicente	Total Anual
Indigestão	7	4	0	2	5	1	0	1	5	0	0	25
Enterite	11	0	0	0	1	3	0	1	4	1	1	22
Processos Bronco-Pulmonares	9	2	1	0	4	1	1	2	0	2	0	22
Parasitismo	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Assistência ao Parto	4	4	0	2	3	1	1	0	0	0	0	15
Mamite	1	0	0	1	1	0	0	0	3	0	0	6
Prolapso Vaginal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Prolapso Uterino	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Retenção de Secundinas	2	0	1	3	4	1	1	0	4	0	0	16
Metrite	2	0	0	1	0	0	0	0	3	1	0	7
Fracturas Ósseas	0	0	0	0	1	0	0	2	2	0	0	5
Processos articulares	2	0	0	0	0	0	1	1	4	0	0	8
Dermatose/laminite	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3	0	5
Feridas/abscessos	4	2	2	0	0	0	1	1	2	3	0	15
Prolapso rectal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Luxação	0	0	0	1	1	0	2	0	1	0	0	5
Enterotoxémia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indução do parto	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
Hipocalcémia	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Diagnóstico de Gestação	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Infecção Urinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infecção pós-castração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Intoxicação por produto químico	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Hematúria	1	0	0	0	0	0	0	4	0	2	0	7
Papilomatose	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Hérnia abdominal	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Patologias sem diagnóstico definido	9	1	1	0	3	0	1	4	5	4	0	28
<b>Totais</b>	<b>55</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>24</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>19</b>	<b>34</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>201</b>
<b>N.º de Animais Doentes</b>	<b>55</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>23</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>19</b>	<b>30</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>186</b>

## Assistência Clínica de Caprinos

Concelhos Patologias	Calheta	Câmara de Lobos	Funchal	Machico	Ponta do Sol	Porto Moniz	Porto Santo	Ribeira Brava	Santa Cruz	Santana	São Vicente	Total Anual
	Indigestão	1	2	2	1	0	0	2	1	0	0	1
Enterite	8	2	10	3	6	0	1	2	6	0	2	40
Processos Bronco-Pulmonares	1	1	1	3	0	0	2	0	0	0	0	8
Parasitismo	1	0	0	0	0	0	4	0	1	0	0	6
Assistência ao Parto	4	1	0	1	0	0	1	0	6	0	0	13
Mamite	2	1	1	2	0	0	1	1	3	0	2	13
Prolapso Vaginal	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	3
Prolapso Uterino	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Retenção de Secundinas	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Metrite	0	3	2	1	0	0	0	0	1	0	0	7
Fracturas Ósseas	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	3
Processos Articulares	0	0	0	1	0	0	16	2	3	0	0	22
Dermatoses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feridas/abscessos	0	2	0	0	0	0	5	0	1	0	0	8
Prolapso rectal	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Luxação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Enterotoxémia	0	1	3	0	1	0	1	1	4	0	0	11
Indução do Parto	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	4
Toxémia de Gestação	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Diagnóstico de Gestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infecção urinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infecção Pós-Castração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Intoxicação por Produto Químico	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Hérnia Abdominal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Patologias sem Diagnóstico Definido	0	5	0	2	2	0	2	5	1	3	5	25
<b>Totais</b>	<b>17</b>	<b>25</b>	<b>20</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>37</b>	<b>14</b>	<b>31</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>182</b>
<b>N.º de Animais Doentes</b>	<b>16</b>	<b>24</b>	<b>20</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>36</b>	<b>15</b>	<b>29</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>177</b>

## Assistência Clínica de Ovinos

Concelhos Patologias	Calheta	Câmara de Lobos	Funchal	Machico	Ponta do Sol	Porto Moniz	Porto Santo	Ribeira Brava	Santa Cruz	Santana	São Vicente	Total Anual
Indigestão	0	2	0	0	0	0	5	0	2	0	0	9
Enterite	0	4	0	0	0	0	0	0	4	0	0	8
Processos Bronco-Pulmonares	0	1	0	0	2	0	0	0	2	0	0	5
Parasitismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistência ao Parto	0	2	4	0	0	0	0	1	0	0	0	7
Mamite	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Metrite	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Prolapso Vaginal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prolapso Uterino	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	3
Retenção de Secundinas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fracturas Ósseas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processos Articulares	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Dermatoses	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Feridas/abscessos	0	1	0	1	0	0	0	0	2	0	0	4
Enterotoxémia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indução de Parto	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Toxémia de Gestação	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Diagnóstico de Gestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infecção urinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infecção pós castração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Intoxicação por produto químico	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Hérnia abdominal	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Luxação	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Patologias sem diagnóstico definido	0	2	2	0	0	0	0	0	16	1	0	21
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>70</b>
<b>N.º de animais doentes</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>28</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>65</b>

**Total de Animais Assistidos / Efectivo Pecuário nas Explorações Assistidas / N.º de Explorações Assistidas  
Ano 2007**

Total de Animais Assistidos										
Efectivo Pecuário Existentes nas Explorações Assistidas										
Concelhos	N.º Explorações Assistidas	Bovinos	Ovinos	Caprinos	Suínos	Equídeos	Leporídeos	Galináceos	Outras Aves	Total
Calheta	237	101 413	2 43	19 81	217 241	0 0	0 76	0 1.169	0 20	339 2.043
Câmara de Lobos	140	17 20	18 57	38 104	136 277	0 5	0 57	0 414	0 6	209 940
Funchal	88	18 6	18 45	24 78	109 145	0 0	0 51	1 246	0 1	170 572
Machico	78	9 13	2 10	16 43	81 112	0 0	0 14	0 160	0 8	108 360
Ponta do Sol	180	31 135	7 43	21 54	227 389	0 0	0 97	0 693	0 3	286 1.414
Porto Moniz	52	27 90	0 5	0 2	23 25	0 0	0 30	0 282	0 0	50 434
Porto Santo	118	473 548	105 702	291 889	108 299	0 0	0 0	0 83	0 64	977 2.585
Ribeira Brava	132	29 82	1 42	16 125	199 336	0 0	0 27	0 818	0 55	245 1.485
Santa Cruz	156	42 124	47 172	59 142	176 504	10 13	1 111	0 460	0 69	335 1.595
Santana	177	50 125	2 7	17 122	172 279	0 0	0 0	0 336	0 0	241 869
São Vicente	93	2 4	0 0	13 38	135 171	0 0	0 6	0 636	0 3	150 858
<b>Total</b>	<b>1.451</b>	<b>799</b> <b>1.560</b>	<b>202</b> <b>1.126</b>	<b>514</b> <b>1.678</b>	<b>1.583</b> <b>2.778</b>	<b>10</b> <b>18</b>	<b>1</b> <b>469</b>	<b>1</b> <b>5.297</b>	<b>0</b> <b>229</b>	<b>3.110</b> <b>13.155</b>

MAPA ANUAL DE 2007 – DE ASSITÊNCIA CLÍNICA

		Concelhos											Totais	
		Calheta	Câmara de Lobos	Funchal	Machico	Ponta do Sol	Porto Moniz	Porto Santo	Ribeira Brava	Santa Cruz	Santana	São Vicente		
N.º de Consultas de Diagnóstico	Espécies													
	Bovinos	57	10	11	9	23	10	9	21	30	15	1	196	
	Ovinos	1	16	8	2	3		10	1	28	1	0	70	
	Caprinos	16	25	20	14	10		42	15	29	1	12	184	
	Suínos	141	102	47	59	147	18	38	94	132	41	84	903	
	Equídeos									10			10	
	Cunídeos									1			1	
	Aves			1									1	
	<b>Totais</b>	<b>215</b>	<b>153</b>	<b>87</b>	<b>84</b>	<b>183</b>	<b>28</b>	<b>99</b>	<b>131</b>	<b>230</b>	<b>58</b>	<b>97</b>	<b>1.365</b>	
N.º de Consultas de Acompanhamento/tratamento	Bovinos	8	3	11	5	2	0	7	5	6	15	0	62	
	Ovinos	0	3	0	1	0	0	2	0	4	0	0	10	
	Caprinos	2	5	3	2	1	0	36	1	1	0	9	60	
	Suínos	31	21	11	3	19	6	25	17	20	21	13	187	
	Equídeos	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	9	
	<b>Totais</b>	<b>41</b>	<b>32</b>	<b>25</b>	<b>11</b>	<b>22</b>	<b>6</b>	<b>70</b>	<b>23</b>	<b>40</b>	<b>36</b>	<b>22</b>	<b>328</b>	
Acções preventivas	Despara situações	Bovinos	44	7	5	0	8	17	464	8	12	35	1	601
		Ovinos	1	1	10	0	4	0	95	0	15	1	0	127
		Caprinos	3	12	3	2	11	0	243	1	30	16	1	322
		Suínos	66	21	38	19	29	5	28	30	31	131	43	441
	Aplicação Ferro	Suínos	8	10	13	0	51	0	42	49	11	0	0	184
	<b>Totais</b>	<b>122</b>	<b>51</b>	<b>69</b>	<b>21</b>	<b>103</b>	<b>22</b>	<b>872</b>	<b>88</b>	<b>99</b>	<b>183</b>	<b>45</b>	<b>1.675</b>	
Castrações	Suínos	2	3	11	3	0	0	0	26	2	0	8	55	
	Ovinos	0	1	0	0	0	0	0	0	4	0	0	5	
	Bovinos	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
	Caprinos	0	1	1	0	0	0	6	0	0	0	0	8	
	<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>26</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>70</b>	
Total de Animais Assistidos	Bovinos	101	17	18	9	31	27	473	29	42	50	2	799	
	Ovinos	2	18	18	2	7	0	105	1	47	2	0	202	
	Caprinos	19	38	24	16	21	0	291	16	59	17	13	514	
	Suínos	217	136	109	81	227	23	108	199	176	172	135	1.583	
	Equídeos	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	10	
	Cunídeos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
	Aves	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	<b>Totais</b>	<b>339</b>	<b>209</b>	<b>170</b>	<b>108</b>	<b>286</b>	<b>50</b>	<b>977</b>	<b>245</b>	<b>335</b>	<b>241</b>	<b>150</b>	<b>3.110</b>	
Total de Intervenções Efectuadas	Bovinos	109	20	29	14	33	27	480	34	48	65	2	861	
	Ovinos	2	21	18	3	7	0	107	1	51	2	0	212	
	Caprinos	21	43	27	18	22	0	327	17	60	17	22	574	
	Suínos	248	157	120	84	246	29	133	216	196	193	148	1770	
	Equídeos	0	0	0	0	0	0	0	0	19	0	0	19	
	Cunídeos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
	Aves	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	<b>Totais</b>	<b>380</b>	<b>241</b>	<b>195</b>	<b>119</b>	<b>308</b>	<b>56</b>	<b>1047</b>	<b>268</b>	<b>375</b>	<b>277</b>	<b>172</b>	<b>3.438</b>	

## **4 Direcção de Serviços de Inspecção Veterinária**

### **Introdução**

A Direcção de Serviços de Inspecção Veterinária esboçou, para o ano de 2007, como alvo principal a inspecção sanitária, a nível dos centros de abate e do pescado nas lotas, tendo, para o efeito, mobilizado a totalidade dos meios disponíveis e dos recursos humanos. Este enfoque interpreta a responsabilidade, entre as muitas outras competências da Direcção Regional de Veterinária, de promover e assegurar a segurança alimentar e a preservação da saúde pública.

A inspecção sanitária é absorvente e exigente, por vezes controversa e até incompreendida por se encontrar entre o dilema da saúde pública e o dano económico, ténue ou expressivo, que a sua acção pode originar. A par, não se ofusca os conflitos que surgem com os estabelecimentos de abate que delineiam, primordialmente, o seu serviço, na sua perspectiva e interesses operativos, descurando a componente obrigatória e as exigências da inspecção sanitária.

O pretérito ano traduziu-se por uma constância de tarefas, das quais se salientam alguns elementos que não revelam variáveis ou comportamentos inovadores mas antes retratam um forte empenhamento no robustecimento no bem executar das actividades e, por outro lado, a obtenção de um conjunto de elementos que dão uma leitura, tendencialmente definhadora, do meio produtivo, da capacidade e comportamentos dos mercados.

A realidade inspectiva, no domínio primário, desencadeou-se com a atenção devida e abrangeu os centros de abate de reses do Santo Serra e do Porto Santo e também o centro de abate de aves da Sodiprave. Permanecem as contrariedades de funcionamento no primeiro estabelecimento que são determinantes no desenvolvimento de outros programas de acção. Apesar de tudo e com a disponibilidade de mais uma unidade médica veterinária, conseguiu-se projectar, pelo menos semanalmente, os controlos nas salas de desmanche e reactivar e abrir o espectro de outros controlos.

No campo estrito da inspecção sanitária, teremos de referir a diminuição, no ano de 2007, dos abates dos bovinos, ovinos e ligeiros aumentos nas espécies suína e caprina, sendo na primeira mais significativa (+7,7%). A análise comparativa, no último quinquénio, revela que as variações difundem a ideia de uma produção decrescente, por múltiplos factores, que se prendem, julgamos, com a estrutura das explorações, do envelhecimento dos produtores, exigências existentes ao nível da produção, organização de mercados, normativos sanitários mais apertados e pouco entendidos na vertente da segurança alimentar e, naturalmente, pelo crescente agravamento dos custos dos factores

de produção e ausência de reflexos “input” das explorações. A relação também se articula com as diferentes ajudas que aliciam ou desmotivam os potenciais produtores e que não fazem colmatar o fosso entre os custos e valorização do produto produzido.

A Ilha do Porto Santo mantém a sua estrutura de abate e no decurso do ano transacto, abateu 36 bovinos, 7 porcos, 71 pequenos ruminantes. Curiosamente dos 36 bovinos abatidos, cerca de 36% são aqui nados e criados. O factor casa pesa também nas espécies ovina e caprina, naquela diminui consideravelmente, enquanto nesta sofreu um aumento. O cenário é um plano inclinado de decréscimo, sendo incontornavelmente um quadro previsível.

Na área da avicultura regional, regista-se um aumento considerável da produção, +25%, em comparação com 2006. Tal crescendo é justificado pela laboração, já em plenitude, de uma nova unidade de produção de frangos.

Porém, no sector dos ovos verifica-se uma tendência anual decrescente da produção, aferindo-se, na análise dos últimos 4 anos, uma diminuição em cerca de 10 milhões de ovos. Dê-se conta que a produção do ano de 2007 cifrou-se numa leve ultrapassagem aos 25 milhões.

No campo Encefalopatia Espongiforme Bovina, regista-se uma intervenção nos bovinos para consumo humano com idade superior a 24 meses, com a retirada da coluna, no quantitativo de 712 cabeças, enquanto nos testes regista-se um valor de 612, mais 4 por abate de emergência. Ou seja, a retirada de coluna abrangeu um total de 1.328 carcaças, representando 18,35%.

As análises sobre as rejeições e suas causas permite-nos atribuir, como a causa principal, uma doença parasitária, como recorrente e prevalente, a cisticercose bovina.

A situação é por demais familiar e é motivo de forte preocupação não só pela componente de Saúde Pública como também pelos prejuízos que acarreta à produção. A agravar este quadro, adimos o facto de ser uma doença de cariz silencioso e só detectável após o abate, isto é nas carcaças.

As patologias, em matadouro, não infundem fortes constrangimentos sanitários, visto se enquadrarem na tipologia infecciosa e não do foro contagioso. São consequência das vicissitudes inerentes aos transportes marítimos, veja-se que a fatia de abastecimento respeitante aos Açores anda na ordem dos 88,50%, a que se junta ainda factores ligados às instalações, a adaptação dos animais e seu manejo, já nas explorações regionais.

No domínio dos suínos, releva-se o início da pesquisa sistemática da triquinelose, zoonose que afecta o homem pelo consumo de carne crua ou mal cozinhada de suínos domésticos e silvestres, de equídeos e outros animais silvestres parasitados.

Foram submetidos ao exame 27.236 porcos, sendo os resultados todos negativos. Esta pesquisa é obrigatória, decorrendo de uma aplicação de regulamentação comunitária.

Ao CIS compete ainda executar a classificação de carcaças, apesar dos agentes económicos se guiarem mais por parâmetros individuais e subjectivos que pela grelha europeia. A classificação obrigatória resume-se, na Região, às carcaças de bovinos. A dos suínos é também obrigatória, mas face ao número de porcos abatidos, exige a aquisição de equipamento e treinamento adequados, realidade até agora não atingida.

Nas aves, o Corpo de Inspecção não detectou patologias que predigam qualquer ruptura com a benignidade do panorama das doenças infecto-contagiosas, no entanto apuram-se rejeições no montante de cerca de 37 T.

Uma palavra de reflexão sobre as rejeições parciais, que assumidamente se consideram elevadas, sob a óptica analítica teórica, mas constata-se, indubitavelmente, na prática. As causas, algumas delas merecerão melhor atenção dos produtores, outras passarão por procedimentos mais adequados nas estruturas de abate e, por fim, terá de haver uma avaliação constante dos critérios inspectivos do Corpo de Inspecção e rigor na acção de molde a não transparecer menor apreço pela justeza da decisão e valia económica. Fomentou-se, nas reuniões mensais, a análise dos diferentes dados coligidos e os factores concorrentes, fazendo-se eco das interpelações ou críticas dos representantes de gado, tendo sempre como fundo a saúde pública, sem contudo deixar de se introduzir a vertente comercial, no que representa no paradigma da apresentação e na mais valia económica.

A inspecção sanitária do pescado traduz-se essencialmente pela presença a tempo inteiro de inspectores na Lota do Funchal, em resposta à sua proeminência e na Lota do Caniçal quando há descargas. Os quantitativos das rejeições dão sinal da qualidade sanitária do pescado, na Região Autónoma da Madeira, pois não têm expressão com total de pescado descarregado num valor levemente superior às 7.200 toneladas.

No tocante aos controlos das salas de desmanche, além dos controlos efectuados em consequência da remoção de colunas, verificaram-se 46 visitas, no cômputo geral às duas salas de desmanche licenciadas e a um centro de reacondicionamento. A acrescer a estes movimentos, temos ainda os controlos efectuados sobre as condições de funcionamento das instalações, mormente monitorização dos planos de higienização, sobre o acondicionamento, separação e classificação dos subprodutos e de bem estar animal no transporte e de protecção ao bate, num total 103. Foram determinados e executados controlos sobre todas as condições hígio-técnicas das embarcações com



descarga de peixe nas lotas do Funchal e, bem assim, sobre os quesitos das viaturas de venda ambulante, num total respectivamente de 40 e 66.

A Divisão de Fiscalização Veterinária deu cumprimento às suas funções que passam, no fundamental, por promover a vigilância sobre o cumprimento dos quadros normativos e regulamentares que preenchem as díspares competências da Direcção Regional de Veterinária e accionar ou dar seguimento à instrução dos processos contraordenacionais levantados pela própria Divisão ou por outras entidades internas ou exógenas à Direcção Regional.

Desta acção, resultou abertura de 32 processos de contra-ordenação, tendo sido submetidos a Decisão por parte do Director Regional de Veterinária, 39, entre os finalizados do ano em referência e uns tantos transitados do ano de 2006. Da Decisão, regista-se a aplicação de 20 coimas, 6 arquivamentos e 10 admoestações.

Quanto à tipologia dos ilícitos, verifica-se que o grosso prende-se com a ausência de vacinação anti-rábica, registo de canídeos e as comunicações de movimentos no âmbito do SNIRA - Sistema Nacional de Identificação e Registo de Animais.

No âmbito dos controlos, foram desencadeadas acções de fiscalização que tiveram como alvo a conformidade da aplicação da legislação nas áreas da rastreabilidade da carne de bovino e dos produtos da pesca e da aquicultura, da comercialização de ovos, atingindo os diferentes tipos de estabelecimentos, nomeadamente de venda a retalho, 57 controlos. Outro tanto, se passou nas operações de estrada, em número de 8, em colaboração com a Guarda Nacional Republicana, com uma abrangência regional, incidindo no transporte dos produtos de origem animal, nas quais foram 92 viaturas controladas.

Apraz sublinhar as boas condições encontradas nestas multifacetadas actuações das quais não resultaram processos contraordenacionais, mas tão só repreensões verbais por se tratarem de faltas leves e sem repercussões na segurança alimentar.

Resta uma alusão às 9 reuniões promovidas entre os médicos veterinários da Direcção de Serviços, palco para debate e avaliação das ocorrências, dos procedimentos, dos objectivos definidos individualmente e para a Direcção de Serviços e informação sobre detalhes diversos, como legislação, interpretação de circulares e das actividades da Direcção Regional. Serve também como fórum para análise das críticas ou observações produzidas pelos utentes, articulação entre os Centros de Abate e o Corpo de Inspeção e outros assuntos de interesse relevantes dirigíveis ao bom e contínuo desempenho das competências atribuídas, centradas no interesse último de bem servir o utilizador dos serviços.

No decurso do ano de 2007, nortearam-se objectivos mais amplos e abrangentes aos diferentes sectores de competência da Direcção de Serviços e, com a determinação e empenhamento de todos os funcionários, julgamos ter conseguido perseguir o objectivo de melhor e mais trabalho.

Director de Serviços de Inspeção Veterinária

**José Manuel da Fonseca**

(Médico Veterinário)

## **4.1 Divisão de Inspeção Sanitária**

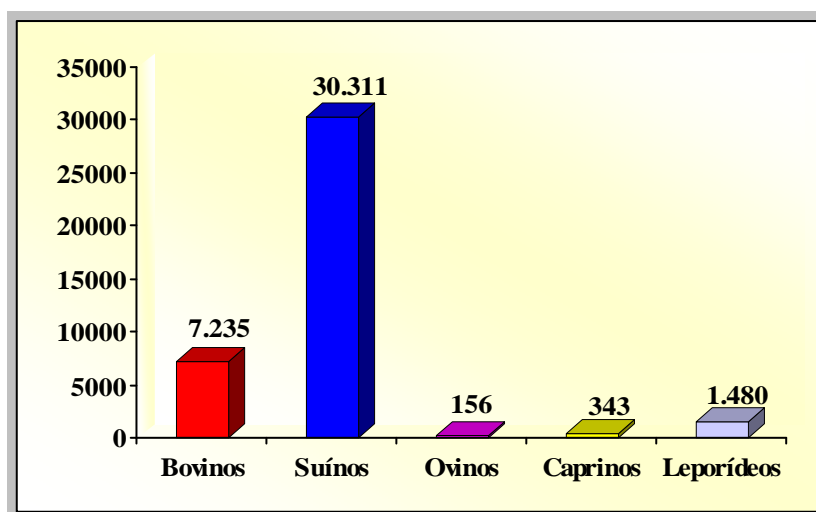
### **4.1.1 Inspeção Hígio-Sanitária dos Animais de Talho**

A actual rede de abate é composta pelo Centro de Abate do Santo da Serra (CASS) situado no concelho de Santa Cruz e o Centro de Abate do Porto Santo (CAPS), pertencentes à entidade pública empresarial CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, E.P.E. (CARAM- EPE).

A Inspeção hígio-sanitária é efectuada nestes centros de abate, por médicos veterinários pertencentes ao quadro da Direcção Regional de Veterinária.

Em 2007, foram abatidos e inspeccionados nos centros de abate da R.A.M. 39.525 animais (3.902.364,1 kg), conforme é possível observar no gráfico e quadro n.º 1.

**Gráfico n.º 1 – Número de Animais Abatidos nos Centros de Abate da RAM**



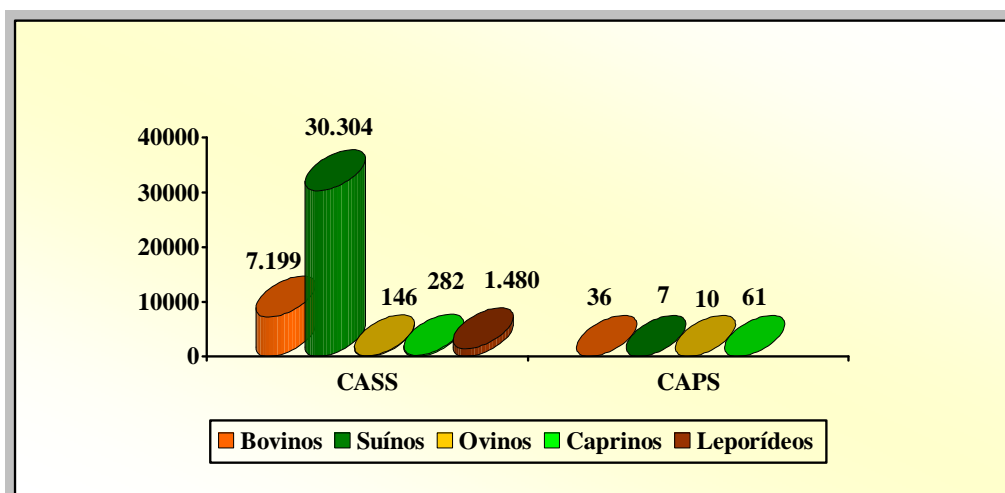
**Quadro n.º 1 – Número Animais Abatidos por Centro de Abate e por Espécie na RAM**

Espécie	Centro de Abate	Centro de Abate do Santo da Serra	Centro de Abate do Porto Santo	Total
Bovinos	N.º	7.199,00	36,00	7.235,00
	Kg.	1.734.642,50	11.096,00	1.745.738,50
Suínos	N.º	30.304,00	7,00	30.311,00
	Kg.	2.148.045,30	582,00	2.148.627,30
Ovinos	N.º	146,00	10,00	156,00
	Kg.	1.855,20	306,00	2.161,20
Caprinos	N.º	282,00	61,00	343,00
	Kg.	2.420,10	825,00	3.245,10
Leporídeos	N.º	1.480,00	-	1.480,00
	Kg.	2.592,00	-	2.592,00
<b>Total</b>	<b>N.º</b>	<b>39.411,00</b>	<b>114,00</b>	<b>39.525,00</b>
	<b>Kg.</b>	<b>3.889.555,10</b>	<b>12.809,0</b>	<b>3.902.364,10</b>

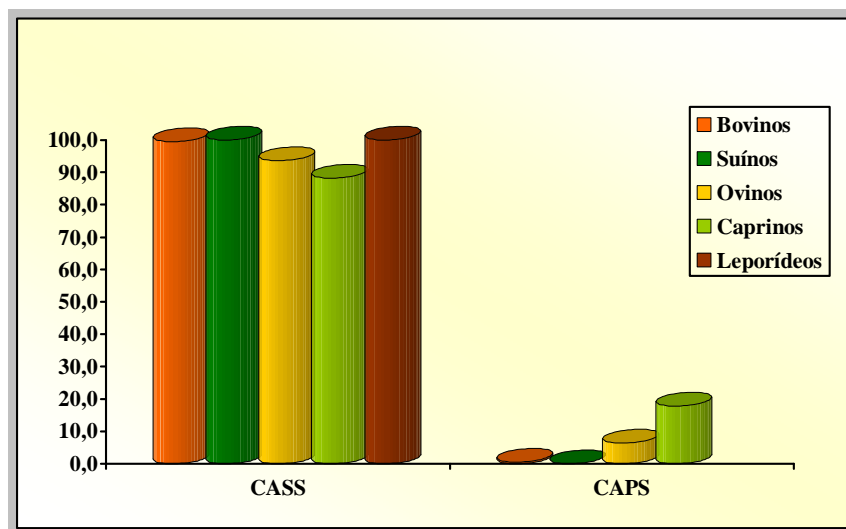
No CASS abateram-se ungulados domésticos, nomeadamente, bovinos, suínos, ovinos e caprinos e também lagomorfos (coelhos). No CAPS abateram-se exclusivamente ungulados domésticos da espécie bovina, suína, ovina e caprina.

No gráfico n.º 2 é possível visualizar o número de animais abatidos por espécie e por centro de abate, enquanto no gráfico n.º 3 os valores são reproduzidos em termos percentuais.

**Gráfico n.º 2 – Abates nos Centros de Abate da RAM**



**Gráfico n.º 3 – Distribuição Percentual dos Abates – Centros de Abate da RAM**

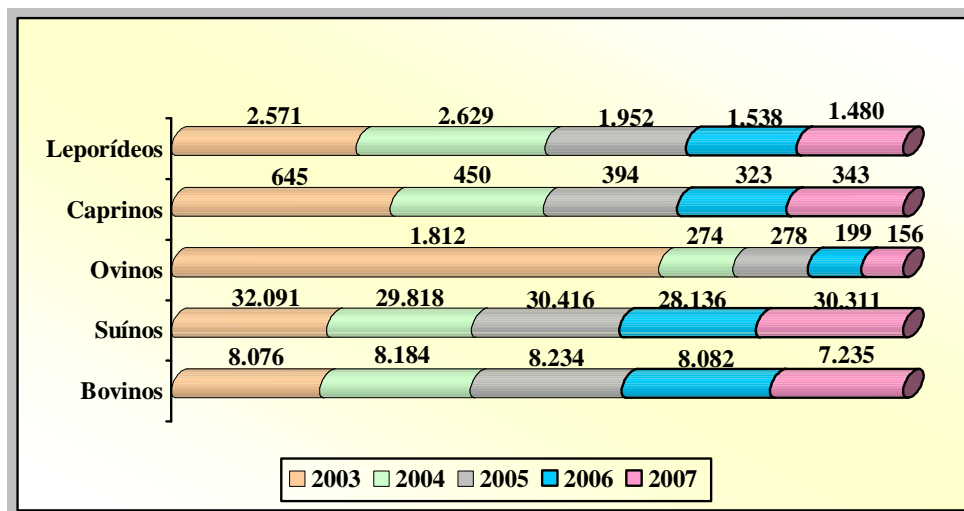


Os abates ocorridos no Centro de Abate do Porto Santo, totalizaram para as espécies bovina, suína, ovina e caprina, respectivamente 0,5%, 0,02%, 6,4% e 17,8%.

### **Evolução dos Abates nos Centros de Abate da RAM**

No gráfico n.º 4, podemos observar a evolução dos abates de 2003 a 2007, nos Centros de Abate da Região, relativamente às várias espécies.

**Gráfico n.º 4 – Abate nos Centros de Abate da RAM**



Em anexo figura um quadro (quadro n.º 3) que demonstra a evolução dos abates de 2003 a 2007 por Centros de Abate da Ilha da Madeira e Centro de Abate do Porto Santo, permitindo uma

vez mais confirmar o decréscimo gradual nos abates de bovinos, que tem vem a fazer-se sentir em todos os centros de abate da RAM.

### **Bovinos**

Em 2007 e comparativamente ao ano de 2006, abateram-se menos 847 cabeças nos Centros de Abate da Madeira, ou seja 10,47 %.

### **Suínos**

Durante ao ano de 2007, registou-se um aumento de 7,7 % em relação ao ano de 2006.

### **Pequenos Ruminantes**

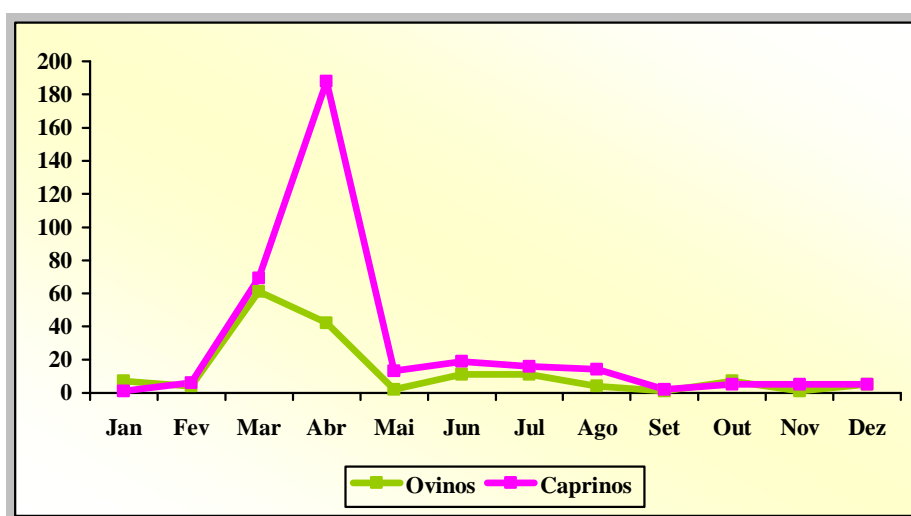
A produção de caprinos e ovinos na Região é normalmente dirigida ao auto-consumo.

Verificou-se no ano transacto, um decréscimo de 21,6% nos ovinos e um aumento 6,19% de caprinos.

Os abates de pequenos ruminantes no ano 2007, distribuíram-se pelo CASS- 428 animais e pelo CAPS- 71 animais.

No gráfico n.º 5, é possível observar os abates mensais, nestas espécies, ao longo do ano, sendo a sua tendência uniforme, excepto o pico verificado no mês de Abril, explicado pela tradição de maior procura na Páscoa.

**Gráfico n.º 5 – Abates Mensais de Pequenos Ruminantes**



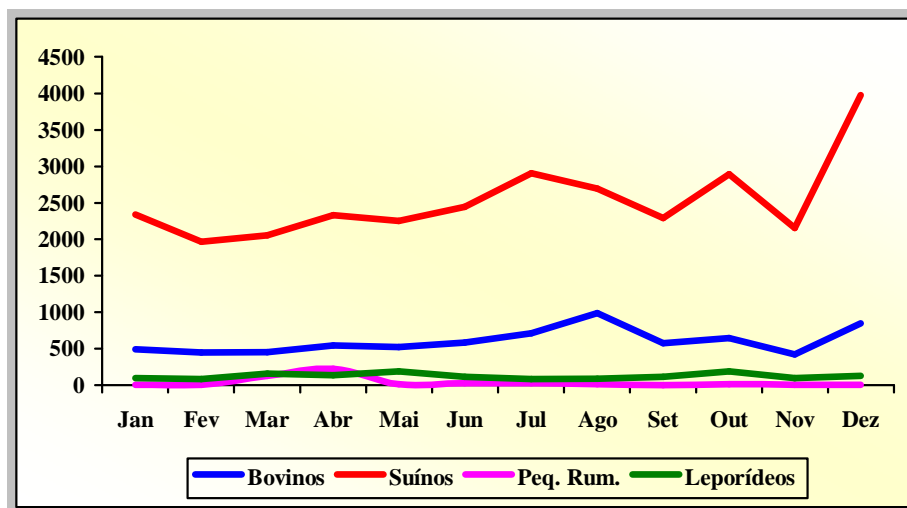
## Lagomorfos

Em 2007 e em relação a 2006, verificou-se um decréscimo de 3,77 %.

No gráfico n.º 6 podemos visualizar os abates por espécie, bovinos, suínos, pequenos ruminantes e leporídeos, efectuados na Região Autónoma da Madeira, durante o ano de 2007.

É de realçar o pico no mês de Agosto e no mês de Dezembro relativamente aos abates da espécie bovina e suína, consequência dos períodos festivos pontuais, respectivamente os arraiais de Verão e festividades natalícias.

**Gráfico n.º 6 – Total Anual de Abates por Espécie nos Centros de Abate da RAM**



No Anexo I, seguem os quadros referentes aos abates dos bovinos, suínos, ovinos, caprinos e leporídeos, efectuados na Região Autónoma da Madeira, por centro de abate e por meses.

## **Abates de Emergência**

Os abates de emergência (quadro n.º 2) são abates ordenados por um médico veterinário, na sequência de um acidente, de perturbações fisiológicas e funcionais graves, determinantes nos abates por bem estar animal. Devem ser desencadeados de forma célere com vista a serem salvaguardados os princípios do bem-estar animal, da higiene e salubridade das carnes e na perspectiva do aproveitamento do produto carne.

Estes constituíram 0,19% do total dos animais abatidos, tendo na sua maioria sido determinados na sequência de acidentes traumáticos. Sublinha-se que a quase totalidade é oriunda

das explorações, principais importadoras de gado bovino dos Açores, evidenciando que o transporte via marítima é um dos factores predisponentes à ocorrência de traumatismos nos animais.

No âmbito do Plano de vigilância das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, foram testados 4 bovinos de idade superior a 24 meses, todos com resultados negativos.

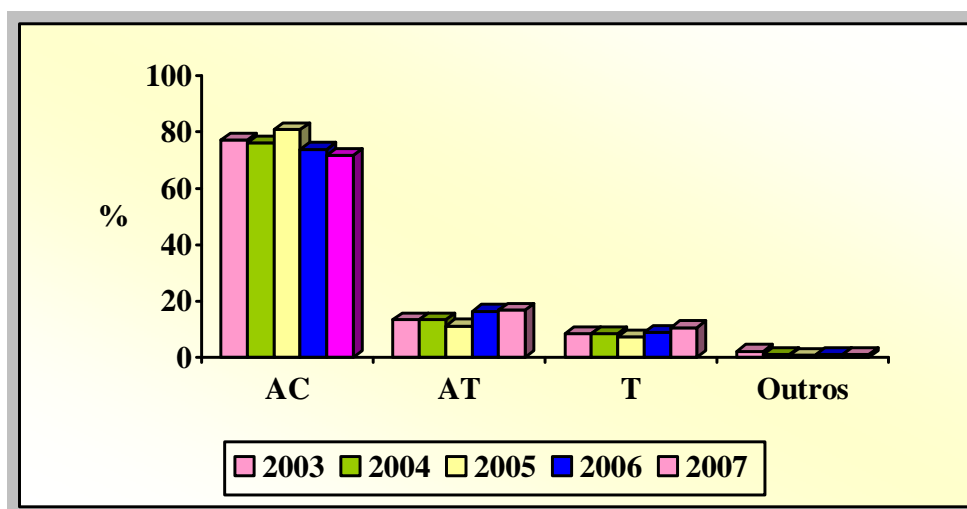
**Quadro n.º 2 – Abates de Emergência – Bovinos**

Centro de Abate	N.º Animais Abatidos			Detentor		Decisão Sanitária	
	No Centro de Abate	Fora do Centro de Abate	Total	Exploração	Particular	Carcaças Aprovadas	Carcaças Reprovadas
C.A.S.S.	14	0	14	12	2	7	7
C.A.P.S.	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>7</b>

### Proveniência dos Bovinos Abatidos na RAM

No gráfico n.º 7 é possível constatar a proveniência dos bovinos abatidos nos centros de abate da RAM, entre 2003 e 2007. No quadro n.º 3 são descritos os códigos utilizados na designação de origem dos animais.

**Gráfico n.º 7 – Proveniência dos Bovinos Abatidos na RAM**



### Quadro n.º 3 – Códigos Utilizados na Designação de Origem dos Animais Abatidos na RAM

Códigos Utilizados	Características	Códigos Utilizados	Características
<b>T (“Terra”)</b>	Animal nascido, criado e abatido na RAM.	<b>DET</b>	Animal oriundo da Alemanha/Áustria. Chegado à RAM há mais de 4 meses
<b>AC</b>	Animal oriundo dos Açores. Chegado à RAM há menos de 4 meses.	<b>FR</b>	Animal oriundo da França Chegado à RAM há menos de 4 meses
<b>AT</b>	Animal oriundo dos Açores. Chegado à RAM há mais de 4 meses.	<b>FRT</b>	Animal oriundo da França Chegado à RAM há mais de 4 meses
<b>CNT</b>	Animal oriundo do Continente. Chegado à RAM há mais de 4 meses.	<b>CZT</b>	Animal oriundo da República Checa Chegado à RAM há mais de 4 meses
<b>NLT</b>	Animal oriundo da Holanda. Chegado à RAM há mais de 4 meses.		

Pela observação do gráfico, é visível que os animais abatidos na Região, são, na sua grande maioria, provenientes da Região Autónoma dos Açores (88,45%), sendo que 71,6% foram abatidos com um período de permanência na RAM inferior a quatro meses (AC) e 16,85% foram abatidos após quatro meses de permanência (AT). Foram ainda abatidos, na Região, animais oriundos da Holanda, Alemanha, França e República Checa correspondendo a 0,95%.

Constatamos assim que somente 10,6% dos abates se referem a animais nascidos, criados e abatidos na Região Autónoma da Madeira (T).

Desta forma, facilmente compreendemos que os abates efectuados nos matadouros da Região dependem quase exclusivamente do fornecimento externo, sobretudo provenientes dos Açores.

### Rejeições Totais

Em 2007 foram rejeitados totalmente *post mortem* 74 bovinos (17.005,2 kg); 541 suínos (18.901,45 kg); 3 ovinos (23,6 kg); 3 caprinos (41 kg) e 22 leporídeos (24,4 kg).

Estes valores, em relação ao número total de animais abatidos, correspondem, em termos percentuais, a 1,0 % para a espécie bovina, 1,79% para a espécie suína, 3,5% para a espécie ovina, 0,9% espécie caprina e 1,49% para os leporídeos.

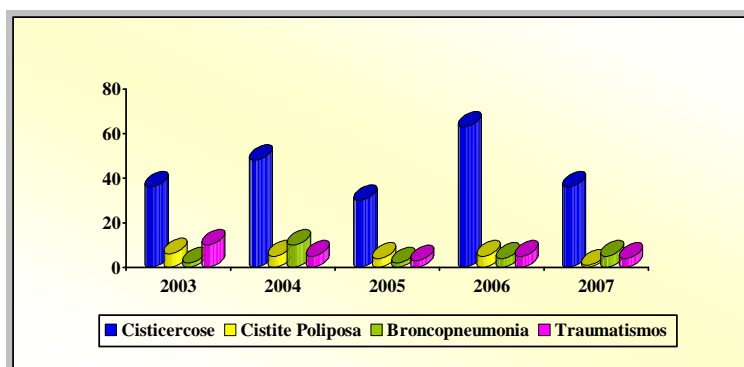


**Quadro n.º 4 – Reprovações Totais *post mortem* de Bovinos nos Centros de Abate da RAM**

Matadouro	N.º Animais	Kg.	Causa de Reprovação
C.A.S.S.	1	292,20	Artrite Purulenta
	5	1.095,40	Broncopneumonia Purulenta/ROG
	1	250,00	Carnes Congestivas
	1	207,40	Carnes Fatigadas
	1	206,40	Carnes Febris
	2	328,80	Carnes Repugnantes
	36	8.866,40	Cisticercose Generalizada
	1	185,00	Endocardite Verrucosa
	1	340,80	Hematúria Enzoótica
	9	2.151,60	Hemorragias Múltiplas
	2	350,20	Hidrocaquexia
	4	661,80	Lesões Traumáticas Generalizadas
	2	516,20	Mastite Purulenta/ R.O.G.
	1	156,20	Nefrite Embólico-Purulenta / R.O.G
	4	716,20	Reacção Orgânica Geral
	2	456,40	Septicémia
	1	224,20	Tumor Maligno
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>17.005,20</b>	

No grafismo n.º 8, reproduzem-se as patologias de maior relevância para as reprovações totais, e a sua evolução ao longo dos últimos cinco anos.

**Gráfico n.º 8 – Reprovações Totais de Bovinos**



A rejeição total de bovinos tem na cisticercose generalizada a sua principal causa (48,65%), ou seja, 36 casos.

Esta parasitose, que afecta a espécie bovina, tem sido, ao longo dos anos, responsável por um elevado número de rejeições totais, devido à frequente infestação generalizada das carcaças com cisticercos, forma infectante para o homem desta zoonose, dependendo do seu estágio evolutivo.

Esta patologia verificou-se com maior prevalência em animais provenientes da RAA, permanecidos na Região por um período inferior (AC) ou superior a 4 meses (AT), respectivamente 2 e 24 animais, muito embora também tenha sido registada em 7 bovinos nascidos na Região Autónoma da Madeira (T), e em 3 bovinos provenientes da França e Holanda, permanecidos na Região por mais de quatro meses.

O número de reprovações totais por hemorragias múltiplas constitui 12,16% (9 bovinos), causa que poderá dever-se ao stress a que os animais estão sujeitos no acto de insensibilização e/ou a uma má técnica de sangria, sendo que a sua etiologia ainda não está totalmente esclarecida.

A cistite poliposa (hematúria enzoótica) é uma patologia encontrada em animais de idade superior a três anos e constituiu 5,3% dos animais reprovados em 2004 e 6,8% dos rejeitados em 2005, 4,3% em 2006, sendo que em 2007 registou-se uma diminuição significativa na sua incidência (1,35%).

Os traumatismos generalizados ocasionaram a rejeição total de 4 animais (661,8 kg), animais esses recém chegados à RAM. Como rejeições parciais tivemos mais 4.427,0 kg, resultantes de limpezas efectuadas a partes das carcaças traumatizadas. As perdas por traumatismos devem-se na sua maioria às condições de transporte a que os animais são sujeitos até à chegada à Região, bem como, à orografia dos terrenos e estradas sinuosas existentes.

Na espécie suína, as rejeições *post mortem* representaram 1,79 % dos animais abatidos nos centros de abate da RAM.

As mortes no transporte/parque constituíram 0,60 % dos suínos apresentados para abate. Este valor elevado estará relacionado com condicionalismos inerentes à própria espécie, e com factores de maneio.

No exame *post mortem*, destacam-se como maior causa de rejeição a osteíte fibrino-purulenta (21,25%), septicémia (19,03%) e a caquexia/magreza (11,28 %).

**Quadro n.º 5 – Morte de Suínos no Transporte/Parque no C.A.S.S.**

Centro de Abate	N.º Animais	Kg.	Motivo
C.A.S.S.	159	11.985,00	Morte na Abegoaria
	24	2.020,00	Morte no Transporte
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>14.005,00</b>	

**Quadro n.º 6 – Reprovações Totais *post mortem* de Suínos nos Centros de Abate**

Centro de Abate	N.º Animais	Kg.	Causa de Reprovação
Centro Abate do Santo da Serra	50	1.099,40	Abcessos Múltiplos
	3	196,10	Alterações das características organolépticas
	40	1.667,40	Artrite Purulenta
	48	2.033,70	Broncopneumonia Purulenta
	61	1.730,30	Caquexia / Magreza
	1	66,80	Icterícia
	1	6,50	Lesões traumáticas generalizadas
	1	159,00	Mastite Purulenta / R.O.G.
	3	50,90	Mau Processamento
	1	74,50	Nefrite Purulenta / R.O.G.
	3	79,10	Onfaloflebite Purulenta
	115	6.000,90	Osteíte Fibro-purulenta
	12	129,20	Pericardite Purulenta
	25	543,40	Peritonite
	1	22,00	Pleurite Purulenta
	40	735,30	Poliartrite Purulenta
	33	918,35	Reacção Orgânica Geral
103	3.388,60	Septicémia	
<b>Total</b>	<b>541</b>	<b>18.901,45</b>	

Os ovinos e os caprinos reprovados totalizaram respectivamente 3,5% e 0,9% do total de abatidos.

**Quadro n.º 7 – Reprovações Totais de Pequenos Ruminantes nos Centros de Abate da RAM**

Centro de Abate	Espécie	N.º Animais	Kg.	Causas de Reprovação
C.A.S.S.	Ovinos	1	4,00	Caquexia
		1	14,60	Hemorragias Múltiplas
		1	5,00	Mau Processamento
	Caprinos	2	5,00	Carnes Repugnantes
		1	36,00	Tumor – Adenocarcinoma
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>64,60</b>	

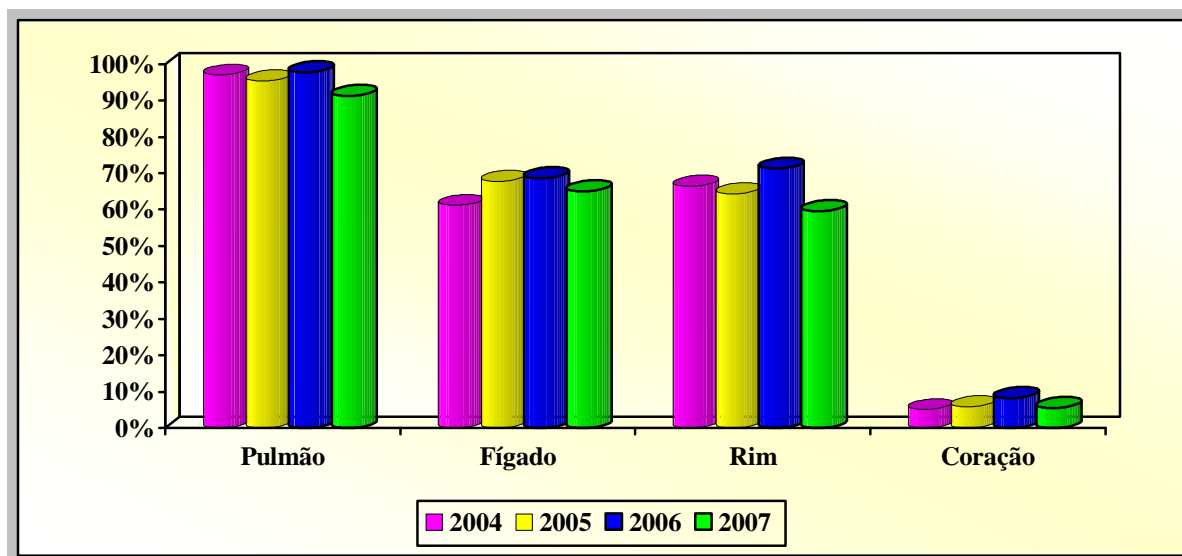
Em 2007 foram rejeitados totalmente 22 leporídeos. A principal causa de reprovação foi a caquexia, com 14 casos. Os casos de reprovações por caquexia estão relacionados com situações de parasitismo intenso e ainda com factores de maneio.

**Quadro n.º 8 – Reprovações Totais de Leporídeos no CASS**

Centro de Abate	N.º Animais	Kg.	Causa de Reprovação
C.A.S.S.	2	4,00	Abcessos
	2	3,40	Broncopneumonia Purulenta
	14	9,60	Caquexia
	1	1,60	Conspuração
	1	2,50	Lesões Traumáticas Generalizadas
	2	3,30	Mau Processamento
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>24,40</b>	

Os quadros do Anexo II mostram a evolução das rejeições totais nas várias espécies nos últimos 4 anos.

Gráfico n.º 9 – Rejeições Parciais em Bovinos



Na espécie bovina, em relação ao total de carcaças aprovadas, o pulmão é o órgão que regista um maior número de rejeições (91,29 %), ao qual se segue o fígado (65,09%), o rim (56,61%) e o coração (5,56%). Relativamente aos anos anteriores as oscilações não foram significativas, no entanto verificou-se um decréscimo no número de órgãos reprovados, conforme se pode verificar no gráfico n.º 9.

Dos pulmões rejeitados, 33,32 % foram devido a enfisema, pleurites (29,47%) e a processos pneumónicos (27,88 %)

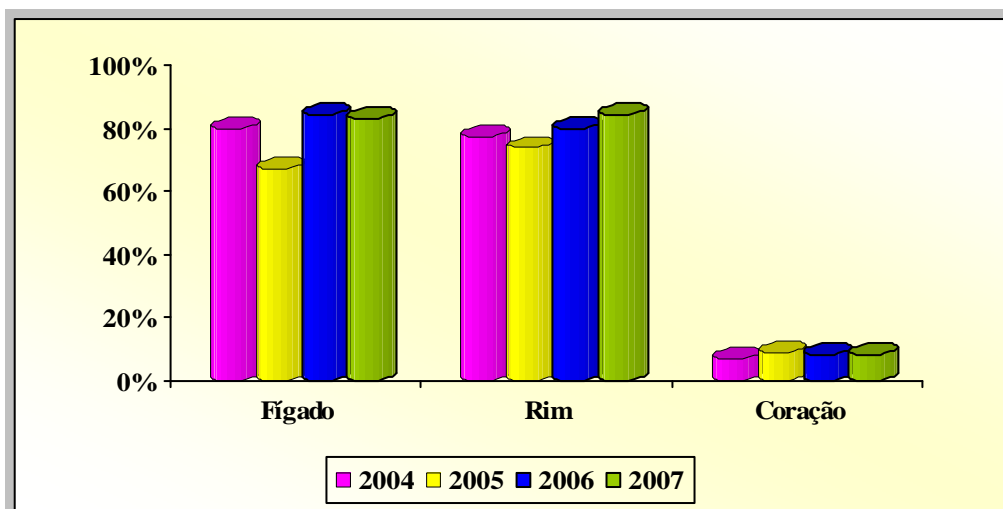
Os fígados de bovinos rejeitados, foram na sua maioria devido a hepatite (48,46 %), parasitismo (17,65%) e abscessos (6,95%).

A maioria dos rins rejeitados, 60,83 %, deveu-se a nefrites (processos inflamatórios), 20,12 % a rins poliquísticos e quísticos (perturbações congénitas do desenvolvimento ou consequências de processos inflamatórios crónicos pós-embrionários) e 6,98 % a petéquias corticais.

A Cisticercose não só foi a causa principal das rejeições totais dos bovinos, como a maior causa de rejeição do coração. Do total de corações rejeitados, 63,8 % deveu-se a nódulos parasitários, que se podem encontrar em várias fases de desenvolvimento, desde a caseificação à calcificação. O *Cysticercus bovis* tem preferência pelo músculo cardíaco por este ser um músculo muito irrigado.

Nos suínos, tendo em conta o número de carcaças aprovadas, registaram-se as seguintes rejeições parciais: 82,78 % fígado, 84,02 % rim e 8,54 % coração.

**Gráfico n.º 10 – Rejeições Parciais em Suínos**



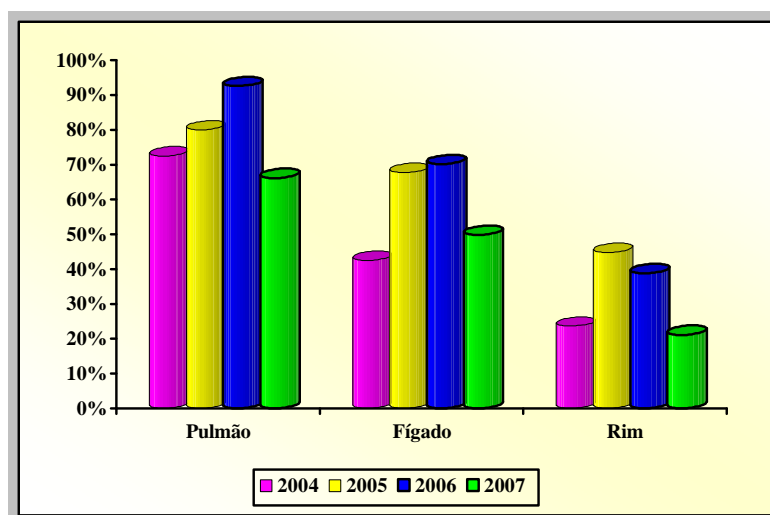
Todos os pulmões de suíno foram rejeitados devido à conspurcação pela água do escaldão. As lesões mais observadas foram a pneumonia enzoótica e a congestão. Os fígados foram na sua maioria rejeitados por ascaridiose, cirrose e esteatose.

Os rins, na sua maioria, foram rejeitados, devido a nefrites, nefroses, enfartes e quistos.

Os corações de suíno foram na sua maioria rejeitados por pericardite.

No que respeita aos pequenos ruminantes, e numa análise retrospectiva, verifica-se uma diminuição na percentagem de reprovações parciais do pulmão e fígado e rim (ver gráfico n.º 11).

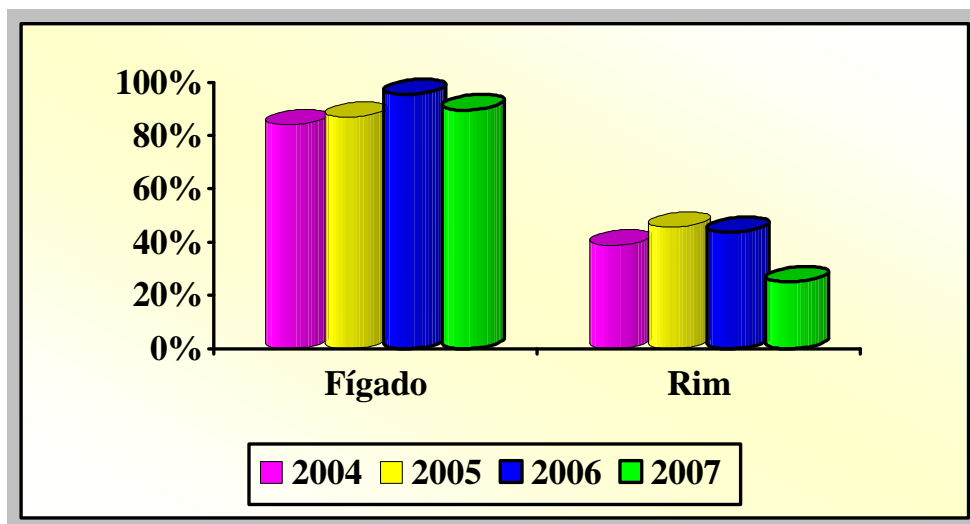
**Gráfico n.º 11 – Rejeições Parciais em Pequenos Ruminantes**



O parasitismo é o principal motivo de rejeição parcial do pulmão e do fígado dos ovinos e caprinos.

Nos leporídeos as reprovações parciais de órgãos têm oscilado à volta de valores semelhantes nos últimos anos.

**Gráfico n.º 12 – Rejeições Parciais em Leporídeos**



No Anexo II, seguem-se os quadros das rejeições parciais das várias espécies no ano de 2007, bem como os referentes à evolução das mesmas.

#### **4.1.2 Encefalopatia Espongiforme Bovina**

##### **- Vigilância dos Bovinos Abatidos para Consumo Humano**

A partir de 1 de Janeiro de 2001, por imposição comunitária, não é permitida a entrada na cadeia alimentar de carne proveniente de bovinos com mais de 30 meses de idade, submetidos a abate normal e de mais de 24 meses, submetidos a abate de emergência, sem que sejam submetidos a testes rápidos de detecção da encefalopatia espongiforme bovina (EEB).

Nos centros de abate, é efectuada a colheita dos troncos cerebrais dos bovinos abatidos, sendo posteriormente enviados ao Laboratório Regional de Veterinária e Segurança alimentar, para execução do teste.

Nas 24 horas subsequentes ao abate e na obtenção de um resultado negativo é obrigatoriamente retirada a coluna vertebral das carcaças, excluindo as vértebras coccígeas, as apófises espinhosas e transversas das vértebras torácicas e lombares, a crista mediana e as asas do sacro, mas incluindo os gânglios das raízes dorsais. Em caso de resultado positivo ao teste rápido,

deverão ser destruídas para além da carcaça desse animal, pelo menos a carcaça anterior e as duas carcaças imediatamente posteriores à carcaça positiva na mesma linha de abate.

No quadro seguinte está representado o número de testes efectuados aos bovinos de idade superior a 30 meses, sujeitos a abate normal e dos bovinos de idade superior a 24 meses sujeitos a abate de emergência.

**Quadro n.º 9 – Resumo Anual de Abates de Bovinos de Idade Superior a Trinta Meses**

Matadouros	C.A.S.S.		C.A.P.S.		Total			
	N.º Animais	Kg.	N.º Animais	Kg.	N.º Animais	Kg.	N.º Positivos	N.º Negativos
Janeiro	68	19.167,80	-	-	68	19.167,80	-	68
Fevereiro	60	16.457,80	-	-	60	16.457,80	-	60
Março	70	18.585,60	1	285,00	71	18.870,60	-	71
Abril	58	16.678,00	-	-	58	16.678,00	-	58
Maió	46	12.844,40	-	-	46	12.844,40	-	46
Junho	42	11.471,40	-	-	42	11.471,40	-	42
Julho	79	22.190,40	1	320,00	80	22.510,40	-	80
Agosto	56	13.991,60	-	-	56	13.991,60	-	56
Setembro	41	10.943,40	-	-	41	10.943,40	-	41
Outubro	27	7.260,40	-	-	27	7.260,40	-	27
Novembro	29	7.341,00	-	-	29	7.341,00	-	29
Dezembro	34	9.352,20	-	-	34	9.352,20	-	34
<b>Total</b>	<b>610</b>	<b>166.284,00</b>	<b>2</b>	<b>605,00</b>	<b>612</b>	<b>166.889,00</b>	<b>0</b>	<b>612</b>

**Quadro n.º 10 – Resumo Anual de Abates de Bovinos de Idade Superior a 24 Meses**

**- Abate de Emergência -**

Centro de Abate do Santo da Serra				
Meses	N.º Animais	Kg.	N.º Positivos	N.º Negativos
Julho	1	203,40	-	1
Agosto	1	186,00	-	1
Setembro	1	217,80	-	1
Dezembro	1	303,00	-	1
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>910,20</b>	<b>0</b>	<b>4</b>



O Regulamento n.º 1974/2005, de 2 de Dezembro, que altera o Regulamento n.º 999/2001 de 22 de Maio, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2006, determina que a remoção da coluna vertebral às carcaças de bovinos de idade superior a 24 meses, seja realizada nos centros de abate e salas de desmancha autorizados. O quadro n.º 11 apresenta o número de carcaças sujeitas a remoção de coluna vertebral nos Centros de abate da Região.

**Quadro n.º 11 – Resumo Anual de Abates de Bovinos com Obrigatoriedade de Remoção de Coluna Vertebral**

Meses	>24M a 30M		Com Teste EEB >30M e A. Urgência >24 M		Total		
	N.º	Kg	N.	Kg	N.º	Kg.	MRE'S (kg)
Janeiro	44	11.317,40	68	19.167,80	112	30.485,20	1.780,50
Fevereiro	46	11.473,60	60	16.457,80	106	27.931,40	1.704,60
Março	39	9.315,00	71	18.870,60	110	28.185,60	1.735,10
Abril	68	17.192,00	58	16.678,00	126	33.870,00	2.040,80
Maio	68	16.732,00	46	12.844,40	114	29.576,40	1.725,20
Junho	99	25.816,40	42	11.471,40	141	37.287,80	2.294,10
Julho	77	18.610,00	81	22.713,80	158	41.323,80	2.418,90
Agosto	99	24.224,60	57	14.177,60	156	38.402,20	2.410,80
Setembro	53	13.590,40	42	11.161,20	95	24.751,60	1.473,20
Outubro	46	11.523,00	27	7.260,40	73	18.783,40	1.139,00
Novembro	25	6.264,60	29	7.341,00	54	13.605,60	846,40
Dezembro	48	11.587,10	35	9.555,60	83	21.142,70	1.340,60
<b>Total</b>	<b>712</b>	<b>177.646,10</b>	<b>616</b>	<b>167.699,60</b>	<b>1.328</b>	<b>345.345,70</b>	<b>20.909,20</b>

### **Tremor Epizoótico – Vigilância dos Ovinos e Caprinos Abatidos para Consumo Humano**

No âmbito da vigilância dos pequenos ruminantes, são testados todos os animais com mais de 18 meses de idade ou que apresentem mais de dois incisivos permanentes que tenham perfurado a gengiva, abatidos para consumo humano.

A realização dos testes na Região teve início em Setembro de 2002. Inicialmente os testes rápidos eram efectuados de forma aleatória, compreendendo uma amostra representativa de cada região, no intuito de obter um conhecimento mais aprofundado sobre a situação epidemiológica do Tremor Epizoótico em Portugal.

A partir de 1 de Setembro de 2003, passou a exigir-se a testagem sistemática de todos os ovinos e caprinos compreendidos nesta faixa etária. A recolha do tronco cerebral é efectuada nos centros de abate e enviada para execução do teste no Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar. Só com a obtenção de um resultado negativo no teste rápido, é permitida a entrada das carcaças na cadeia alimentar humana.

**Quadro n.º 12 – Vigilância do Tremor Epizoótico Centros de Abate da RAM**

Meses	Ovinos > 18 Meses Abatidos para Consumo		Caprinos > 18 Meses Abatidos para Consumo		Total		Resultado Testes
	N.º Animais	Kg.	N.º Animais	Kg.	N.º Animais	Kg.	N.º Negativos
Janeiro	-	-	1	30,60	1	30,60	1
Fevereiro	2	76,40	1	21,40	3	97,80	3
Março	1	41,00	4	100,60	5	141,60	5
Abril	4	84,20	5	109,80	9	194,00	9
Maió	1	35,60	6	108,80	7	144,40	7
Junho	2	67,20	6	107,20	8	174,40	8
Julho	5	162,20	8	123,40	13	285,60	13
Agosto	-	-	9	140,00	9	140,00	9
Setembro	-	-	1	14,00	1	14,00	1
Outubro	2	47,00	5	82,00	7	129,00	7
Novembro	1	36,00	2	57,90	3	93,90	3
Dezembro	3	31,20	-	-	3	31,20	3
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>580,80</b>	<b>48</b>	<b>895,7</b>	<b>69</b>	<b>1.476,50</b>	<b>69</b>

#### **4.1.3 Triquinelose – Controlo Oficial de Detecção de Triquinas na Carne de Suínos Abatidos para Consumo Humano**

A Triquinelose é uma doença parasitária, de ampla distribuição mundial, causada por nemátodes do género *Trichinella, spp.*, intimamente relacionada com a cultura e os hábitos alimentares, pois sendo uma zoonose, afecta o homem pelo consumo de carne crua ou mal cozinhada de suínos domésticos e silvestres, de equídeos e outros animais silvestres parasitados.

Assim, tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 2075/2005 da Comissão, de 5 de Dezembro de 2005, que estabelece regras específicas para os controlos oficiais de detecção de triquinas na

carne, iniciou-se a 18 de Janeiro de 2007, no Centro de Abate do Santo da Serra, o despiste sistemático desta parasitose nas carcaças de suínos domésticos abatidos para consumo humano, como parte integrante do exame *post mortem*. A colheita da amostra foi efectuada em cada carcaça inspeccionada, com excepção das carcaças de leitão, sendo a mesma constituída por um fragmento de músculo-esquelético dos pilares do diafragma.

O método laboratorial utilizado foi o da digestão de amostras combinadas utilizando um agitador magnético, sob a responsabilidade do Departamento de Parasitologia do Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar.

No quadro seguinte podemos observar o número de suínos testados mensalmente no ano 2007, bem como verificar a negatividade de todos os testes.

**Quadro n.º 13 – Distribuição Anual dos Suínos Sujeitos a Teste de Triquina**

	N.º Suínos Testados				Resultado Testes	
	P. Eng.	Reprodutores		Total	Positivos	Negativos
		F	M			
Janeiro	818	61	1	880	-	880
Fevereiro	1.836	53	3	1.892	-	1.892
Março	1.888	51	0	1.939	-	1.939
Abril	2.088	57	1	2.146	-	2.146
Maiο	2.086	63	1	2.150	-	2.150
Junho	2.289	46	3	2.338	-	2.338
Julho	2.693	44	24	2.761	-	2.761
Agosto	2.528	27	32	2.587	-	2.587
Setembro	1.986	171	0	2.157	-	2.157
Outubro	2.646	58	14	2.718	-	2.718
Novembro	2.015	22	2	2.039	-	2.039
Dezembro	3.590	37	2	3.629	-	3.629
<b>Total</b>	<b>26.463</b>	<b>690</b>	<b>83</b>	<b>27.236</b>	<b>-</b>	<b>27.236</b>

#### 4.1.4 Subprodutos de Origem Animal

Não obstante, na Região Autónoma da Madeira não tenha sido registado nenhum caso de encefalopatia espongiforme bovina, ou de tremor epizoótico, estamos cientes, que as encefalopatias espongiformes constituem quadros nosológicos de extrema gravidade, quer no homem, quer no animal, não sendo conhecido por enquanto qualquer tratamento.

Desde Fevereiro de 1997, nos centros de abate da RAM, vêm sendo retirados da cadeia alimentar humana e animal, todas as **matérias de risco especificadas (M.R.E.)**.

Em 1999, a aprovação e publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 4/99/M, de 12 de Fevereiro, veio restringir a utilização de produtos de origem bovina, ovina e caprina na alimentação humana e animal na RAM.

São designadas **matérias de risco especificadas** nos bovinos, ovinos e caprinos, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 999/2001, de 22 de Maio, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1974/2005, de 2 de Dezembro:

#### **Bovinos:**

- ✓ Crânio de bovinos com idade superior a 12 meses, excluindo a mandíbula e a língua, mas incluindo o cérebro e os olhos;
- ✓ Coluna vertebral, excluindo as vértebras coccígeas e as apófises espinhosas e transversas das vértebras cervicais, torácicas e lombares, a crista mediana e as asas do sacro mas incluindo os gânglios das raízes dorsais de bovinos com idade superior a 24 meses de idade;
- ✓ Amígdalas de bovinos de qualquer idade;
- ✓ Intestinos e mesentério de bovinos de qualquer idade;
- ✓ Espinal-medula de bovinos de mais de 12 meses de idade.

#### **Ovinos e Caprinos:**

- ✓ O crânio, incluindo o cérebro e os olhos, amígdalas e espinal-medula de ovinos e caprinos com idade superior a 12 meses, ou que apresentem um incisivo permanente que tenha perfurado a gengiva, o baço e íleo de ovinos e caprinos de qualquer idade.

As matérias de risco especificadas, consideradas como matérias de categoria 1 (M1), segundo o Regulamento n.º 1774/2002, de 3 de Outubro, que estabelece as regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano, são identificadas, marcadas e desnaturadas com o corante “Patent Blue V” a 1%, seladas, pesadas e enviadas para a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra (E.T.R.S.), para posterior destruição por incineração. Os restantes subprodutos de origem animal, classificados como subprodutos de categoria M2 e/ou M3 são também controlados e enviados para a E.T.R.S.

Estes materiais são transportados em veículo fechado, e sempre acompanhados pela guia de acompanhamento de subprodutos Mod. IE-114-046.

O controlo das matérias de risco especificadas (M.R.E.) e dos subprodutos de origem animal é assegurado pelo médico veterinário inspetor sanitário, nos centros abate.

No quadro n.º 14 é possível observar as quantidades, em quilograma, de subprodutos de origem animal da categoria M1, M2 e M3, recolhidos nos Centro de Abate do Santo da Serra, e no Centro de Abate do Porto Santo, no ano 2007.

**Quadro n.º 14 – Subprodutos de Origem Animal Recolhidos nos Centros de Abate da RAM (kg)**

	M1	M2	M3	Lamas ETAR
C.A.S.S.	486.390,00	1.043.736,80	262.839,30	306.660,00
C.A.P.S.	2.129,00	-	2.957,00	-
<b>Total</b>	<b>488.519,00</b>	<b>1.043.736,80</b>	<b>265.796,30</b>	<b>306.660,00</b>

#### **4.1.5 Classificação de Carcaças de Bovinos Aprovados**

Com a entrada para a Comunidade Europeia tornou-se imprescindível a organização comum de mercado no sector da carne de bovino.

As regras comunitárias são cada vez mais exigentes de forma a assegurar uma classificação uniforme das carcaças de bovino, pelo que foi estabelecida uma grelha comunitária de classificação de carcaças de bovinos adultos, de acordo com os Regulamentos (CE) n.º 103/2006 de 20 de Janeiro e n.º 1183/2006 de 24 de Julho.

A determinação da qualidade/tipo português é importante na ajuda aos produtores e na intervenção no mercado neste sector.

Na Região Autónoma da Madeira, não se utiliza regra comercial baseada na classificação de carcaças de bovinos, no entanto, esta realiza-se, desde Janeiro de 1996.

No âmbito da classificação de carcaças de bovinos são designados por:

-“Leves”, os bovinos que apresentem, cumulativamente, a dentição de leite completa e o peso vivo inferior ou igual a 300 kg, que é equiparado a 180 kg de peso de carcaça após o enxugo.

Com a publicação da Portaria n.º 363/2001 de 9 de Abril, foi alterado o regime de classificação dos bovinos leves. Os bovinos leves classificam-se nas seguintes categorias:

- Vitela, animal, macho ou fêmea com idade inferior ou igual a seis meses. (LA)
- Vitelão, animal, macho ou fêmea, com idade superior a seis meses. (LO)
- “Pesados” ou “adultos”, todos os bovinos que não são incluídos na alínea anterior.

A classificação das carcaças dos bovinos pesados ou adultos são repartidas pelas seguintes categorias:

- A – Carcaças de machos, não castrados, com menos de dois anos;
- B – Carcaças de outros machos não castrados;
- C – Carcaças de machos castrados;
- D – Carcaças de fêmeas que já tenham parido;
- E – Carcaças de outras fêmeas.

São ainda apreciadas quanto:

- À conformação (seis classes: S (superior), E (excelente), U (muito boa), R (boa), O (razoável), P (mediocre));
- Ao estado da gordura (cinco classes: 1 (muito fraca), 2 (fraca), 3 (média), 4 (forte), 5 (muito forte)).

O quadro n.º 15 resume a classificação de carcaças de bovinos aprovados nos centros de abate da RAM no ano de 2007.

**Quadro n.º 15 – Classificação de Carcaças de Bovinos Aprovados Centros de Abate da Região Autónoma da Madeira**

		A		B		C		D		E		Sub T.	
		CAB.	KGS.	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.	CAB.	KGS.
S	1											0	0
	2											0	0
	3											0	0
	4											0	0
	5											0	0
<b>S.Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
E	1	1	390									1	390
	2	2	869									2	869
	3								1	388		1	388
	4											0	0
	5											0	0
<b>S.Total</b>		<b>3</b>	<b>1.259</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>388</b>	<b>4</b>	<b>1.647</b>
U	1	24	7.306	1	330	1	210			3	825	29	8.671
	2	68	22.426	7	2.519	1	343	2	748	22	6.035	100	32.071
	3	14	4.754	1	387			3	886	11	3.308	29	9.335
	4									5	1.594	5	1.594
	5							1	403			1	403
<b>S.Total</b>		<b>106</b>	<b>34.487</b>	<b>9</b>	<b>3.236</b>	<b>2</b>	<b>553</b>	<b>6</b>	<b>2.037</b>	<b>41</b>	<b>11.761</b>	<b>164</b>	<b>52.074</b>
R	1	76	19.694	7	1.854	1	200	1	172	36	8.360	121	30.280
	2	416	120.890	17	5.871	13	3.465	7	2.083	408	95.931	861	228.240
	3	53	16.454	2	658	1	350	8	2.671	212	53.257	276	73.390
	4	2	605					2	802	18	4.801	22	6.208
	5											0	0
<b>S.Total</b>		<b>547</b>	<b>157.644</b>	<b>26</b>	<b>8.383</b>	<b>15</b>	<b>4.015</b>	<b>18</b>	<b>5.727</b>	<b>674</b>	<b>162.349</b>	<b>1.280</b>	<b>338.118</b>
O	1	234	53.607	18	3.951	9	1.926	5	1.016	82	16.339	348	76.838
	2	1.148	285.562	61	16.424	56	13.165	88	22.210	1.571	342.077	2.924	679.438
	3	77	20.462	4	1.169	10	2.833	62	14.759	715	168.891	868	208.114
	4	3	911	1	230			26	7.376	80	20.787	110	29.305
	5							2	666	1	312	3	978
<b>S.Total</b>		<b>1.462</b>	<b>360.542</b>	<b>84</b>	<b>21.774</b>	<b>75</b>	<b>17.924</b>	<b>183</b>	<b>46.028</b>	<b>2.449</b>	<b>548.406</b>	<b>4.253</b>	<b>994.673</b>
P	1	135	28.241	9	2.097	9	1.793	25	5.220	23	4.374	201	41.725
	2	200	46.702	13	3.095	24	4.877	71	16.709	285	59.115	593	130.498
	3	5	1.326			1	307	24	6.455	71	15.927	101	24.015
	4							5	1.412	4	1.005	9	2.418
	5									1	305	1	305
<b>S.Total</b>		<b>340</b>	<b>76.269</b>	<b>22</b>	<b>5.192</b>	<b>34</b>	<b>6.978</b>	<b>125</b>	<b>29.796</b>	<b>384</b>	<b>80.727</b>	<b>905</b>	<b>198.961</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2.458</b>	<b>630.199</b>	<b>141</b>	<b>38.585</b>	<b>126</b>	<b>29.469</b>	<b>332</b>	<b>83.588</b>	<b>3.549</b>	<b>803.631</b>	<b>6.606</b>	<b>1.585.473</b>

Leves

CAT.	CAB.	KG.
LA		
LO	555	85.458
<b>Total</b>	<b>555</b>	<b>85.458</b>

Total ABCDE

<b>6.606</b>	<b>1.585.474</b>
--------------	------------------

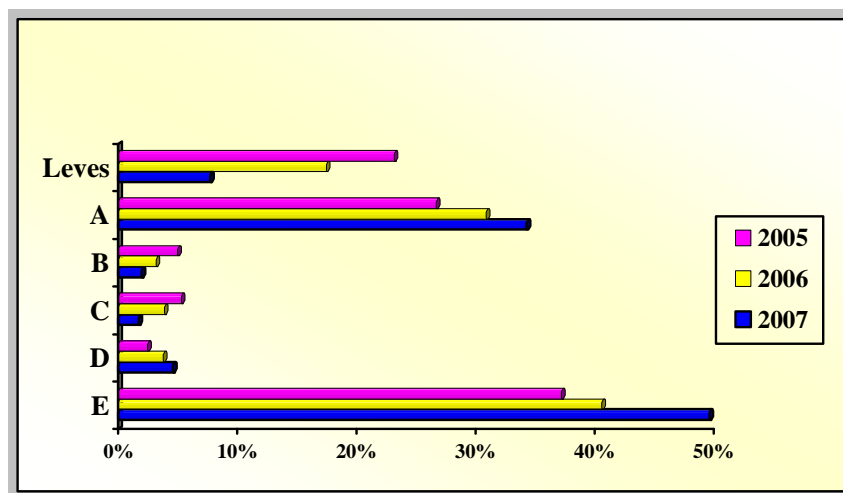
Total Leves

<b>555</b>	<b>85.458</b>
------------	---------------

Total Bovinos

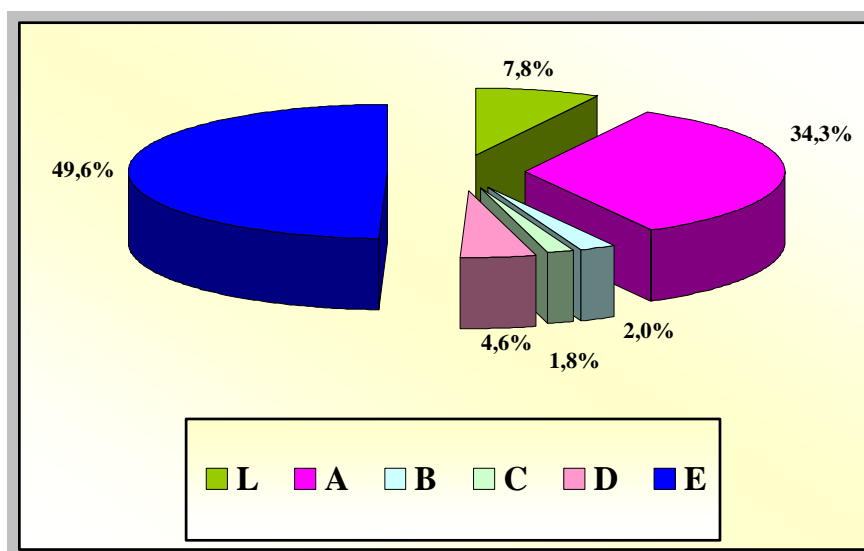
<b>7.161</b>	<b>1.670.932</b>
--------------	------------------

**Gráfico n.º 13 – Classificação de Carcaças de Bovinos por Categoria**



Da relação entre as várias categorias, podemos observar no gráfico n.º 13, que há um maior número de carcaças classificadas nas categorias E (49,6%) e A (34,3%).

**Gráfico n.º 14 – Classificação de Carcaças de Bovinos por Categoria**

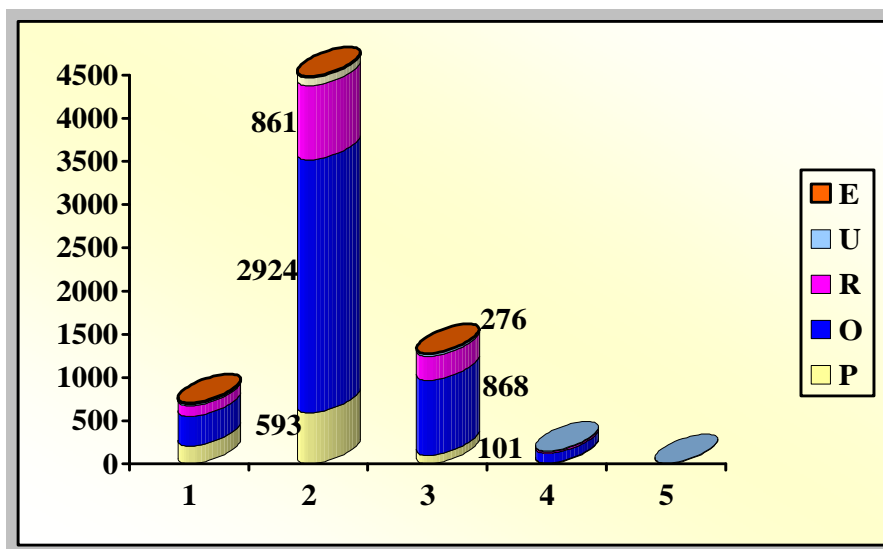


No gráfico seguinte, que relaciona a conformação e a gordura em carcaças de bovinos adultos, verificamos que as carcaças de conformação e gordura O2 e O3 se destacam em relação às restantes.

A predominância das carcaças com conformação “O” (razoável), é provavelmente devido à maioria das rezes abatidas na região serem de aptidão leiteira.



**Gráfico n.º 15 – Relação entre a Conformação e o Estado de Gordura de Bovinos Adultos**



#### 4.1.6 Inspeção Hígio-Sanitária de Aves

A inspeção hígio-sanitária de aves é efectuada no Centro de Abate de Aves, privado, pertencente à firma “SODIPRAVE – Sociedade Distribuidora de Produtos Avícolas, S.A.”.

A inspeção hígio-sanitária neste centro de abate, é assegurada por um Médico Veterinário e um Auxiliar de Inspeção. O número de aves inspeccionadas em 2007, foi de 2.187.135, com 4.886.213,5 kg (quadro n.º 16).

O gráfico e quadro n.º 16 apresentam as oscilações no número de aves abatidas nos últimos 5 anos.

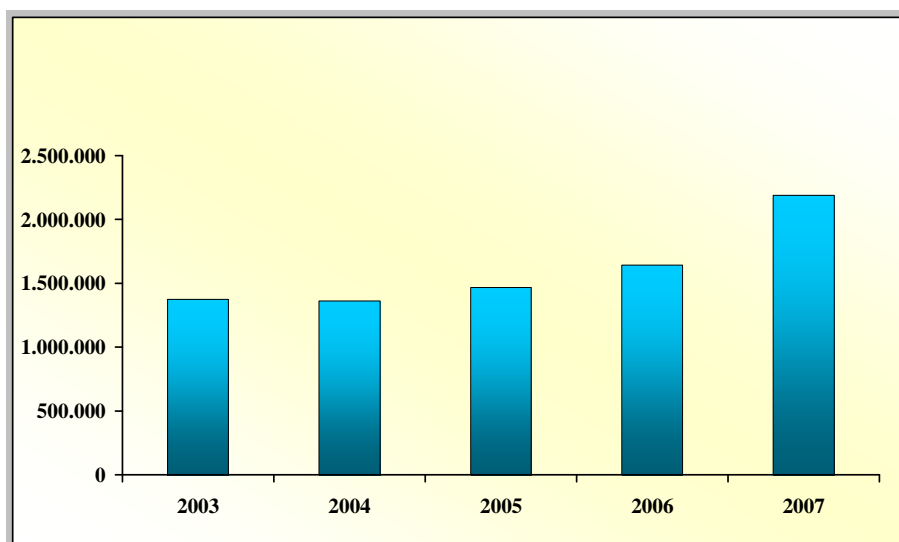
No gráfico n.º 17 é possível visualizar as variações do volume de abates ao longo do ano transacto, enquanto que no gráfico n.º 18 é feita uma comparação do peso vivo médio das aves abatidas neste matadouro, nos últimos cinco anos.

Os dados relativos às reprovações totais e parciais encontram-se expressos nos quadros n.º 17 e n.º 18. As reprovações totais de aves em 2006, constituíram 0,12% na inspeção *ante mortem* e 1,92% na inspeção *post mortem*.

**Quadro n.º 16 – Retrospectiva dos Abates**

Anos	Entrada de Aves			Mortes no Parque		Aves Abatidas	
	N.º	Peso Vivo	Peso Médio	N.º	Kg.	N.º	Peso Carcaça
		Kg.	Kg.				Kg.
2003	1.375.144	3.262.598,00	2,37	1.548	3.433,50	1.373.596	2.607.361,00
2004	1.363.452	3.314.146,00	2,43	2.170	4.894,50	1.361.282	2.647.401,00
2005	1.470.140	3.466.186,00	2,36	1.765	3.998,50	1.468.375	2.769.822,00
2006	1.641.049	3.727.120,50	2,27	2.368	5.366,50	1.638.681	2.977.404,00
2007	2.187.135	4.886.213,50	2,23	2.478	5.738,50	2.184.657	3.904.380,00

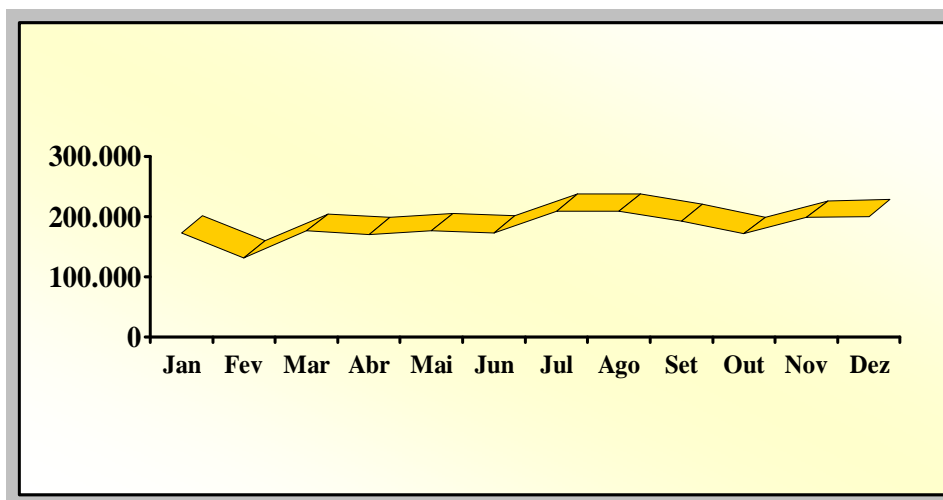
**Gráfico n.º 16 – Retrospectiva dos Abates no Centro de Abate da SODIPRAVE**



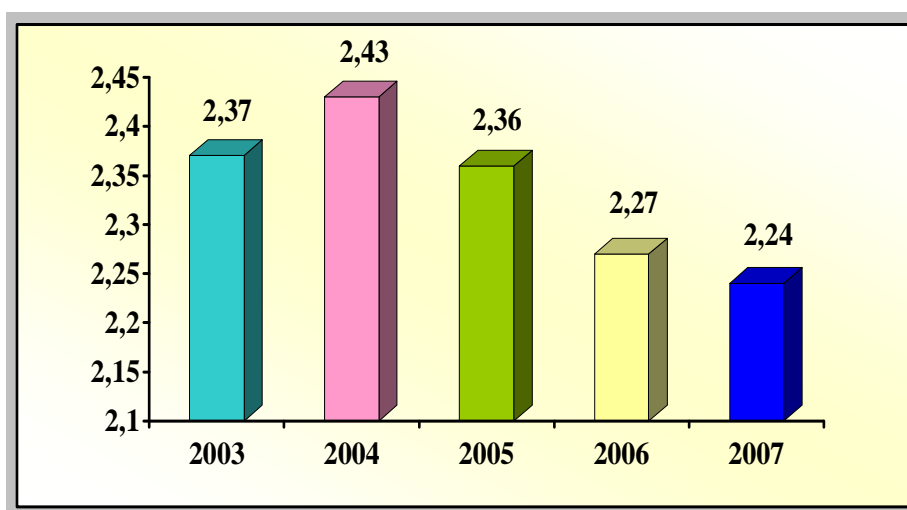
**Quadro n.º 17 - Mapa de Abate de Aves no Centro de Abate da Sodiprave**

Meses	Entrada de Aves			Mortes no Parque		Aves Abatidas		Rejeições <i>post mortem</i>					
	N.º	Peso Vivo	Peso Médio			N.º	Peso Carcaça	Total		Parcial		Totais	
		Kg.	Kg.	Kg.	N.º		Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	%
Janeiro	173.534,00	420.905,00	2,43	160,00	402,00	173.374,00	336.402,00	1.778,00	2.408,00	8.227,00	1.728,00	4.136,00	1,23
Fevereiro	131.582,00	282.841,50	2,15	43,00	88,00	131.539,00	226.203,00	3.125,00	3.841,00	5.317,00	1.561,00	5.402,00	2,39
Março	176.552,00	411.479,50	2,33	103,00	236,00	176.449,00	328.995,00	1.317,00	1.704,00	9.154,00	1.481,00	3.185,00	0,97
Abril	170.763,00	404.247,50	2,37	166,00	396,00	170.597,00	323.081,00	1.594,00	2.459,50	9.814,00	1.372,00	3.831,50	1,19
Maiο	177.477,00	423.618,50	2,39	213,00	532,00	177.264,00	338.469,00	1.575,00	2.838,00	9.731,00	1.281,00	4.119,00	1,22
Junho	173.516,00	406.802,50	2,34	73,00	159,50	173.443,00	325.314,00	1.597,00	2.404,50	7.765,00	1.034,00	3.438,50	1,06
Julho	209.480,00	466.917,50	2,23	570,00	1.378,50	208.910,00	372.431,00	2.614,00	4.053,50	10.839,00	1.588,00	5.641,50	1,51
Agosto	210.093,00	451.852,50	2,15	344,00	754,00	209.749,00	360.879,00	5.551,00	8.234,50	9.741,00	1.482,50	9.717,00	2,69
Setembro	193.313,00	402.810,50	2,08	157,00	323,50	193.156,00	321.990,00	5.666,00	7.724,00	10.281,00	1.319,00	9.043,00	2,81
Outubro	171.268,00	344.414,00	2,01	185,00	392,50	171.083,00	275.217,00	7.202,00	7.816,50	8.992,00	1.378,50	9.195,00	3,34
Novembro	198.949,00	451.953,00	2,27	332,00	802,00	198.617,00	360.921,00	3.243,00	3.887,00	10.217,00	1.345,00	5.232,00	1,45
Dezembro	200.608,00	418.371,50	2,09	132,00	274,50	200.476,00	334.478,00	6.941,00	9.274,50	8.634,00	1.096,00	10.370,50	3,10
<b>Total</b>	<b>2.187.135,00</b>	<b>4.886.213,50</b>	<b>2,24</b>	<b>2.478,00</b>	<b>5.738,50</b>	<b>2.184.657</b>	<b>3.904.380,00</b>	<b>42.203,00</b>	<b>56.645,00</b>	<b>108.712,00</b>	<b>16.666,00</b>	<b>73.311,00</b>	<b>1,91</b>

**Gráfico n.º 17 – Número de Aves Abatidas no Matadouro da Sodiprave em 2007**



**Gráfico n.º 18 – Peso Médio das Aves Abatidas (Peso Vivo) – SODIPRAVE**



**Quadro n.º 18 – Rejeições Parciais no Centro de Abate da SODIPRAVE 2003 a 2007**

Motivos de Rejeição	Carcças		Miudezas/Pescoço		Fígado		Totais	
	Traumatismo		Rancificação Oxidação		Esteatose/Deg. Gorda		N.º	Kg.
Anos	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.		
2003	25.538	2.952,00	-	-	-	1.021,00	25.538	3.973,00
2004	26.422	3.091,00	-	-	-	1.236,00	26.422	4.327,00
2005	41.810	5.239,00	-	-	-	2.582,00	41.810	7.821,00
2006	61.849	8.002,00	-	-	-	7.603,00	61.849	15.605,00
2007	23.149	14.019,00	-	52,00	-	2.595,00	23.149	16.666,00

**Quadro n.º 19 – Motivo de Rejeições Totais no Centro de Abate da SODIPRAVE**

Anos	2003		2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Abcessos	211	833,00	211	764,50	251	862,00	294	999,50	399	1.302,50
Artrose	7	12,00	3	5,00	10	20,50	201	383,50	8	15,00
Ascite	30	68,50	25	46,00	131	259,50	275	510,00	467	796,50
Caquexia	17.251	23.979,00	10.583	15.152,50	12.584	16.830,00	15.256	15.486,50	23.964	23.123,50
Dermatite	1.035	2.083,00	3.424	5.736,00	1.330	2.626,50	767	1.491,50	1.063	1.799,50
Doença Respiratória	-	-	-	-	53	105,00	-	-	-	-
Estados hemorrágicos	1.247	2.674,00	3.600	7.167,00	4.027	7.615,50	3.729	6.736,00	10.476	18.211,00
Excesso de escaldão	-	-	15	18,50	1.451	2.861,50	386	741,00	898	1.616,50
Feridas infectadas	1.363	4.977,00	1.213	4.246,00	2.838	8.429,50	1.009	2.643,00	1.098	3.242,50
Má sangria	21	41,00	15	31,00	1.652	3.042,50	1.177	2.024,00	2.164	3.573,50
Magreza	2.888	2.976,00	4.135	4.716,50	826	1.232,50	-	-	1	3,00
Onfalite	-	-	452	690,00	380	670,00	144	233,00	114	190,50
Politraumatismo	142	384,00	427	895,00	1.659	2.962,50	4.258	7.399,00	1.356	2.332,50
Proc. Caseoso sub-cutâneo	59	92,50	-	-	642	1.229,00	104	198,50	2	4,00
Salpingite	1	4,50	-	-	224	354,00	426	861,00	193	434,50
Excesso de Conspuração	-	-	-	-	53	105,00	93	145,00	-	-
Colisepticémia	-	-	-	-	13	24,00	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>24.255</b>	<b>38.124,50</b>	<b>24.103</b>	<b>39.468,00</b>	<b>28.124</b>	<b>49.229,50</b>	<b>28.119</b>	<b>39.851,50</b>	<b>42.203</b>	<b>56.645,00</b>

#### 4.1.7 Inspeção Hígio-Sanitária de Pescado

A inspeção sanitária de pescado na Região Autónoma da Madeira é realizada, sobretudo, na Lota do Funchal, na qual são descarregados cerca de 82,7 % da totalidade do peixe pescado na Região. Quanto à lota do Caniçal foi descarregado 14,5 % do total da RAM (quadro n.º 19). Esta última iniciou a sua actividade em Abril de 2002.

Essa inspeção sanitária é coordenada por um Médico Veterinário da Direcção Regional de Veterinária e executada por um Técnico Auxiliar de Inspeção.

Relativamente ao ano transacto e em termos percentuais verificamos que houve um decréscimo de pescado descarregado na lota do Caniçal e na lota do Funchal.

**Quadro n.º 20 – Pescado Descarregado nas Lotas da RAM no ano 2007**

Lotás	Kgs	Valor (euros)
Funchal	5.893.059,90	€ 13.101.718,34
Câmara de Lobos	13.440,50	€ 43.668,67
Madalena do Mar	15.067,00	€ 29.694,17
Paúl do Mar	68.489,90	€ 187.372,80
Porto Moniz	53.066,50	€ 254.725,94
Caniçal	1.035.019,50	€ 2.521.341,76
Porto Santo	49.498,00	€ 89.062,53
<b>Total</b>	<b>7.127.641,30</b>	<b>€ 16.227.584,21</b>

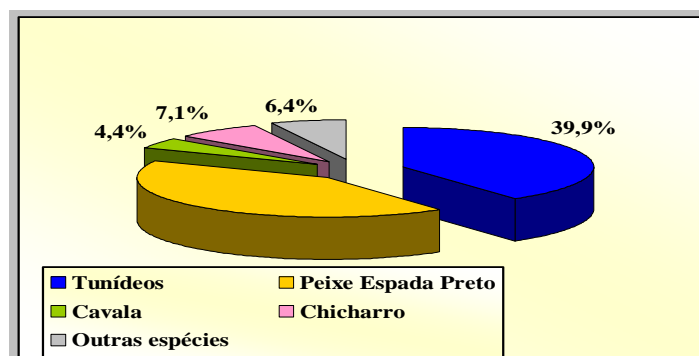
O gráfico n.º 19 e o quadro n.º 21, referem-se ao pescado descarregado nas lotas da Região, por espécie.

Ao analisarmos o quadro n.º 20, verificamos que os quantitativos de pescado rejeitados em 2007, nas lotas da RAM, cifram-se em cerca de 0,09 % do total de pescado descarregado, registando-se um decréscimo relativamente aos últimos anos.

A diminuta quantidade de rejeições verificadas deve-se a vários factores, a saber:

- ✓ Constante preocupação, por parte dos Inspectores Sanitários, em fazer do acto de inspecção um processo pedagógico, instruindo os profissionais da pesca sobre o melhor modo de evitar avarias no produto;
- ✓ Modernização da frota pesqueira regional;
- ✓ Tipo e artes de pesca utilizadas;
- ✓ Permanência do pescado a bordo durante períodos de tempo curtos, o que atenua os processos de degradação;
- ✓ Estiva do pescado a bordo mais cuidada, utilizando gelo em quantidades suficientes.

**Gráfico n.º 19 – Pescado Descarregado nas Lotas da RAM**



**Quadros n.º 21 - Pescado Descarregado e Rejeitado nas Lotas da RAM**

<b>Espécie</b>	<b>Lota do Funchal</b>	<b>Lota do Caniçal</b>	<b>Total</b>	<b>Rejeitado (Kg)</b>	<b>Causas de Rejeição</b>	<b>% Rejeição</b>
Tunídeos	1.812.780,70	962.924,10	2.775.704,80	0,00	Autólise, Esmagamento putrefacção	0,00
Peixe-espada Preto	2.879.363,30	26.704,20	2.906.067,50	520,60		0,02
Cavala	307.682,50	348,90	308.031,40	22,80		0,01
Chicharro	493.245,10	484,60	493.729,70	3,50		0,00
Outras Espécies	401.735,60	44.557,70	446.293,30	399,00		0,09
<b>Total</b>	<b>5.894.807,20</b>	<b>1.035.019,50</b>	<b>6.929.826,70</b>	<b>945,90</b>		

**Quadro n.º 22 – Pescado Descarregado e Rejeitado**

<b>Anos</b>	<b>Pescado (Kg.)</b>	
	<b>Descarregado</b>	<b>Rejeitado</b>
2003	6.5777.516,70	461,80
2004	8.072.101,20	1.672,20
2005	6.716.428,80	4.874,40
2006	7.723.8280	2.586,00
2007	7.127.641,30	945,90

**4.1.8 Classificação de Ovos e Produção Regional**

Os centros de inspeção e classificação de ovos, procedem mensalmente à comunicação dos movimentos de classificação de ovos de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 59/94, de 24 de Setembro e Regulamentos Comunitários.

No quadro n.º 23 podemos ver o número de ovos classificados nos centros de classificação da RAM e que corresponde à produção regional, valores referenciados em dúzias.

**Quadro n.º 23 – Classificação de Ovos**

Meses	Classificados – Categoria A				Indústria Alimentar	Rejeitados	Total
	XL	L	M	S			
Janeiro	45.156	105.938	35.499	1.194	6.343	4.186	<b>198.316</b>
Fevereiro	42.933	94.637	26.855	2.034	5.821	3.636	<b>175.916</b>
Março	45.822	93.718	43.265	4.114	10.733	4.887	<b>202.539</b>
Abril	40.927	75.461	29.399	1.281	4.572	2.878	<b>154.518</b>
Maio	39.874	76.347	28.976	2.773	4.232	2.077	<b>154.279</b>
Junho	37.502	77.929	31.751	3.533	3.983	2.939	<b>157.637</b>
Julho	33.676	82.270	32.585	3.309	6.944	3.182	<b>161.966</b>
Agosto	37.666	76.818	48.534	11.542	7.832	3.276	<b>185.668</b>
Setembro	51.550	84.672	45.507	3.085	7.722	3.369	<b>195.905</b>
Outubro	54.097	84.857	29.649	1.336	7.990	3.979	<b>181.908</b>
Novembro	51.986	86.424	38.424	2.542	0	2.244	<b>181.620</b>
Dezembro	52.586	85.617	42.383	1.928	0	2.749	<b>185.263</b>
<b>Total</b>	<b>533.775</b>	<b>1.024.688</b>	<b>432.827</b>	<b>38.671</b>	<b>66.172</b>	<b>39.402</b>	<b>2.135.535</b>

Da aplicação da legislação, os ovos da classe B só podem ser entregues a empresas da indústria alimentar aprovadas nos termos da Directiva 89/437/CEE. Como este tipo de estabelecimentos não existem na Região, os ovos da classe B foram utilizados pelas pastelarias no fabrico dos géneros alimentícios apenas até ao final do mês de Outubro.

**Quadro n.º 24 – Retrospectiva da Produção Regional de Ovos**

Anos	Produção de Ovos (Unidade)			
	Produção	Categoria A	Categoria B	Rejeitados
2004	35.942.964	33.146.160	1.386.240	1.410.564
2005	35.942.844	33.146.040	1.386.240	1.410.564
2006	28.215.048	26.272.224	1.240.788	702.036
2007	25.626.420	24.359.532	794.064	472.824



#### 4.1.9 Controlos Oficiais a Nível de Sala de Desmancha

##### Controlo de Actividade Hígio-Sanitário de Salas de Desmancha e Salas de Reacondicionamento

A entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2006 do Regulamento (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril de 2004, que veio estabelecer regras específicas de organização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano, determina que nas instalações de desmancha, seja garantida a presença de um médico veterinário oficial ou um veterinário auxiliar quando a carne está a ser trabalhada, com a frequência adequada à consecução dos objectivos do regulamento.

Na Região existem três estabelecimentos com salas de desmancha devidamente aprovadas, ou seja com atribuição de número de controlo veterinário, no entanto, uma das salas ainda não iniciou a sua produção. Há ainda um estabelecimento com sala de desmancha de carne de suíno, à qual está atribuída uma licença sanitária regional conforme demonstra o quadro seguinte.

**Quadro n.º 25** – Estabelecimentos da RAM Licenciados para Actividade de Desmancha/Reacondicionamento de Carnes

Estabelecimento	Actividade	N.º Controlo Veterinário/ Licença Sanitária	Produção Anual (Kg.)
António N. Nóbrega II – Indústria e Comércio Alimentar, S.A.	Desmancha, Corte e Desossa de Carnes de Bovino, Suíno, Ovino, Caprino e Aves; Fabrico de Carnes Picadas – Carnes Picadas e Hambúrgueres.	PT MAF 131 CE	1.317.206,02
Entrepasto Frigorífico de Água de Pena de Estêvão Neves – Hipermercados da Madeira, S.A.	Desmancha, Corte e Desossa de Carnes de Bovino, Suíno, Ovino, Caprino e Aves; Fabrico de carnes Picadas – Carnes picadas, Salsichas frescas e espetadas.	PT M 911 CE	0,00
MAAL – Sociedade de Transformação & Comércio de Salsicharia, Lda.	Desmancha, Corte e Desossa de Carne de Suíno.	M 084	1.050.664,20
Tomacafé – Torrefacção Madeirense de Café, S. A.	Desmancha, corte e Desossa de Carnes de Bovino, Suíno, Ovino, Caprino e Aves.	PT M 382 CE	538.237,72
Vieira & Vieira, Lda.	Armazenagem e Reacondicionamento de Carnes de Bovino, Suíno, Ovino, Caprino.	PT MAF 135 CE	0,0

O controlo oficial das salas de desmancha foi efectuado semanalmente nas duas salas de desmancha aprovadas e em funcionamento, nomeadamente as denominadas Tomacafé – Torrefacção Madeirense de Café, S.A., e António N. Nóbrega II, S.A., perfazendo um total de 41 Controlos de Actividade Hígio-Sanitários de Salas de Desmancha. Esta actividade foi iniciada

apenas em Junho de 2007, com interrupção no mês de Agosto devido à limitação em recursos humanos, ver quadro seguinte.

**Quadro n.º 26 – Número de Controlos Oficiais Efectuados nas Salas  
Desmancha/Reacondicionamento de Carnes**

Meses	Sala de Desmancha PT M 382 CE		Sala de Desmancha PT MAF 131 CE		Sala de Reacondicionamento PT MAF 135 CE	
	N.º Controlos	Carne Controlada (Kg.)	N.º Controlos	Carne Controlada (Kg.)	N.º Controlos	Carne Controlada (Kg.)
Junho	2	475,73	2	6.156,80	0	0,0
Julho	5	1.365,00	5	7.020,60	1	0,0
Agosto	0	0,00	0	0,00	0	0,0
Setembro	2	901,85	3	8.358,50	1	0,0
Outubro	5	2546,90	5	12.196,60	2	0,0
Novembro	3	1.675,84	3	5.667,20	0	0,0
Dezembro	3	1.117,10	3	9.332,17	1	0,0
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>8.082,42</b>	<b>21</b>	<b>48.731,87</b>	<b>5</b>	<b>0,0</b>

Essas visitas semanais consistiram na execução de controlos de Monitorização do Plano de Higiene e Limpeza das instalações e dos funcionários, bem como fichas técnicas de Conformidade das Carnes inspeccionadas nas referidas salas de desmancha. Esta verificação contempla não só a inspecção das características organolépticas, temperatura de conservação, acondicionamento/embalagem das carnes, como também da respectiva rotulagem e registos de produção das salas de desmancha.

Relativamente às Salas de Reacondicionamento, actualmente há apenas uma sala licenciada para o efeito, inserida no entreposto frigorífico pertencente à firma Vieira & Vieira, Lda., que até à data não laborou. Foram efectuados 5 controlos de Monitorização do Plano de Higiene e Conformidade de Carnes, em que se constatou a intenção de reembalar carne de suíno, procedimento não autorizado pelos nossos Serviços, devido à falta de material de acondicionamento e rotulagem apropriados.

#### **4.1.10 Controlo de Remoção da Coluna Vertebral em Carcaças de Bovino com Idade Superior a 24 Meses.**

O Regulamento n.º 1974/2005, de 2 de Dezembro, que altera o Regulamento n.º 999/2001 de 22 de Maio, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2006 determina que a remoção da coluna vertebral das carcaças de bovino seja efectuada a partir dos 24 meses de idade.

Assim, há obrigatoriedade de remover a coluna vertebral e os gânglios das raízes dorsais, às carnes de bovino, de idade superior a 24 meses, em carcaças, meias carcaças e quartos de carcaça, com origem em outros Estados-Membros.

De igual forma, essa remoção só poderá ser efectuada em salas de corte e desossa homologadas e autorizadas pela Direcção Geral de Veterinária.

Na RAM, esta remoção é realizada nas duas salas de corte e desossa autorizadas. Estas operações são supervisionadas e controladas por Médicos Veterinários da Direcção Regional de Veterinária.

A coluna vertebral e os gânglios das raízes dorsais são retirados a estas carcaças, sendo que, têm de ser tratados como uma Matéria de Risco Especificada (M.R.E.), recolhidos e transportados para incineração, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 4/99/M, de 12 de Fevereiro, o qual restringe a utilização de produtos de origem bovina na alimentação humana e animal, na Região Autónoma da Madeira.

No ano de 2007, deram entrada na Região 261 contentores de carne de bovino, com meias carcaças, quartos de carcaça e partes de carcaça com coluna vertebral, provenientes de França, Espanha, Portugal Continental e Açores com o peso total de 3.213.096,31 kg, no entanto apenas 39.046,80 kg foram sujeitas a controlo de remoção de coluna, uma vez que eram provenientes de animais com mais de 24 meses de idade.

**Quadro n.º 27 – Remoção da Coluna Vertebral em Carcaças de Bovino com Idade Superior a 24 Meses**

<b>Meses</b>	<b>N.º de Contentores</b>	<b>Peso Carcaça (Kg.)</b>	<b>Carcaça (kg.) C/ Remoção de coluna</b>	<b>Total MRE's (Kgs)</b>	<b>N.º Controlos</b>	<b>Países de Origem</b>
Janeiro	23	264.391,10	3.075,30	431,00	5	França, Espanha, Portugal
Fevereiro	15	199.322,40	2.899,40	343,40	6	França, Espanha, Açores
Março	19	259.718,20	2.415,40	431,00	4	França, Espanha
Abril	20	338.503,30	2.932,45	458,00	4	França, Espanha, Açores
Maió	21	245.357,30	3.344,60	331,50	8	França, Espanha
Junho	21	257.042,210	2.989,85	446,00	5	França, Espanha
Julho	22	264.941,30	2.859,20	453,00	5	França, Espanha
Agosto	25	284.327,00	4.771,90	560,80	5	França, Espanha, Portugal
Setembro	22	253.927,30	2.794,30	426,00	4	França, Espanha, Açores
Outubro	24	278.990,50	3.521,60	491,50	5	França, Espanha
Novembro	20	236.353,30	3.188,40	386,00	4	França, Espanha
Dezembro	29	330.222,40	4.254,40	573,40	5	França, Espanha
<b>Total</b>	<b>261</b>	<b>3.213.096,31</b>	<b>39.046,80</b>	<b>5.331,60</b>	<b>60</b>	

#### **4.1.11 Controlos com Lista de Verificação a Salas de Desmancha de Ungulados Domésticos e Aves**

No ano transacto procedeu-se ao controlo das salas de desmancha em funcionamento na Região, através da elaboração de Check-list, nos quais se verificou um conjunto de requisitos hígio-sanitários exigíveis à luz do disposto na legislação nacional e comunitária em vigor (Pacote de Higiene), ver quadro n.º 28.

**Quadro n.º 28 – N.º de Controlos e Avaliação Global das Salas de Desmancha em 2007**

Estabelecimento	N.º Controlos	Avaliação Global – Níveis de Incumprimento *						
		Estruturas/ Equipamentos	Autocontrolo/ HACCP	Água	Análises	Higiene/ Limpeza	Subprodutos	Rastreabilidade
A. N. Nóbrega II, S.A.	2	Maior	Menor	Ausência	Menor	Ausência	Menor	Ausência
		Maior	Menor	Ausência	Menor	Ausência	Menor	Ausência
MAAL, Lda.	1	Maior	Crítico	Menor	Menor	Menor	Menor	Menor
Tomacafé, S.A.	2	Menor	Maior	Ausência	Menor	Ausência	Ausência	Ausência
		Menor	Menor	Ausência	Menor	Ausência	Ausência	Menor
Sodiprave	2	Ausência	Maior	Ausência	Maior	Menor	Menor	Ausência
		Ausência	Maior	Ausência	Maior	Menor	Menor	Ausência
<b>Total</b>	<b>7</b>							

**\* Níveis de Incumprimento:**

<b>Ausência</b>	Em conformidade
<b>Maior</b>	Não põe em causa a capacidade do sistema de segurança, mas deve ser alvo de correcção
<b>Menor</b>	Põe a capacidade do sistema de segurança
<b>Crítico</b>	Ausência ou falta total do cumprimento do requisito, põe em causa a segurança do género alimentício ou falha sistemática de uma mesmo requisito

Da avaliação efectuada aos quatro estabelecimentos, apurou-se que os principais incumprimentos dizem respeito às estruturas/equipamentos e ao grau de implementação do autocontrolo/HACCP, no entanto é de salientar a razoável conformidade relativamente aos outros parâmetros, nomeadamente, água, análise, subprodutos, higiene e limpeza e rastreabilidade.

#### **4.1.12 Outros Controlos**

Os técnicos da Direcção de Serviços de Inspeção Veterinária efectuaram também, ao longo do ano 2007, controlos nos estabelecimentos de abate e desmancha, num total de 103, relativos ao bem-estar animal, higiene das instalações, conformidade das carnes e subprodutos de origem animal. No âmbito da inspeção sanitária de pescado, foram sujeitas a controlo as embarcações de pesca e as viaturas de venda ambulante de pescado, perfazendo um total de 106 controlos. Ver quadros seguintes.

**Quadro n.º 29 – Bem-Estar Animal no Transporte e Abate**

Tipo de Controlos	Espécie					N.º de Controlos	Resultado/Incumprimentos
	Bov.	Suí.	Ov./Cap.	Lep.	Aves		
Transporte e Bem-Estar Animal	20	3	6	2	7	38	Viatura sem cobertura; Contenção inadequada dos animais; Derrame de fezes e urina.
Protecção dos Animais no Abate	9	4	1	-	-	14	Deficiente contenção para a insensibilização; Elevado intervalo de tempo entre a insensibilização e a sangria.
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>50</b>	

**Quadro n.º 30 - Controlos de Conformidade de Carnes**

Estabelecimento	N.º de Controlos	Resultado/Incumprimentos
CARAM, EPE – CASS	5	Temperatura das carnes e vísceras superior ao legalmente exigível (4°C e 7°C); Deficiência na rastreabilidade das vísceras; Ilegibilidade da marca de salubridade; Deficiente estiva das carcaças na câmara de estabilização.

**Quadro n.º 31 – Controlo de Subprodutos**

Estabelecimento	N.º de Controlos	Resultado/Incumprimentos
A. N. Nóbrega II, S.A.	2	Plano de subprodutos não aprovado; Deficiente recolha, separação, acondicionamento e identificação; Transporte de subprodutos em viatura não estanque; Viatura não exclusiva no transporte de subprodutos; Guias de acompanhamento indevidamente preenchidas.
CARAM, EPE – CASS	5	
MAAL, Lda.	1	
Sodiprave, S. A.	22	
Tomacafé, S.A.	2	
<b>Total</b>	<b>32</b>	

**Quadro n.º 32 – Controlo de Monitorização de Limpeza e Higiene**

Estabelecimento	N.º de Controlos	Resultado/Incumprimentos
CARAM, EPE – CASS	4	Deficiências estruturais e de higiene de forma generalizada; Falta de registos comprovativos da execução do plano de higiene.
Sodiprave, S.A.	12	Em conformidade
<b>Total</b>	<b>16</b>	

**Quadro n.º 33 – Controlos – Inspeção Sanitária de Pescado**

<b>Tipo de Controlo</b>	<b>N.º de Controlos</b>	<b>Resultado/Incumprimentos</b>
Embarcações de pesca	40	5 Boas 11 Suficientes 11 Suficientes c/ Correção 13 Insuficientes
Viaturas de venda ambulante de pescado	66	17 Boas – sem frio e boas condições higiénicas 23 Suficientes – sem frio, boas condições higiénicas mas com deficiências estruturais 26 Insuficientes – sem frio com graves deficiências estruturais
<b>Total</b>	<b>106</b>	

## **4.2 Divisão de Fiscalização Veterinária**

À Divisão de Fiscalização Veterinária compete assegurar a fiscalização dos estabelecimentos de produção e comercialização, no âmbito da qualidade e segurança alimentar, o cumprimento das normas legais, de bem-estar animal, o registo e circulação dos animais, bem como, proceder à instrução de processos de contra-ordenação.

### **4.2.1 Processos de Contra-ordenação**

Em 2007, foram iniciados 32 processos de contra-ordenação e 17 processos transitados do ano anterior, destes encontram-se concluídos 32, 10 processos transitaram para o ano seguinte.

**Quadro n.º 1 – Processos de Contra-ordenação Abertos pela DSIV em 2007**

<b>TIPO</b>	<b>Autos de Notícia</b>			<b>Total</b>
	<b>Internos</b>		<b>Externos (PSP)</b>	
	<b>DSPV</b>	<b>DSIV</b>		
Animais de Companhia	12	1	5	18
Animais de Produção	13	-	-	13
Comércio Intracomunitário	1	-	-	1
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>32</b>

**Quadro n.º 2 – Processos de Contra-ordenação com Conclusão em 2007**

	N.º Processos	Decisão				N.º Processos decididos
		Arquivamento	Coima	Admoestação	Tramitação processual externa	
Instaurados em 2007	32	5	11	6	1	23
Transitados de 2006	17	1	9	4	2	16
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>6</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>39</b>

Conforme se pode constatar no quadro n.º 2, 20 processos de contra-ordenação terminaram em decisões de condenação no pagamento de coimas (4.795,00€), sendo que três foram remetidos para o Ministério Público para a respectiva execução e três foram impugnados.

Os tipos de ilícitos, objecto dos processos de contra-ordenação instaurados em 2007, estão descritos no quadro seguinte.

**Quadro n.º 3 – Tipo de Ilícitos dos Processos de Contra-ordenação instaurados pela DSIV**

	Descrição	N.º de Processos
Animais de Companhia	Falta de vacina anti-rábica, registo e licenciamento de canídeos	12
	Falta de identificação, vacina anti-rábica, registo e licenciamento de canídeos	1
	Falta de autorização para alojamento de 10 canídeos em prédio urbano falta de registo e licenciamento dos canídeos	1
	Inadequadas condições de bem-estar animal em canil municipal	1
	Abandono de canídeo na via pública Falta de vacina anti-rábica, registo e licenciamento	1
	Falta de dever de cuidado do detentor/ Falta de vacina anti-rábica, registo e licenciamento	2
Animais de Produção	Inadequadas condições no transporte de suínos	1
	Inadequadas condições de bem-estar animal de suínos em exploração	1
	Falta de comunicação ao SNIRB/SNIRA de movimentação de bovinos	11
Comércio Intracomunitário	Falta de registo de n.º de operador/receptor	1
	<b>Total</b>	<b>32</b>



## 4.2.2 Acções de Fiscalização

As acções de fiscalização levadas a cabo pela DFV durante o ano de 2007, recaíram sobre a rastreabilidade da carne de bovino, a rotulagem dos produtos da pesca e aquicultura, a comercialização de ovos e o transporte dos produtos de origem animal, perfazendo um total de 65 controlos.

### 4.2.2.1 Controlos de Rastreabilidade/Rotulagem Obrigatória de Carne de Bovino

O regime comunitário de rotulagem obrigatória da carne de bovino é aplicável em todos os Estados-membros desde o dia 1 de Setembro de 2000.

O Regulamento (CE) n.º 1760/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Julho, estabelece um regime de identificação e registo de bovinos relativo à rotulagem da carne de bovino.

As normas daquele regulamento, no que se refere à rotulagem da carne de bovino, encontram-se esplanadas no Decreto-Lei n.º 323-F/2000, de 20 de Dezembro, que estabelece as regras a que deve obedecer a rotulagem obrigatória e facultativa da carne de bovino desde o abate até ao consumidor final.

Os controlos da rotulagem da carne de bovino incidiram em várias fases de comercialização, sendo de salientar que o cumprimento das regras relativas à rotulagem da carne de bovino não se mostrou satisfatória, conforme se pode ver no quadro n.º 4.

**Quadro n.º 4 – Tipo de Estabelecimentos no Controlo de Rotulagem de Carne de Bovino**

<b>Estabelecimento</b>	<b>N.º Controlos</b>	<b>Irregularidades</b>	<b>Resultado/Decisão</b>
Cash & Carry	1	-	Em conformidade
Entrepósitos	2	Incorrecta atribuição de lotes; Falta de registos de entrada e saída de carne de bovino, não assegurando a rastreabilidade.	1-Advertência verbal 1- Auto de Notícia
Salas de Desmancha	5	Rótulos com letras e números sem as dimensões mínimas exigíveis; Falta de código de referência nos documentos de saída de carne de bovino; Registos de produção incompletos.	5- Advertência verbal
Supermercados	7	Rótulos não facilmente identificáveis com as peças de carne existentes; Incorrecta formação de lotes.	1- Em conformidade 1 -Advertência escrita 5 -Advertências verbais
Talhos	15	Rótulos não facilmente identificáveis com as peças de carne existentes; Peças de carne sem rotulagem; Falta de rastreabilidade na saída de carnes para restaurante; Falta de requisitos na higiene das instalações.	1- Em conformidade 14-Advertência verbal
<b>Total</b>	<b>30</b>		

#### 4.2.2.2 Controlos de Rastreabilidade dos Produtos da Pesca e da Aquicultura

Nos termos fixados no Decreto-Lei n.º 134/2002, de 14 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 243/2003, de 7 de Outubro, a venda a retalho dos produtos da pesca e da aquicultura está sujeita a um regime de rastreabilidade e de controlo das exigências de informação ao consumidor final.

Assim, todos os estabelecimentos de venda a retalho de produtos da pesca e aquicultura devem poder provar, através de documento comercial que acompanha o produto, o nome científico da espécie, denominação comercial da espécie, o método de produção e a zona de captura.

As informações obrigatórias expostas junto do produto, na venda ao consumidor final (denominação comercial da espécie, método de produção e zona de captura) devem ser indicadas de forma evidente e facilmente legíveis.

Os controlos de rastreabilidade dos produtos da pesca e aquicultura realizaram-se nos estabelecimentos de venda a retalho e nos estabelecimentos de preparação, ver quadro n.º 5.

**Quadro n.º 5** – Tipo de Estabelecimento no Controlo de Rastreabilidade dos Produtos da Pesca e da Aquicultura

<b>Estabelecimento</b>	<b>N.º Controlos</b>	<b>Irregularidades</b>	<b>Resultado/Decisão</b>
Cash & Carry	1	-	Em conformidade
Estabelecimentos de Preparação	1	Marca de identificação não obedece aos requisitos legalmente estipulados.	Advertência verbal
Peixarias	4	Falta de rotulagem e/ou incompleta; Falta de requisitos de higiene das instalações; Falta de requisitos no pescado congelado; Inexistência de documentos comerciais, apresentados durante a fiscalização.	3- Advertência verbal 1- Inutilização de pescado 113,2 kg e Auto de Notícia levantado pela IRAE
Supermercados	7	Com rotulagem incorrecta relativamente ao método de captura e denominação comercial.	3-Em conformidade 4-Advertência verbal
<b>Total</b>	<b>13</b>		

#### 4.2.2.3 Controlos de Comercialização de Ovos

O Regulamento (CE) n.º 557/2007, de 23 de Maio estabelece as normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1028/2006, de 19 de Junho, relativo às normas de comercialização dos ovos. Estes regulamentos impõem a obrigatoriedade de marcar ovos de consumo, na casca, com um

código que identifica o produtor, o sistema de criação de galinhas, a região e o País de origem e também informações a incluir nas embalagens e documentos de acompanhamento.

Os controlos de comercialização de ovos foram efectuados de acordo com os normativos acima referidos e em estabelecimentos de venda a retalho, fabrico (pastelarias, padaria e restaurantes) e na produção em estabelecimentos denominados Centros de Embalagem.

As não conformidades foram na sua maioria verificadas na produção, nomeadamente nos Centros de Embalagem, ver quadro n.º 6

**Quadro n.º 6 – Tipo de Estabelecimento no Controlo de Comercialização de Ovos**

<b>Estabelecimento</b>	<b>N.º Controlos</b>	<b>Irregularidades</b>	<b>Resultado/Decisão</b>
Centros de Embalagem	4	Durabilidade mínima incorrecta; Falta de rastreabilidade; Rotulagem incompleta.	4 -Advertência Verbal
Estabelecimentos de Fabrico - Padarias, Pastelarias e Restaurantes	5	Deficiente marcação de ovos; Ovos armazenados em local não refrigerado; Deficiente higiene no local de armazenagem.	1 - Em conformidade 2 - Advertência Verbal
Estabelecimentos de Venda a Retalho	5	Rotulagem incompleta.	3 - Em conformidade 1 - Uma irregularidade imputada ao Centro de Embalagem -Advertência escrita
<b>Total</b>	<b>14</b>		

#### **4.2.2.4 Controlos no Transporte de Produtos de Origem Animal/Operações Stop**

Durante o ano transacto a DFV procedeu ao controlo no transporte de produtos de origem animal, em colaboração com a Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana. Foram realizadas 8 acções de fiscalização - Operações Stop, desenvolvidas durante os meses de Novembro e Dezembro, período com maior incidência na circulação de viaturas com géneros alimentícios, e em locais estratégicos para o seu controlo.

No somatório, consideramos o sector de transporte de géneros alimentícios bem apetrechado e em conformidade com os requisitos técnicos relativos à higiene e temperatura, no entanto, é de salientar que as não conformidades são na sua maioria devidas à falta de higiene e deficiente estiva dos produtos.

### Quadro n.º 7 - Número de Viaturas Submetidas a Controlo

Viaturas controladas	Viaturas C/produtos de origem animal	Conformes	Não conformes	
			N.º	Decisão
92	32	68	23	Advertência verbal

Chefe de Divisão de Fiscalização Veterinária

**Celeste Bento**

(Médica Veterinária)

## 5. LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA

O Laboratório Regional de Veterinária tem como missão prestar serviços laboratoriais na área da segurança alimentar, saúde e produção animal na região autónoma da Madeira.

Durante o ano de 2007 e no âmbito das suas competências o LRVSA processou **34.786 amostras** provenientes de entidades públicas e privadas, nomeadamente matadouros, empresas do ramo alimentar, empresas de aquacultura, clínicas veterinárias, explorações pecuárias e avícolas incluindo as de produção biológica, e ainda as decorrentes das acções de fiscalização da Direcção Regional de Veterinária e de projectos de investigação da Universidade da Madeira, do Laboratório de Biologia Marinha e do Museu da Baleia.

Dos serviços laboratoriais prestados no âmbito dos vários programas nacionais que decorrem da legislação vigente referem-se os seguintes:

- Pesquisa de EEB's de acordo com o Plano de Vigilância das Encefalopatias espongiformes transmissíveis segundo as Decisões 272/98 e 374/ 2000.
- Pesquisa de Triquinas em carnes de suíno frescas ao abrigo do Controlo oficial de detecção de triquinas na carne segundo o Regulamento (CE) n.º 2075/2005 da Comissão.
- Pesquisa de Salmonellas em aviários de multiplicação de acordo com o Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em Bandos de Reprodução Gallus gallus2007.
- Pesquisa do vírus da Gripe aviária em aves de capoeira e aves selvagens de acordo com o Plano de Vigilância da Gripe Aviaria segundo as Decisões 2002/649/CE de 5 de Agosto e 2004/111/CE de 29 de Janeiro.

Com o objectivo de ir ao encontro das necessidades dos operadores do sector alimentar, no que diz respeito ao apoio laboratorial à implementação dos seus sistemas de autocontrolo, o LRV com autorização do Director Regional de Veterinária praticou a redução ou isenção dos valores a cobrar, tendo em conta critérios de quantidade e de periodicidade de amostras.

Sendo a formação um factor crítico de sucesso para qualquer laboratório, tem sido feito um grande esforço no sentido de dar formação de qualidade ao maior número possível de técnicos com vista ao reforço das suas competências. Neste âmbito refere-se a realização de um estágio no Laboratório Nacional de Investigação Veterinária de Lisboa no Departamento da BSE, e de outro no Instituto Ricardo Jorge do Porto sobre a pesquisa de Legionella e ainda a frequência de seis acções de formação realizadas na Região com formadores externos.

A participação em **ensaios interlaboratoriais** abrangendo a quase totalidade dos departamentos do LRVSA, permitiu não só a avaliação do desempenho do laboratório bem como a comparação da sua performance com outros laboratórios nacionais e internacionais.

Deu-se continuidade ao trabalho que decorre das **parcerias** estabelecidas com a Universidade de Trás os Montes no âmbito do estudo sobre Leishmaniose e Toxoplasmose em pequenos animais, com a Universidade da Madeira e com o Laboratório de Biologia Marinha no âmbito do projecto de preservação das Tartarugas Marinhas e com o Museu da Baleia no âmbito do projecto de preservação dos Cetáceos. O contrato de prestação de serviços com a Universidade da Madeira celebrado em 2006 permitiu a realização de análises virológicas em pequenos animais, que doutra maneira só poderiam ser realizadas fora da Região.

O LRV elaborou o seu Plano Estratégico através da metodologia do balanced scorecard que foi entretanto avaliado pelo INA (Instituto Nacional de Administração Publica), e pretende implementá-lo em 2008.

Salienta-se ainda, durante o ano transacto, o início da construção das novas instalações do LRVSA em S. Martinho e a preparação do concurso para o fornecimento de equipamento e mobiliário laboratorial, estando prevista a sua conclusão para 2008.

Directora de Serviços do Laboratório Regional de Veterinária

**Margarida Neves da Costa**

(Médica Veterinária)

## 5.1 Divisão de Bromatologia

Compete a esta divisão efectuar exames e análises com vista ao controlo da qualidade dos alimentos, das instalações, equipamentos e do pessoal manipulador de géneros alimentícios. Em 2007, tal como em anos anteriores, as amostras sujeitas a análises nesta Divisão foram processadas conforme os Procedimentos internos baseados em Normas Internacionais (ISO) e Normas Portuguesas (NP) e foram respeitadas as regras das boas práticas de laboratório.

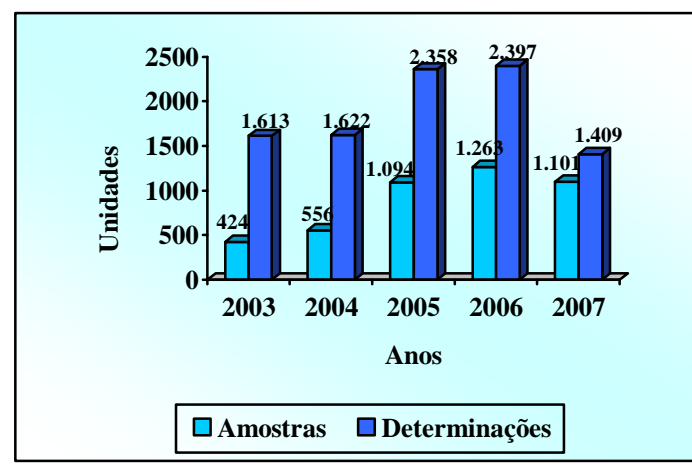
- Departamento de Microbiologia Alimentar
- Número de Amostras e Determinações

Comparando os resultados nos últimos 5 anos, expressos no gráfico n.º 1, constatou-se que, tanto o número de amostras como o número de determinações diminuiu em relação ao ano anterior, havendo uma diferença de 162 amostras que corresponde a uma descida de aproximadamente 13%, não sendo este resultado muito significativo. Também pode verificar-se no gráfico n.º 1 que a diferença do número de amostras recebidas não é significativa desde 2005.

No caso das determinações a diferença em relação ao ano anterior já foi de 1296, que corresponde a uma descida de aproximadamente 41%, sendo um resultado a ter em consideração (gráfico n.º 1). Este decréscimo deveu-se principalmente ao controlo não efectuado pelas entidades oficiais ao contrário do que aconteceu em 2005 e 2006, que foram os anos com mais determinações solicitadas.

Desde 2003, o ano de 2007 foi o que obteve resultados mais baixos em relação ao número de determinações, 1409 (gráfico n.º 1).

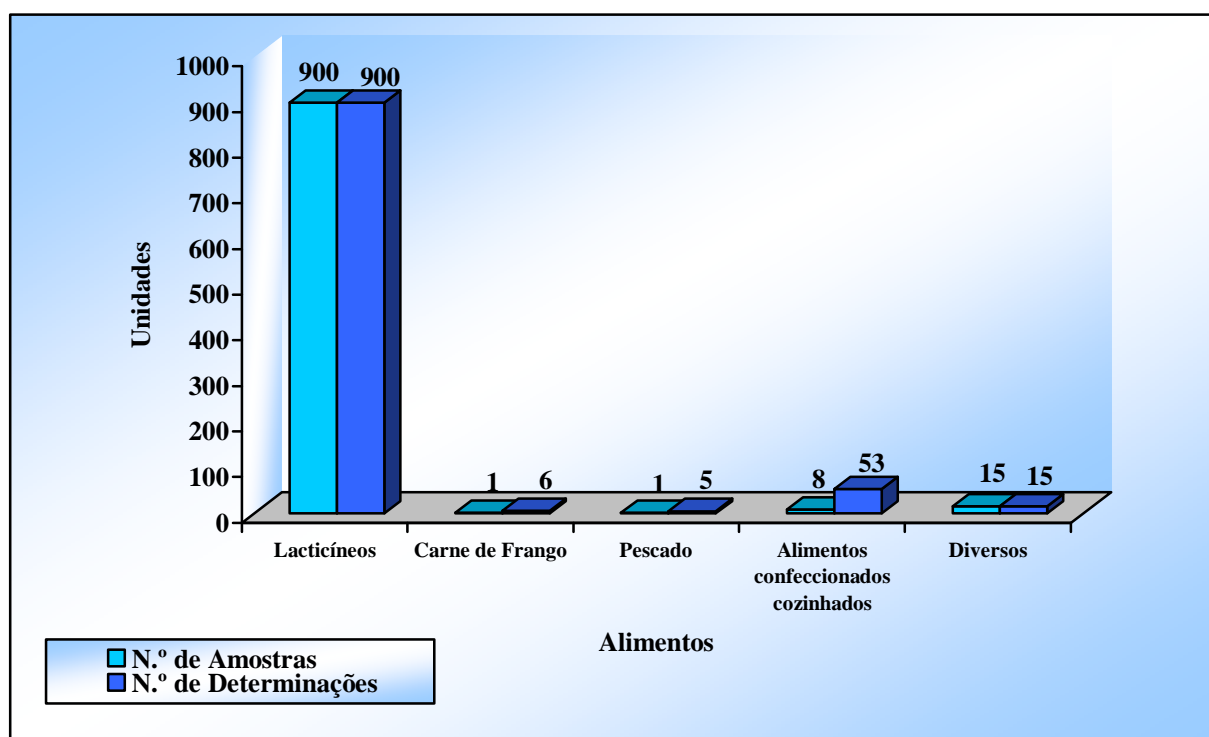
**Gráfico n.º 1** – Número de Amostras e Determinações de 2003 a 2007



## Análises Oficiais

As amostras oficiais analisadas foram na sua maioria lacticínios como se pode verificar no gráfico n.º 2. Estas amostras foram provenientes do controlo efectuado pela Direcção Regional de Veterinária e são na sua maior parte leite cru de bovino. Foram recebidas 900 amostras de lacticínios o que corresponde a 97% das amostras recebidas. Quanto ao número de determinações destes alimentos também destacam-se dos restantes com determinações com um peso de 92%.

**Gráfico n.º 2 – Análises Oficiais 2007 – Número de Amostras e Determinações**



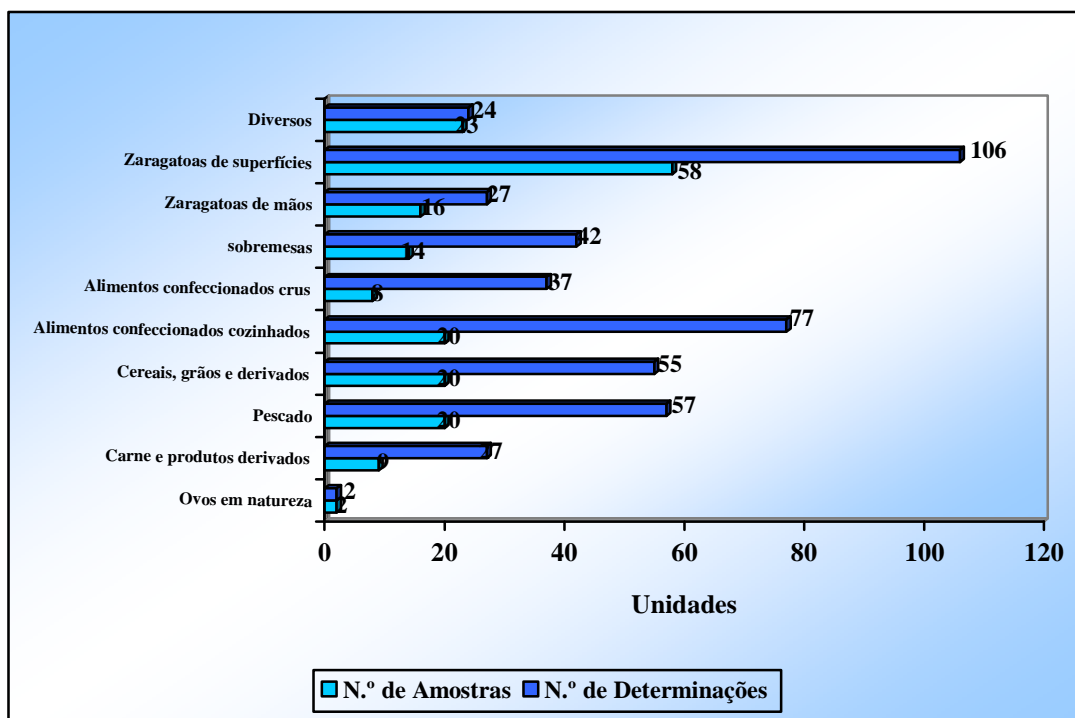
## Análises Não Oficiais

As amostras entregues pelas entidades privadas aumentaram consideravelmente de 180 para 454 amostras representando uma subida de 60%.

As zaragoas de superfície representam a maior fatia de solicitações com 58 amostras e 106 determinações representando respectivamente 31% e 29% dos totais. O pescado, os cereais e derivados, alimentos confeccionados cozinhados com 20 amostras e 77 determinações por alimento representam respectivamente 10% e aproximadamente à volta de 20% dos totais. As restantes amostras como ovos em natureza, carne e produtos derivados, alimentos confeccionados crus,

sobremesas, zaragatoas de mãos e diversos representam a fatia mais baixa tanto em número de amostras como em número de determinações (gráfico n.º 3).

**Gráfico n.º 3 – Análises não Oficiais 2007 – Número de Determinações**

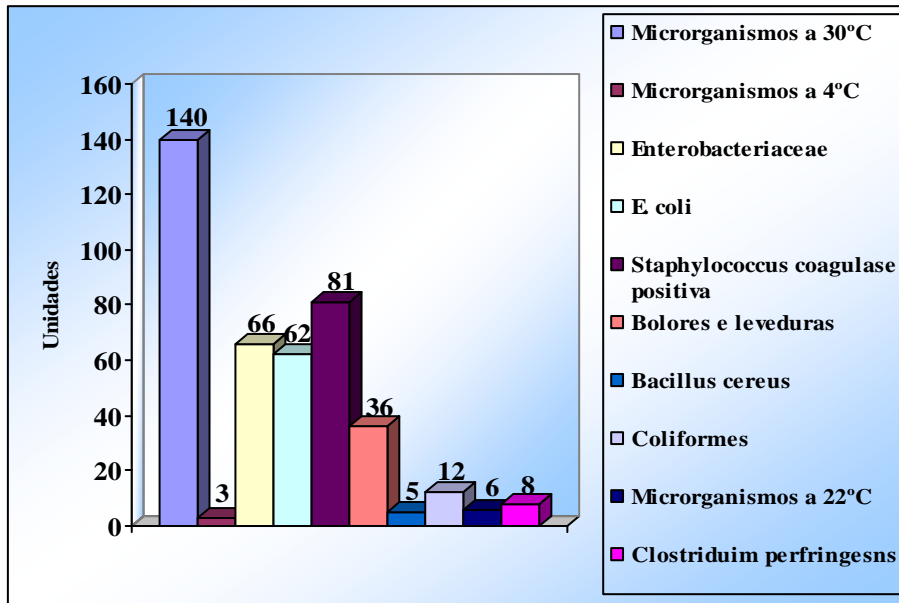


### Número de Contagens

A partir do gráfico n.º 4, pode concluir-se que os parâmetros mais solicitados foram a contagem de Microrganismos a 30º com 149 amostras que corresponde a 35%, depois os *Staphylococcus* coagulase positiva com 81 amostras que corresponde a 19%, as *Enterobacteriaceae* com 66 amostras que corresponde a 15% e *E. coli* com 62 amostras que corresponde a 14%. Os parâmetros menos solicitados foram a contagem de Bolores e Leveduras, os Coliformes, os *Clostridium perfringens*, Microrganismos a 22ºC, *Bacillus cereus* e finalmente os Microrganismos a 4º C representando 1 a 8%.



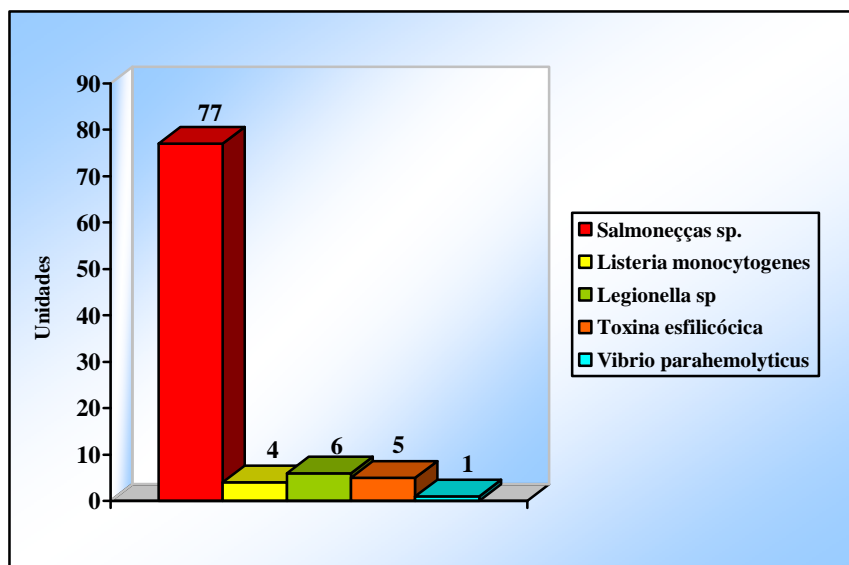
Gráfico n.º 4 – Número de Contagens – 2007



### Número de Pesquisas

No gráfico n.º 5, pode constatar-se que os parâmetros mais solicitados foram a pesquisa de *Salmonella* sp. com 77 amostras que corresponde a 83%, as restantes pesquisas, ou seja, *Listeria monocytogenes*, *Legionella* sp, *Vibrio parahemolyticus* e Toxina Estafilocócica obtiveram resultados baixos representando assim 1 a 4% do total.

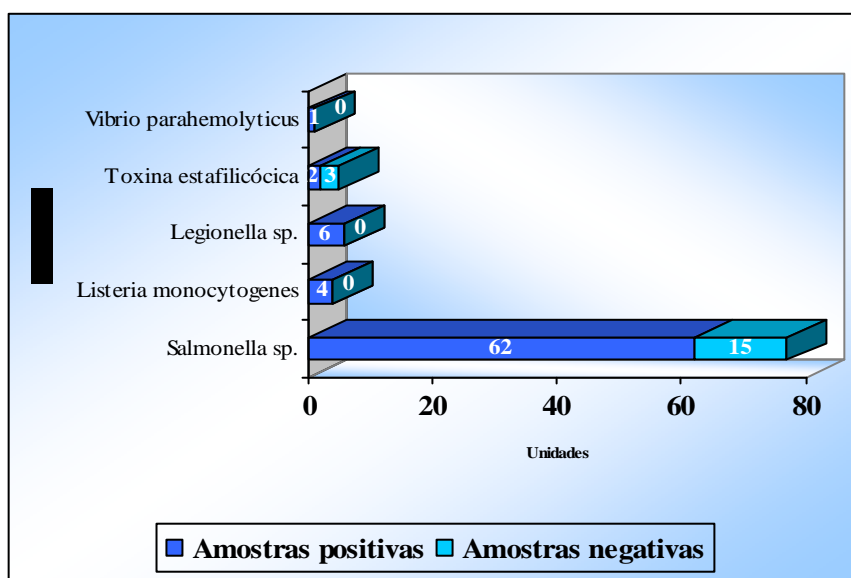
Gráfico n.º 5 – Número de Pesquisas - 2007



## Amostras Positivas e Negativas

No gráfico 6, pode verificar-se que de 62 amostras para a pesquisa de *Salmonella*, 15 foram positivas representando 24% das amostras. No caso de amostras para a Pesquisa de Toxina Estafilocócica das 5 amostras 2 foram positivas. Para o caso da Pesquisa de *Listeria monocytogenes*, *Legionella* sp. e *Vibrio parahemolyticus* não se registaram amostras positivas.

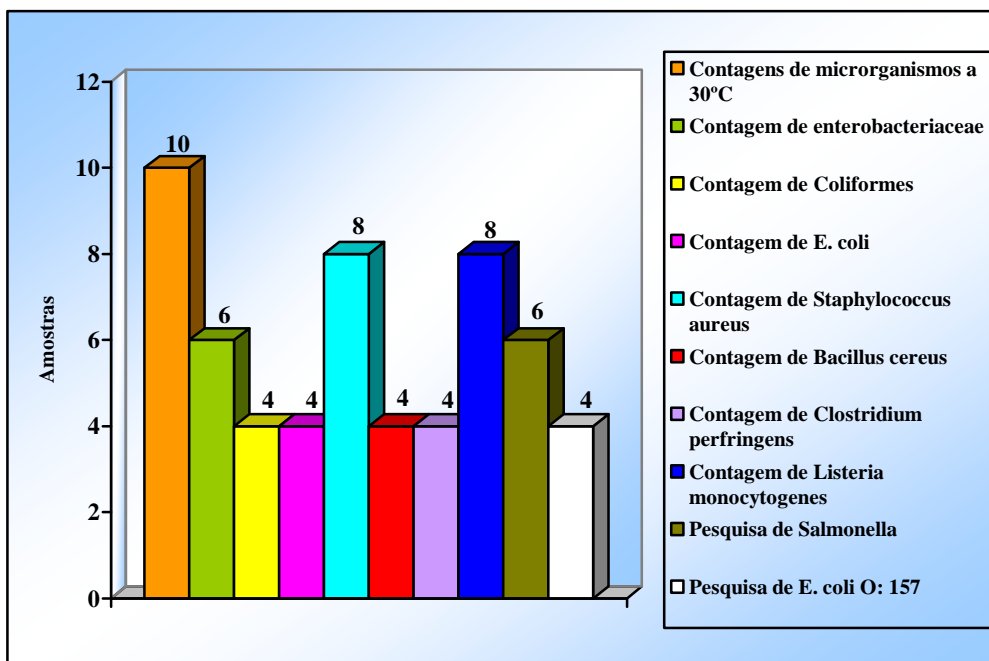
**Gráfico n.º 6** – Número de Amostras Positivas e Negativas – 2007



## Ensaio Interlaboratoriais

O gráfico n.º 7 sintetiza o conjunto de Ensaio Interlaboratoriais realizados durante este ano e relativo ao esquema em que o Departamento se inscreveu: O Food Law Scheme, ao abrigo do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade – Microbiologia dos Alimentos, que se baseia não só em dar os resultados mas também em interpreta-los consoante o Regulamento (CE) 2073/2005 relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios. É de salientar que todos os resultados e discussão dos mesmos efectuados por este Departamento e sujeitos a apreciação da H.P.A. (Health Protection Agency) tiveram valorização máxima, sem qualquer penalização, o que é sintomático do cumprimento das boas práticas laboratoriais e da fiabilidade dos resultados obtidos por todos os técnicos que realizaram as análises.

**Gráfico n.º 7 – Ensaio Interlaboratoriais - 2007**

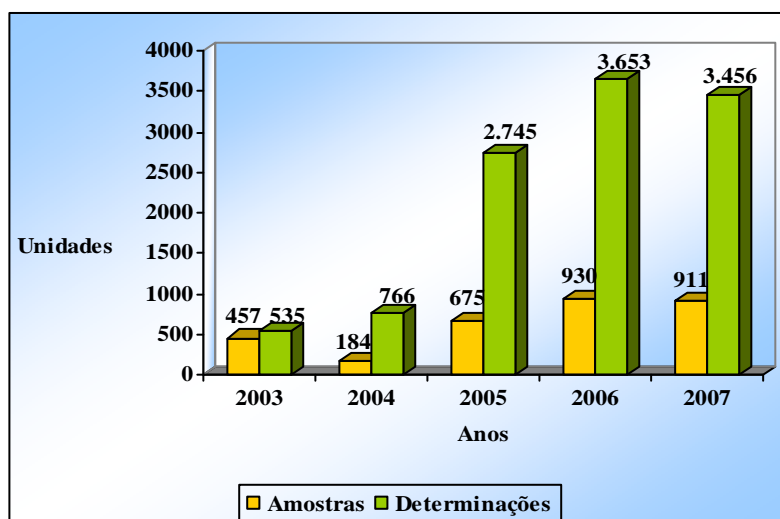


### 5.1.1 Departamento de Química Alimentar

#### Número de Amostras e Determinações de 2003 a 2007

A partir do gráfico n.º 1, pode constatar-se que os números de amostras recebidas e de determinações efectuadas tiveram uma descida ligeira de 2% e 5% respectivamente em relação ao ano anterior.

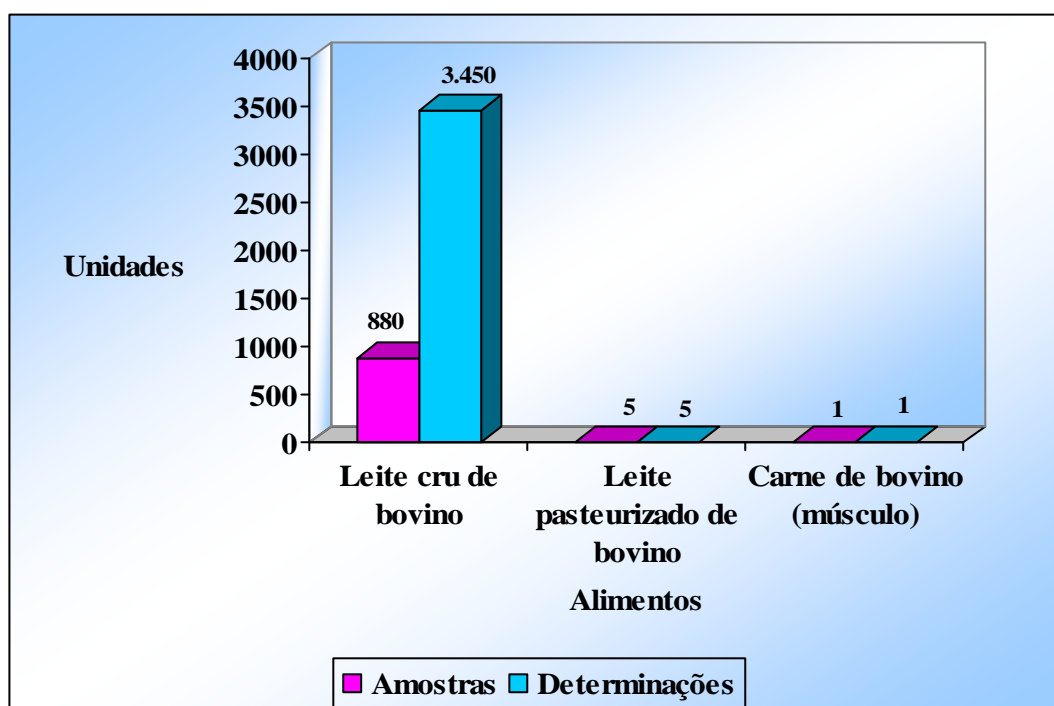
**Gráfico n.º 1 – Número de Amostras e Determinações de 2003 a 2007**



## Número de Amostras e Determinações por Alimento

À semelhança do que sucedeu no Departamento de Microbiologia Alimentar, também aqui, os leites crus de bovino constituem a grande percentagem das amostras recebidas, 880 amostras e 3.450 determinações, aproximadamente 99% das amostras e determinações, provenientes do Programa de Controlo Oficial dos Produtores de Leite cru de Bovino.

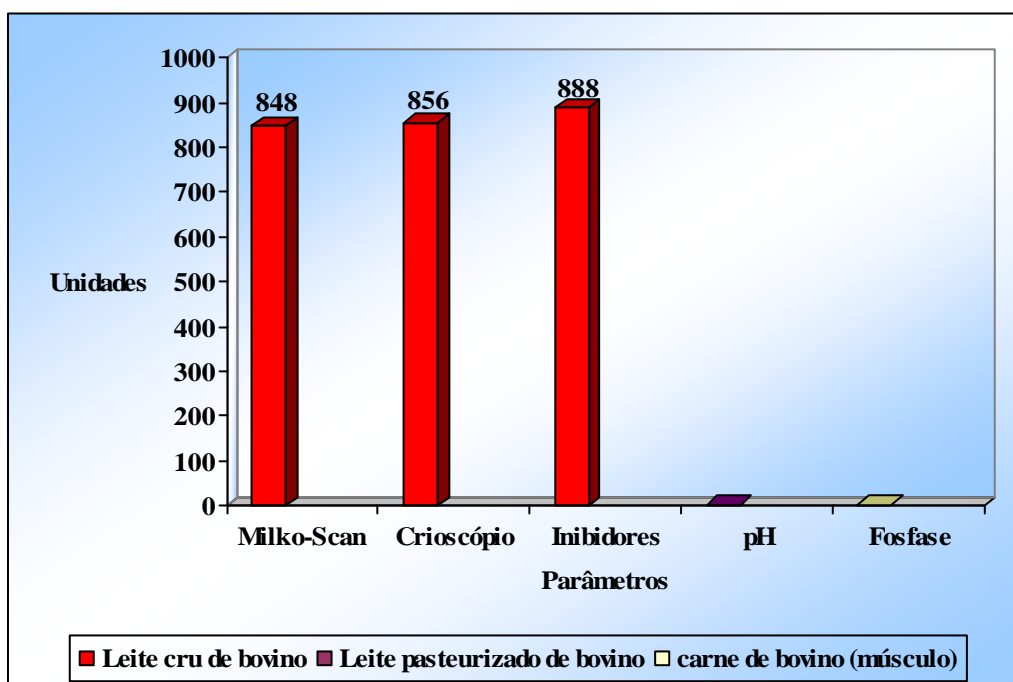
Gráfico n.º 2 – Número de Amostras e Determinações - 2007



## Número de Amostras por Parâmetro

Pode verificar-se no gráfico n.º 3 que o leite cru de bovino destaca-se em relação as outras amostras, logo os resultados dos parâmetros também representam uma grande percentagem sendo de 99%.

**Gráfico n.º 3 – Número de Amostras por Parâmetro - 2007**



### **Amostras Enviadas para o IPIMAR**

Através deste Departamento foram enviadas para o IPIMAR, 5 amostras de atum congelado para a pesquisa de histamina, na sequência de intoxicações alimentares solicitado pela Inspeção-Geral das Actividades Económicas.

Técnica Superior de 2.ª Classe

**Carmen Ferreira**

(Eng.ª Agro-Alimentar)

## **5.2 Divisão de Patologia**

Compete a esta Divisão efectuar análises com vista ao diagnóstico das patologias que afectam as várias espécies animais nomeadamente aquelas que se transmitem ao homem. Em 2007 tal como no ano anterior analisou amostras provenientes de clínicas veterinárias, de explorações pecuárias nomeadamente as avícolas, suinícolas e outras, e ainda todas as amostras colhidas pelo Corpo de Inspeção do CARAM.

Foram elaborados e reorganizados todos os procedimentos relativos aos ensaios efectuados.

A participação em ensaios interlaboratoriais dos vários departamentos nomeadamente o de Microbiologia Clínica, Parasitologia e BSE, permitiu a avaliação do desempenho dos mesmos.

### 5.2.1 Departamento de Microbiologia Clínica

Durante o ano transacto salienta-se o processamento das amostras colhidas no âmbito do Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de reprodução.

Efectuaram-se também análises de amostras provenientes de viveiros de aquacultura e de Cetáceos no âmbito do projecto de conservação dos mesmos.

No quadro n.º 1 referem-se o número e tipo de amostras analisadas, e os exames efectuados.

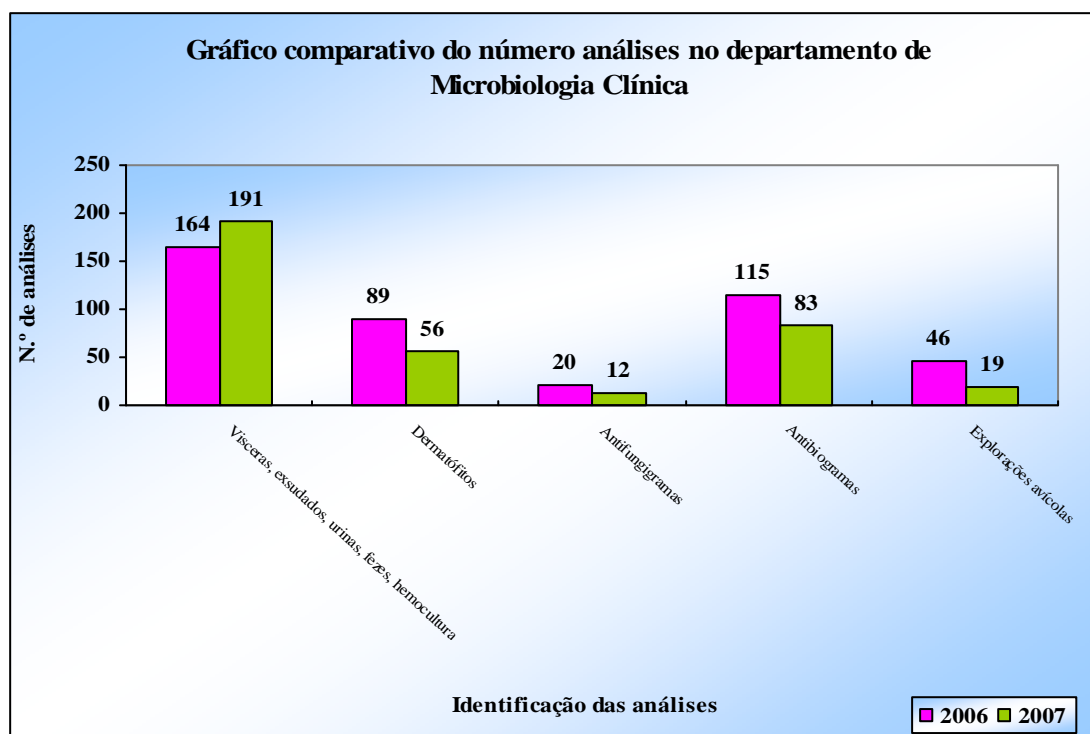
**Quadro n.º 1 – Exames Efectuados**

<b>Tipo de Análise</b>	<b>N.º de amostras analisadas em 2007</b>
Pesquisa de agentes bacterianos em vísceras, hemoculturas, exsudados, urinas e fezes	191
Pesquisa e identificação de dermatófitos	56
Antifungigrama	12
Antibiograma	83
Amostras de explorações avícolas	19

No gráfico n.º 1 registam-se os valores comparativos do número de análises que deram entrada no departamento nos anos de 2006 e 2007.

Verifica-se um aumento do número de amostras de vísceras, hemoculturas, exsudados, urinas e fezes no ano de 2007, porém em relação a outras análises efectuadas neste departamento houve um decréscimo.

**Gráfico n.º 1 – Número de Amostras Analisadas nos Anos 2006 e 2007**



No quadro n.º 2 indicam-se os diferentes tipos de microrganismos patogénicos isolados nas respectivas amostras assinaladas para as diferentes espécies, assim como o número de cada amostra específica e o número de vezes que cada agente foi isolado da respectiva amostra.

**Quadro n.º 2 – Tipos de Agentes Microbiológicos Isolados nas Diferentes Espécies e nos Diferentes Tipos de Amostras.**

Espécie Animal	Amostra Clínica	N.º Amostras Enviadas	Microrganismos Encontrados	N.º de Microrganismos Encontrados
Galináceos	Amostras de aviário	5	Salmonella spp	2
	Pintos do dia	2	Escherichi coli Streptococcus grupo F Proteus spp	1 1 1
	Visceras + cecos	7	Escherichi coli Staphylococcus xylosus	2 1
	Hemocultura	2	Staphylococcus spp Enterococcus faecalis	1 1

<b>Canídeo</b>	Pêlos	37	Rhizopus spp Cândida spp Alternaria spp Mucor spp Cladosporium spp Aspergillus spp Penicillium spp Trichophyton mentagrophytes Microsporium canis Phoma spp Fusarium spp Aspergillus níger Trichophyton spp	9 1 22 3 8 5 4 1 1 3 1 2 3
	Raspagem dérmica	2	Staphylococcus aureus Escherichia coli	2 1
	Fezes	4	Escherichia coli Sacchar. cerevisiae	1 1
	Urina	26	Escherichia coli Proteus spp Staphylococcus aureus Citrobacter freundii Staphylococcus xylosus Pseudomonas spp Acinetobacter spp Staphylococcus capitis Pseudomonas mendocina Xanthophila maltophilia Pseudomonas fluorescens Micrococcus spp Staphylococcus intermedius Rhodococcus spp Staphylococcus conhii Streptococcus canis Proteus spp Staphylococcus chromogens Corynebacterium spp Streptococcus grupo G	8 1 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
	Hemocultura	10	Enterococcus durans Escherichia coli Pasteurella multocida Pasteurella spp Morganella morgani Klebsiella pneumoniae Staphylococcus spp	1 4 1 1 1 1 1
	Vísceras	10	Escherichia coli Pseudomonas putida Pasteurella multocida Pseudomonas spp Streptococcus grupo G Klebsiella pneumoniae Staphylococcus spp	7 1 1 1 1 1 1
	Exsudado	24	Pseudomonas fluorescens Escherichia coli Pasteurella spp Staphylococcus aureus Proteus spp Pasteurella multocida Pseudomonas aeruginosa	1 4 1 3 1 1 3



<b>Canídeo (cont)</b>			Staphylococcus aureus	4
			Staphylococcus epiderrmidis	1
			Staphylococcus spp	3
			Cândida lipolytica	1
			Staphylococcus intermedius	1
			Streptococcus grupo G	1
			Pseudomonas spp	1
			Cândida inconspicua	1
			Cândida spp	1
			Cândida albicans	1
			Corynebacterium spp	1
			Klebsiella pneumoniae	1
			Xanthophila maltophilia	1
		Malassezia canis	1	
		Proteus mirabilis	1	
<b>Ovino</b>	Hemocultura	2	Escherichia coli	1
			Streptococcus bovis	1
	Vísceras	3	Escherichia coli	3
			Streptococcus bovis	1
			Acinetobacter lwoffii	1
<b>Cunídeo</b>	Vísceras	3	Escherichia coli	3
			Staphylococcus spp	1
			Corynebacterium	1
			glucuronolyticum	1
			Pseudomonas diminuta	1
			Proteus spp	1
Pêlos	2	Trichophyton mentagrophytes	1	
		Mucor spp	1	
		Trichoderma spp	1	
<b>Felídeo</b>	Urina	13	Staphylococcus aureus	3
			Enterococcus faecalis	1
			Proteus spp	1
			Escherichia coli	2
			Pseudomonas fluorescens	1
			Brevibacterium spp	1
			Pasteurella spp	1
			Staphylococcus cohnii	1
			Bacillus spp	2
	Pêlos	17	Aspergillus flavus	2
			Aspergillus fumigatus	3
			Trichophyton mentagrophytes	1
			Alternaria spp	3
			Penicillium spp	7
			Cladosporium spp	3
Trichoderma spp			1	
Microsporium canis	2			
Exsudado	4	Enterobacter sakazakii	1	
		Pasteurella multocida	1	
		Pasteurella haemolytica	1	
		Staphylococcus simulans	2	
		Streptococcus mitis	1	
		Micrococcus spp	1	
		Staphylococcus capitis	1	

	Fezes	3	Escherichia coli Gardenela vaginalis Streptococcus grupo D	3 1 2
--	-------	---	--	-------------

<b>Caprino</b>	Vísceras	4	Escherichia coli Staphylococcus aureus Brevibacterium spp Staphylococcus xylosus	3 1 1 1
	Hemocultura	4	Enterococcus faecalis Escherichia coli Staphylococcus spp Staphylococcus aureus Brevibacterium spp Staphylococcus xylosus	1 1 1 1 1 1

<b>Ovino</b>	Vísceras	3	Escherichia coli	1
	Hemocultura	3	Pasteurella spp Escherichia coli Proteus spp	1 2 1

<b>Peixes</b>	Alimento	1	Chryseomonas luteola Enterobacter sakazakii	1 1
	Larvas	8	Vibrio alginolyticus Vibrio metschnikovii Pseudomonas spp Pasteurella spp Vibrio vulnificus Micrococcus spp Staphylococcus weneri Xanthopila maltophilia Moraxella lacunata Escherichia coli Brevibacterium spp Sacchari. cerevisae	5 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
	Ovos	1	Vibrio damsela Vibrio alginolyticus	1 1
	Vísceras	18	Pasteurella piscicida Enterococcus faecium Vibrio alginolyticus Micrococcus spp Staphylococcus weneri Xanthopila maltophilia Moraxella lacunata Escherichia coli Brevibacterium spp Vibrio parahaemolyticus Vibrio cholerae Vibrio fluvialis Vibrio metschnikovii Comamonas testosteroni Staphylococcus lugdunensis Vibrio damsela Lactobacillus delbrueckii Aeromonas sobria Pseudomonas putida Enterobacter cloacea Citrobacter braakii Aeromonas hydrophilia Aeromonas salmonocida	1 1 8 1 1 1 1 2 1 3 3 1 1 1 4 4 1 2 2 1 1 1 1
<b>Peixes (cont)</b>				

			Pasteurella multocida	1
			Vibrio vulnificus	1
<b>Bovino</b>	Vísceras	4	Staphylococcus epidermidis	1
			Bordetella bronchiseptica	1
			Staphylococcus caprae	1
			Citrobacter freundii	1
			Proteus mirabilis	1
			Pasteurella multocida	1
			Escherichia coli	1
			Klebsiella pneumoniae	1
<b>Papagaio</b>	Exsudado	1	Streptococcus spp	1
	Fezes	1	Pseudomonas mesophilica	1
			Cândida parapsilosis	1
	Hemocultura	1	Escherichia coli	1
<b>Psitacídio</b>	Vísceras	1	Staphylococcus spp	1
<b>Golfinho</b>	Hemocultura	1	Enterobacter sakazakii	1
			Escherichia coli	1
			Staphylococcus epidermidis	1
	Vísceras	1	Staphylococcus epidermidis	1
			Enterobacter sakazakii	1
			Escherichia coli	1

### 5.2.2 Departamento de Parasitologia

Este departamento processou amostras de fezes provenientes de clínicas veterinárias e de explorações pecuárias.

Realizaram-se análises de amostras de músculos provenientes do Centro de Abate para diagnóstico da Cisticercose, no âmbito da inspeção sanitária.

Efectuou semanalmente a pesquisa de Triquinella pelo método de digestão em amostras de carne de suínos provenientes do Centro de Abate no âmbito do Controlo oficial da Triquina.

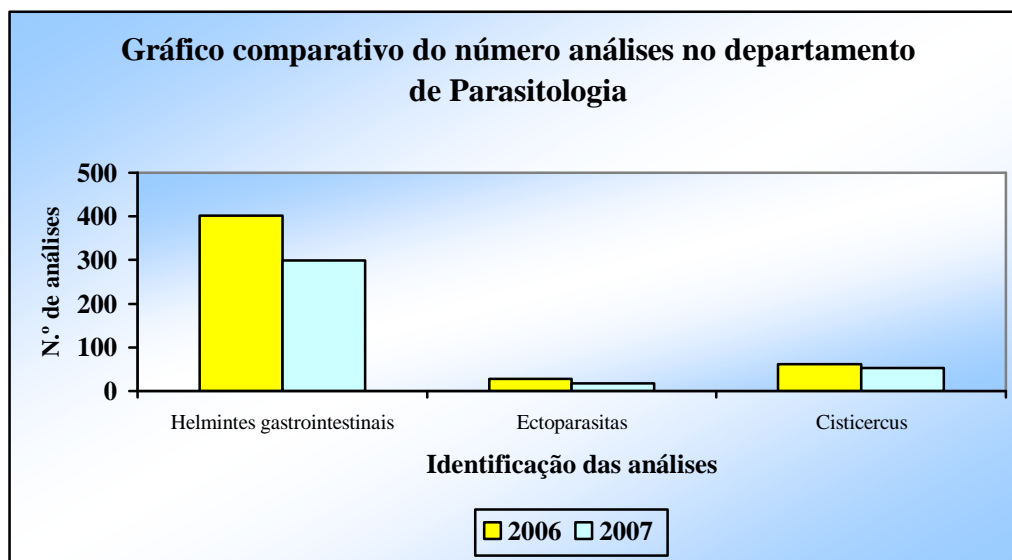
No quadro n.º 3 indica-se o número de amostras analisadas neste departamento, e o número de casos positivos e negativos.

**Quadro n.º 3 – Número de Amostras Analisadas**

Tipo de Análise	N.º de Amostras	Positivos	Negativos
Pesquisa de Helminthes gastrointestinais	299	52	247
Pesquisa de Ectoparasitas	18	4	14
Pesquisa de Cisticercos	53	30	23
Pesquisa de Trichinella	27.227	0	27.227

No gráfico n.º 2 registam-se os valores comparativos do número de análises que deram entrada no departamento de Parasitologia nos anos de 2006 e 2007. Não foram registadas no gráfico as análises de Triquinella dado que esta pesquisa só foi iniciada em 2007.

**Gráfico n.º 2 – Número de Amostras Analisadas nos Anos 2006 e 2007**



O gráfico anterior permite-nos avaliar o decréscimo do número de análises em 2007 comparativamente ao ano de 2006 no que diz respeito às análises representadas no gráfico, no entanto o número global de amostras analisadas neste departamento aumentou exponencialmente devido à implementação da técnica para a pesquisa de Triquinella em carne de suíno.

O quadro n.º 4 refere o tipo de parasitas identificados nos vários tipos de amostras analisadas.

**Quadro n.º 4 – Parasitas Identificados nas Respektivas Amostras**

Amostra Clínica	Agentes Encontrados
Fezes	Estrongilos gastrointestinais Strongyloides papillosus Toxocara canis Eimeria spp. Isospora sp. Ascaridia galli Capillaria sp. Passarulus ambiguus Graphidium strigosum Heterakis gallinarum Ancylostoma caninum
Raspagem dérmica	Demodex canis Trichodectes canis
Músculo	Cysticercus bovis Cysticercus tenuicollis

### 5.2.3 Departamento de Serologia

Neste departamento procedeu-se à colheita e centrifugação de sangues de cães e gatos entrados na Região Autónoma da Madeira e provenientes de países não comunitários para pesquisa de anticorpos da Raiva, no âmbito de apoio aos controlos veterinários efectuados nos Postos de Inspeção fronteiriços e às acções de fiscalização dos Serviços de Inspeção das Actividades Económicas. Deram entrada 13 amostras de sangue, que foram posteriormente enviadas para um laboratório de referência para pesquisa dos anticorpos da Raiva.

Procedeu-se à análise de sangues de grandes e pequenos ruminantes para pesquisa de anticorpos Brucelose (1.977 amostras). Também se efectuou a centrifugação para posterior envio para o LNIV de sangues para pesquisa de Paratuberculose(5 amostras), de Leucose Bovina (682 amostras), de Peripneumonia (230 amostras), de Doença de Aujeszky (11 amostras).

Relativamente ao Plano de Vigilância da Gripe Aviária foram enviadas para o LNIV 448 amostras para pesquisa do vírus e de anticorpos da referida doença.

Ao longo deste ano procedeu-se à diferenciação histoquímica das microfilárias diagnosticadas em sangues de canídeos. Em todas as amostras analisadas identificou-se *Dirofilaria immitis*.

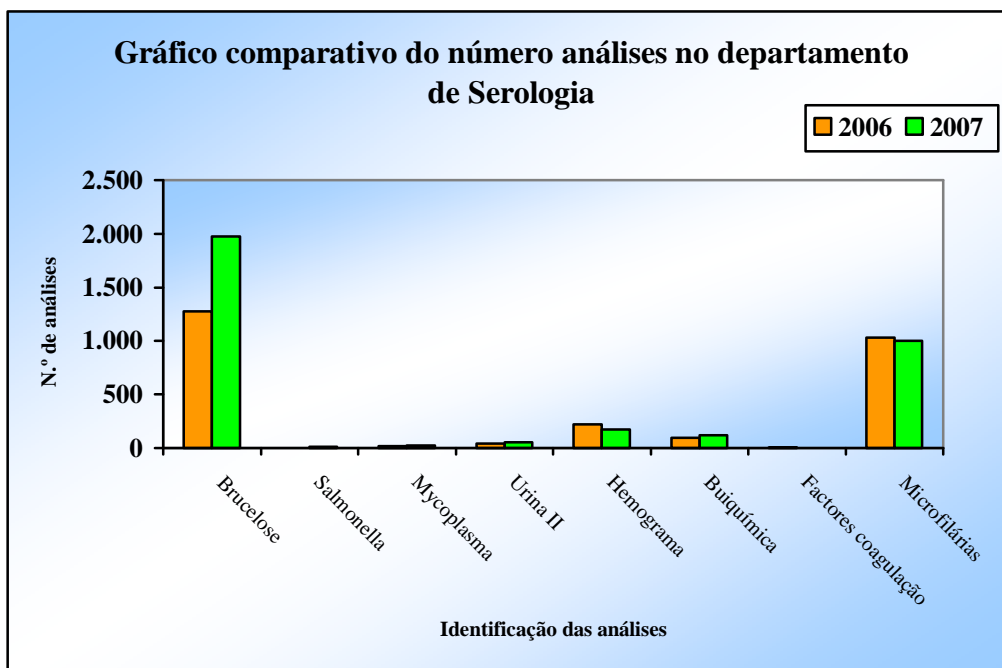
No quadro n.º 5 indica-se o tipo de análise e o número de amostras.

**Quadro n.º 5 – Tipo de Análise e o Número de Amostras**

<b>Tipo de Análise</b>	<b>N.º de Amostras</b>
Teste de seroaglutinação rápida com antígeno Rosa Bengala (Brucelose)	1.977
Teste de seroaglutinação rápida com o antígeno da <i>Salmonella pullorum</i>	14
Teste de seroaglutinação rápida com os antígenos do <i>Mycoplasma gallisepticum/sinoviae</i>	25
Urina tipo II	51
Hemograma	176
Bioquímica sanguínea	121
Provas de coagulação	2
Ionograma	4
T4	1
Pesquisa de microfilárias (técnica de Knott)	1.005

No gráfico n.º 3 registam-se os valores comparativos do número de análises que deram entrada no departamento de Serologia e Hematologia entre os anos de 2006 e 2007.

**Gráfico n.º 3 – Número de Amostras Analisadas nos Anos 2006 e 2007**



Mediante a observação do gráfico anterior constata-se um acréscimo do número de análises de Brucelose e um decréscimo ligeiro das restantes análises comparativamente ao ano de 2006.

#### 5.2.4 Unidade Laboratorial da BSE

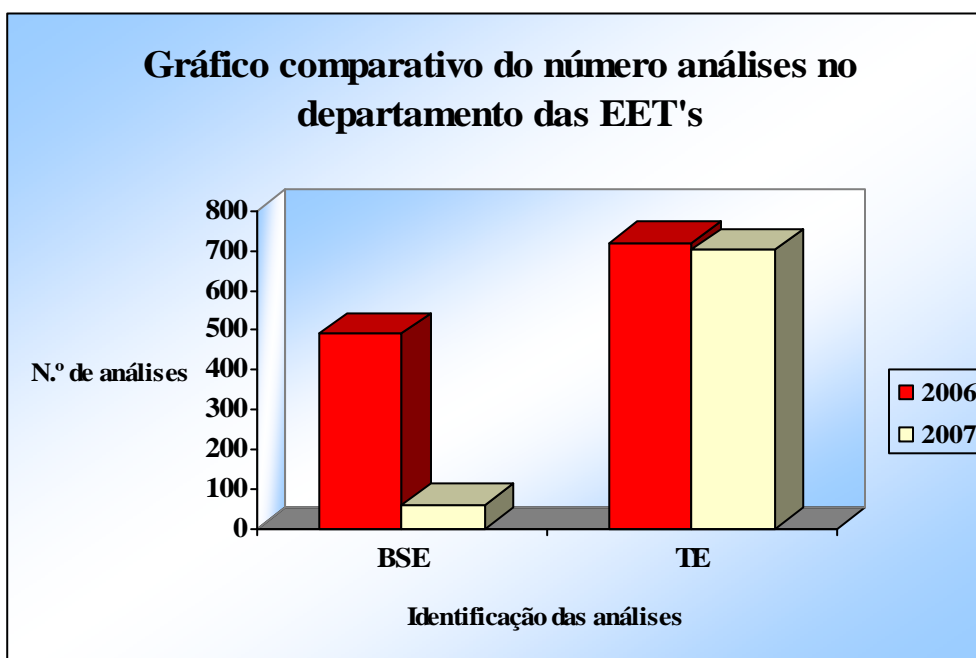
Esta unidade deu continuidade à actividade dos anos anteriores, testando amostras provenientes do Centro de Abate da Madeira, e de explorações pecuárias, no âmbito do plano de vigilância das encefalopatias espongiformes transmissíveis (quadro n.º 9).

**Quadro n.º 6 – Número de Análises Efectuadas**

Teste rápido Platélia BSE e TE	Ano de 2007
Bovinos	717
Pequenos Ruminantes	101
<b>Total</b>	<b>818</b>

No gráfico n.º 4 registam-se os valores comparativos do número de análises que deram entrada no departamento da BSE nos anos de 2006 e 2007.

**Gráfico n.º 4 – Número de Amostras Analisadas nos Anos 2006 e 2007**



Mediante a observação do gráfico anterior constata-se um acréscimo do número de análises de EET's comparativamente ao ano de 2006.

### 5.2.5 Departamento de Anatomopatologia

No ano de 2007 este departamento deu continuidade ao trabalho desenvolvido no ano anterior, tendo efectuado exames anatomopatológicos, histopatológicos e citológicos.

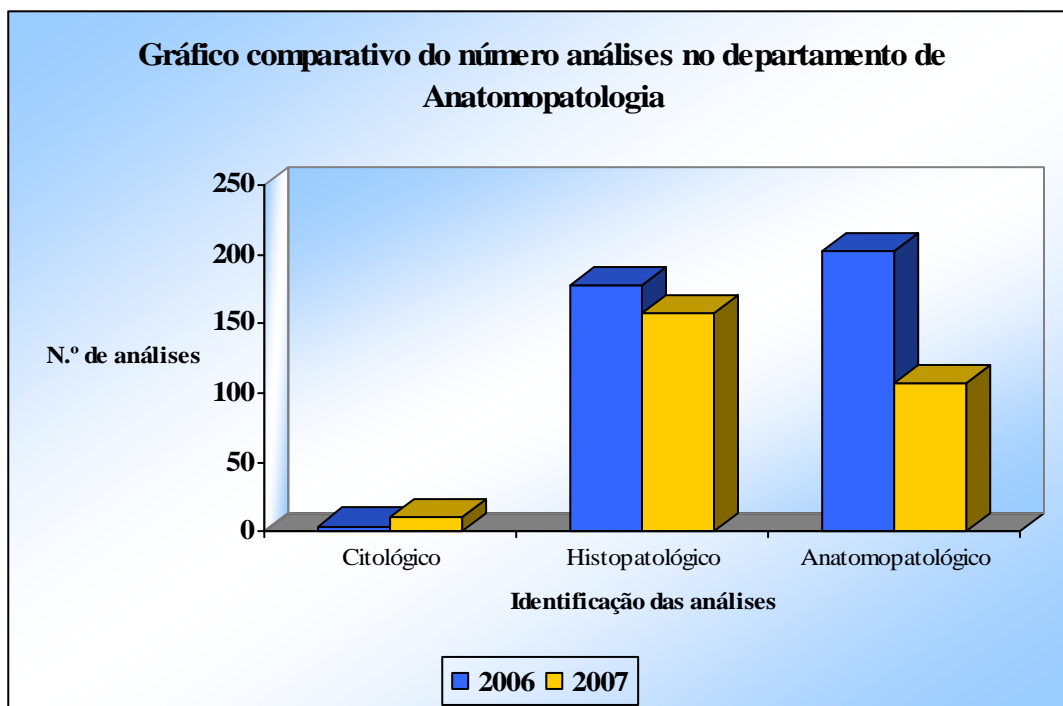
Tal como no ano anterior foram necropsiadas aves no âmbito do Plano de Vigilância da Gripe Aviária cujas amostras colhidas, foram posteriormente enviadas para exame virológico no Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (LNIV).

O quadro n.º 7 indica o total de amostras entradas neste departamento no ano de 2007.

**Quadro n.º 7 – Número Total de Amostras**

Tipo de Análise	N.º de Amostras
	2007
Citológica	11
Histopatológica	157
Anatomopatológica	107

**Gráfico n.º 5 – Número de Amostras Analisadas nos anos 2006 e 2007**



Observa-se um aumento do número de exames citológicos no ano de 2007 em relação ao ano de 2006, e um decréscimo das análises restantes.

O quadro n.º 8 especifica o número de espécies animais submetidas a exame Anatomopatológico, no ano de 2007.

**Quadro n.º 8 – Número de Necrópsias por Espécie Animal**

Espécie animal	N.º de Amostras
Felídeo	9
Canídeo	31
Cunídeo	20
Ovino	5
Caprino	5
Bovino	1
Peixes	4
Cetáceo	1
Aves	27
Suínos	3
Hamster	1



No quadro n.º 9 procede-se à classificação dos tumores diagnosticados histologicamente por espécie animal, de acordo com a Classificação Histológica Internacional dos Tumores dos Animais domésticos da Organização Mundial de saúde.

**Quadro n.º 9 – Classificação de Tumores**

<b>Espécie Animal</b>	<b>Classificação do Tumor</b>	<b>N.º de Amostras</b>
Canídeo	Mastocitoma	2
	Hemangioma	1
	Tumor misto benigno	2
	Plasmocitoma	1
	Seminoma	1
	Carcinoma complexo da mama	4
	Carcinoma tubular simples da mama	4
	Carcinoma das glândulas anexas	1
	Lipoma	1
	Carcinoma das células escamosas	3
	Histiocitoma cutâneo	4
	Carcinoma sólido da mama	4
	Carcinoma tubular papilífero da mama	4
	Fibrosarcoma	1
	Carcinoma bronquioalveolar	1
	Fibropapiloma	1
	Hemangioendotelioma	1
	Linfoma maligno	2
	Osteosarcoma da mama	1
	Quisto epidérmico	1
	Fibrosarcoma da mama	1
	Adenoma complexo da mama	1
	Nódulo piogranulomatoso	1
	Dermatite pruriginosa	1
	Melanoma cutâneo maligno	2
	Hemangiosarcoma cutâneo	1
	Colangiocarcinoma	1
	Adenoma das glândulas perianais	2
	Teratoma	1
	Melanoma cutâneo	3
Hemangioma cutâneo	1	
Tumor das células intersticiais de Leydig	1	
Felídeo	Fibroadenoma pericanalicular	1
	Tricoblastoma de células fusiformes	1
Bovino	Carcinoma renal	1
Ovino	Fibropapiloma	1

No quadro n.º 10 identificam-se as patologias diagnosticadas mediante exames anatomopatológico e histopatológico para as diferentes espécies examinadas.

**Quadro n.º 10 - Patologias diagnosticadas por espécie animal**

<b>Espécie Animal</b>	<b>Patologia Diagnosticada</b>
Canídeos	Nefrite intersticial crónica/insuficiência renal
	Enterite vírica por Parvovirus
	Enterocolite linfoplasmocitária
	Pancreatite crónica
	Envenenamento
	Piometra
	Anemia não regenerativa
	Hepatite crónica
	Piometra
	Colisepticemia
	Broncopneumonia e septicemia
	Cirrose hepática atrofica
	Enterite fibrinosa
	Pneumonia parasitária
	Filariose cardíaca
	Hemorragia interna
	Pancreatite intersticial aguda
Septicemia	
Dermatite parasitária	
Felídeos	Traumatismos múltiplos
	Insuficiência cardíaca
	Nefrite intersticial embólico purulenta
	Enterite parasitária
Galináceos	Enterite aguda
	Colisepticemia
	Anemia por picacismo
	Caquexia acentuada
	Tiflite hemorrágica
	Gota visceral
	Dirofilariose
	Traumatismos múltiplos
	Salpingite
Doença hemorrágica viral	
Pombo	Enterite parasitária
Pato	Enterite parasitária
Suínos	Doença dos edemas
	Nefrite focal embólico purulenta
	Nefrite intersticial crónica
Bovinos	Nefrite intersticial não supurativa
	Hematúria enzoótica
	Sarcosporidiose
	Cistite glandular e hemangioma
	Pielonefrite
	Actinogranulomatose
	Cistite cística
Ovinos	Toxemia de gestação
	Broncopneumonia verminosa
	Colisepticemia
Caprino	Nefrite intersticial supurativa
	Indigestão por sobrecarga
	Coccidiose intestinal
	Colisepticemia
	Carcinoma das células renais

Cunídeos	Broncopneumonia/septicemia
	Coccidiose
	Mixomatose
	Enterite mucoide
	Traumatismos múltiplos
Suíno	Linfadenite purulenta
Golfinho	Edema agudo do pulmão
Psitacídeo	Hepatite focal necrótica
	Colisepticémia

Técnica Superior de 1.ª Classe

**Sílvia Vasconcelos**

(Médica Veterinária)

### 5.3 Divisão de Gestão e Qualidade

A Divisão de Gestão e Qualidade manteve como objectivo a Melhoria Contínua dos Procedimentos e Serviços do Laboratório. A responsabilização das tarefas e a sistematização dos registos contribuiu para avaliar as falhas e accionar medidas correctivas.

A aquisição de produtos e serviços foi efectuada de acordo com as necessidades do laboratório e os orçamentos disponíveis.

Foi possível proceder-se à manutenção/revisão e à calibração dos vários equipamentos, através de entidades externas, permitindo um melhor funcionamento e evitando interrupções por avarias.

Relativamente ao controlo de ensaios, houve continuidade em relação à avaliação interna do desempenho do Laboratório. Neste âmbito foram analisados e registados os factores possíveis de alterar a qualidade dos resultados nomeadamente a temperatura das estufas e dos frigoríficos, o uso de controlos positivos e negativos na avaliação da performance dos meios de cultura, de soros e de toxinas, bem como a utilização de brancos, duplicados e provas de esterilidade.

Sendo as condições ambientais um factor importante na qualidade dos resultados, foram implementadas as Cartas de Controle, às salas de Microbiologia Alimentar e Clínica. A temperatura e humidade também foram avaliadas e registadas.

A exemplo do ano anterior calculou-se a INCERTEZA na “ Contagem dos Microrganismos a 30°C em duas matrizes, nomeadamente em Alimentos cozinhados e em Pescado cru, segundo a Norma ISO 19036: 2005

Deu-se continuidade à participação em Programas de comparação interlaboratorial para avaliar externamente o desempenho do laboratório em algumas das suas áreas analíticas.

Os ensaios interlaboratoriais na área da Microbiologia alimentar, Clínica e Parasitologia e BSE muito tem contribuído para a melhoria dos procedimentos

A formação e actualização de conhecimentos foi também uma preocupação do laboratório. Além dos estágios já mencionados, várias acções e reuniões foram proporcionadas, nomeadamente:

- Participação no Congresso dos Biólogos.
- Participação na reunião do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade.
- Encontro promovido pela Sociedade Portuguesa de Patologia.
- “Curso de formação sobre SIADAP”
- “Curso sobre Auditoria e Controlo interno”
- “Curso sobre Métodos alternativos na área da Microbiologia dos Alimentos”
- “Curso sobre Atendimento Público, telefónico e imagem da organização”.

Chefe de Divisão de Gestão e Qualidade

**Rita Tem-tem**

(Médica Veterinária)

## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

### **Inspeções nos Centros de Abate da RAM**

**Quadro n.º 1 – Número de Animais Abatidos nos Centros de Abate da RAM**

Centros de Abate	N.º	Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
	Kg														
CASS	N.º	Bovinos	491	446	451	543	526	577	707	977	574	641	422	844	<b>7.199</b>
	Kg.		115.562,40	107.183,60	106.361,70	132.127,80	125.944,00	142.936,80	171.548,50	233.841,70	137.471,10	154.927,80	100.272,90	206.464,20	<b>1.734.642,50</b>
	N.º	Suínos	2.335	1.962	2.058	2.330	2.256	2.442	2.906	2.696	2.293	2.894	2.158	3.974	<b>30.304</b>
	Kg.		163.739,70	138.527,70	143.795,70	163.749,50	167.964,70	182.229,30	209.350,50	189.566,80	158.884,10	202.300,60	154.527,50	273.409,20	<b>2.148.045,30</b>
	N.º	Ovinos	5	4	56	41	2	10	11	4	1	6	1	5	<b>146</b>
	Kg.		54,20	108,60	587,30	433,80	50,00	142,40	211,00	46,50	14,60	93,00	36,00	77,80	<b>1.855,20</b>
	N.º	Caprinos	1	6	68	171	8	10	11	3	0	0	3	1	<b>282</b>
	Kg.		30,60	67,00	601,80	1.303,30	77,20	108,20	133,60	26,60	0,00	0,00	64,60	7,20	<b>2.420,10</b>
	N.º	Leporídeos	101	83	156	133	186	114	82	91	114	188	102	130	<b>1.480</b>
Kg.	172,30		140,20	373,80	211,10	316,50	194,20	152,90	166,40	195,30	273,60	167,70	228,00	<b>2.592,00</b>	
CAPS	N.º	Bovinos	1	0	2	3	0	5	6	10	4	1	0	4	<b>36</b>
	Kg.		379,00	0,00	635,00	797,00	0,00	1.467,00	1.789,00	3.346,00	1.266,00	287,00	0,00	1.130,00	<b>11.096,00</b>
	N.º	Suínos	6	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	<b>7</b>
	Kg.		489,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>582,00</b>
	N.º	Ovinos	2	0	5	1	0	1	0	0	0	1	0	0	<b>10</b>
	Kg.		43,00	0,00	179,00	16,00	0,00	46,00	0,00	0,00	0,00	22,00	0,00	0,00	<b>306,00</b>
	N.º	Caprinos	0	0	1	17	5	9	5	11	2	5	2	4	<b>61</b>
Kg.	0,00		0,00	19,00	182,00	90,00	141,00	67,00	157,00	28,00	82,00	25,00	34,00	<b>825,00</b>	

**Quadro n.º 2 – Total Anual de Abates por espécie nos Centros de Abate da RAM**

Espécie	Mês												Total
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Bovinos	492	446	453	546	526	582	713	987	578	642	422	848	<b>7.235</b>
Suínos	2.341	1.962	2.058	2.330	2.256	2.442	2.907	2.696	2.293	2.894	2.158	3.974	<b>30.311</b>
Peq. Rum.	8	10	130	230	15	30	27	18	3	12	6	10	<b>499</b>
Leporídeos	101	83	156	133	186	114	82	91	114	188	102	130	<b>1.480</b>

**Quadro n.º 3 – Abates na RAM por Centro de Abate e por espécie de 2003 a 2007**

		2003		2004		2005		2006		2007	
		N.º de Animais	Kgs.	N.º de Animais	Kgs.	N.º de Animais	Kgs.	N.º de Animais	Kgs.	N.º de Animais	Kgs.
<b>Centros de Abate da Madeira</b>	Bovinos	7.988	1.896.205,00	8.111	1.957.755,60	8.069	406.816,30	8.041	1.949.570,80	7199	1.734.642,50
	Suínos	79	9.448,00	29.809	2.132.026,00	30.398	2.101.306,40	28.065	1.933.787,20	30.304	2.148.045,30
	Ovinos	1.808	17.910,00	226	3.353,00	253	3.608,30	174	2.387,10	146	1.855,20
	Caprinos	636	7.261,00	437	4.661,00	364	3.725,50	292	2.667,80	282	2.420,10
	Leporídeos	2.571	4.060,20	2.075	3.357,10	1.952	3.103,00	1.538	2.381,60	1.480	2.592,00
	<b>Total</b>	<b>13.082</b>	<b>1.934.884,20</b>	<b>40.658</b>	<b>4.101.152,70</b>	<b>41.036</b>	<b>2.518.559,50</b>	<b>38.110</b>	<b>3.890.794,50</b>	<b>39.411</b>	<b>3.889.555,10</b>
<b>CAPS</b>	Bovinos	88	19.404,00	73	18.258,00	165	42.087,00	41	12.674,00	36	11.096,00
	Suínos	10	783,00	8	736,00	18	1.104,00	71	5.166,00	7	582,00
	Ovinos	4	62,00	48	671,00	25	339,00	25	427,00	10	306,00
	Caprinos	9	103,00	13	143,00	30	324,00	31	327,00	61	825,00
	Leporídeos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>20.352,00</b>	<b>142</b>	<b>19.808,00</b>	<b>238</b>	<b>43.854,00</b>	<b>168</b>	<b>18.594,00</b>	<b>114</b>	<b>12.809,00</b>



**Quadro n.º 4 - Proveniência dos Bovinos Abatidos nos Centros de Abate da RAM**

<b>Centro de Abate</b>	<b>CASS</b>	<b>CAPS</b>	<b>Total</b>
<b>Origens</b>	<b>N.º Animais</b>	<b>N.º Animais</b>	<b>N.º Animais</b>
AC	5.180	-	<b>5.180</b>
AT	1.196	23	<b>1.219</b>
T	754	13	<b>767</b>
CZT	21	-	<b>21</b>
DET	6	-	<b>6</b>
NLT	20	-	<b>20</b>
FR	4	-	<b>4</b>
FRT	16	-	<b>16</b>
CNT	2	-	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>7.199</b>	<b>36</b>	<b>7.235</b>

**Quadro n.º 5 – Proveniência dos Bovinos Abatidos na RAM Relação Percentual**

<b>Centro de Abate</b>	<b>N.º de Animais Abatidos</b>	<b>AC</b>	<b>AT</b>	<b>T "terra"</b>	<b>Outros</b>
		<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
CASS	7.199	71,94	16,61	10,47	0,96
CAPS	36	0,00	63,89	36,11	0,00

## **ANEXO II**

### **Rejeições Totais e Parciais**

**Quadro n.º 6 – Rejeições Totais na RAM – Bovinos**

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Abcessos/R.O.G.	1	200,00						
Alt. Características Organolépticas			3	509,00				
Amostra N/ Elegível para Teste EEB			1	318,00				
Anemia	1	226,00						
Artrite Purulenta			1	87,00			1	292,20
Broncopneumonia Purulenta	10	2.025,00	2	407,00	4	713,00	5	1.095,40
Caquexia	4	621,00	2	292,00	3	483,00	2	350,20
Carne Febril					2	439,00	3	663,80
Carnes Repugnantes					3	646,00	2	328,80
Cisticercose Generalizada	48	12.342,00	30	8.489,00	63	15.426,00	36	8.866,60
Cistite Poliposa	5	1.398,00	4	1.102,00	5	1.276,00	1	341,80
Conspuração Generalizada	2	400,00						
Endocardite Verrucosa	1	157,00					1	185,00
Hemorragias Múltiplas			2	557,00	1	190,00	9	2.151,60
Icterícia/R.O.G.					1	196,00		
Lesões Traumáticas Generalizadas	5	755,00	3	732,00	5	821,00	4	661,80
Mastite Purulenta/R.O.G.					3	786,00	2	516,20
Melanose Generalizada					1	239,00		
Metrite Purulenta/ R.O.G.	1	234,00						
Metrite Serofibrinosa/ R.O.G.	1	193,00						
Miosite Generalizada	1	349,00						
Morte na Abegoaria	5	1.240,00	1	230,00	3	850,00	1	200,00
Nefrite Purulenta/R.O.G.	1	303,00	4	949,00	1	227,00	1	156,20
Onfalite Purulenta/R.O.G	1	193,00	1	192,00	1	260,00		
Osteíte Purulenta					1	205,00		
Peritonite Fibrino-purulenta/R.O.G.					1	255,00		
Pioémia	1	210,00						
Pleurite Purulenta					1	302,00		
Poliartrite Purulenta					7	1.691,00		
Positivo a AB					1	285,00		
Reacção Orgânica Geral	3	427,00	4	744,00	7	1.329,00	4	716,20
Septicemia	1	199,00					2	456,20
Tumor Maligno	2	489,00	1	211,00	2	575,00	1	224,20
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>21.961,00</b>	<b>59</b>	<b>14.819,00</b>	<b>116</b>	<b>27.194,00</b>	<b>75</b>	<b>17.206,20</b>

**Quadro n.º 7 – Rejeições Totais na RAM – Suínos**

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Abcessos Múltiplos	21	1.480,40	45	2.501,90	35	1.584,00	50	1.099,00
Alt. Características Organolépticas			1	239,40			3	196,10
Artrite Purulenta	129	4.437,00	178	7.898,00	7	70,00	40	1.667,40
Broncopneumonia Purulenta	57	3.655,20	121	5.339,40	122	5.504,00	49	2.056,00
Caquexia	60	1.055,60	62	1.784,10	89	2.847,00	61	1.730,00
Dermatite Purulenta	1	177,00			1	7,00		
Endocardite/R.O.G.			1	82,60	1	62,00		
Icterícia/R.O.G.	1	54,00			1	62,00	1	66,80
Lesões Traumáticas Generalizadas	1	59,00					1	6,50
Mal Rubro	5	368,00	3	301,80	2	128,00		
Mastite Purulenta/R.O.G.			1	235,00	2	302,00	1	159,00
Mau Processamento.			3	30,60	12	277,00	3	50,90
Miocardite Purulenta/R.O.G.	1	70,00						
Morte no Transporte/Parque	227	12.899,00	226	14.252,00	210	12.141,00	183	14.000,50
Nefrite Purulenta/R.O.G.	1	60,00	2	262,60	1	42,00	1	74,50
Odor Sexual					1	180,00		
Onfalite Purulenta/R.O.G	2	19,00	7	174,30	21	715,00	3	79,10
Osteíte Fibro.Purulenta	54	3.191,40	121	5.804,20	146	8.457,00	115	6.001,00
Pericardite/R.O.G.	1	16,00			4	287,00	12	129,20
Peritonite Fibrino-purulenta/R.O.G.	21	500,80	31	968,10	49	1.267,00	25	543,00
Poliartrite Purulenta	6	350,40	40	1.215,20	227	9.658,00	40	735,00
P.S.E					3	105,00		
Reacção Orgânica Geral	8	468,20	110	2.695,90	121	3.667,00	33	918,00
Septicemia	7	653,00	30	675,90	41	1.148,00	103	3.389,00
<b>Total</b>	<b>603</b>	<b>29.514,00</b>	<b>982</b>	<b>44.461,00</b>	<b>1.096</b>	<b>48.510,00</b>	<b>724</b>	<b>32.901,00</b>

### Quadro n.º 8 – Rejeições Totais na RAM

#### Ovinos

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Abcessos Múltiplos			2	40,00				
Artrite Purulenta								
Broncopneumonia Purulenta	1	14,00			1	20,00		
Caquexia	2	18,00	3	31,00	3	27,00	1	4,00
Hemorragias Múltiplas							1	14,60
Hidroémia			3	24,00	1	7,00		
Lesões Traumáticas Generalizadas								
Mastite Purulenta/R.O.G.					1	14,00		
Mau Processamento							1	5,00
Morte na Abegoaria			1	22,00	1	6,00		
Nefrite Purulenta/R.O.G.								
Reacção Orgânica Geral								
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>32,00</b>	<b>9</b>	<b>117,00</b>	<b>7</b>	<b>74,00</b>	<b>3</b>	<b>23,60</b>

#### Caprinos

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Artrite Purulenta	-	-						
Broncopneumonia Purulenta	-	-						
Caquexia	-	-	6	37,00	2	10,00		
Carnes Repugnantes							2	5,00
Hidroémia	-	-			1	6,00		
Lesões Traumáticas Generalizadas	-	-						
Morte na Abegoaria	-	-						
Tumor Adenocarcinoma							1	36,00
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>37,00</b>	<b>3</b>	<b>16,00</b>	<b>3</b>	<b>41,00</b>

#### Leporídeos

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Abcessos Múltiplos	15	24,00	20	31,00	21	43,00	2	4,00
Anemia					1	2,00		
Artrite Purulenta					1	2,00		
Broncopneumonia Purulenta	1	2,00	1	2,00			2	3,40
Caquexia	23	27,00	8	12,00	27	24,00	14	9,60
Lesões Traumáticas Generalizadas	6	9,00	3	5,00	4	6,00	1	2,50
Mau Processamento					4	7,00	3	4,90
Morte na Abegoaria	2	3,00	1	2,00	2	5,00		
Nefrite Purulenta/R.O.G.	1	2,00	1	2,00				
Reacção Orgânica Geral	1	1,00	2	3,00	3	4,00		
Septicemia					1	2,00		
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>68,00</b>	<b>36</b>	<b>57,00</b>	<b>64</b>	<b>95,00</b>	<b>22</b>	<b>24,40</b>

**Quadro n.º 9 - Rejeições Parciais Bovinos**

<b>Causas de Rejeição</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>		<b>2007</b>	
<b>Coração</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>
Alteração das C. Organolépticas	22	44,00	7	14,00	16	32,00	9	18,00
Atrofia Castanha							15	30,00
Conspuração	12	24,00	58	117,00	45	90,00	18	36,00
Congestão					4	8,00		
Endocardite	5	10,00						
Hemorragias Múltiplas					12	24,00	33	66,00
Melanose Localizada	1	2,00	2	4,00	1	2,00	1	2,00
Miocardite	14	28,00	9	19,00	70	140,00	11	22,00
Nódulos Parasitários	289	578,00	312	628,00	418	836,00	254	508,00
Pericardite	71	142,00	104	210,00	85	170,00	57	114,00
Traumatismo					1	2,00		
<b>Total</b>	<b>414</b>	<b>828,00</b>	<b>492</b>	<b>992,00</b>	<b>652</b>	<b>1.304,00</b>	<b>398</b>	<b>796,00</b>

<b>Causas de Rejeição</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>		<b>2007</b>	
<b>Pulmão</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>
Abcessos	2	6,00	1	3,00	6	18,00	11	33,00
Congestão	213	639,00	103	309,00	24	72,00	40	120,00
Conspuração	4	12,00	160	480,00	164	492,00	18	54,00
Enfisema	494	1.482,00	741	2.223,00	848	2.544,00	2.179	6.537,00
Falso Trajecto	171	513,00	450	1.352,00	433	1.299,00	495	1.485,00
Má sangria	169	507,00	6	18,00	24	72,00	44	132,00
Melanose Localizada	3	9,00	2	6,00	2	6,00	1	3,00
Parasitismo	46	138,00	-	-	-	-	-	-
Pleurite	1.726	5.178,00	939	2.817,00	1.813	5.439,00	1.927	5.781,00
Pneumonia/F. Pneum./Broncopn.	5.112	15.344,00	5.446	16.333,00	4.465	13.395,00	1.823	5.469,00
<b>Total</b>	<b>7.940</b>	<b>23.828,00</b>	<b>7.848</b>	<b>23.541,00</b>	<b>7.779</b>	<b>23.337,00</b>	<b>6.538</b>	<b>19.614,00</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Abcessos	465	2.325,00	412	2.108,00	350	1.750,00	324	1.620,00
Aderências	117	585,00	164	820,00	237	1.185,00	152	760,00
Atrofia Castanha	10	50,00	-	-	-	-	1	5,00
Cirrose	297	1.483,00	523	2.615,00	301	1.505,00	170	915,00
Colangite	563	2.815,00	684	3.420,00	703	3.515,00	107	470,00
Congestão	71	355,00	20	140,00	92	460,00	61	305,00
Conspuração	13	65,00	95	475,00	74	370,00	13	65,00
Distomatose	60	300,00	15	75,00	47	235,00	79	395,00
Esteatose	1.496	7.480,00	898	4.490,00	104	520,00	563	2.815,00
Hemossiderose	22	110,00	8	40,00	2	10,00	2	10,00
Hepatite	639	3.193,00	991	4.953,00	2.014	10.070,00	2.259	11.345,00
Hepatomegalia	1	5,00	-	-	-	-	-	-
Melanose Localizada	-	-	-	-	2	10,00	-	-
Parasitismo	1.128	5.638,00	1.614	8.070,00	1.355	6.775,00	823	4.115,00
Petéquias Sub-capsulares	55	275,00	73	365,00	97	485,00	39	195,00
Telangiect. Maculosa	76	380,00	90	450,00	96	480,00	69	345,00
<b>Total</b>	<b>5.013</b>	<b>25.059,00</b>	<b>5.587</b>	<b>28.021,00</b>	<b>5.474</b>	<b>27.370,00</b>	<b>4.662</b>	<b>23.360,00</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Abcessos	-	-	1	4,00	-	-	-	-
Atrofia / Hipertrofia	5	25,00	-	-	3	12,00	-	-
Congestão	90	406,00	182	708,00	203	837,00	142	611,00
Conspuração	2	9,00	11	25,00	8	18,00	21	87,00
Enfarte	108	521,00	59	279,00	50	213,00	22	72,00
Esteatose	38	182,00	-	-	2	8,00	-	-
Hemocromatose	33	177,00	8	36,00	8	39,00	18	91,00
Hemossiderose	36	185,00	16	82,00	21	105,00	8	35,00
Litíase Renal	4	23,00	4	25,00	9	49,00	31	186,00
Nefrite	3.614	18.840,00	4.184	20.767,00	3.911	20.168,00	2.597	12.349,00
Nefrose	343	1.661,00	233	1.140,00	296	1.582,00	51	396,00
Nefrose Lipóidica	-	-	-	-	113	605,00	222	921,00
Petéquias Corticais	325	1.647,00	204	1.007,00	306	1.529,00	298	1.347,00
Poliquístico	600	3.289,00	233	2.137,00	562	2.940,00	654	3.268,00
Quistos	237	1.050,00	165	601,00	185	760,00	205	809,00
<b>Total</b>	<b>5.435</b>	<b>28.015,00</b>	<b>5.300</b>	<b>26.811,00</b>	<b>5.677</b>	<b>28.865,00</b>	<b>4.269</b>	<b>20.172,00</b>

<b>Causas de Rejeição</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>		<b>2007</b>	
<b>Língua</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>
Abcesso			4	9,00	4	8,00	3	6,00
Glossite	2	4,00	3	6,00				
Mau Processamento					5	10,00		
Nódulos Parasitários	26	43,00	13	25,00	43	86,00	19	38,00
Papilomatose	1	2,00					2	4,00
Traumatismo			4	8,00	1	2,00	3	6,00
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>49,00</b>	<b>24</b>	<b>48,00</b>	<b>53</b>	<b>106,00</b>	<b>27</b>	<b>54,00</b>

<b>Causas de Rejeição</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>		<b>2007</b>	
<b>Carcaça/ Membros</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>
Abcessos	18	146,00	29	79,00	102	339,80	69	114,30
Aderência					160	220,00	127	195,50
Alteração C. Organolépticas							10	15,00
Conspuração	21	38,00	71	116,00	287	433,00	206	292,00
Degenerescência de Zenker	2	4,00	3	11,00	2	3,00	2	3,00
Esteatonecrose	1	1,00						
Hemorragias Múltiplas	9	127,00	7	127,00	16	85,90	38	458,10
Mau Processamento					5	8,00	229	232,00
Nódulos Parasitários	24	56,00	23	46,00	45	78,00	25	46,00
Miosite	4	33,00						
Traumatismo	1.183	6.425,00	834	3.116,00	1.349	4.903,30	917	4.427,00
<b>Total</b>	<b>1.262</b>	<b>6.830,00</b>	<b>967</b>	<b>3.495,00</b>	<b>1.966</b>	<b>6.071,00</b>	<b>1.623</b>	<b>5.782,90</b>

<b>Causas de Rejeição</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>		<b>2007</b>	
<b>Reservatórios Gástricos</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg.</b>
Abcesso	-	-	-	-	39	195,00	43	215,00
Conspuração	-	-	-	-	-	-	5	25,00
Mau Processamento	-	-	-	-	24	120,00	-	-
Papilomatose	-	-	-	-	12	60,00	87	435,00
Processo Inflamatório	-	-	-	-	70	350,00	54	270,00
<b>Total</b>					<b>382</b>	<b>1.910,00</b>	<b>165</b>	<b>825,00</b>



**Quadro n.º 10 - Rejeições Parciais Suínos**

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
<b>Pulmão</b>								
Congestão/Pneum. Enzoótica	25.856	31.027,20	22.044	2.692,80	22.181	26.173,60	27.760	32.480,10
Pleurite	3.696	4.435,00	7.122	8.546,40	4.859	5.697,80	1.827	2.088,70
<b>Total</b>	<b>25.856</b>	<b>31.027,20</b>	<b>29.166</b>	<b>11.239,20</b>	<b>27.040</b>	<b>31.871,40</b>	<b>29.587</b>	<b>34.568,80</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
<b>Fígado</b>								
Ascariidose/Cirrose/Esteatose	14.051	12.647,00	16.344	14.709,60	11.978	13.075,90	11.930	10.985,40
Processo Inflamatório	9.676	8.708,00	4.151	3.735,90	7.903	6.957,90	12.707	12.362,50
<b>Total</b>	<b>23.727</b>	<b>21.355,00</b>	<b>20.495</b>	<b>18.445,50</b>	<b>19.881</b>	<b>20.033,80</b>	<b>24.637</b>	<b>23.347,90</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
<b>Rim</b>								
Enfarte	2.200	660,00	1.657	497,10	760	227,70	410	122,10
Nefrite/Nefrose/Quistos	20.792	6.238,00	22.434	6.730,20	21.043	6.136,00	24.599	7.343,00
<b>Total</b>	<b>20.792</b>	<b>6.238,00</b>	<b>24.091</b>	<b>7.227,30</b>	<b>21.803</b>	<b>6.363,70</b>	<b>25.009</b>	<b>7.465,10</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
<b>Coração</b>								
Pericardite/Conspuração	2.099	630,00	2.744	823,20	2.335	698,50	2.541	656,10
<b>Total</b>	<b>2.099</b>	<b>630,00</b>	<b>2.744</b>	<b>823,20</b>	<b>2.335</b>	<b>698,50</b>	<b>2.541</b>	<b>656,10</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
<b>Carcaça/Membros/Orelhas</b>								
Abcesso					71	685,00	174	1.133,80
Atrofia	388	58,00	376	56,40	237	35,40	239	41,20
Traumatismo	452	68,00	494	74,10	308	142,90	324	387,80
<b>Total</b>	<b>840</b>	<b>126,00</b>	<b>870</b>	<b>130,50</b>	<b>616</b>	<b>863,30</b>	<b>737</b>	<b>1.562,80</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
<b>Baço</b>								
Fibrose	2.809	281,00	1.285	128,50	914	90,80	354	53,65
<b>Total</b>	<b>2.809</b>	<b>281,00</b>	<b>1.285</b>	<b>128,50</b>	<b>914</b>	<b>90,80</b>	<b>354</b>	<b>53,65</b>

**Quadro n.º 11 – Rejeições Parciais Ovinos**

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Congestão	28	6,20	16	3,80	22	4,60	16	3,70
Enfisema	1	0,30	1	0,20	14	3,40	2	0,50
Parasitismo	190	46,80	205	49,20	154	33,10	73	16,10
Pneumonia	3	0,80	21	5,00	1	0,30	2	0,40
<b>Total</b>	<b>222</b>	<b>54,10</b>	<b>243</b>	<b>58,20</b>	<b>191</b>	<b>41,40</b>	<b>93</b>	<b>20,70</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Conspuração					4	0,60	4	0,40
Hemorragias Múltiplas					18	2,00	7	0,70
<b>Total</b>					<b>22</b>	<b>2,60</b>	<b>11</b>	<b>1,10</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Abcessos	-	-	1	0,30	-	-	-	-
Cirrose	3	1,00	6	2,30	2	0,80	1	0,50
Esteatose	9	2,80	6	2,40	8	2,30	1	0,40
Parasitismo	166	58,20	219	72,20	156	40,00	88	26,90
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>62,00</b>	<b>232</b>	<b>77,20</b>	<b>166</b>	<b>43,10</b>	<b>90</b>	<b>27,80</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Nefrite	67	11,30	166	24,60	88	12,10	21	3,20
Poliquístico	4	0,50	4	0,70	3	0,30	-	-
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>11,80</b>	<b>170</b>	<b>25,30</b>	<b>91</b>	<b>12,40</b>	<b>21</b>	<b>3,20</b>

**Quadro n.º 12 – Rejeições Parciais Caprinos**

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Pulmão								
Congestão	60	13,50	39	8,50	22	4,40	16	3,60
Enfisema	1	0,30	5	1,00	5	1,00	4	0,80
Má Sangria			14	8,10	42	8,50	47	9,60
Parasitismo	221	54,40	229	52,60	177	38,20	112	33,00
Pneumonia	22	5,60	7	1,70	50	10,60	7	1,50
<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>73,80</b>	<b>294</b>	<b>71,90</b>	<b>296</b>	<b>62,70</b>	<b>186</b>	<b>48,50</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Fígado								
Congestão			1	0,30	5	1,60	1	0,30
Cirrose / Hepatite					23	7,20	2	0,80
Esteatose	17	5,80	32	10,00	63	19,50	17	5,50
Parasitismo	113	53,20	190	62,00	136	44,20	100	30,40
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>59,00</b>	<b>223</b>	<b>72,30</b>	<b>227</b>	<b>72,50</b>	<b>120</b>	<b>37,00</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Rim								
Enfarte	1	0,20	1	0,30	2	0,20	2	0,20
Esteatose					16	1,80	16	1,80
Nefrite	98	15,80	130	19,90	104	15,60	47	5,80
Poliquístico	1	0,10			2	0,20	3	0,40
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>16,10</b>	<b>131</b>	<b>20,20</b>	<b>124</b>	<b>17,80</b>	<b>68</b>	<b>8,20</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Coração								
Conspuração					4	0,40	16	1,60
Hemorragias Múltiplas					1	0,10	-	-
Pericardite					1	0,10	-	-
<b>Total</b>					<b>6</b>	<b>0,60</b>	<b>16</b>	<b>1,60</b>

**Quadro n.º 13 – Rejeições Parciais Leporídeos**

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Congestão	2.629	131,50	1.952	97,60	1.474	73,70	1.392	75,10
<b>Total</b>	<b>2.629</b>	<b>131,50</b>	<b>1.952</b>	<b>97,60</b>	<b>1.474</b>	<b>73,70</b>	<b>1.392</b>	<b>75,10</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Cirrose	7	0,40	8	0,40	20	1,00	-	-
Coccidiose	1.870	93,50	1.536	76,80	1.192	59,60	1.233	65,90
Esteatose	334	16,70	155	7,80	195	5,80	74	4,50
<b>Total</b>	<b>2.211</b>	<b>110,60</b>	<b>1.699</b>	<b>85,00</b>	<b>1.407</b>	<b>66,40</b>	<b>1.307</b>	<b>70,40</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006		2007	
	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.
Nefrite	1.019	51,00	891	44,60	628	31,40	363	19,90
Poliquístico	-	-	-	-	15	0,80	4	0,10
<b>Total</b>	<b>1.019</b>	<b>51,00</b>	<b>891</b>	<b>44,60</b>	<b>643</b>	<b>32,20</b>	<b>367</b>	<b>20,00</b>